

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

Denise dos Santos Gonçalves

**MARCAS DO GÊNERO BOLETIM DE OCORRÊNCIA
EMITIDO PELA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS**

Belo Horizonte
2013

Denise dos Santos Gonçalves

**MARCAS DO GÊNERO BOLETIM DE OCORRÊNCIA
EMITIDO PELA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Estudos de Linguagens.

Área de concentração: Processos discursivos e tecnologia

Linha III: Linguagem, Ensino e Mediações Tecnológicas

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Raquel Bambirra

EMITIDO PELA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS
MARCAS DO GÊNERO BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Estudos de Linguagens.

Área de concentração: Processos discursivos e tecnologia

Linha III: Linguagem, Ensino e Mídias

G635m Gonçalves, Denise dos Santos.
Marcas do gênero Boletim de Ocorrência emitido pela Polícia Militar de Minas Gerais / Denise dos Santos Gonçalves. - 2013.
222 f. : il. –
Orientadora: Maria Raquel Bambirra.

Dissertação (mestrado) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens, Belo Horizonte, 2013.
Bibliografia.

1. Comunicação na administração policial. 2. Policiais – linguagem. 3. Gêneros textuais. 4. Análise do discurso narrativo. I. Bambirra, Maria Raquel. II. Título.

CDD: 401.4





CEFET-MG

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM ESTUDOS DE LINGUAGENS

DENISE DOS SANTOS GONÇALVES

**Marcas do Gênero Boletim de Ocorrência emitido pela Polícia Militar
de Minas Gerais**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais em 07 de novembro de 2013, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos de Linguagens, aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Prof.ª. Maria Raquel de Andrade Bambirra, Dr.ª. - Orientadora
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Prof. Vicente Aguiar Parreiras, Dr.
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Prof.ª. Mariângela de Andrade Paraizo, Dr.ª.
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof.ª. Reinildes Dias, Dr.ª.
Universidade Federal de Minas Gerais

*Aos bons policiais,
representados pelos tantos que tive a satisfação de conhecer.*

AGRADECIMENTOS

Deus, obrigada por tudo, sempre.

À Prof.^a Dr.^a Maria Raquel de Andrade Bambirra, orientadora da pesquisa, por acolher este trabalho e, desde o primeiro momento, mostrar-se interessada pelo universo, tão alheio à sua rotina, em que se dá a produção do BO. Obrigada por sua avaliação sempre franca e profissional sobre todas as demandas que lhe apresentei. Percebo o grande privilégio que tive por conviver com uma profissional tão competente quanto generosa ao compartilhar seus conhecimentos. Obrigada pelas palavras reconfortantes nas ocasiões em que, muito além da pesquisa, necessitei fortalecer-me para prosseguir neste caminho que desejava tanto percorrer.

À Prof.^a Dr.^a Reinildes Dias, à Prof.^a Dr.^a Mariângela de Andrade Paraizo e ao Prof. Dr. Vicente Aguiar Parreiras, por aceitarem compor a Banca Examinadora desta pesquisa e pelos olhares atenciosos que contribuirão para aperfeiçoar minha própria visão sobre o trabalho.

À Prof.^a Dr.^a Ana Maria Nápoles Villela e ao Prof. Dr. Vicente Aguiar Parreiras, do Posling/CEFET, pela leitura crítica e cuidadosa do projeto de pesquisa que culminou nesta dissertação, especialmente pelos comentários que resultaram intervenções na pesquisa. Minha expectativa é de que vocês encontrem, neste texto, respostas para as inquietações que levantaram em relação ao projeto.

Aos professores do Posling do CEFET pelo grande interesse que demonstraram pela realização da pesquisa e pelas sugestões que ofereceram em diversos momentos do Mestrado. Aos colegas do Mestrado, pelas discussões e contribuições que ampliaram minhas perspectivas sobre a pesquisa. Em especial, às colegas Cristina Matos e Kênia Faria, pela simpatia e pela disponibilidade durante as atividades do curso. Às colegas das seções de orientação, Ana Luzia e Carla Vitarelli, pelas pertinentes e motivadoras intervenções. À Sandra e aos demais funcionários do Posling pela atenção e observações oportunas.

Aos tantos integrantes da PMMG, especialmente da 1^a RPM, da APM e da DAOp, que contribuíram em etapas decisivas para que esta pesquisa se desenvolvesse nos moldes propostos. Em especial, ao Coronel Alexandre Alves, do CPP, por acolher e encaminhar o início dos procedimentos. Ao Coronel Cláudio Antônio Mendes, da DAOp, por autorizar a

coleta do *corpus*. Ao Major Antenor de Sousa Filho, do CINDS, por viabilizar os trabalhos que resultaram na seleção do *corpus*. Ao Tenente Gilmar Rosa e sua equipe, do CINDS, por participarem diretamente do processo de coleta dos exemplares analisados. Ao Coronel Rogério Andrade, da 1ª RPM, por autorizar a coleta dos dados estatísticos. Ao Tenente Cristiano, da Seção de Estatística da 1ª RPM, por tão prontamente levantar e fornecer os dados solicitados. À Cabo Cláudia, à Cabo Rosângela e ao Sgt Müller, do 1º BPM, pela gentileza em buscar o formulário mais antigo do BO apresentado nesta pesquisa. Ao Cap Waldemiro Gomes de Almeida e aos componentes de sua equipe, Tenente Dutra e Sargento Viviane, que se dispuseram a discutir aspectos práticos da elaboração do BO, permitindo o estabelecimento de relações entre os registros de tempo e espaço da produção e os procedimentos operacionais cumpridos pelos policiais. Ao Tenente Robson Barbosa da Silva, agora colega de Mestrado, por estar sempre disponível para ajudar a solucionar dúvidas relativas aos aspectos operacionais que interessavam à pesquisa.

À Delegada da Polícia Civil Verlaine Andrioni de Assis que, de forma tão atenciosa e gentil, dedicou parte de seu tempo para analisar os exemplares de BO e emitir seu parecer sobre eles, etapa importante para a validação da pesquisa.

Aos professores da equipe de Produção Textual Policial e aos alunos dos cursos da PMMG pelas discussões e pelos debates que fizeram surgir a demanda da pesquisa e tantas reflexões que procurei deixar transparecer neste trabalho. Em especial à colega Rita Eloísa Pereira Arantes, pelo olhar crítico em relação aos aspectos gramaticais dos históricos.

À amiga Livia Neide de Azevedo Alves por sua empolgação em relação à pesquisa, pelas palavras motivadoras e pelos momentos de descontração que tornaram esta caminhada mais amena.

Aos amigos e familiares que se entusiasmaram com meu investimento neste desafio do Mestrado e sempre se mostraram interessados em acompanhar o seu desenvolvimento. Minha gratidão ao André e ao Fernando, queridos irmãos que tanto se preocuparam em assumir mais responsabilidades familiares para assegurar-me tranquilidade na reta final do trabalho. À Bárbara e à Larissa, queridas enteadas que, cada uma em seu momento acadêmico, se mostraram excelentes interlocutoras sobre as experiências no mundo da pesquisa.

Ao Glênio, pelas recorrentes provas de amor e paciência que traduzem sua generosidade e conquistam sempre mais o meu amor.

Nem cora o livro de ombrear co' o sabre...

Nem cora o sabre de chamá-lo irmão...

(Antônio de Castro Alves)

RESUMO

O Boletim de Ocorrência é o gênero hipertextual próprio das instituições policiais que se presta ao registro dos fatos que geram a intervenção da polícia. É um gênero regulado pela comunidade discursiva que o emite e que determina padrões de produção textual com vistas ao atingimento das expectativas institucionais. A partir do ano de 2003, o gênero textual Boletim de Ocorrência emitido pela Polícia Militar de Minas Gerais sofreu alterações em sua estrutura, principalmente pela adoção do sistema informatizado para a produção textual, o que gerou a necessidade de que os policiais que lidam com o texto em sua rotina profissional assimilassem as novas características do gênero de maneira a produzi-lo de acordo com as expectativas institucionais. Na tentativa de sistematizar esse conhecimento, esta pesquisa, qualitativa, no formato estudo de caso, buscou explicitar as características do BO. Com sustentação no modelo de análise de textos proposto por Bronckart (2003; 2006), assim como na teoria da estrutura da narrativa de Labov & Waletzky (1967), buscou-se levantar o contexto de produção do BO e suas características, representadas pela estrutura narrativa e pelo seu folhado textual. O *corpus* da pesquisa foi coletado com sustentação no construto teórico das comunidades discursivas (SWALES, 1990; 2009) e é composto por sete exemplares que abordam ocorrências das cinco naturezas de maior incidência na cidade de Belo Horizonte/MG, no primeiro semestre do ano de 2012, conforme dados estatísticos fornecidos pela própria instituição. As análises do contexto de produção permitiram identificar circunstâncias próprias que envolvem a escrita do BO e encaminharam para a formulação de uma proposta de categorização do campo discursivo em que se insere o gênero. A percepção sobre o funcionamento peculiar dos elementos da narrativa no BO possibilitou sinalizar a importância de cada parte do texto na reconstituição dos fatos. A identificação do folhado textual propiciou a categorização dos recursos linguísticos utilizados na sua composição. A validação da análise da pesquisadora se deu com a realização de entrevista com um delegado da Polícia Civil, destinatário mais frequente do BO, que emitiu seu parecer sobre os aspectos positivos e negativos dos exemplares que compuseram o *corpus*, permitindo corroborar as marcas do gênero inventariadas na pesquisa. Como produto final do trabalho, propôs-se um roteiro e uma *checklist*, para auxiliar os redatores do gênero Boletim de Ocorrência.

Palavras-chave: Boletim de ocorrência. Gênero hipertextual. Estrutura narrativa. Folhado textual.

ABSTRACT

The Police Report is a hypertextual genre characteristic of the police institutions, which lends itself to the record of facts that generate police intervention. It is a genre regulated by the discourse community that issues it and determines textual production standards with the intent of fulfillment of institutional expectations. Since the year of 2003 the textual genre: Police Report, issued by the Military Police of Minas Gerais (PMMG), has suffered some changes in its structure, mainly due to the adoption of a computerized system for textual production, which generated the need for police officers who deal with the text in their professional routine to assimilate the new characteristics of the genre in order to be able to write it according to institutional expectations. In the attempt to systematize this knowledge, this qualitative research, in case study format, sought to make explicit the characteristics of the Police Report. Supported by the text analysis model proposed by Bronckart (2003; 2006) as well as by Labov & Waletzky's (1967) narrative structure theory, it sought to bring up the context of the Police Report production and its characteristics represented by the narrative structure and its textual layering. The *corpus* of the research was collected based on the theoretical construc of the discourse communities (SWALES, 1990; 2009) and it is composed of seven samples that broach occurrences of the five natures of highest incidence in the city of Belo Horizonte/MG in the first half of the year of 2012, according to statistical data provided by the PMMG. The analyses of the production context allowed it to identify specific circumstances involved in Police Report writing and led to the formulation of a proposal of categorization of the discursive field in which the genre is inserted. The perception of the peculiar functioning of the narrative elements in the Police Report enabled the highlighting of the importance of each part of the text in the reconstitution of the facts. The identification of the textual layering allowed the categorization of the linguistic resources used in its composition. The validation of the analysis made by the researcher occurred with the conduction of an interview with a Civil Police chief, most frequent receiver of the Police Report, who gave her feedback on the positive and negative aspects that composed the *corpus*, allowing the corroboration of the genre characteristics inventoried in the research. A guide and a checklist were proposed to help the writers of the Police Report genre as a contribution of this work.

Keywords: Police Report. Hypertextual genre. Narrative structure. Textual layering.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	-	Organização da tela inicial do REDS	38
FIGURA 2	-	Recorte tela do REDS: Apresentação dos campos parametrizados	47
FIGURA 3	-	Apresentação de campos parametrizados no BO final	48
FIGURA 4	-	Apresentação do espaço destinado à inserção do histórico no REDS	48
FIGURA 5	-	Apresentação do histórico no BO	49
FIGURA 6	-	Três níveis da arquitetura textual	76
FIGURA 7	-	Recorte do Exemplar 1: Dados gerais	96
FIGURA 8	-	Recorte do Exemplar 1: Origem da comunicação.....	97
FIGURA 9	-	Recorte do Exemplar 1: Dados da ocorrência	97
FIGURA 10	-	Recorte do Exemplar 1: Recibo	98
FIGURA 11	-	Recorte do Exemplar 1: Dados do Relator	102
FIGURA 12	-	Recorte do Exemplar 1: Policiais integrantes da equipe	103
FIGURA 13	-	Recorte do Exemplar 1: Campos iniciais	104
FIGURA 14	-	Recorte do Exemplar 1: Qualificação dos envolvidos	108
FIGURA 15	-	Recorte tela do REDS: Descrição da natureza da ocorrência	109
FIGURA 16	-	Recorte do Exemplar 1: Materiais e armas brancas	111
FIGURA 17	-	Recorte do Exemplar 1: Histórico	112
FIGURA 18	-	Recorte do Exemplar 1: Viaturas e policiais	115
FIGURA 19	-	Recorte do Exemplar 2: Dados gerais	126

FIGURA 20 - Recorte do Exemplar 2: Material 6	128
FIGURA 21 - Recorte do Exemplar 2: Cheque/cartão 3	129
FIGURA 22 - Recorte do Exemplar 2: Documento 4	130
FIGURA 23 - Recorte do Exemplar 2: Histórico	130
FIGURA 24 - Recorte do Exemplar 3: Dados Gerais	134
FIGURA 25 - Recorte tela do REDS: Inserção de naturezas secundárias	135
FIGURA 26 - Recorte tela do REDS: Seleção do tipo de envolvimento	138
FIGURA 27 - Recorte do Exemplar 3: Envolvido 1	139
FIGURA 28 - Recorte do Exemplar 3: Histórico	141
FIGURA 29 - Recorte do Exemplar 3: Responsável pela prisão/apreensão/condução	142
FIGURA 30 - Recorte do Exemplar 3: Origem da comunicação	149
FIGURA 31 - Recorte do Exemplar 3: Destinatário/Recibo 1	149
FIGURA 32 - Recorte do Exemplar 4: Dados Gerais	151
FIGURA 33 - Recorte do Exemplar 4: Material 1	152
FIGURA 34 - Recorte do Exemplar 4: Veículos	153
FIGURA 35 - Recorte do Exemplar 4: Histórico e Modo da ação criminosa	154
FIGURA 36 - Recorte do Exemplar 5: Envolvido 1	160
FIGURA 37 - Recorte do Exemplar 5: Envolvido 2	160
FIGURA 38 - Recorte do Exemplar 5: Histórico	161
FIGURA 39 - Recorte tela do REDS: Registro de violência contra mulher	162

FIGURA 40 - Recorte do Exemplar 6: Envolvido 1	167
FIGURA 41 - Recorte do Exemplar 6: Anexo trânsito	167
FIGURA 42 - Recorte do Exemplar 6: Veículo 1	168
FIGURA 43 - Recorte do Exemplar 6: Dinâmica do acidente	169
FIGURA 44 - Recorte do Exemplar 6: Histórico	170
FIGURA 45 - Recorte do Exemplar 7: Histórico	175

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	-	Orientações normativas da PMMG sobre o BO	50
QUADRO 2	-	Equivalências terminológicas nas teorias de Bakhtin e Bronckart	69
QUADRO 3	-	Relações mundos X ato de produção e formação dos tipos de discurso	72
QUADRO 4	-	Naturezas de ocorrências de maior incidência na 1ª RPM no período de jan. a jun. de 2012	84
QUADRO 5	-	Codificação das naturezas de maior incidência na 1ª RPM no primeiro semestre de 2012	86
QUADRO 6	-	Exemplificação da aplicação dos complementos da natureza (roubo)	87
QUADRO 7	-	Funções dos policiais produtores dos exemplares coletados	89
QUADRO 8	-	Distribuição dos exemplares por Unidades e regiões geográficas	90
QUADRO 9	-	Síntese das informações sobre o momento de produção – Exemplar 01	99
QUADRO 10	-	Síntese do contexto de produção do Exemplar 1	106
QUADRO 11	-	Terminologias designativas dos envolvidos na ocorrência: vítima	110
QUADRO 12	-	Esquematização da estrutura da narrativa – Exemplar 1	116
QUADRO 13	-	Síntese do folhado textual – Exemplar 1	124
QUADRO 14	-	Comparação da sequência de procedimentos – Exemplar 1 e Exemplar 2	126
QUADRO 15	-	Síntese do contexto de produção do Exemplar 2	127
QUADRO 16	-	Esquematização da estrutura da narrativa: Exemplar 2	131
QUADRO 17	-	Síntese do folhado textual – Exemplar 2	133

QUADRO 18	- Síntese do contexto de produção do Exemplar 3	137
QUADRO 19	- Esquematização da estrutura da narrativa – Exemplar 3	143
QUADRO 20	- Síntese do folhado textual – Exemplar 3	148
QUADRO 21	- Síntese do contexto de produção do Exemplar 4	150
QUADRO 22	- Esquematização da estrutura da narrativa – Exemplar 4	155
QUADRO 23	- Síntese do folhado textual – Exemplar 4	157
QUADRO 24	- Síntese do contexto de produção do Exemplar 5	159
QUADRO 25	- Esquematização da estrutura da narrativa – Exemplar 5	162
QUADRO 26	- Síntese do folhado textual – Exemplar 5	163
QUADRO 27	- Síntese do contexto de produção do Exemplar 6	165
QUADRO 28	- Esquematização da estrutura da narrativa – Exemplar 6	170
QUADRO 29	- Síntese do folhado textual – Exemplar 6	172
QUADRO 30	- Síntese do contexto de produção do Exemplar 7	174
QUADRO 31	- Esquematização da estrutura da narrativa – Exemplar 7	176
QUADRO 32	- Síntese do folhado textual – Exemplar 7	177
QUADRO 33	- Movimentos da orientação na narrativa	186
QUADRO 34	- Movimentos da complicação na narrativa	187
QUADRO 35	- Movimentos da avaliação na narrativa	188

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	- Análise do discurso
APM	- Academia de Polícia Militar
BO	- Boletim de Ocorrência
BPM	- Batalhão de Polícia Militar
BPTran	- Batalhão de Polícia de Trânsito
CEGESP	- Curso de Gestão Estratégica em Segurança Pública
CPE	- Comando de Policiamento Especializado
CESP	- Curso de Especialização em Segurança Pública
Cia PM Ind	- Companhia de Polícia Militar Independente
Cia PM Ind MAT	- Companhia Independente de Meio Ambiente e Trânsito
CICOp	- Centro Integrado de Comunicações Operacionais
CINDS	- Centro Integrado de Informações de Defesa Social
CPP	- Código de Processo Penal
DAOp	- Diretoria de Apoio Operacional
Detran	- Departamento de Trânsito
DEMID	- Divisão Especializada de Crimes contra a Mulher, Idoso e Portador de Deficiência
DOPCAD	- Divisão Especializada de Orientação e Proteção à Criança e ao Adolescente
ISD	- Interacionismo sociodiscursivo
PMMG	- Polícia Militar de Minas Gerais
REDS	- Registro de Eventos de Defesa Social
REFAP	- Registro de Fatos Policiais
RGPM	- Regulamento Geral da Polícia Militar
RPM	- Região de Polícia Militar
SINDS	- Sistema Integrado de Defesa Social

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
1.1	Contextualização e justificativa	19
1.2	Objetivos	26
1.2.1	Geral	26
1.2.2	Específicos	26
1.3	Perguntas de pesquisa	26
1.4	Organização do trabalho	27
2	REVISÃO DA LITERATURA	29
2.1	O Boletim de Ocorrência como objeto de estudo em trabalhos acadêmicos .	30
2.2	Prescrições institucionais para a produção Boletim de Ocorrência	47
2.3	Bases teóricas para identificação das marcas do Boletim de Ocorrência.....	51
2.3.1	A perspectiva Bakhtiniana	52
2.3.2	A questão do suporte e sua interferência no gênero	55
2.3.3	Comunidade discursiva	59
2.3.4	A narrativa e sua estrutura geral	64
2.3.5	O contexto de produção e o folhado textual	66
3	METODOLOGIA	78
3.1	Natureza da pesquisa e formato metodológico	78

3.2	Objeto da investigação	79
3.2.1	Delimitação temporal e espacial do <i>corpus</i>	79
3.2.2	Representante da comunidade discursiva e integralização do <i>corpus</i>	87
3.3	Crítérios para análise dos exemplares	91
3.4	Validação da análise da pesquisadora	93
4	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS BOLETINS DE	
	OCORRÊNCIA	95
4.1	Análise da pesquisadora	95
4.1.1	Exemplar 1	95
4.1.1.1	Contexto de produção	95
4.1.1.2	Os elementos da narrativa	106
4.1.1.3	O folhado textual	117
4.1.1.4	Confrontação com as prescrições institucionais	124
4.1.2	Exemplar 2	125
4.1.2.1	Contexto de produção	125
4.1.2.2	Os elementos da narrativa	127
4.1.2.3	O folhado textual	131
4.1.2.4	Confrontação com as prescrições institucionais	133
4.1.3	Exemplar 3	134
4.1.3.1	Contexto de produção.....	134

4.1.3.2	Os elementos da narrativa	137
4.1.3.3	O folhado textual	144
4.1.3.4	Confrontação com as prescrições institucionais	148
4.1.4	Exemplar 4	150
4.1.4.1	Contexto de produção	150
4.1.4.2	Os elementos da narrativa	151
4.1.4.3	O folhado textual	155
4.1.4.4	Confrontação com as prescrições institucionais	158
4.1.5	Exemplar 5	158
4.1.5.1	Contexto de produção	158
4.1.5.2	Os elementos da narrativa	159
4.1.5.3	O folhado textual	163
4.1.5.4	Confrontação com as prescrições institucionais	164
4.1.6	Exemplar 6	165
4.1.6.1	Contexto de produção	165
4.1.6.2	Os elementos da narrativa	166
4.1.6.3	O folhado textual	171
4.1.6.4	Confrontação com as prescrições institucionais	172
4.1.7	Exemplar 7	173
4.1.7.1	Contexto de produção	173
4.1.7.2	Os elementos da narrativa	175

4.1.7.3	O folhado textual	176
4.1.7.4	Confrontação com as prescrições institucionais	178
4.1.8	Considerações quanto às transgressões à norma culta	178
4.2	Análise comparativa: validação da análise da pesquisadora	180
5	CONCLUSÃO	184
5.1	Retomada das perguntas de pesquisa	184
5.2	Contribuições do presente estudo	194
5.2.1	Proposta de caracterização do domínio discursivo em que se insere o BO ...	194
5.2.2	Apresentação de material de suporte à produção do BO	196
5.3	Sugestões para futuras pesquisas	200
5.4	Considerações finais	201
6	REFERÊNCIAS	203
7	ANEXOS	208
8	APÊNDICES	217

qualquer policial militar cujo empenho preveja seu deslocamento para locais onde ocorreram fatos que exijam a intervenção da PMMG deve formalizar suas ações com o registro do Boletim de Ocorrência.

A maneira como o texto se configura no BO, especialmente em razão da distribuição dos campos parametrizados, já salientava sua estrutura hipertextual, caracterizada pelo modo de produção e organização textual que permite a produção e o processamento em uma sequência não linear³.

Os relatores se utilizavam de conceitos construídos a respeito do gênero, adquiridos pela observação dos textos existentes e, também, pelas informações transmitidas pelos responsáveis por sua formação técnica, nos diversos cursos e treinamentos promovidos pela instituição.

Assim, com o uso, consolidaram-se a forma (aspectos estéticos) e o conteúdo (seleção de informações e vocabulário) que, por várias décadas, constituíram o gênero BO. Essa consolidação não foi acompanhada do aprofundamento das abordagens linguísticas a respeito do texto, muito embora, em situações específicas, a própria instituição tivesse produzido normas que abordavam aspectos pontuais do BO.

Ocorre que, no ano de 2002, a PMMG instituiu um novo formulário para o BO, caracterizado por uma nova modelagem que proporcionaria mais qualidade no registro das informações referentes à segurança pública (MINAS GERAIS, 2002). Esse formulário, que passou a vigorar a partir de janeiro de 2003, apresentava, como principais diferenças em relação ao anterior:

- a) a ampliação dos campos destinados a informações sobre a ocorrência;
- b) a vinculação dessas informações com códigos, listados em tabelas, que permitiriam a padronização dos registros lançados no documento.

Também no ano de 2003 (MINAS GERAIS, 2003a), como uma das medidas que visaram à integração operacional das ações da Polícia Militar e da Polícia Civil, instituiu-se um novo modelo de BO – ANEXO B –, comum às duas instituições policiais do estado e que entrou

³ Nesta pesquisa, abraçou-se o entendimento de Marcuschi, para quem “o hipertexto não é um fenômeno do meio estritamente eletrônico ou exclusivamente do meio digital” (MARCUSCHI, 2005b, p. 186). Abraçou-se, no presente trabalho, o entendimento de que hipertexto é “um modo de produção textual que pode estender-se a todos os gêneros dando-lhes nesse caso algumas propriedades específicas” (MARCUSCHI, 2010, p. 31).

em vigor a partir de agosto daquele ano. O formulário padronizado nessa época teve por base o formulário que já estava em uso na PMMG.

As modificações implementadas no ano de 2003 geraram mudanças substanciais na materialização do gênero, tais como:

- a) utilização do ambiente virtual para produção, a partir dos recursos do sistema de Registro de Eventos de Defesa Social (REDS);
- b) ampliação dos prováveis relatores do BO, já que, a partir de então, os policiais civis também passaram a utilizar o formulário para efetuar os registros decorrentes de sua atuação;
- c) redução das informações que constam do *histórico*, com a ampliação dos chamados campos parametrizados – tabelas das folhas de qualificação. Assim, ficou estabelecido, nas normas institucionais que orientam a redação do documento, que se deve usar a codificação – priorizando o preenchimento das tabelas da folha de qualificação –, mantendo-se no *histórico*, via de regra, as informações não contempladas nos campos parametrizados.

Implementado, o atual BO gerou situações de utilização que não eram possíveis anteriormente, tais como:

- a) a possibilidade de complementação posterior do Boletim de Ocorrência, pelo mesmo policial que o redigiu inicialmente ou por outro, de acordo com a função deste, em campo apropriado para inserção de informações que chegaram ao conhecimento da autoridade policial após o registro inicial;
- b) acesso mais ágil ao BO, já que, disponível no ambiente virtual, pode ser localizado por usuários – policiais civis e militares – que sejam habilitados para utilizar o sistema. Como resultado, os interessados no documento podem recorrer a postos policiais situados em pontos diversos do estado ou mesmo imprimi-lo a partir de acesso ao *site* do SIDS⁴, ao contrário do que ocorria anteriormente: tratando-se de versão impressa, o documento somente poderia ser retirado no setor que possuía a única via disponível;

⁴ A partir do nº do BO ou de dados pessoais de envolvidos na ocorrência, o BO pode ser impresso pelo endereço <https://www.sids.mg.gov.br/ocorrencia/impressao-de-boletins-de-ocorrencia>

- c) maior simplicidade na redação e na leitura do *histórico*, que passa a ser um texto cada vez mais conciso e que se caracteriza por conter as informações principais sobre a ocorrência policial;
- d) agilização dos registros e das análises dos fatores que interferiram no fato exposto, permitindo uma célere condensação e, por fim, planejamento mais adequado do emprego das forças policiais.

Ao mesmo tempo, foram expedidas orientações normativas para preenchimento do BO, fruto de uma instrução assinada pelo Comandante-Geral da PMMG e pelo Chefe da Polícia Civil do Estado (MINAS GERAIS, 2003b). A norma tem o valor de reiterar o compromisso de ambas as instituições no que se refere à uniformização da elaboração do BO. O caráter conjunto dessa norma formaliza a necessidade de que os profissionais que atuam tanto em uma quanto em outra instituição conheçam e utilizem, de forma padronizada, o gênero BO.

No ano de 2004, com vistas a aprimorar o Sistema de Defesa Social do Estado, propiciando a integração dos órgãos que o compõem – Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiro Militar, especialmente com o compartilhamento dos bancos de dados dessas instituições, foram instituídas tabelas auxiliares utilizadas para classificar e codificar os dados dos eventos registrados no REDS, dentre os quais se inclui o BO (MINAS GERAIS, 2004). Essa medida formalizou o compromisso das três instituições no sentido de buscar uniformização na produção dos textos que subsidiariam todo o trabalho de processamento estatístico que embasaria a análise criminal, a avaliação da produtividade e, em consequência, os planejamentos voltados para a segurança pública no estado.

Com essas medidas, pretendeu-se a padronização das informações que alimentariam, a partir de então, os bancos de dados referentes à segurança pública em Minas Gerais. Como resultado da implementação do BO informatizado, potencializaram-se e ampliaram-se os hipertextos, agora eletrônicos, à medida que, em maior número do que na versão utilizada até o ano de 2002, tornam-se cada vez mais imprescindíveis para o processamento do texto.

Da mesma forma, a produção de sentido pelo leitor também somente se dá com o apoio das informações dos campos parametrizados, ou seja, é necessário que esteja devidamente assinalado para ele como se dá a conexão das informações existentes nesses campos com aquelas que constituem a narrativa inserida no *histórico*.

Assim, o *histórico* do BO depende ainda mais dos campos parametrizados; sem a amarração adequada dessas partes (*histórico* e campos parametrizados), não é possível redigir o gênero da forma como pretende a instituição. Como consequência, tornou-se necessária a familiarização dos relatores com as mais recentes características do gênero. Isso ocorre porque, ao mesmo tempo em que o novo formato contribuiu para imprimir maior concisão no *histórico* do BO, gerou a necessidade de que os relatores reformulassem a produção textual, buscando mecanismos que permitissem a conexão entre as duas partes do documento, preservando a unidade de sentido do gênero textual.

Apesar disso, ainda se observa, com grande frequência, a existência de *históricos* que concentram informações atualmente entendidas como impróprias – aquelas que deveriam constar apenas dos campos parametrizados, além de outros elementos que não deveriam figurar nessa parte do BO, tais como vocativo e fecho, para citar exemplos mais simples. Essa constatação é facilmente comprovada a partir:

- a) da análise dos Boletins de Ocorrência produzidos recentemente;
- b) dos textos produzidos por alunos dos cursos de formação da PMMG (muitos deles policiais que já atuavam operacionalmente antes de serem matriculados);
- c) da existência de documentos recentes, expedidos pela instituição, com o insistente objetivo de alertar sobre a necessidade de se observarem as normas para redação do Boletim de Ocorrência, alguns com indicações de problemas técnicos observados nos textos já registrados.

Embora não se desconsidere a possibilidade de, eventualmente, utilizar-se o recurso de escrita manual, o uso do formato informatizado desse documento já é predominante em todo o estado de Minas Gerais. A necessidade de produzir o documento de forma manuscrita poderia decorrer, por exemplo, de casos de interrupção do sistema ou da momentânea falta de acesso pelo relator. A impossibilidade de aguardar a solução do problema técnico para encerrar o registro acontece nos casos em que essa medida deve ser imediata⁵. Não se desconsidera,

⁵ A PMMG difere as ocorrências que requerem registro imediato daquelas que admitem registro posterior. As chamadas ocorrências de *registro imediato* são aquelas que envolvem fatos mais graves, com condução de pessoas presas ou materiais apreendidos, por exemplo. Nesses casos, o empenho do policial se encerra com o registro do BO. Nas chamadas ocorrências de *registro posterior*, que permitem a postergação do registro (por exemplo, em casos de perda de objetos, pequenos furtos ou acidentes menos graves) o policial militar fica liberado mais rapidamente para empenho em outras ocorrências. Quando predominava o registro manuscrito, a administração da PMMG se encarregava de encaminhar os BO para registro posterior. Com o Boletim

nesses casos, a possibilidade de, sanado o problema técnico que determinou o registro manuscrito, as informações serem lançadas no ambiente virtual para fins de composição do banco de dados.

O BO produzido no meio informatizado tem agregado diversos formulários, antigamente existentes no meio impresso. Inicialmente, foram disponibilizados a primeira parte do documento (formulário de qualificação) e o formulário destinado ao *histórico* e aos dados de controle interno (tais como integrantes da guarnição policial, responsável pela prisão, relator do documento, recibo da autoridade destinatária).

Com a evolução do sistema, foram incorporadas outras partes que já eram disponíveis no meio impresso, tais como o formulário complementar de acidente de trânsito (para dados dos veículos e do acidente etc.), o formulário complementar de infrações relacionadas ao meio ambiente (autuações, animais, materiais, documentos apreendidos etc.), o formulário para registro do Auto de Resistência (quando esse fato decorre da ação policial narrada na ocorrência), além dos formulários destinados à descrição das armas utilizadas pelos policiais e dos demais materiais relacionados ao evento (materiais apreendidos, por exemplo). A este ponto é importante lembrar que somente os formulários básicos destinados, por exemplo, aos dados gerais da ocorrência, à qualificação dos envolvidos e ao *histórico* estão presentes em todos os BO. Os demais são agregados de acordo com a necessidade que decorre das características da própria ocorrência. Assim, ocorrências de trânsito requerem formulários próprios, ocorrências com resistência requerem o Auto de Resistência, por exemplo.

Alguns estudos acadêmicos já foram desenvolvidos a partir da análise do BO. No entanto, como será demonstrado no capítulo destinado à revisão da literatura, não se detiveram a avaliar as alterações de características constitutivas do gênero que tiveram como marco a transposição do suporte formulário impresso para o ambiente virtual. Dessa forma, a presente pesquisa pretende preencher a lacuna deixada pela ausência de estudos que permitiriam perceber quais são as características desejadas para o atual BO e quais recursos textuais o relator deve utilizar para alcançar os efeitos pretendidos.

Os diversos documentos expedidos pelas instituições policiais do estado são eficientes no sentido de alertar para a técnica referente ao preenchimento dos campos parametrizados do

informatizado, o próprio policial relator encerra o registro após o seu turno operacional, remetendo-o, via sistema, ao destinatário.

BO, bem como de apontar problemas decorrentes da falta de qualidade no texto final. Contudo, não se dedicam ao estudo do gênero propriamente dito, tarefa que pode ser desenvolvida por profissionais da linguística, com o objetivo de auxiliar para que os relatores desenvolvam a competência para produção do gênero hipertextual.

A experiência na docência e na coordenação de disciplinas voltadas para a produção textual policial nos cursos de formação e de habilitação de profissionais da Polícia Militar permite constatar que o processo de ensino e aprendizagem referente ao atual BO esbarra nas dificuldades geradas pela ausência de trabalhos que definam esse documento como um gênero hipertextual, a partir da clara percepção sobre os aspectos que o constituem.

Além disso, docentes e discentes da PMMG carecem de formulações teóricas que lhes permitam perceber as condições de escrita e de processamento e identificar as estratégias adequadas para construção de sentido com o apoio, cada vez mais requisitado, dos hipertextos.

O BO é um gênero de circulação relativamente restrita, em virtude do caráter rigidamente ligado à prestação de serviços das instituições policiais do estado. Por outro lado, apesar de o destinatário do texto ser, geralmente, uma autoridade policial – em grande parte das vezes Delegado da Polícia Civil – outros leitores podem acessar o texto, a exemplo da autoridade judiciária que julga processos decorrentes do fato narrado e todos os outros que tenham interesse no assunto: partes, advogados, empresas seguradoras etc. Por esse motivo, a elaboração e a divulgação novos estudos a respeito do gênero poderão contribuir para que os leitores eventuais, assim classificados aqueles que não são os destinatários primeiros do texto, também reconheçam as características próprias do BO e, dessa forma, utilizem, de maneira mais eficiente, esse gênero.

A percepção do alcance da interferência do novo suporte no gênero, tal como propôs Marcuschi (2008), poderá permitir práticas pedagógicas mais eficazes, que resultarão na produção de textos mais adequados aos objetivos aos quais se destinam e, por fim, na redação de um documento, em situação real de uso, que vai ao encontro dos esforços dedicados à “melhoria da qualidade da prestação de serviços, por meio da implantação de sistemas que possibilitem a compreensão exata do fenômeno criminal” (MINAS GERAIS. CINDS/DAOP, 2011).

Nesse quadro, pretende-se que a pesquisa contribua para o desenvolvimento da competência genérica dos relatores do BO, o que, supõe-se, repercutirá positivamente nos resultados dos trabalhos desenvolvidos pela PMMG.

1.2 Objetivos

1.2.1 Geral

Explicitar as características do gênero Boletim de Ocorrência, visando a orientar profissionais da PMMG na escrita do documento.

1.2.2 Específicos

- a) Levantar o contexto de produção do BO;
- b) identificar as características do gênero BO.

1.3 Perguntas de pesquisa

Diante dos objetivos estabelecidos para a presente pesquisa, os trabalhos serão desenvolvidos com vista a responder às seguintes perguntas:

- a) qual é o contexto de produção do BO?
- c) quais são as demais características do gênero BO?

1.4 Organização do trabalho

Na sequência deste capítulo introdutório, o trabalho foi organizado em outros capítulos, cujos objetivos e conteúdos serão apresentados a seguir.

O capítulo 2 contém a revisão da literatura referente aos estudos que antecedem e fundamentam a realização da pesquisa. Os estudos dispostos nesse capítulo serão apresentados em três grandes movimentos.

O primeiro movimento da revisão da literatura apresenta as pesquisas prévias que tiveram o BO emitido na PMMG como objeto de estudos. Trata-se da apresentação do estado da arte sobre o gênero BO, o que permite constatar algumas das lacunas que o presente trabalho se dispôs a preencher. O conjunto de estudos prévios representa contribuição para o desenvolvimento desta pesquisa e, em grande parte, corrobora a necessidade do aprofundamento nos estudos sobre o gênero BO.

O segundo movimento destaca as prescrições normativas da instituição PMMG a respeito da produção do BO. A inserção desse movimento decorreu de uma ressalva institucional quanto à qualidade dos BO que integram o *corpus* de pesquisa: possíveis aspectos que contrariassem as orientações normativas comprometeriam a qualidade dos textos. Ao final das análises, as características identificadas foram confrontadas com as prescrições institucionais. Dessa forma, marcas identificadas que estivessem em desacordo com tais prescrições foram excluídas do rol de aspectos desejados para o gênero.

Por fim, o terceiro movimento da revisão da literatura apresenta o arcabouço teórico que fundamenta as análises desenvolvidas na pesquisa.

No capítulo 3, explicita-se a metodologia aplicada à pesquisa, com detalhamentos sobre os critérios que fundamentaram a coleta do *corpus*, a análise dos exemplares, a validação da pesquisa e a elaboração de um material de suporte à redação do BO – roteiro e *checklist*. Para isso, detém-se na exposição da natureza e do formato metodológico, nos métodos da coleta e seleção do *corpus*, nos passos da análise desenvolvida pela pesquisadora, nos procedimentos para realização da entrevista de validação e nos aspectos considerados para a elaboração do material de suporte à redação do BO.

Dedica-se o capítulo 4 à apresentação e à discussão do *corpus* de pesquisa. Nesse capítulo, apresentam-se as análises individualizadas por exemplar e, ao final, a comparação entre as análises feitas pela pesquisadora e às feitas por uma Delegada de Polícia, para fins de validação.

A conclusão da pesquisa é apresentada no capítulo 5. A retomada das perguntas de pesquisa permite avaliar o alcance do trabalho em relação aos objetivos propostos. Em virtude disso, expõe-se a contribuição do estudo, materializada na apresentação de um material para orientação da produção escrita do BO e na proposição para o seu enquadramento em um domínio discursivo. Apresentam-se, também, sugestões para futuras pesquisas. O capítulo é encerrado com a apresentação das considerações finais.

2 REVISÃO DA LITERATURA

A partir de teorias que levaram à percepção de que a competência para utilizar os gêneros textuais é determinante para a realização das práticas sociais do ser humano, os gêneros tornaram-se objeto de estudo em pesquisas acadêmicas sob a luz de formulações teóricas diversas.

Nesse sentido, o BO produzido pela Polícia Militar de Minas Gerais tem sido tomado como objeto de estudos. Esses trabalhos se dedicam a identificar e analisar aspectos pontuais do documento ou, ainda, fatores práticos que interferem na produção, na circulação e no processamento do gênero.

Na própria PMMG, o BO tem sido objeto de estudos por Oficiais, como requisito parcial do Curso de Especialização em Gestão Estratégica de Segurança Pública (CEGESP), que possui nível de especialização *latu senso* e cujos discentes são maiores ou tenentes-coronéis da instituição, assim como do Curso de Especialização em Segurança Pública (CESP), também em nível de especialização *latu senso*, cujos discentes são capitães da instituição. Tais cursos são desenvolvidos pela Academia da Polícia Militar (APM), em parceria com a Fundação João Pinheiro, e a aprovação neles é requisito para promoção aos postos de coronel e major, respectivamente.

Considerar os estudos sobre o BO desenvolvidos no CEGESP e no CESP torna-se relevante para a presente pesquisa, especialmente porque, via de regra, são elaborados por policiais militares que atuam em funções que se relacionam ao uso prático do documento, muitas das vezes em função de gerência das atividades que são abordadas, o que, portanto, lhes permite uma visão privilegiada dos problemas tratados nos estudos desenvolvidos.

Além disso, há pesquisas desenvolvidas por estudiosos da área da linguística que objetivam abordar aspectos textuais do BO e que, portanto, oferecem contribuição importante para outras pesquisas que pretendam contemplar os aspectos linguísticos e retóricos do documento, como é o caso da presente dissertação.

Sabendo-se que a PMMG expede normas que abordam o BO, importa levantar quais são as orientações institucionais existentes a respeito da produção desse texto.

Assim, este capítulo será desenvolvido em três movimentos: o primeiro apresentará alguns dos trabalhos acadêmicos – desenvolvidos na própria Academia da PMMG e em outras instituições de ensino, que têm o BO como objeto de estudo; o segundo destacará, a partir da consulta a documentos institucionais que tratam da produção do BO, aspectos que a própria PMMG aponta como de observação necessária; o terceiro apresentará as bases teóricas que serviram para sustentar a metodologia adotada e a análise dos BO objeto da presente pesquisa, assim como a construção de um material para orientar a produção escrita do gênero na PMMG.

2.1 O Boletim de Ocorrência como objeto de estudo em trabalhos acadêmicos

As pesquisas revistas nesta seção contemplam, mas não esgotam, a produção acadêmica que toma o BO da PMMG como objeto de pesquisa. Dois parâmetros serviram para balizar a seleção que será apresentada na sequência:

- a) pesquisas realizadas nos cursos que a PMMG realiza em parceria com a Fundação João Pinheiro para a especialização de oficiais intermediários (capitães) e superiores (majores e tenentes coronéis). Em razão do recorte delimitado – ambiente de produção PMMG, curso de origem e autores – enquadram-se neste critério, em sua maioria, pesquisas do gênero monografia;
- b) as pesquisas da área de Letras que abordaram o BO com vistas a identificar aspectos variados desse gênero. O recorte da seleção alcançou pesquisas *stricto sensu* (dissertações e teses), essencialmente em virtude do nível de profundidade esperado dessas pesquisas. Dessa forma, a revisão não desconsidera a existência de pesquisas de graduação ou especialização que, desenvolvidas em instituições de ensino superior diversas, abordem aspectos linguísticos do BO.

Para definição quanto à ordem de apresentação das pesquisas acadêmicas realizadas sobre os BO emitidos pela PMMG, poder-se-ia classificá-los por ambiente de produção, assim entendidos os cursos realizados na PMMG ou fora dela; outra possibilidade seria classificá-las de acordo com a área de pesquisa – aquelas relacionadas à linguística ou à defesa social, por exemplo.

Decidiu-se, no entanto, apresentar tais pesquisas por ordem cronológica de produção, entendendo-se que, dessa forma, é possível visualizar, com mais clareza, como as abordagens sobre o BO emitido pela PMMG tornaram-se foco de estudos com o passar do tempo.

Partindo do pressuposto de que os textos dos *históricos* dos Boletins de Ocorrência produzidos na 10ª Companhia de Polícia Militar Independente (10ª Cia PM Ind)⁶ possuíam baixa qualidade – identificada pela grande incidência de pessoas que solicitavam correção dos dados inseridos nos documentos, assim como de transgressões referentes à norma culta da língua, Oliveira (2000) propôs-se a estudar quais fatores determinavam essa situação. Para tanto, desenvolveu uma pesquisa de caráter documental e bibliográfico, com aplicação de questionários para autoridades civis e para policiais militares que redigiam, fiscalizavam e recebiam o BO – 19 delegados da Polícia Civil, 07 representantes de companhias seguradoras, 328 militares da 10ª Cia PM Ind, além de analisar 2193 exemplares de BO.

Oliveira (2000) constatou a existência de opiniões negativas quanto à qualidade dos BO analisados, sob as perspectivas dos militares e dos civis que participaram da pesquisa. Os principais problemas apontados se referiam ao uso da norma padrão da língua portuguesa e incluíam a ortografia e a pontuação, esta com maior frequência. O conteúdo, no entanto, foi considerado um aspecto positivo pelos participantes da pesquisa. Observou-se que os BO aos quais foi atribuído o menor grau de qualidade haviam sido produzidos por policiais militares das graduações de cabos e soldados⁷, ou seja, aqueles que possuem menor graduação da instituição, se comparados aos sargentos e subtenentes. A pesquisa concluiu que a baixa qualidade dos boletins não está relacionada ao menor grau de escolaridade dos seus produtores, nem ao maior tempo em que eles pertencem aos quadros da PMMG. Desconsiderou-se, no entanto, nessa conclusão, que as promoções na PMMG estão vinculadas, de maneira geral, à participação e aprovação em cursos internos que se prestam a preparar os policiais para o exercício das atribuições referentes aos cargos que assumirão. Assim, quanto maior a graduação que o policial ocupa na instituição, maior foi o número de cursos que frequentou na própria PMMG, o que, em princípio, teria repercussão na qualidade dos serviços prestados por ele. Esse entendimento é compatível com a constatação

⁶ À época da pesquisa, a 10ª Cia PM Ind era a Unidade da PMMG responsável pelo policiamento ostensivo na cidade de Ituiutaba e em municípios vizinhos, em uma área de vinte mil quilômetros quadrados e com uma população estimada em duzentos e vinte mil habitantes, conforme dados de Oliveira (2000).

⁷ Na hierarquia funcional da PMMG, a graduação inicial é a de soldado, seguida pela de cabo. Na sequência, estão as graduações de 3º, 2º e 1º sargento e subtenentes. A partir daí, seguem-se os cargos referentes aos oficiais, cuja descrição detalhada não importou aos estudos desenvolvidos por Oliveira (2000), visto que, em virtude das atribuições próprias, esses militares não redigem, com frequência, Boletins de Ocorrência.

apresentada por Oliveira (2000) de que a má qualidade do treinamento ministrado na 10ª Cia PM Ind poderia ser uma das causas da má qualidade dos BO analisados.

Embora os estudos desenvolvidos por Oliveira (2000) tivessem indicado que a maior causa dos problemas identificados nos BO analisados fosse a falta de interesse dos policiais militares relatores, eles não detalharam, por não se constituírem em objetivo da pesquisa, os motivos que determinaram tal atitude em relação ao gênero textual.

É importante considerar que, por ocasião dos trabalhos desenvolvidos por Oliveira (2000), o formulário utilizado para a produção do BO era, em diversos aspectos, diferente do que está em vigor atualmente. Além disso, àquela época, o documento era produzido apenas na versão manuscrita, uma situação diferente da que ocorre hoje em dia. Por outro lado, a estrutura básica do BO então utilizado era semelhante à presente no que se refere a estar dividida em duas categorias principais: as tabelas com as informações iniciais e o local para a redação da parte narrativa – o *histórico* propriamente dito. Apesar disso, a pesquisa focou apenas no *histórico* e, por esse motivo, não abordou as relações dessa parte com o restante do documento. Algumas consequências da incrementação das tabelas, em decorrência da implementação do boletim informatizado, já foram abordadas anteriormente na introdução desta pesquisa e serão retomadas mais adiante na discussão sobre suporte.

Para Alkimin (2004), a complexidade dos conflitos estabelecidos no local de uma ocorrência policial requer do produtor do BO o acionamento de competências linguísticas, discursivas, situacionais e pragmáticas. As primeiras se referem aos conhecimentos propriamente linguísticos, relacionados à compreensão semântica e gramatical, assim como os recursos léxico-gramaticais necessários à organização do texto. Também se incluem nessa categoria os conhecimentos sociolinguísticos – relacionados à compreensão das variedades utilizadas pelos envolvidos e à seleção da variante adequada para a produção do BO – e os textuais, que incluem a capacidade para compreender os textos orais produzidos pelos envolvidos, assim como a aplicação dos princípios de textualidade – coerência, coesão, informatividade e intertextualidade, na produção do BO, que envolve a retextualização desses relatos orais.

As competências discursivas incluem a distinção entre o plano da compreensão e o da enunciação – que se referem ao posicionamento do policial militar redator como destinatário e interpretante das versões dos envolvidos, assim como enunciador – por ocasião da redação do documento.

Por sua vez, no que se refere à competência situacional e pragmática, estão envolvidas as habilidades para perceber as formas como se configura a situação de produção, assim considerados o arranjo psicossocial do grupo, o grau de tensão e de hostilidade estabelecidas, o perfil emocional dos participantes, bem como a sua destreza para lidar com esse quadro, para ser capaz de “fazer prevalecer o contrato de fala legal e institucionalmente devido para essas circunstâncias” (ALKIMIN, 2004, p. 146).

Nesse quadro, Alkimin (2004) estudou os aspectos discursivos do BO, especificamente os decorrentes de acidentes de trânsito, interessada em compreender os fenômenos linguísticos envolvidos na produção desse gênero. Fundamentando-se, especialmente, nas teorias da semiolinguística⁸ e da textualidade⁹, Alkimin (2004) analisou 06 (seis) BO referentes a ocorrências de trânsito, produzidos pela PMMG, além de um Boletim de Acidente Aeronáutico, produzido pela Força Aérea Brasileira. Questionários aplicados a militares contribuíram para a construção da encenação discursiva que se estabelece por ocasião da produção dos boletins. Além disso, a pesquisadora submeteu alguns exemplares de boletins à apreciação de peritos de seguradoras¹⁰ e de um juiz, que se manifestaram sobre a qualidade dos textos desses documentos. Também, analisou um manual de redação produzido para utilização em um curso preparatório de policiais militares, datado do ano de 2000¹¹.

Dentre as observações de Alkimin (2004), consta a que decorre dos comentários de um dos peritos que analisou o texto do BO de trânsito: diante de uma passagem que lhe pareceu incoerente, o profissional registrou sua impressão de que possivelmente o policial relator cometera um engano ao redigir o texto. A pesquisadora ponderou, diante dessa análise, quanto à desconsideração, por parte do perito, da possibilidade de que a incoerência tenha sido originária na fala do envolvido – responsável por prestar a informação que fora registrada no BO. Assim, o perito teria ignorado a possibilidade de que, em seu depoimento, o envolvido não soubesse exatamente como teria ocorrido o acidente ou, então, que não tivesse a habilidade necessária para descrevê-lo. Quanto a essa passagem, Alkimin (2004) constata a interferência psicossocial na leitura do texto, representada pela visão do perito que,

⁸ Perspectiva de Patrick Charaudeau.

⁹ De Robert de Beugrande.

¹⁰ Nas pesquisas desenvolvidas por Alkimin (2004) os peritos avaliaram boletins relacionados às suas respectivas áreas de atuação. Assim, o BO da PMMG foi analisado pelo perito especialista em acidentes de trânsito terrestre.

¹¹ Embora o manual em questão não tenha sido analisado nesta pesquisa, observa-se, tomando-se por base as prescrições relatadas por Alkimin (2004), que algumas orientações não mais estão em vigor, tais como a necessidade de mencionar a forma como se deu o acionamento do policial, que figuraria na introdução do histórico.

interessado em representar a empresa seguradora, excluiu a possibilidade de que o relator do BO representasse a fala do envolvido justamente como uma estratégia para registrar que havia algo de errado nela.

Essa constatação de Alkimin (2004) permite estabelecer considerações quanto à definição de procedimentos e, conseqüentemente, escolhas retóricas e linguísticas adequadas para a redação do BO. Requer, no entanto, a percepção de orientações sobre quem deve ser o responsável por definir as escolhas mais apropriadas para produção do gênero. Essas considerações serão tratadas mais adiante quando, ainda neste capítulo, for abordado o conceito de *Comunidade Discursiva*.

Alkimin (2004) conclui que as situações extralinguísticas interferem significativamente na produção do BO. Além disso, destaca que “os seres actantes dessa situação compartilham os saberes e têm expectativas comunicativas compatíveis com o tecido textual, condições importantes para o exercício de produzir sentido” (ALKIMIN, 2004, p. 204). Finalmente, ressalta que está além dos aspectos gramaticais a preparação dos policiais para produção do BO e que essa preparação passa pela percepção, do próprio policial, sobre os interpretantes e destinatários do texto, sobre as circunstâncias de leitura, sobre as restrições sociolinguísticas, por exemplo.

Dessa forma, os estudos de Alkimin (2004) oferecem perspectivas para as atividades que fundamentam o ensino do gênero BO. Não se constituía objeto da pesquisa apontar aspectos retóricos e linguísticos que poderiam ser abordados na prática pedagógica do gênero, portanto, a pesquisa de Alkimin (2004) não adentrou essa esfera.

Em seus estudos a respeito do fenômeno da argumentação no Tribunal do Júri, Lima (2006) analisa as peças de um Processo Penal, dentre elas o Boletim de Ocorrência, documento primeiro do processo. Trata-se de um BO do ano de 1980, que registrou um homicídio, ocorrido em Belo Horizonte. Lima (2006) observa que o policial relator do documento utilizou-se de recursos linguísticos que sugeriam uma tentativa de distanciar-se da descrição dos fatos, especialmente pelo uso da primeira pessoa do plural. Dessa forma, alguns aspectos importantes sobre o fato teriam ficado fora do registro, tais como a propriedade de arma utilizada ou a ausência dela no local do crime. Isso ocorre porque “ao porta-voz da polícia cabe a função de descrever aquilo que efetivamente vê” (LIMA, 2006, p. 168).

No entanto, Lima (2006) também constata que, em outras passagens, o policial redator falhou em preservar o distanciamento, por exemplo, nos fragmentos em que recorre ao uso da primeira pessoa do singular – *constatei*, e nas escolhas que faz para descrever a cena que presenciou. Para Lima (2006), ao registrar que a vítima estava *estirada no piso* do quarto, o policial relator conferiu emoção à descrição da cena, representando um episódio capaz de incomodar, especialmente pela crueza que manifesta.

Em análise mais recente sobre o mesmo BO, Lima (2011)¹² registra que, embora se saiba que o BO pode ser lido e utilizado por diferentes sujeitos no decorrer do processo, é ao delegado de polícia que o policial militar se dirige quando produz o documento. Lima (2011) descreve algumas instruções que seriam dadas aos policiais por ocasião do treinamento, muito embora, segundo a autora, nem sempre observadas por ocasião da produção do documento: “primar pela objetividade, clareza, concisão e imparcialidade. Sendo assim, deve-se evitar o uso de adjetivos e advérbios; vocativos, chavões, repetição de informações que já constem da parte inicial do documento; partes em branco e recuo de parágrafos” (LIMA, 2011, p. 136-137), além de usar, predominantemente, o discurso indireto, fazendo uso do discurso direto apenas em casos de ameaças e desacatos.

A pesquisadora observa que o *histórico* cumpre o seu papel, embora faltem nele detalhes que poderiam contribuir para uma reprodução mais precisa do crime. Assim, contrapondo o texto do BO e o relatório do inquérito policial¹³, redigido pelo delegado responsável pelo caso, considera que no primeiro documento faltaram informações referentes à presença de outras pessoas na residência onde o crime fora cometido – a babá, as crianças, a cozinheira, a arrumadeira, os parentes e os amigos –, as quais foram mencionadas na peça investigatória. Além disso, a partir da identificação do tempo de empenho do relator na ocorrência – entre 10h22min e 12h50min, respectivamente os horários de início e término do empenho –, considerou que, possivelmente, a presença de pessoas influentes na sociedade mineira tivesse intimidado o policial, levando-o a não buscar, com todos os presentes, informações importantes para a reconstituição do crime.

¹² Embora a metodologia definida para a exposição dos estudos prévios sobre o BO fosse apresentá-los em ordem cronológica, decidiu-se expor o trabalho de Lima (2011) juntamente com o anterior, da mesma autora, visto que as análises de dão a partir do mesmo exemplar e que, em grande parte, o segundo complementa o primeiro.

¹³ De acordo com o art. 4º da Lei 3689, de 03/10/1941, o inquérito tem por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria. Muitas vezes, o BO dá origem ao inquérito, em virtude de conter a notícia de um crime. É o caso do exemplar analisado por Lima (2006; 2011).

O estudo não discute, no entanto, se as demais pessoas mencionadas no inquérito, mas ausentes no *histórico* do BO, foram arroladas na folha de qualificação – já que nessa parte do boletim poderiam ter sido listados envolvidos que não foram mencionados na parte narrativa por não possuírem informações relevantes para esse local do documento, mas que ficaram vinculadas ao caso e, em razão disso, poderiam ser requisitados nas fases que se desencadeariam como consequência do homicídio.

O estudo também não tece maiores considerações sobre o que consiste o tempo de empenho, visto que, por normas institucionais, o horário de término não corresponderia ao momento em que os policiais deixaram o local da ocorrência, mas ao tempo exato em que encerraram o registro na delegacia de polícia. A contagem do tempo de empenho compreenderia, então, desde a chegada no local do crime, incluindo as providências adotadas no local, tais como levantamento de relatos, isolamento da cena do crime até a chegada da perícia, o deslocamento e o tempo de espera na delegacia para os procedimentos administrativos para o recebimento do BO pela Polícia Civil.

Os estudos de Lima (2006; 2011) conduzem à percepção sobre a existência, ainda que não intencional, de teor argumentativo no *histórico* do BO, já que, a partir de escolhas aparentemente científicas, o relator pode deixar transparecer, sob determinados pontos de vista, sua própria emoção em relação ao fato noticiado no documento. Por outro lado, deixam evidentes, também, que a escrita do gênero é dirigida a um público específico – aquele que inclui os possíveis destinatários do documento – e que o BO é produzido e circula em uma esfera limitada, na qual se pressupõe, aparentemente, que o enunciador e o destinatário conheçam as peculiaridades do documento. É possível que, por esse motivo, o próprio delegado não tivesse registrado estranhamento em relação à ausência de determinadas pessoas no *histórico* do BO e, também, em relação a certas escolhas linguísticas do policial relator.

Para mostrar a importância do processo de sistematização dos registros de defesa social em Minas Gerais, especificamente quando os recursos são utilizados na gestão, integração e compartilhamento de informação de controle das instituições policiais, Mendes (2007) estuda o Sistema Integrado de Defesa Social¹⁴ (SIDS) e o Registro de Eventos de Defesa Social (REDS). Assim, explica que “a análise do conceito do SIDS aponta a busca de integração dos

¹⁴ Em Minas Gerais, os órgãos responsáveis pela Segurança Pública são a Polícia Militar, a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros Militar. O Sistema de Defesa Social (SIDS) é previsto no art. 133 da Constituição Mineira, que estabelece sua organização com vistas a: garantir a segurança pública [...] prestar a defesa civil [...] e promover a integração social, com a finalidade de prevenir a violência e a criminalidade.

órgãos do Sistema de Defesa Social do Estado a partir da tecnologia da informação, com a finalidade de garantir a integração e o compartilhamento de informações, mediante implantação de um sistema integrado” (MENDES, 2007, p. 70). Em sua estrutura, o SIDS abriga o Centro Integrado de Atendimento e Despacho – onde funcionam, conjuntamente, as centrais da PMMG, da Polícia Civil e do Corpo de Bombeiros responsáveis pelo atendimento às solicitações dos cidadãos, bem como pela coordenação e pelo gerenciamento integrado das ações dos três órgãos.

Também está no SIDS o Centro Integrado de Informações de Defesa Social (CINDS), responsável pela análise criminal e de sinistros e do conjunto do ciclo de informações geradas pelo sistema, o que compreende o registro do fato e continua até a execução da pena ou a solução do sinistro. O CINDS será mencionado mais adiante nesta pesquisa, especificamente no capítulo em que se apresenta a metodologia, uma vez que foi o órgão responsável pelo fornecimento do *corpus* analisado.

Mendes (2007) esclarece que, para que se alcançassem os objetivos do SIDS, principalmente os relacionados à criação de uma base de dados única para a qual convirjam as informações referentes aos fatos policiais, de trânsito, de meio ambiente e de bombeiros e afins, registrados no estado, foi implementado o módulo REDS, que o pesquisador define como “um sistema aplicativo integrado destinado ao registro sistematizado, organizado e padronizado dos eventos de defesa social¹⁵ no âmbito do Sistema Integrado de Defesa Social de Minas Gerais” (MENDES, 2007, p. 87).

O REDS agrega os formulários do BO, de acidente de trânsito, de ocorrência ambiental e de Registro de Fatos Policiais (REFAP) – este destinado ao registro dos fatos que chegam por petição de advogado, pela requisição de abertura de procedimento pelo Ministério Público ou pelo Poder Judiciário, por requerimento ou pela autuação da própria autoridade, conforme previsto no art. 307 do Código de Processo Penal Brasileiro (CPP)¹⁶. Mendes (2007) utilizou a figura que se segue para demonstrar como se organiza a tela inicial do sistema. Na parte

¹⁵ São eventos de defesa social todos os fatos que requerem a intervenção dos órgãos de defesa social do estado, independente da forma como sejam comunicados. São exemplos de eventos de defesa social os fatos relativos ao trânsito urbano e rodoviário, meio ambiente, bombeiros etc. (MENDES, 2007).

¹⁶ Reza o art. 307 do CPP: Quando o fato for praticado em presença da autoridade, ou contra esta, no exercício de suas funções, constarão do auto a narração deste fato, a voz de prisão, as declarações que fizer o preso e os depoimentos das testemunhas, sendo tudo assinado pela autoridade, pelo preso e pelas testemunhas e remetido imediatamente ao juiz a quem couber tomar conhecimento do fato delituoso, se não for a autoridade que houver presidido o auto.

central da FIG. 1 observa-se a disponibilização dos tipos de relatórios disponíveis no módulo REDS.

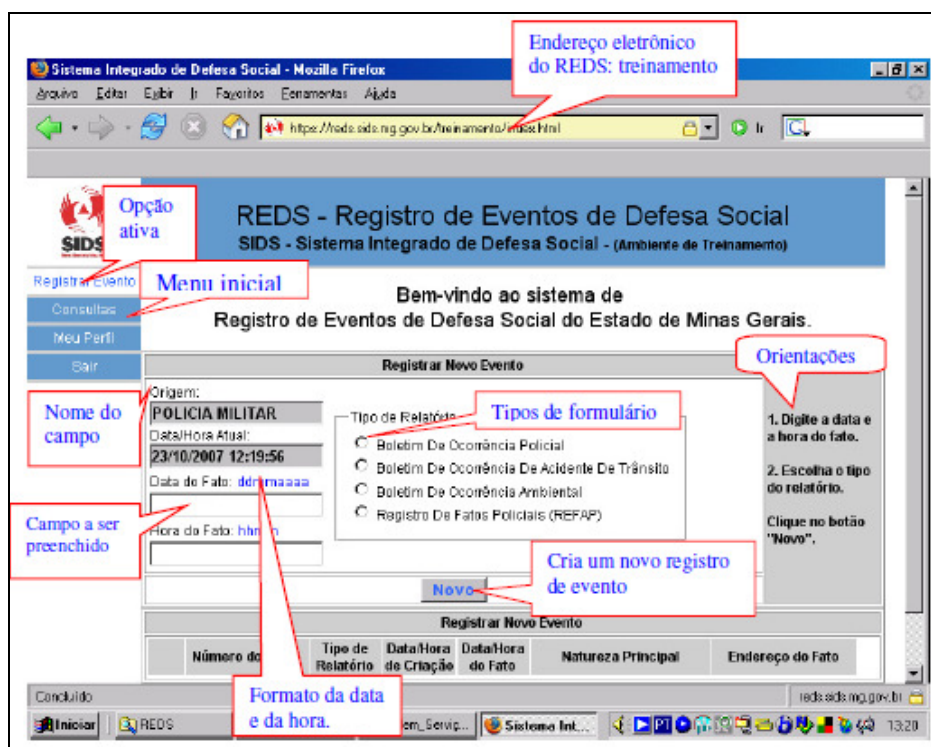


FIGURA 1 - Organização da tela inicial do REDS.
FONTE: Mendes, 2007, p. 96.

Também faz parte do SIDS, o módulo de Polícia Judiciária (PCNet), sistema informatizado utilizado pela Polícia Civil para receber as ocorrências geradas no REDS e automatizar os processos de produção e tramitação dos procedimentos a cargo daquela instituição. No PCNet, o delegado formaliza o *aceite* do BO e, a partir de então, produz as peças necessárias à apuração: cartas precatórias, portarias, audições, dentre outros.

Os formulários do BO são únicos para a Polícia Militar e para a Polícia Civil de Minas Gerais, o que equivale dizer que as duas instituições produzem Boletins de Ocorrência na mesma base. Os modelos adotados partiram dos formulários que até o início do ano de 2003 eram utilizados na PMMG, conforme já foi detalhado na introdução desta pesquisa. Seguiu-se a elaboração e divulgação, para todos os policiais, das orientações para preenchimento dos campos dos formulários, como forma de auxiliá-los na execução desse processo.

Como parte de sua pesquisa, Mendes (2007) aplicou questionários a 5187 policiais – incluindo militares e civis, usuários do módulo REDS, 96 autoridades da PMMG e da Polícia Civil, dentre comandantes e delegados, com perguntas a respeito do processo de produção dos

BO no sistema. Dentre os dados coletados dos policiais usuários, apurou-se que: a maior parte dos policiais (97%) considera o processo de informatização um avanço da realização do serviço policial; 97,52% dos policiais entendem que o REDS contribui com média ou muita importância para a melhoria da execução do trabalho de elaboração do BO; 81,74% julgam que houve simplificação do processo de elaboração do BO após a informatização; 86,18% avaliam que o REDS contribuiu muito para a melhoria da qualidade do registro das ocorrências.

O estudo de Mendes (2007) é importante para a presente pesquisa porque resgata os entendimentos e os processos que determinaram a criação do REDS e, via de consequência, a implantação dos formulários informatizados do BO. Os estudos demonstram que a implementação do BO informatizado foi bem recebida pelos policiais usuários e não somente resultou comodidades para os relatores – representadas pelas facilidades próprias do uso das tecnologias digitais, descritas por Mendes (2007) –, mas, principalmente, uma maneira de consolidar informações que se destinam ao aperfeiçoamento dos serviços prestados pelas forças estaduais do Sistema de Defesa Social.

Uma das sugestões de Mendes (2007) é no sentido de que os professores das academias da Polícia Militar e da Polícia Civil sejam preparados para ministrar treinamento para os policiais matriculados nos cursos dessas instituições. Essa sugestão refere-se à utilização do sistema de maneira geral, com destaque para o preenchimento dos campos dos formulários, que consistem no foco de sua pesquisa. No entanto, também em virtude do objeto de pesquisa, não há maiores detalhamentos sobre a produção do *histórico* do documento. Muito embora o pesquisador tenha observado que as instituições elaboraram documentos cujos objetivos eram preparar os policiais para a utilização do REDS, também esses documentos institucionais dão pouco ou nenhum destaque para o *histórico*.

Tristão (2007) estuda o Boletim de Ocorrência sob a ótica da teoria da enunciação e aponta perspectivas de espaço indicadas pelos enunciadores – policial militar e pessoas envolvidas na ocorrência. Para tanto, analisa um *corpus* de 20 (vinte) BO, registrados nos anos de 2004 a 2006, produzidos por policiais militares ocupantes de cargos diversos, lotados em diferentes unidades da PMMG.

Tristão (2007) constata limitações de produção às quais o policial relator é submetido, tais como a necessidade de redigir um texto conciso e no qual predomine o discurso indireto.

Observa, ainda, a presença de elementos – conjunções conformativas e estruturas indiretas –, que estabelecem a responsabilidade pelas informações que, repassadas ao policial, são inseridas no texto. Para o pesquisador, o BO é “o espaço das proposições, afirmações, informações e busca pela aproximação entre o discurso e a realidade. Dentro desse espaço, o policial cria condições, pelo uso da língua, para que o leitor (autoridade da justiça) entenda a natureza da ocorrência e suas peculiaridades intrínsecas” (TRISTÃO, 2007, p. 62). Dedicando-se aos aspectos relativos ao estabelecimento de referências a partir da *dêixis* de base espacial, o pesquisador identifica, nesse gênero, as categorias de instalação, encapsulamento e ancoragem, e entende que a seleção entre uma ou outra categoria decorre de diferentes necessidades do policial relator.

Com o objetivo de analisar a gestão de documentos na PMMG, Rocha (2010) toma como objeto de estudo o caso do BO, expondo algumas etapas da evolução do documento na instituição. Em busca dos registros primeiros sobre a existência de um documento que se destinasse a registrar as ocorrências policiais, a pesquisadora identifica o Manual de Policiamento Ostensivo de Radiopatrulha, datado de 1976, que, embora não utilizasse o termo *Boletim de Ocorrência*, mencionava um documento cuja finalidade era a mesma: “[...] as anotações constantes do caderno de anotações servirão para preparar o relatório de ocorrência e, ao final do turno de policiamento, o relatório deverá ser entregue à autoridade competente para conhecer e prosseguir na solução da ocorrência” (MINAS GERAIS, *apud* ROCHA, 2010, p. 73).

Também, em documento datado de 1969, o Regulamento Geral da Polícia Militar (RGPM), a pesquisadora identificou que foram descritas atribuições do comandante de patrulhamento relacionadas ao registro das ocorrências: “passar ou fazer passar o visto no bloco de ocorrências de patrulheiros todas as vezes que fizer ou mandar fazer as rondas; [...] estar bem a par de todas as ocorrências em seu turno de serviço, fazendo-as registrar de acordo com as instruções a respeito” (RGPM, *apud* ROCHA, 2010, p. 72). Mais recentemente, outros documentos produzidos na instituição mencionaram o Relatório de Ocorrência, em 1990, e, já a partir de 1994, o Boletim de Ocorrência.

Rocha (2010) destaca a aprovação, no ano de 2002, do novo formulário para produção do BO na PMMG e, finalmente, a definição do formulário que vigora nos dias atuais – a partir de 2003, padronizado para utilização no REDS, conforme também fora detalhado por Mendes (2007).

Como parte de sua pesquisa, Rocha (2010) comparou as versões impressa – à qual denominou *de formato convencional*, e informatizada – ao qual denominou *digital*. Ambas as versões foram consideradas possuidoras das características: produção em decorrência das atividades do órgão; prova de transações passadas; ser único; confiável; autêntico; possuidor de organicidade e de acessibilidade limitada. Em relação à legislação arquivística, percebeu três características comuns: não estão em consonância com as normas federais e estaduais; possuem segurança frágil; não existe para eles política de gestão documental. O ponto divergente é que o descarte do BO convencional é indiscriminado, enquanto não há previsão de eliminação do BO digital.

Em suas conclusões, Rocha (2010) entende que o BO informatizado possui algumas vantagens em relação a sua versão digital, considerando-se os aspectos que interessam ao arquivamento, conservação e acesso às informações, muito embora sugira a implementação de procedimentos que visem à preservação das informações arquivísticas na instituição, dentre as quais as contidas nos Boletins de Ocorrência.

Partindo da constatação de que a informatização do BO originou facilidades na elaboração, no registro, no envio e no recebimento das informações, Cassavari (2011) pesquisou a percepção do usuário – assim entendido o policial que redige o BO informatizado – quanto à logística, tecnologia, inserção de dados, capacitação, mecanismos facilitadores e dificultadores para preenchimento do documento.

Para Cassavari (2011), o policial militar recém-incluído na PMMG passa por um processo de internalização de conhecimentos, por meio do acesso a normas institucionais, que lhe asseguram o conhecimento necessário para o exercício da profissão. Ocorre também o processo de socialização do conhecimento, dos policiais mais experientes para os mais jovens, representado pelo compartilhamento de informações relacionadas ao serviço. Os conhecimentos advindos dessas formas de acesso são externalizados quando o profissional se depara com uma situação que lhe exige aplicar o que aprendera anteriormente. Nesse caso, é possível que ocorra uma combinação de conhecimentos advindos de fontes diversas para que o policial exerça suas atribuições.

Além de pesquisa bibliográfica, Cassavari (2011) aplicou questionários a 733 policiais militares, lotados na 6ª Companhia Especial do 1º Batalhão de Polícia Militar, responsável pelo policiamento no hipercentro de Belo Horizonte. Dentre os dados obtidos, o pesquisador

observou que 55% dos policiais buscam informações sobre o processo de inserção de dados com outros mais experientes; 76% consideram que as informações solicitadas pelo sistema são necessárias à persecução criminal¹⁷; 29% dos militares responderam que dispendem de 20 a 30 minutos para preencher o BO; 50% disseram gastar de 10 a 30 minutos; 57% responderam que sabem a diferença entre os campos *histórico* e *modo da ação criminosa*; 67% dos entrevistados responderam que não têm dificuldades relacionadas à digitação dos textos, enquanto 7% responderam possuir grande dificuldade; 52% responderam que a implantação do boletim informatizado constituiu-se em uma importante ferramenta para a inclusão digital dos policiais.

Quanto à capacitação dos servidores para o preenchimento do BO, Cassavari (2011) registrou que 53% dos entrevistados afirmaram possuir conhecimento pleno da tarefa, enquanto 47% responderam que não. O pesquisador confrontou essas respostas com um relatório de inconformidades, referente a 16.421 BO registrados no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2011, que apontava erros de preenchimento em 4111 exemplares, predominantemente relacionados aos nomes dos logradouros em que ocorreram os fatos.

Dentre as sugestões apresentadas em decorrência de sua pesquisa, Cassavari (2011) sugere a realização de treinamento para reciclagem e aperfeiçoamento dos militares para uso do sistema.

Notaro (2011) investiga o fenômeno da argumentação e toma como objeto de estudo as peças que compõem um processo penal que tramitou na 2ª Vara Criminal de Sete Lagoas/MG, dentre as quais o Boletim de Ocorrência que formalizou a notícia de um crime. Assim como outros gêneros que integraram o processo, o BO foi analisado pela pesquisadora, que buscava identificar como os enunciadores utilizaram, consciente ou inconscientemente, as estratégias da argumentação na construção de sentido da sua produção textual. O exemplar coletado não possui a mesma estrutura do BO utilizado atualmente, já que a ocorrência foi registrada no ano de 2000, contudo, essa peculiaridade não representou prejuízo para o desenvolvimento das análises às quais se propôs a pesquisadora.

Notaro (2011) aponta que o emprego da primeira pessoa do plural – *empregamos; comparecemos* – indica uma marca de neutralidade que também sugere o envolvimento discursivo da própria PMMG: a voz que se ouve no BO não é somente a do policial relator,

¹⁷ Grosso modo, o termo persecução criminal é o procedimento criminal adotado no Brasil e que se dá em duas fases: a investigação criminal e o processo penal.

mas, além disso, da instituição responsável pelo serviço que se presta no local do crime. Outra marca de neutralidade é a atribuição de determinadas informações a um enunciador – *segundo versão da vítima; a vítima alega*. Com esses recursos, o relator do BO marca o seu afastamento em relação a tais enunciados.

Por outro lado, Notaro (2011) identifica que, em determinadas passagens do texto, a neutralidade dá lugar ao envolvimento discursivo do policial relator. Um mesmo fragmento do *histórico* se presta a comprovar duplamente essa afirmação:

A vítima alega que nesta data, o autor chegou em casa e começou a agredi-la fisicamente com tapas e empurrões e disse que iria colocar fogo na casa com a vítima e seus filhos dentro. Momento em que a vítima reagiu saindo de casa, levando consigo seus 05 filhos menores. Logo após a vítima ter saído de casa, o autor não se dando por satisfeito, ateou fogo no interior da casa. (NOTARO, 2011, p. 53).

Assim, na passagem em que registra que *a vítima reagiu saindo de casa*, o relator toma para si a responsabilidade sobre o enunciado, na medida em que não o atribui a nenhum dos envolvidos na ocorrência. Da mesma forma, quando registra: *o autor não se dando por satisfeito*, o relator deixa transparecer uma avaliação pessoal sobre a conduta daquela pessoa.

Para Notaro (2011), o fato de o relator denominar de *autor* o acusado pelo incêndio também representa um sinal do envolvimento discursivo do policial. Quanto a esse aspecto, espera-se que a presente pesquisa contribua para ampliar entendimentos referentes à função de determinadas escolhas próprias do gênero BO. A discussão sobre a adequação e o sentido atribuídos ao termo será desenvolvida no capítulo destinado à análise dos exemplares. Da mesma forma, a percepção sobre o efeito que têm passagens, como a que o relator registra que *a vítima foi agredida com tapas e empurrões* ou que *ficou em estado de choque*, em dar precisão ao fato narrado, depende de entender se tais informações poderiam ou não ser dispensadas. Para Notaro (2011) essas expressões denunciam a intenção, ainda que não planejada, que o relator tem de descrever o responsável pelo incêndio como uma pessoa violenta.

Na pesquisa em questão, o BO foi categorizado dentre os gêneros do campo jurídico¹⁸ (NOTARO, 2011, p. 49), o que provavelmente decorreu do fato de que o exemplar analisado

¹⁸ A noção de *campo discursivo* em uso na vertente francesa da análise do discurso foi desenvolvida por Dominique Maingueneau a partir dos postulados de Pierre Bourdieu e se refere, grosso modo, a um recorte de um determinado universo discursivo (CHARAUDEAU e MANGUENEAU, 2006).

integrou todo um processo que circulou na esfera do Poder Judiciário. Possivelmente por esse motivo, não foram tecidas maiores considerações quanto ao campo discursivo do BO enquanto gênero independente de um processo, nem a outros gêneros que, produzidos em esferas distintas, passaram a compor o volume denominado inquérito policial e, no âmbito jurídico, o inquérito penal.

Essa categorização desperta o interesse pela especificação do campo discursivo em que se inscreve o BO. Um caminho para avaliar a questão pode se dar a partir da discussão estabelecida por Notaro (2011) quanto à tripartição dos poderes no Estado Democrático de Direito: a Polícia Militar é um dos órgãos do Poder Executivo, enquanto as Varas Criminais, do Poder Judiciário. Sob essa ótica, gêneros produzidos na PMMG estariam excluídos dos gêneros do campo jurídico, ao menos enquanto produções singulares. Mesmo sob esse enfoque, o BO seria um gênero próprio de órgãos do poder executivo, já que nele se inserem os profissionais que produzem e aqueles aos quais se destinam esses textos, o que representaria um enquadramento diverso do adotado por Notaro (2011).

De maneira similar, Marcuschi (2008) também percebeu traços no BO que o levaram a classificar esse gênero dentre aqueles do domínio discursivo jurídico, em uma mesma categorização que incluiu as leis, os contratos, os mandados de busca, as medidas provisórias etc. Essa classificação foi feita com a ressalva de que se tratava de uma tentativa de distribuir os gêneros apresentados em determinados domínios, sem a expectativa de que se constituísse em uma prescrição definitiva.

É possível que o enquadramento dado por Marcuschi (2008) ao BO se deva ao fato de esse gênero circular, também, na esfera jurídica, já que muitas vezes dá origem a procedimentos que tramitam nos ambientes da Justiça. No entanto, nesta pesquisa, postula-se a necessidade de propor um enquadramento mais apropriado para o gênero Boletim de Ocorrência, especialmente por considerar que, aqui, ele se insere em um contexto de busca por maior aprofundamento nas pesquisas sobre esse objeto.

Os termos *campo discursivo*, empregado por Notaro (2011), e *domínio discursivo*, adotado por Marcuschi (2008), indicam a existência de visões diferentes no que se refere à inserção do gênero textual em uma esfera específica da atividade humana. Notaro (2011) não se aprofunda na explicitação do conceito de campo discursivo, mas define o campo jurídico como “constituído de solenidade, formalismo e dialeto próprio, inacessível à maioria dos

cidadãos” (NOTARO, 2011, p. 9). Nesse sentido, a noção de *campo discursivo* abraçada pela pesquisadora parece se enquadrar na proposta de Maingueneau (1997), para quem campo discursivo é “um conjunto de formações discursivas que se encontram em relação de concorrência em sentido amplo, e se delimitam, pois, por uma posição enunciativa em uma dada região” (MAINGUENEU, 1997, p. 116). Segundo o autor, são exemplos de campos discursivos o político, o religioso e o literário.

Marcuschi (2008) define *domínio discursivo* como “uma esfera da vida social ou institucional [...] na qual se dão práticas que organizam formas de comunicação e respectivas estratégias de compreensão.” (MARCUSCHI, 2008, p. 194). Para o autor, *os domínios discursivos*, que podem ser o religioso, o jornalístico, o pedagógico, o militar e o familiar, “operam como enquadres globais de superordenação comunicativa, subordinando práticas discursivas orais e escritas que resultam nos gêneros”. (MARCUSCHI, 2008, p. 194).

Respeitados os embasamentos teóricos que levaram Notaro (2011) e Marcuschi (2008) a adotarem, respectivamente, os termos *campo discursivo* e *domínio discursivo*, parece razoável concluir que, de maneira mais geral, ambos os pesquisadores procuram enquadrar o BO em uma das esferas específicas da comunicação humana que, segundo Bakhtin (2003; 2010), correspondem a um conjunto de funções – científica, publicística, oficial, social etc. – que requerem determinados estilos.

A discussão sobre o enquadramento do BO em uma determinada esfera da atividade humana será retomada mais adiante, quando serão abordadas as condições de produção do gênero e, novamente, na conclusão do trabalho. Como desdobramento, será formulada uma proposta a respeito do *domínio discursivo*¹⁹ em que se insere o BO.

Tendo em vista as pesquisas que possuem o BO como objeto de estudo, é possível levantar alguns aspectos que foram considerados importantes para o prosseguimento da presente investigação.

O primeiro deles é que todos os estudos considerados apresentam, nos limites dos seus próprios objetos de pesquisa, contribuições importantes para que se percebam condições de uso e de produção do gênero.

¹⁹ Para a formulação da proposta de enquadramento do BO nesta pesquisa, optou-se pelo termo *domínio discursivo*, adotado por Marcuschi (2008).

A identificação de algumas condições, especialmente no que se refere à situação que se estabelece por ocasião da escrita e alguns efeitos de sentido gerados no documento foram abordados por Alkimin (2004), Lima (2006; 2011), Tristão (2007) e Notaro (2011). Aspectos das condições de uso e de produção também podem ser considerados a partir da visão sobre o uso mais técnico do documento, detalhado nos estudos de Mendes (2007), Rocha (2010) e Cassavari (2011).

Algumas das pesquisas prévias indicam que os BO produzidos na PMMG possuem falhas (OLIVEIRA, 2000; ALKIMIN, 2004; LIMA, 2006 e 2011) e que parte dessas falhas pode ser atribuída à má qualidade do treinamento (OLIVEIRA, 2000), ou, ainda, poderiam ser sanadas com a intervenção pedagógica adequada (ALKIMIN, 2004). Muitos ressaltam a importância do treinamento policial a respeito da produção do gênero (OLIVEIRA, 2000; ALKIMIN, 2004; LIMA, 2006 e 2011; MENDES, 2007; TRISTÃO, 2007; CASSAVARI, 2011).

Não foi objeto das pesquisas que se dedicaram aos aspectos técnicos tecer detalhamentos sobre o *histórico* do BO, mesmo nos casos em que o conjunto do documento foi considerado quanto ao uso ou ao arquivamento, pautando-se, portanto, no planejamento, na implantação, na operacionalização, no uso ou no preenchimento dos campos parametrizados.

Os estudos compilados que apontaram a existência de falhas no *histórico* do BO, embora ofereçam fundamental contribuição no sentido de indicá-las, não se aplicaram na sinalização de estratégias para solucionar os problemas identificados no que se refere ao detalhamento dos aspectos retóricos e linguísticos mais apropriados para o gênero.

Os estudos que se debruçaram sobre os aspectos linguísticos do BO pautaram-se na análise de exemplares colhidos aleatoriamente, portanto, não representam, necessariamente, o que se poderia classificar como *estilo pretendido* pela instituição. Quanto à definição desse estilo, assim como quanto à conveniência de considerá-lo, tornou-se necessário, para o prosseguimento da presente pesquisa, rever a abordagem de Bakhtin (2003) sobre o assunto, bem como enfatizar o conceito de *comunidade discursiva* (SWALES, 1990; 2009), o que será feito ainda neste capítulo. Antes disso, serão abordadas as prescrições da PMMG para produção do BO.

2.2 Prescrições Institucionais para a produção Boletim de Ocorrência

Como tem sido afirmado nesta pesquisa, a instituição PMMG expede normas a respeito do Boletim de Ocorrência, visando a orientar a produção e a utilização desse texto (QUADRO 1). Tais normas, materializadas em resoluções, instruções, memorandos e outros de circulação interna, têm buscado, principalmente, instruir os policiais relatores sobre os propósitos do texto, mantê-los atualizados sobre inovações no sistema, orientá-los no sentido de solucionar problemas na produção.

Observa-se que o foco desses documentos institucionais tem sido nos procedimentos técnicos relacionados ao preenchimento dos campos parametrizados, principalmente relacionados aos resultados que os registros podem gerar no conjunto de informações e, conseqüentemente, nos desdobramentos operacionais decorrentes do registro.

Denominam-se campos parametrizados os espaços do BO cujo preenchimento decorre da seleção de opções sinalizadas e muitas vezes oferecidas pelo próprio sistema. Na tela do REDS, apresentam-se em forma de *menus* com opções a serem selecionadas ou caixas com espaços em branco (FIG. 2).

Dados Gerais Boletim de Ocorrência Policial Número do REDS:

Atendimento Local do Fato Itens do Evento

Data/Hora do Fato:

Unidade Responsável pelo Registro

Município: + ✓ X

Código - Nome da Unidade: + ✓ X

Número do BO

Cod. Unidade: + - Ano: + - Sequencial: + X

Comunicação da Ocorrência

Data: + Hoje ddmmaaaa Hora: + hhmm

Como foi solicitado o atendimento da ocorrência: +

FIGURA 2: Recorte tela do REDS: Apresentação de campos parametrizados

Como resultado do preenchimento dos campos parametrizados no ambiente virtual, os dados são transferidos para o BO final, conforme ilustra a FIG. 3, que apresenta um recorte do documento que corresponde aos campos ilustrados pela FIG. 2.

ORIGEM DA COMUNICAÇÃO				
COMO FOI SOLICITADO O ATENDIMENTO DA OCORRÊNCIA VIA CENTRO DE COMUNICAÇÕES			DATA DA COMUNICAÇÃO 05/07/2012	HORA DA COMUNICAÇÃO 15:46
ORIGEM SOLICITANTE XXXX				
COD. OPERAÇÃO ORIGEM XXXX				
DADOS DA OCORRÊNCIA				
PROVÁVEL DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA PRINCIPAL ROUBO				
COD. PRINCIPAL C01157	TENTADO / CONSUMADO CONSUMADO	ALVO DO EVENTO OUTROS TIPOS DE PESSOA(DISCRIMINAR NO HISTÓRI		
DATA DO FATO 05/07/2012	HORARIO DO FATO 15:46	DATA/HORA DO INICIO DO ATENDIMENTO NO LOCAL 05/07/2012 16:00	DATA FINAL 05/07/2012	HORARIO FINAL 16:32

FIGURA 3: Apresentação de campos parametrizados no BO final

As informações próprias dos campos parametrizados contribuem para a produção de sentido do texto de maneira geral. Dessa forma, não podem ser desconsideradas em uma abordagem que se preocupa com o conjunto do texto e, portanto, fazem parte da compilação apresentada a seguir. Estão incluídas na exposição, por relevantes, as orientações da instituição a respeito do *histórico*.

No ambiente virtual do REDS, o espaço destinado ao *histórico* (FIG. 4) se apresenta como uma caixa de diálogo, do tipo caixa de edição, que permite ao policial relator inserir texto livre das restrições impostas pelos *menus* dos campos parametrizados.

Dados Finais	Boletim de Ocorrência Policial	Número do REDS: 2013- [REDACTED]
Histórico + Para evitar perdas de dados, o sistema tentará salvar esse campo automaticamente a cada 5 minutos. Salvar Histórico		

FIGURA 4: Apresentação do espaço destinado à inserção do *histórico* no REDS

O texto lançado no espaço destinado ao *histórico* no REDS se posiciona no BO final em campo que contém o mesmo nome, conforme ilustra a FIG. 5, na qual foram apagadas as informações que identificam pessoas e estabelecimentos comerciais envolvidos. Encerrados os lançamentos das informações requisitadas pelo sistema, o BO final se apresenta conforme o ANEXO B.

HISTÓRICO DA OCORRÊNCIA
SEGUNDO RELATO DAS VITIMAS UM CIDADÃO ENTROU NA LANCHONETE [REDACTED] SE PASSANDO POR CLIENTE. EM SEGUIDA O INFRATOR COLOCOU UMA DAS MAOS DEBAIXO DA CAMISA SIMULANDO ESTAR ARMADO E ANUNCIOU UM ASSALTO. O AUTOR SUBTRAIU DO CAIXA DO ESTABELECIMENTO A QUANTIA DE APROXIMADAMENTE R\$ 100,00 (CEM REAIS) E DE UMA CLIENTE ([REDACTED]), APROXIMADAMENTE R\$ 100,00 (CEM REAIS) E UM TELEFONE CELULAR. O AUTOR E MORENO, ALTO, MAGRO E ESTAVA USANDO UMA JAQUETA PRETA E CALÇA ESCURA.

FIGURA 5: Apresentação do *histórico* no BO

O QUADRO 1 apresenta a síntese das observações constantes dos documentos institucionais e, para facilitar possíveis consultas, destaca suas fontes. A categorização referente à parte do texto focada por cada orientação – campos parametrizados ou *histórico* – não tem caráter excludente, já que elas devem funcionar de forma harmônica: as escolhas para uma parte interferem diretamente em outra. Essa categorização, portanto, se presta unicamente a sinalizar a menção a uma ou outra parte nas normas institucionais.

As orientações condensadas no QUADRO 1 ratificam que, para a instituição PMMG, há espaço próprio no BO para cada tipo de informação. Aquelas que se referem à descrição (de pessoas, locais, materiais etc.) estão localizadas nos campos parametrizados e devem ser registradas ali. Espera-se que o relator se esforce para obter essas informações e que as registre a partir de códigos padronizados, evitando recorrer aos códigos que contenham descrições vazias (*ignorado* e *outras*). Como as opções *ignorado* e *outras* não oferecem a clareza necessária para permitir o entendimento sobre as informações às quais se referem, obrigam o policial relator a detalhar, no *histórico*, as condições ou circunstâncias que se referem a essas opções.

QUADRO 1
Orientações normativas da PMMG sobre o BO

ORIENTAÇÃO	PARTE FOCADA		REFERÊNCIAS
	P	H	
O relator deve se esforçar para obter as informações necessárias ao preenchimento dos campos parametrizados	X		PMMG, 2003b
Registrar, no <i>histórico</i> , o motivo que determinou a ausência de informação própria de campo parametrizado		X	
Detalhar, no histórico, a situação que gerou a seleção das codificações <i>ignorada</i> ou <i>outros</i> em campos parametrizados		X	
Os dados que forem lançados nos campos parametrizados não serão repetidos de forma descritiva no <i>histórico</i> (exceção ao caso anterior)		X	
Uso da codificação e não da descrição	X		
O BO deve ser preenchido de forma legível, em letra de forma se possível ²⁰	X	X	PMMG, 2011
A natureza principal de uma ocorrência que se refere a mais de um delito deve ser a do fato mais grave. Até quatro codificações de naturezas serão registradas por meio de codificações nas tabelas. Uma quinta natureza deve ser detalhada no histórico. Todas as naturezas devem ser mencionadas no <i>histórico</i> .	X	X	
Preenchimento obrigatório dos campos: <i>natureza principal, indicação de haver o crime ser tentado ou consumado, complemento da natureza, meio utilizado, complemento do local imediato</i> .	X		
P – Campos parametrizados			H - Histórico

²⁰ A orientação considera a produção do texto em formulário impresso, condição que prevalecia à época da edição da norma. De fato, embora a adoção do modelo visasse a sua aplicação no meio informatizado, com recursos da *internet*, inicialmente ele chegou a ser produzido de forma manuscrita. Na fase de transição, a adoção de um formulário complexo (com diversas categorias a serem preenchidas com códigos) causou estranheza e dificuldade para que os relatores operacionalizassem o uso. Com a evolução dos recursos, todas as unidades do Estado já produzem o BO no ambiente do REDS. A orientação continua válida, no entanto, visto que, em virtude de problemas técnicos imprevistos no sistema, os relatores devem possuir conhecimentos para lidar com a forma original de produzir o texto.

De maneira complementar, é preciso considerar que o BO deve guardar coerência com os princípios que regulam a produção dos gêneros da redação oficial, categoria na qual se insere. Os mencionados princípios, que contribuem para que se identifiquem qualidades esperadas nesses textos, são definidos em BRASIL (2002) e MINAS GERAIS (2012) que, embora apresentem terminologia diversa para algumas características, convergem no sentido de apregoar que os documentos oficiais devem primar pela *impessoalidade, clareza, concisão e formalidade*.

A *impessoalidade* é característica dos textos que não deixam transparecer a opinião individual, particular dos produtores. A *clareza*, considerada característica essencial, visa a permitir o entendimento preciso do enunciado. A *concisão* é entendida como a qualidade dos textos que primam por empregar o mínimo de palavras sem prejudicar a informatividade. A *formalidade* atende à necessidade de que os textos oficiais expressem certa cerimônia, polidez e civilidade.

MINAS GERAIS (2012) emprega, ainda, o termo *padronização*, para apontar a existência de padrões textuais e visuais, delimitadores de certa estabilidade de forma e conteúdo, o que corresponderia, grosso modo, ao termo *uniformidade*, proposto em BRASIL (2002). Finalmente, MINAS GERAIS (2012) adota o termo *correção*, que se refere ao respeito às normas gramaticais e ortográficas da língua portuguesa e, portanto, corresponderia ao termo *uso do padrão culto de linguagem* abraçado por BRASIL (2002).

2.3 Bases teóricas para identificação das marcas do Boletim de Ocorrência

Partindo do entendimento de que o BO é um gênero hipertextual e que suas características atuais estão intimamente ligadas com o suporte informatizado, tornou-se importante definir conceitos relevantes para prosseguimento da pesquisa. Assim, a partir deste ponto, serão apresentados estudos que contribuem para a compreensão das perspectivas adotadas nesta pesquisa, bem como para o esclarecimento quanto às bases teóricas sobre as quais se sustentarão as análises.

Inicialmente, será abordado o conceito de gênero do discurso, já que se trata de conhecimento basilar para o estudo das formas pelas quais se dá a comunicação humana nas diversas práticas sociais. Ainda na abordagem sobre gêneros, serão estabelecidas discussões teóricas a

respeito do conceito de suporte, oportunas para o presente estudo, uma vez que se parte da percepção de que a transposição do formulário impresso para o ambiente digital gerou alterações no gênero Boletim de Ocorrência.

Posteriormente, seguir-se-ão os conceitos de *comunidade discursiva*, de *estrutura geral da narrativa*, de *contexto de produção* e de *folhado textual*, sendo que o primeiro foi utilizado na metodologia para coleta de exemplares de BO e os demais, na análise desses exemplares.

2.3.1 A perspectiva Bakhtiniana

Para Bakhtin (2003), a comunicação humana se dá por meio de enunciados relativamente estáveis, que são os *gêneros do discurso*. Esses gêneros refletem suas condições específicas e finalidades pelo seu conteúdo, pelo estilo verbal e por sua construção composicional. Segundo o autor, o conteúdo se refere ao tema tratado, ou seja, o assunto objeto da comunicação. A construção composicional reporta à estrutura do texto, os elementos próprios de cada gênero. O estilo se relaciona à seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais.

De acordo com Bakhtin (2003), o estilo individual do falante pode se refletir no enunciado, embora esse reflexo não seja plenamente possível em quaisquer gêneros. Ao contrário do que ocorre com os textos literários, por exemplo, em que o estilo próprio de quem fala é marcante, os documentos oficiais, as ordens militares e outros gêneros requerem forma padronizada; trata-se dos casos menos propícios à projeção do estilo da individualidade, já que requerem maior padronização de estilo. No conceito de Bakhtin, o estilo, indissociavelmente ligado ao gênero, faz despertar a questão dos estilos de linguagem²¹, também chamados estilos funcionais. O estilo está estreitamente ligado a certas unidades temáticas e composicionais “de determinados tipos de construção do conjunto, de tipos do seu acabamento, de tipos da relação do falante com os outros participantes da comunicação discursiva” (BAKHTIN, 2003, p. 266).

A partir da perspectiva de Bakhtin, evidencia-se o enquadramento do BO na categoria gênero do discurso, na medida em que se constitui um enunciado estável, com características próprias de conteúdo, de estilo e de construção composicional. As restrições quanto ao estilo

²¹ Para Bakhtin (2003), os estilos de linguagem ou funcionais são os estilos de gêneros de determinada esfera da atividade humana e da comunicação.

individual que decorrem das situações de produção e de uso do BO também são coerentes com a abordagem Bakhtiniana, já que esse gênero se enquadra naqueles enunciados em que a forma padronizada é uma marca de estilo, não individual do falante, mas determinada pelo próprio documento e pela comunidade discursiva que o emite.

Para Bakhtin (2003), os enunciados possuem peculiaridades estruturais comuns, assim como limites precisos que os caracterizam como formas relativamente estáveis. Esses limites do enunciado são:

- a) a *alternância do sujeito do discurso*, ou seja, a alternância dos falantes, já que todo enunciado tem, antes do seu início, o enunciado de outros e, depois do seu término, os enunciados responsáveis de outros;
- b) a *conclusibilidade*, que tem estreita relação com o limite anterior, refere-se à inteireza do texto e é marcada pelos sinais de que o enunciado já se encerrou. A conclusibilidade é marcada por três elementos: i) a *exauribilidade do objeto e do sentido*²² que, no caso dos gêneros de natureza padronizada como o BO, é extremamente plena, já que, dado o objetivo de um enunciado, nas condições propostas pelo autor, ele tem relativa conclusibilidade; ii) o *projeto de discurso ou vontade de discurso do falante*, que é o responsável por determinar o todo do enunciado, a partir das decisões que faz sobre o seu volume e as suas fronteiras, considerando o que pretende dizer; iii) *formas típicas composicionais e do gênero do acabamento*²³, o que corresponde a dizer que, a partir da sua vontade discursiva, o falante escolhe um certo gênero do discurso, que possui forma relativamente estável e típica da construção do todo, aos quais estão vinculados os tipos e os vínculos composicionais;
- c) a *relação do enunciado com o próprio falante e com os participantes da comunicação discursiva*, já que existe como um elo na comunicação. Assim, cada enunciado é marcado por determinado conteúdo semântico-objetual, decorrente da seleção que o sujeito do discurso faz sobre o objeto e o sentido que pretende imprimir à comunicação.

²² Para o caso do BO, podem-se analisar os limites das informações próprias do gênero, especialmente considerando-se que há discussões sobre o que é ou não conteúdo próprio do documento como um todo, bem como o que é conteúdo do *histórico*.

²³ Bakhtin (2003) considera esse terceiro elemento o mais importante, já que implica a escolha de certo gênero do discurso.

O léxico utilizado em cada gênero tem estreita relação com o conteúdo semântico que se pretende imprimir no enunciado, vez que o sentido das palavras varia de acordo com o contexto em que elas são utilizadas. Para Bakhtin (2003), as palavras assumem significados concretos nas situações típicas de comunicação:

Costumamos tirá-las de outros enunciados e antes de tudo enunciados congêneres com o nosso, isto é, pelo tema, pela composição, pelo estilo; conseqüentemente, selecionamos as palavras segundo a sua especificação de gênero. O gênero do discurso não é uma forma da língua mas uma forma típica do enunciado; como tal forma, o gênero possui certa expressão típica a ele inerente. No gênero, a palavra ganha certa expressão típica. (BAKHTIN, 2003, p. 292-293).

Se é por meio dos gêneros que a comunicação humana se concretiza nas diversas situações discursivas, dominar essas formas é quesito essencial para que o homem se insira nas variadas práticas sociais. Assim:

Muitas pessoas que dominam magnificamente uma língua sentem amiúde total impotência em alguns campos da comunicação precisamente porque não dominam na prática as formas de gênero de dadas esferas. (...) Quanto melhor dominamos os gêneros tanto mais livremente os empregamos, tanto mais plena e nitidamente descobrimos neles a nossa individualidade (onde isso é possível e necessário), refletimos de modo mais flexível e sutil a situação singular da comunicação; em suma: realizamos de modo mais acabado o nosso livre projeto de discurso. (BAKHTIN, 2003, p. 284-285).

É por esses motivos que os sujeitos que necessitam utilizar-se de um gênero específico compartilham a necessidade de conhecer as peculiaridades do enunciado, a fim de empregá-lo melhor e participar de forma mais efetiva das situações concretas de comunicação.

No caso do BO, os relatores são policiais que utilizam o gênero no cumprimento de uma função profissional. Não basta, por certo, ser policial militar para reconhecer e aplicar com segurança as características retóricas e linguísticas do Boletim de Ocorrência. Reconhecê-las e ser capaz de aplicá-las, por outro lado, estão entre as habilidades necessárias para o bom exercício das atribuições profissionais.

Um grande número de correntes teóricas da linguística se desenvolveu a partir das postulações de Bakhtin. Algumas partem delas para ampliar as discussões sobre texto, gênero e discurso, propondo contribuições das quais se valem outros pesquisadores. Exemplo disso é o Interacionismo Sociodiscursivo (ISD), desenvolvido por Bronckart (2003; 2006) e outros pesquisadores da Escola de Genebra, que acrescenta perspectivas sobre o emprego de

terminologias tais como *discurso*, *texto*, *gênero – discursivo ou textual*, por exemplo. Essa discussão será revista ainda neste capítulo, no espaço dedicado à apresentação do *folhado textual*.

2.3.2 A questão do suporte e sua interferência no gênero

Marcuschi (2008) aborda os aspectos que tipificam os gêneros textuais²⁴ e considera, dentre eles, a questão do suporte que, embora não seja determinante para distinguir um gênero e outro, causa interferência neles. Para o autor, predominam nos gêneros textuais os aspectos relativos a funções, propósitos, ações e conteúdos; daí poder-se dizer que a tipicidade deles decorre das suas características funcionais e da sua organização retórica. Nesse sentido, são os critérios funcionais, não os linguísticos e os estruturais, que distinguem um gênero do outro.

Relacionando essa afirmação com o caso do Boletim de Ocorrência, podem-se encontrar: a função social do gênero, que é a de levar ao conhecimento de uma autoridade a ocorrência de um fato que gerou a intervenção policial; e o propósito do documento, que é permitir que sejam tomadas as providências policiais decorrentes do fato. Para que se atinjam os objetivos e os propósitos do gênero, é preciso empregar as estratégias linguísticas e retóricas adequadas.

Quanto à denominação dos gêneros, Marcuschi (2008) aponta que ela não decorre de invenções pessoais, mas que os falantes se utilizam da metalinguagem para fazê-lo. O autor aponta alguns critérios que, de forma geral, são utilizados para dar nomes aos gêneros:

1. forma estrutural (gráfico; rodapé; debate; poema)
 2. propósito comunicativo (errata; endereço)
 3. conteúdo (nota de compra; resumo de novela)
 4. meio de transmissão (telefonema; telegrama; e-mail)
 5. papéis dos interlocutores (exame oral; autorização)
 6. contexto situacional (conversação esp.; carta pessoal)
- (MARCUSCHI, 2008, p.164)

Não escapa a Marcuschi (2008), no entanto, que os critérios podem atuar conjuntamente e que as dúvidas sobre a denominação do gênero decorrem do propósito comunicativo ou da função. A dificuldade para denominar os gêneros ocorre, por exemplo, quando há uma mescla de

²⁴ O emprego da terminologia *gênero textual* (que conceitualmente supõe divergência com o termo *gênero do discurso*, adotado por Bakhtin) será detalhado mais adiante, na revisão do conceito de *folhado textual*. Na presente seção, mantém-se o termo gênero textual, visto que representa a escolha feita por Marcuschi (2008).

formas e funções típicas de mais de um gênero, fenômeno ao qual o autor intitula *intergenericidade*.

Os critérios mais visíveis no Boletim de Ocorrência são o propósito comunicativo, o conteúdo e o contexto situacional. O critério *meio de transmissão* poderia ser aventado como determinante para se identificar o gênero, contudo, como será mostrado na sequência, ele determina algumas características, mas não resulta no fenômeno de *intergenericidade*.

Quanto ao suporte, Marcuschi (2008) esclarece que ainda não há definição clara, já que as pesquisas sistemáticas sobre esse assunto ainda se estão iniciando. O autor esclarece, no entanto, que o gênero sofre influência do suporte, embora isso não signifique que o suporte determine o nome do gênero. Ainda conforme o autor, há casos mais complexos, contudo, como ocorre com um mesmo texto transmitido por meio de mensagem em secretária eletrônica, escrito em um pedaço de papel ou telegrama. Nesses exemplos, o primeiro texto seria uma mensagem, o segundo um bilhete e o terceiro um telegrama.

Apesar de alertar quanto à atual imprecisão sobre o conceito de suporte, o linguista propõe uma definição: “um *locus* físico ou virtual com formato específico que serve de base ou ambiente de fixação do gênero materializado como texto” (MARCUSCHI, 2008, p. 174), ideia que acarreta três aspectos: “a) suporte é um lugar; b) suporte tem formato específico; c) suporte serve para fixar e mostrar o texto” (MARCUSCHI, *op. cit.*). Assim, suporte é algo real – ainda que exista em uma realidade virtual, e interfere no gênero – muito embora a natureza e o alcance dessa interferência ainda não sejam ponto pacífico.

Nessa linha de raciocínio, tem-se o suporte formulário para o BO impresso e o suporte ambiente virtual para o informatizado. Ambos preenchem os requisitos de lugar, formato físico e função de publicar o texto.

Marcuschi (2008) classifica os suportes em convencionais e incidentais. *Convencionais* são aqueles cuja função original é portar textos, e nessa categoria estão o livro, o livro didático, o jornal diário, a revista (semanal ou mensal), a revista científica (boletins e anais), o rádio, a televisão, o telefone, o quadro de avisos, o *outdoor*, o encarte, o *folder*, os luminosos, as faixas etc. *Incidentais* são os suportes casuais, que recebem textos em situações específicas, mas não existem com essa finalidade, tais como a embalagem, o para-choque e o para-lama de caminhão, as roupas, o corpo humano, as paredes, os muros, as paradas de ônibus, as estações de metrô, as calçadas, as fachadas, as janelas dos meios de transporte em geral etc.

Especificamente quanto à folha de papel, o autor se detém para esclarecer que não a entende como um suporte de maneira geral, pois isso impediria as distinções de suportes tais como livros e revistas, dentre outros. Há os casos como o dos correios, o do programa de *e-mail*, o da mala direta, o da *internet* e o da *homepage* ou *site*, que o autor classifica como serviços. Essa classificação não se dá sem o esclarecimento de que a *internet* seria um caso-limite que, para o autor, “alberga e conduz gêneros dos mais diversos formatos” (MARCUSCHI, 2008, p. 186) e, ainda, de que a *homepage*, de maneira geral, seria um gênero, muito embora a *homepage* institucional comporte vários gêneros. O *site*, por sua vez, é um suporte.

Também aqui encontra eco o entendimento de que o formulário impresso e o ambiente virtual são os suportes do gênero Boletim de Ocorrência, nas duas modalidades²⁵ que existem atualmente.

Em sua abordagem sobre os gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital, Marcuschi (2010) lembra que as novas tecnologias comunicacionais geraram novos meios e ambientes, tal como ocorrera com a invenção da escrita, do telefone, do rádio e da televisão. Nessa exposição, o pesquisador não enquadra a *homepage* como um gênero textual, entendendo que ela opera como um suporte, além de reiterar sua caracterização como um serviço eletrônico.

Embora o Boletim de Ocorrência não se enquadre, para esta pesquisa, na categoria *gênero emergente*, também esse documento é influenciado pela tecnologia digital, já que a possibilidade e a implementação de um suporte virtual interferiram nas características textuais do gênero.

Marcuschi (2010) propõe parâmetros para caracterização dos novos gêneros, que incluem dois aspectos: os participantes e o tempo. O aspecto tempo é subdividido em bilateral e multilateral e é classificado em síncrono (*chat*, por exemplo) e assíncrono (*e-mail*, informações, listas de discussão, *blog*, por exemplo). Além desses parâmetros, os gêneros devem ser enquadrados a partir da identificação: a) do número de interlocutores; b) do tempo de espera do envio de mensagens ou sinais; c) da quantidade de texto pretendido; d) dos limites impostos à revisão; e) do grau de automatização das operações; f) do método de armazenamento, busca, gerenciamento dos textos; g) da riqueza e variedade dos sinais (texto, som, imagens etc.).

²⁵ Adota-se, nesta pesquisa, o termo *modalidade* para referenciar as duas formas de apresentação do BO: modalidade produzida no formulário impresso e modalidade gerada no ambiente virtual.

Ribeiro (2005) discorre sobre os efeitos que as novas tecnologias imprimem aos processos de leitura e de escrita e esclarece que, na história da humanidade, novos gêneros e novas possibilidades foram gerados a partir de cada invenção. Os suportes, surgidos cada um à sua época – a exemplo da tabuleta de cera, de um pedaço de couro ou do próprio papel –, desencadearam novas formas de lidar com a escrita alfabética. Para a autora (*op. cit.*), “cada suporte, à medida que foi inventado e refinado, criou especificidades: o jornal, com sua diagramação e sua periodicidade peculiares, produz determinadas expectativas no leitor, assim como as revistas, as bulas de remédio, os *outdoors*, os livros e até mesmo os muros urbanos” (RIBEIRO, 2005, p. 126). A autora percorre brevemente a evolução dos processos de escrita e leitura, assinalando que a habilidade para lidar com a grafia das letras manuscritas foi assimilada com a prática. O mesmo ocorreu com a utilização dos materiais que foram surgindo para se escrever.

Com relação ao suporte, Ribeiro (2005) aborda a transposição dos gêneros:

Os gêneros de texto existem em consonância com seus suportes. E à medida que o homem passou a ter opção de produzir impressos, novas organizações textuais com novas funções surgiram no universo dos objetos de ler.

As narrativas, que obedeciam a ordens cronológicas e fórmulas mnemônicas, ganham novos contornos, até que se instauram gêneros fundamentalmente impressos, como, por exemplo, o poema concreto. Cada uma dessas possibilidades, quando vivida e manipulada, passa a fazer parte de um repertório, preferencialmente aberto, de um leitor que soma experiências. E a gama de experiências e os cruzamentos que o leitor pode fazer entre elas no reconhecimento de novos objetos de ler ou de escrever, os usos mais ou menos versáteis que o leitor/escritor faz dos materiais e veículos que conhece e deseja conhecer fazem parte do que se denominou letramento. (RIBEIRO, 2005, p. 126-127).

Essa abordagem vai ao encontro dos entendimentos de que: primeiro, o suporte interfere no gênero, embora, não necessariamente criando um gênero novo; segundo, os usuários do gênero, sejam escritores ou leitores, precisam aperfeiçoar suas habilidades para lidar com as novas especificidades do texto, uma vez que elas conduzem a novas práticas.

A versão informatizada do BO apresenta recursos que alteram as estratégias de produção do texto. As próprias operações manuais para lidar com o objeto: escrever, virar, destacar e grampear páginas não mais estão presentes no ato de produzir o BO. Conformer-se com uma sequência única de escrita somente rearranjável com o descarte de uma primeira versão e o reiniciar em uma nova folha de papel também não é mais necessário, já que, dentre as comodidades próprias da escrita em meio digital, está a facilidade para refazer o texto sem

imprimir nele marcas de rasuras – marcas tais que, em um texto como o BO, comprometeriam irremediavelmente sua credibilidade. Nesse sentido, o suporte informatizado potencializa a estrutura hipertextual do BO.

Essas constatações coadunam com os estudos desenvolvidos por Mendes (2007) e Cassavari (2010), com a participação de policiais militares usuários do Registro de Eventos de Defesa Social, plataforma na qual é produzido o BO informatizado, cujas conclusões asseveram o surgimento de facilidades na produção e utilização do gênero.

2.3.3 Comunidade discursiva

Outra questão relevante para o desenvolvimento da presente pesquisa refere-se à esfera de produção e utilização do gênero, especificamente no que importa para delimitar quais seriam características adequadas a ele. Para tratar disso, recorreu-se ao conceito de *comunidade discursiva*, cunhado por Swales (1990). Para ele, comunidades discursivas são grupos sociorretóricos – cujos principais determinantes do comportamento linguístico são funcionais, e centrífugos – que têm a tendência de separar as pessoas em grupos de trabalho ou especialidades de interesse, que recrutam seus membros através da formação, da persuasão ou da qualificação relevante.

Em uma reavaliação do conceito inicial, Swales (2009 [2002]) reapresenta as seis características definidoras de comunidade discursiva, desta feita estabelecendo ênfase na abordagem Bakhtiniana dos gêneros. Segundo o autor (*op. cit.*), as comunidades discursivas:

- a) têm um conjunto de objetivos comuns, assim entendidos, de forma tácita ou explícita, por seus membros. Esses objetivos podem ser formulados de forma explícita e pública, além de aceitos total ou parcialmente pelos membros;
- b) possuem mecanismos que favorecem a comunicação entre seus membros, tais como ambientes físicos específicos para reuniões, boletins informativos e recursos tecnológicos destinados a esse fim;
- c) utilizam efetivamente esses mecanismos para suprir os indivíduos de informação e *feedback*. Tais mecanismos também são utilizados para canalizar a inovação, manter as crenças e valores, assim como para ampliar o espaço profissional;

- d) possuem e utilizam uma seleção crescente de gêneros, reconhecidos e definidos pelos seus membros, na promoção da comunicação e para atingir seus objetivos;
- e) adquirem, utilizam e continuam buscando léxico peculiar, que pode assumir significado específico no contexto da comunidade, além de terminologia especializada, tais como abreviaturas e siglas próprias;
- f) possuem estruturas hierárquicas explícitas ou implícitas que orientam os processos de admissão e de progresso dentro delas.

É em virtude de compartilharem ambientes e objetivos que os integrantes das comunidades discursivas estabelecem convenções que caracterizam suas práticas comunicativas. Isso se refere tanto às características de enunciados específicos – que podem ganhar estilos próprios em um determinado grupo – ou, ainda, a gêneros próprios de certos corpos sociais. Tratando-se de contextos profissionais, esse conceito se torna mais explícito, já que alguns gêneros são criados, utilizados e normatizados por comunidades específicas para fins de exercício e de obtenção de metas institucionais. É no seio dessas comunidades discursivas que os gêneros ganham a função de promover a interação humana ligada às práticas profissionais.

A PMMG é uma comunidade discursiva que se enquadra em todos os critérios que a definem como tal:

- a) é uma instituição cujos membros têm objetivos comuns, que podem ser percebidos a partir da especificação de sua missão, hoje definida como “promover segurança pública por meio da polícia ostensiva, com respeito aos direitos humanos e participação social em Minas Gerais”²⁶. A missão é conhecida de todos os integrantes, assim como o são os procedimentos que devem ser adotados para cumpri-la;
- b) em relação aos mecanismos de comunicação entre os membros da comunidade, as diversas unidades da PMMG²⁷ possuem ambientes físicos para realização de reuniões e encontros rotineiros. Além disso, existem a *intranet* e o *e-mail*

²⁶ Disponível em no portal da PMMG, no endereço <https://www.policiamilitar.mg.gov.br/portal-pm/conteudo.action?conteudo=1285&tipoConteudo=itemMenu>
Acesso em 16/05/2013

²⁷ De maneira geral, o termo *unidade* denomina os órgãos da PMMG responsáveis por atividades operacionais, administrativas e de ensino, em níveis variados de subordinação. Dessa forma, são unidades os Batalhões, as Diretorias, a Academia da PMMG, dentre outras.

institucionais, inclusive com caixas postais pessoais e institucionais para promover a comunicação. A instituição também promove cursos e encontros dos quais os membros, nos diversos níveis, participam. Também se utiliza de informativos institucionais, elaborados pela assessoria de comunicação institucional;

- c) todos os membros têm acesso à *intranet* da instituição, que se reveste no mecanismo virtual mais comumente utilizado para a comunicação entre os membros, inclusive com eventuais mensagens emanadas, às caixas postais individuais, pelo próprio Comandante da PMMG; os ambientes físicos também são compartilhados por todos os integrantes, de acordo com os objetivos de cada encontro;
- d) por sua natureza, a comunidade discursiva PMMG utiliza gêneros próprios da administração pública, tais como ofícios (nos formatos interno e externo), requerimentos e relatórios. Outros gêneros decorrem da natureza das funções policiais militares, a exemplo da sindicância administrativa disciplinar, do relatório de investigação preliminar, do inquérito policial militar, dos termos de declarações, dos depoimentos de testemunhas, dos autos de prisão em flagrante. A comunidade utiliza, também, os gêneros disciplinares, que decorrem do atual Código de Ética e Disciplina da instituição (PMMG, 2002), tais como a comunicação disciplinar, as razões escritas de defesa, a ata de reunião do conselho de ética e disciplina, o recurso disciplinar e o enquadramento disciplinar.

O Boletim de Ocorrência é um dos gêneros próprios dessa comunidade, utilizado no desempenho das atividades operacionais. Os membros da comunidade discursiva têm conhecimento dos gêneros e os utilizam de acordo com a sua própria demanda, especialmente no caso dos gêneros disciplinares, ou em virtude do seu empenho nas atividades de natureza administrativa ou operacional.

Abordando o acesso privilegiado dos membros da comunidade discursiva em relação aos gêneros que utilizam, Bhatia (2009) ressalta a importância de que esses escritores de gênero compartilhem o conhecimento referente a sua construção, interpretação e uso. Destaca,

também, que os estranhos à comunidade discursiva podem encontrar dificuldade para lidar com os gêneros específicos dela, o que decorre das formas peculiares como os membros da comunidade se utilizam da linguagem, por exemplo. Nesse sentido, sua abordagem corrobora a relevância dos gêneros na manutenção da identidade da comunidade discursiva e permite afirmar, no caso específico desta pesquisa, que o aprimoramento das práticas de produção dos gêneros repercute positivamente para o grupo.

- e) a comunidade discursiva PMMG utiliza léxico peculiar, tanto no desempenho de atividades administrativas quanto operacionais, o que em parte decorre dos próprios gêneros que circulam na instituição. Também existem as abreviações institucionalizadas, reconhecidas e utilizadas pelos membros.

Especificamente em relação a esse critério, Nunes (2012) desenvolve estudo em que constata a presença de regularidades no léxico em uso pelos integrantes da instituição PMMG. O pesquisador não desconsidera a influência dos movimentos históricos, da evolução administrativa e das inovações tecnológicas na inovação, na variação e nas mudanças desse léxico. Da mesma forma, constata que o uso de determinada unidade léxica decorre, dentre outros fatores, da nomeação dada, pela própria instituição, em catálogos de objetos em uso pelos seus profissionais.

- f) a PMMG é uma instituição de hierarquia tipicamente militar, sendo que seus cargos são ocupados, essencialmente, por profissionais que exercem funções de oficiais (coronel, tenente-coronel, major, capitão, 1º tenente e 2º tenente) e praças (subtenente, 1º, 2º e 3º sargentos, cabos e soldados). As funções na instituição estão relacionadas aos cargos, o que equivale dizer que as atribuições executadas pelos membros dessa comunidade se vinculam ao posto ou graduação dos membros. Normas legais e administrativas regulam o ingresso e a progressão na carreira. As promoções estão condicionadas à aprovação em exames e concursos – e muitas vezes em cursos de formação, aperfeiçoamento ou habilitação internos. Dessa forma, a admissão e o progresso na comunidade estão vinculados a um processo pedagógico que visa a preparar os membros para que eles participem, da maneira esperada, do desenvolvimento de atividades que visam a alcançar os objetivos do grupo.

Nessa linha, o Boletim de Ocorrência é um gênero hipertextual próprio da comunidade discursiva PMMG e está estreitamente relacionado com os objetivos estabelecidos por ela. É essa instituição que produz, faz circular e regula o BO, constituinte do repertório de gêneros da PMMG. Isso legitima a instituição a definir padrões, determinar alterações e implementar critérios para que o documento contribua para que se alcancem as metas estabelecidas pela comunidade discursiva.

Bathia (2009) destaca a existência de uma imbricação entre as convenções adotadas pelos membros de uma comunidade discursiva e a tentativa desses mesmos membros de atender as expectativas dos leitores de seus textos. Salienta, no entanto, que, para que isso ocorra, é necessário que ambos participantes da comunicação compartilhem o conhecimento sobre a construção, a interpretação e o uso do gênero. Da ausência desse conhecimento compartilhado surge uma distância social entre os membros que são legítimos e os que são considerados estranhos à comunidade, causando riscos para o segundo grupo.

As proposições de Bathia (2009) contribuem para solidificar o argumento de que, como gênero próprio de uma comunidade discursiva específica, o BO possui peculiaridades que, graças ao conjunto de características do próprio grupo e aos padrões institucionalizados para o texto, podem originar algumas dificuldades de acesso aos usuários não familiarizados com ele.

Por outro lado, ainda à luz de Bathia (2009), é coerente afirmar que, embora respeitando as peculiaridades da comunidade PMMG, seus membros devem considerar as necessidades daqueles que precisem acessar os gêneros que ela emite, especialmente porque se tratam de textos destinados ao atendimento de demandas próprias da Administração Pública. Por sua vez, e de forma concomitante, os usuários externos à comunidade discursiva não se desobrigam de buscar meios para conhecer os gêneros textuais que lhes interessam de maneira a não encontrar barreiras para acessá-los e utilizá-los.

A função de conciliar as necessidades de produtores e usuários dos gêneros textuais pode ser exercida a partir de abordagens que os tornem mais acessíveis, a exemplo do que se buscou alcançar com a presente pesquisa.

Considerando a tentativa que se faz, nesta pesquisa, no sentido de caracterizar a PMMG como uma comunidade discursiva, entende-se relevante tecer breves considerações quanto à

necessidade ou não de que ela se enquadre em todos os propósitos descritivos apresentados por Swales (2009[2002]). Para tanto, recorre-se ao entendimento de Araújo (2009) para quem tais propósitos não podem ser entendidos como uma fórmula matemática. Dessa forma, a ausência de um ou outro propósito não pode ser considerada fator definitivo para descaracterizar uma comunidade discursiva.

2.3.4 A narrativa e sua estrutura geral

Tendo em vista que o BO objetiva contar fatos passados e que a preservação da ordem temporal dos acontecimentos é relevante para a avaliação da ocorrência pelo destinatário – a quem cabe dar prosseguimento em nome do Estado – a organização retórica desse gênero se amolda à narrativa. Ao narrar, o produtor do BO responde a uma demanda prévia que classificou o assunto da escrita como relevante para o contexto da segurança pública e como objeto da intervenção da PMMG. Está presente, portanto, além do interesse de expor fatos em ordem cronológica, um teor avaliativo em relação ao acontecimento.

Buscando compreender e analisar as narrativas complexas, Labov e Waletzky (1967) propõem uma definição da estrutura básica da narrativa, a fim de alcançar aquela que seja comum às narrativas de maneira geral.

Labov e Waletzky (1967) consideram que a narrativa é uma técnica verbal para recapitular experiências, construindo unidades menores de narrativa cuja ordem de exposição coincide com a sequência temporal dos acontecimentos. Os autores denominam *narrativa vazia* ou *sem interesse* aquela cuja função é exclusivamente *referencial* e que serviria somente à função de recapitular a sequência temporal de uma experiência. Isso porque, para os autores, a narrativa tem uma função adicional, denominada *avaliativa*, que se relaciona ao interesse pessoal, determinado por um estímulo do contexto social em que ela ocorre.

No caso do BO, gênero altamente padronizado e regulado pela comunidade discursiva PMMG, o interesse pessoal não representa exclusivamente a avaliação do policial que escreve, mas também da instituição que estabelece critérios formais para enquadrar cada caso em tema como adequado ou não para a escrita do BO e, ainda, sua classificação nas categorias: i) ocorrências típicas de polícia, do sistema prisional e socioeducativo; ii)

ocorrências típicas de bombeiro militar; iii) ações e operações decorrentes do Sistema de Defesa Social²⁸.

Como resultado de suas pesquisas, Labov e Waletzky (1967) afirmaram que a narrativa é composta por cinco elementos estruturais: *orientação*, *complicação*, *avaliação*, *resolução* e *coda*.

A *orientação*, característica da maior parte das narrativas, está relacionada à função referencial e serve para guiar o leitor em relação ao tempo, espaço e comportamento das pessoas envolvidas. A *complicação* é representada por uma série de eventos que modificam o estado inicial dos fatos.

A *avaliação* merece maior detalhamento, já que, conforme Labov e Waletzky (1967), a mera sequência de complicação e resultado, sem uma quebra entre esses dois elementos, não indica ao leitor a importância desses eventos. A *avaliação* revela a atitude do narrador perante os fatos narrados e enfatiza a importância de algumas narrativas. A *avaliação*, em alguns casos, pode estar fundida na mesma sequência verbal da *solução*.

A *solução* é o resultado. Coincide com a *avaliação* quando esta é o último elemento da narrativa. A *coda* é um elemento adicional de algumas narrativas, representada pelo retorno da perspectiva verbal para o momento presente. A *coda* é separada da solução por uma articulação temporal.

Labov e Waletzky (1967) destacam que as estruturas das narrativas analisadas por eles não são uniformes, visto que foram observadas diferenças no grau de complexidade, na quantidade de elementos estruturais de que eram compostas e nas funções realizadas.

Tratando-se o BO de um texto de predominância narrativa, a teoria de Labov e Waletzky (1967) fornecerá elementos para a identificação da estrutura retórica do gênero, o que será feito por meio do estudo da organização dos textos.

Labov e Waletzky (1967) oferecem arcabouço teórico para que se observem como se organiza a estrutura narrativa de maneira geral. No entanto, o modo como os elementos estruturais se

²⁸ A PMMG classifica as ocorrências em três categorias, de acordo com o fato gerador da demanda. Mais adiante, na exposição da metodologia, essa classificação será retomada mais detalhadamente.

apresentam em cada texto decorre das peculiaridades próprias do gênero. No caso do BO, pode-se antecipar que o suporte informatizado favorece que se evidenciem informações próprias da *orientação* nos campos parametrizados. O arranjo dos demais elementos, e até mesmo um arranjo peculiar que propicia a interação da estrutura da narrativa nas diversas partes do texto, merecerá detalhamento na exposição das análises.

2.3.5 O contexto de produção e o folhado textual

Precedendo à revisão da concepção do *folhado textual*, importa destacar que ela faz parte de todo um construto teórico da autoria do chamado Grupo de Genebra que, na década de 80, desenvolveu a corrente do Interacionismo Sociodiscursivo (ISD). A presente pesquisa não se ancorou totalmente nos postulados do ISD, mas recorreu a um aspecto específico dessa corrente para analisar os traços linguísticos do BO: fala-se aqui, especificamente, dos modelos de análise de textos que observam o contexto de produção e o folhado textual.

Quanto à utilização do *folhado textual* como suporte para análise de gêneros textuais, Miranda (2012) recapitula o posicionamento de Bronckart que, inicialmente, mostrava-se reticente sobre essa possibilidade, mas, posteriormente, passou a declarar-se favorável e, mais recentemente, assumiu a caracterização dos gêneros como uma das linhas de trabalho do ISD. Também como assinala Miranda (2012), atualmente muitos pesquisadores se balizam pelo marco teórico do ISD para descrever gêneros, juntando-se aos investigadores mais voltados à didática das línguas. Estes, buscando formas de transformar os gêneros em objetos de ensino das línguas, já haviam se mostrado mais tendenciosos em relação à caracterização dos gêneros.

A propósito dessa utilização, Machado (2005) destaca uma série de pesquisadores, muitos deles brasileiros, que fundam suas pesquisas sobre gêneros no modelo introduzido pelo ISD, alguns buscando descrever características particulares e outros analisando textos específicos com fins didáticos. Machado (2005) respalda suas próprias pesquisas nas concepções gerais do ISD, entendendo que

O conjunto das análises permite detectar essas características que consideramos relevantes para o ensino de determinado gênero, possibilitando a construção de ‘modelos didáticos de gêneros’ que podem guiar tanto a elaboração e a avaliação de material didático quanto a avaliação das capacidades de produção textual dos alunos. (MACHADO, 2005, p. 258).

O emprego dos postulados do ISD por pesquisadores brasileiros foi denominado por Bawarshi e Reiff (2010) de modelo educacional ou abordagem didática brasileira. Os autores consideram que tal uso influenciou as iniciativas curriculares e a pedagogia de gêneros no Brasil e, ainda, que

A síntese brasileira sugere que as tradições retórica e pedagógica dos gêneros não precisam ser incompatíveis com a tradição linguística, e que quando interconectadas, essas tradições podem fornecer uma rica visão de como os gêneros funcionam e podem ser ensinados em vários níveis. (BAWARSHI e REIFF, 2010, p. 77. Tradução livre)²⁹

Dedicando-se a arrolar propostas de análises linguísticas com aplicação no ensino de língua portuguesa, Bezerra e Rinaldo (2013) apontam o foco na teoria de gêneros, que passou a vigorar no Brasil na primeira década do século XXI, com base em Bronckart, e que envolve as condições de produção e a arquitetura textual.

Para Bronckart (2003), os textos são dotados de características comuns relacionadas à sua interdependência com o contexto em que são produzidos, a um modo determinado de organização do seu conteúdo referencial, ao fato de serem compostos por frases articuladas umas às outras, de acordo com regras mais ou menos estritas, à apresentação de mecanismos de textualidade e enunciativos que lhe assegurem coerência interna.

Bronckart (2003) afirma que as espécies de textos se enquadram nos conceitos Bakhtinianos de gênero e que, portanto, “todo exemplar de texto observável pode ser considerado como pertencente a determinado gênero” (BRONCKART, 2003, p. 73). Assim,

Os textos são produtos da atividade de linguagem em funcionamento permanente nas formações sociais: em função de seus objetivos, interesses e questões específicas, essas formações elaboram diferentes espécies de textos, que apresentam características relativamente estáveis (justificando que sejam chamadas de gêneros de texto) e que ficam disponíveis no *intertexto* como modelos *indexados*, para os contemporâneos e para as gerações posteriores. (BRONCKART, 2003, p. 137).

Considerando esses postulados, algumas questões de terminologia devem ser esclarecidas, a partir deste ponto, com o objetivo de deixar claros os motivos das escolhas feitas, ao longo da pesquisa, para manter coerência com a base teórica abraçada na maior parte das análises.

²⁹ The Brazilian synthesis suggests that rhetorical and genre traditions need to not be incompatible with linguistic traditions, and that when interconnected, these traditions can provide rich insight into how genres function and can be taught at various levels. (BAWARSHI e REIFF, 2010, p. 77).

A importância da distinção da terminologia é discutida por Fiorin (2012), que se preocupa com as situações em que *texto* e *discurso* são tratados como sinônimos. Para ele, enquanto *discurso* é da ordem da imanência, *texto* é da ordem da manifestação. Assim, *discurso* é do plano do conteúdo e *texto* da ordem da manifestação. Também para Fiorin (2012), o discurso é anterior ao texto e, dessa forma, pode ser concretizado em textos diversos. Isso equivale a dizer, também como esse autor, que “o texto é a realização do discurso por meio da manifestação”. (FIORIN, 2012, p. 148).

O aparte com base em Fiorin (2012) é pertinente para evidenciar, pelo menos, dois aspectos importantes na pesquisa linguística: a) a coexistência de usos diversos para termos que interferem na leitura que se faz das pesquisas, de acordo com o ângulo em que se posiciona o leitor, basicamente a partir de suas próprias concepções; b) a necessidade de que o pesquisador assinale qual entendimento ele mesmo assume ao empregar um ou outro termo e, para manter coerência, em que se embasam suas escolhas.

Por sua vez, Bronckart (2003) propõe um sistema de equivalências terminológicas, tomando como base os estudos de Bakhtin (2003), conforme se apresenta no QUADRO 2. Assim, as noções de *gênero textual*³⁰ (em contraposição a *gênero discursivo*), de *texto* e de *discurso* empregadas nesta pesquisa consideram os postulados apresentados neste capítulo e acolhem, por coerência, as propostas de Bronckart (2003).

Nesta pesquisa, fundamenta-se em BRONCKART (2008) o uso de *discurso* como “atualização de práticas languageiras por indivíduos em situações concretas. Portanto, esse termo designa práticas languageiras, em oposição ao sistema de LINGUA”³¹ (BRONCKART, 2008, p. 87, grifo do autor), assim, de maneira não correspondente ao uso feito pelos pesquisadores da Análise do Discurso (AD) de origem francesa.

³⁰ Uma visão mais ampla sobre diversas abordagens referentes a gêneros, especialmente uma demonstração de várias concepções sobre esse tema em diversas correntes teóricas pode ser encontrada em Dell Ísola (2012).

³¹ Mais adiante, na apresentação do folhado textual, será apresentada uma visão mais detalhada do conceito de tipo de discurso sob a luz do ISD.

QUADRO 2
Equivalências terminológicas nas teorias de Bakhtin e Bronckart

BAKHTIN	BRONCKART
Formas e tipos de interação de linguagem	Ações de linguagem
Gêneros do discurso, gêneros do texto e/ou formas estáveis de enunciados	Gêneros de textos
Enunciados, enunciações e/ou textos	Textos: quando se trata de locuções verbais acabadas, associadas a uma única e mesma ação de linguagem Enunciados: quando se trata de segmentos de produções verbais no nível da frase
Línguas, linguagens e estilos	Tipos de discursos

Elaborado com base em Bronckart (2003).

Bronckart (2003) propõe um procedimento para coleta e análise de *corpus* de textos empíricos visando à análise das características individuais dos textos. Quanto à coleta, os textos selecionados devem ser representativos do conjunto de textos atestáveis em uma língua. Considerando que, em decorrência dos diversos níveis de competência dos produtores, é possível encontrar textos de níveis muito diferentes de “qualidade”³², no que se refere à organização e à clareza, por exemplo, o autor propõe que se selecionem textos empíricos “cuja qualidade for reconhecida por uma determinada comunidade linguística” (BRONCKART, 2003, p. 78). Nesta pesquisa, acata-se a proposta de Bronckart e, nesse sentido, decide-se optar por selecionar *corpus* de pesquisa validado pela comunidade discursiva PMMG, como será detalhado no capítulo dedicado à metodologia.

Com relação aos procedimentos de análise, Bronckart (2003) propõe que se observem o contexto de produção e a arquitetura interna dos textos. O contexto de produção se refere ao conjunto de parâmetros que podem interferir na forma como o texto é organizado: fatores relacionados ao mundo físico (lugar de produção, momento de produção, emissor e receptor) e fatores relacionados ao mundo social e subjetivo (lugar social, posição social do emissor, posição social do receptor e objetivos da interação).

³² O termo *qualidade*, entre aspas, corresponde ao emprego observado em Bronckart (2003, p. 79).

Bronckart (2003) institui o conceito de *folhado textual*, que representa os três níveis superpostos e parcialmente interativos que constituem o texto: sua infraestrutura textual, os mecanismos de textualização e os mecanismos enunciativos. A distinção dos níveis de análise propostos pelo autor objetiva a esclarecer a trama da organização textual e se baseia na lógica de caráter hierárquico, ainda que parcialmente, da organização textual.

A infraestrutura geral do texto, que é o nível mais profundo de análise, é constituída pelo plano mais geral do texto, pelos tipos de discurso que comporta, pela modalidade de articulação entre esses tipos de discurso e pelas sequências que eventualmente aparecem nele.

O plano geral “refere-se à organização de conjunto do conteúdo temático; mostra-se visível no processo de leitura e pode ser codificado em um resumo” (BRONCKART, 2003, p. 120). O tipo de discurso se refere ao tipo de segmentos que o texto comporta – a narração, o discurso teórico, o discurso interativo e o relato interativo –, os quais podem estar encaixados no interior do texto. A articulação entre os tipos de discurso pode se dar pelo encaixamento e por fusão, por exemplo³³. A sequência (ou sequencialidade) designa os modos de planificação mais convencionais ou, mais especificamente, modos de planificação de linguagem, que se desenvolvem no interior do plano geral do texto (sequências narrativas, explicativas, argumentativas etc.).

Um novo aparte deve ser feito para esclarecer, a partir deste ponto, outras questões terminológicas essenciais ao prosseguimento da leitura. Trata-se da perspectiva adotada por Bronckart em relação aos termos *tipo de discurso* e *sequência*.

Miranda (2007) destaca que a noção de *tipo discursivo* é uma contribuição original do ISD, o que não equivale a dizer que tenha sido criada por investigadores dessa linha. Um alerta da pesquisadora, que vem ao encontro das preocupações em esclarecer o emprego do termo, é que ele não pode ser relacionado à classificação de textos ou tipologias textuais. Reside na necessidade de evitar esse tipo de equívoco, nas leituras sobre o folhado textual, a necessidade de aprofundamento na perspectiva do ISD.

Segundo Bronckart (2006), *tipos de discurso* são seguimentos que compõem textos, mas não constituem textos; estes, por sua vez, são normalmente constituídos por mais de uma

³³ Bronckart (2003) exemplifica formas de articulações dos tipos. Encaixamento designa um conjunto de procedimentos que explicitam uma relação de dependência de um segmento em relação ao outro (marcados, por exemplo, por travessões e pelos verbos de dizer). A fusão é exemplificada pela junção, em um mesmo segmento, de dois tipos diferentes, como uma passagem em discurso indireto livre.

sequência. Os *tipos de discurso* mobilizam subconjuntos particulares de recursos linguísticos que revelam a construção de um mundo discursivo (BRONCKART, 2008) e, por esse motivo, é neles que se podem identificar as regularidades e as marcas linguísticas do texto (BRONCKART, 2003). O modelo apresentado por Bronckart (2003) estabelece quatro seguimentos que constituem o nível superficial, que se deixa transparecer, dos *tipos de discurso*.

A abordagem proposta por Bronckart (2003) se propõe a descrever: a) os mundos ou planos na enunciação e as operações psicológicas em que elas se baseiam; b) as configurações de unidades linguísticas que funcionam como tradutoras nesses mundos. Partindo do princípio de que a linguagem baseia-se na criação de mundos, Bronckart (2003, 2008) diferencia mundos ordinários, representados pelos agentes humanos, e mundos discursivos, criados pela linguagem.

O mundo discursivo é construído em dois subconjuntos de operações psicolinguageiras colocadas em posições opostas:

- a) aquelas cujas coordenadas que organizam o conteúdo semiotizado se distanciam da situação do actante: que se enquadram na ordem do *narrar*;
- b) aquelas cujas coordenadas que organizam o conteúdo semiotizado se aproximam da situação do actante: que se enquadram na ordem do *expor*.

No *narrar*, os fatos são caracterizados pelo emprego de verbos no passado, sem o emprego de pronomes de 1ª e 3ª pessoas, singular e plural, que remetem ao agente produtor ou mesmo aos destinatários³⁴. No *narrar*, o mundo discursivo está em um lugar outro que, no entanto, é parecido, assimilável pelos seres humanos que terão acesso ao texto. As coordenadas gerais que organizam o conteúdo temático são disjuntas das do mundo ordinário.

No *expor*, as representações mobilizadas estabelecem relação mais ou menos direta com as coordenadas do mundo da ação de linguagem que está em curso. Assim, não há ancoragem em origem espaço-temporal. No *expor*, as coordenadas gerais que organizam o conteúdo temático são *conjuntas* às do mundo ordinário.

³⁴ Apesar dessa caracterização do *narrar*, Bronckart (2003) considera a existência de casos que consistiriam em possíveis contradições, a exemplo de uma autobiografia que lhe serve de referência e que apresenta pronomes de primeira pessoa. No entanto, dedica-se a explicar que o mundo discursivo em que tais narrativas se baseiam permanece autônomo em relação aos parâmetros da linguagem, vez que não remetem ao produtor externo.

De maneira complementar, as instâncias de agenciamento semiotizadas no texto podem ou não referir-se aos actantes: no primeiro caso, estabelecem uma situação de *implicação*; no segundo, de *autonomia*.

Assim, as operações da ordem do *narrar* e do *expor* se entrecruzam com as situações de *autonomia* ou *implicação*. A situação de implicação determina a necessidade de acesso aos elementos do contexto para interpretar o texto. Por sua vez, a autonomia não requer do leitor nenhum conhecimento sobre as condições de produção. A combinação entre *narrar* e *expor* X *implicação* e *autonomia* resulta nos quatro mundos discursivos: *expor implicado*, *expor autônomo*, *narrar implicado* e *narrar autônomo*.

Bronckart (2003) propõe um quadro de dupla entrada para demonstrar as relações entre as coordenadas gerais dos mundos e o ato de produção, transparecendo a formação dos tipos de discurso: discurso interativo, discurso teórico, relato interativo e narração (QUADRO 3).

QUADRO 3

Relações mundos X ato de produção e formação dos tipos de discurso

		Coordenadas gerais dos mundos	
		Conjunção	Disjunção
		EXPOR	NARRAR
		<i>Discurso interativo</i>	<i>Relato interativo</i>
Relação ao ato de produção	Implicação		
	Autonomia	<i>Discurso teórico</i>	<i>Narração</i>

Fonte: Bronckart (2003, p. 157)

Os discursos da ordem do *expor* são o *discurso interativo* e o *discurso teórico*, ambos caracterizados pela conjunção com elementos do mundo ordinário. Enquanto o primeiro mantém relação de implicação com o ato de produção, o mesmo não acontece com o segundo.

Na ordem do *narrar* estão o *relato interativo* e a *narração*, que se caracterizam pela disjunção com as coordenadas do mundo ordinário. O *relato interativo* mantém relação com o ato de produção, ao contrário da *narração*.

Bronckart (2003) adverte que o seu detalhamento das características que apresenta para particularizar os tipos de discurso se deu a partir da língua francesa. Assim, a organização semântico-sintática própria de cada língua deve ser considerada por pesquisadores que se

lancem a pesquisas semelhantes. Quanto ao estatuto psicológico das operações, não faz ressalvas.

Em uma demonstração de análise de textos com foco nos tipos discursivos, Bronckart (2003) assinala operações psicológicas e propriedades linguísticas observadas. Em uma tentativa de demonstrar as sínteses de operações psicológicas e propriedades linguísticas dos *tipos de discurso* categorizados por Bronckart (2003), elaborou-se o quadro que compõe o APÊNDICE A.

Apesar de entender que os *tipos de discurso* são elementos fundamentais da infraestrutura geral dos textos, Bronckart (2003) postula que essa mesma infraestrutura também se caracteriza pela dimensão da organização sequencial ou linear, que são as sequências. *Sequências* são, portanto, tomadas como os modos de planificação propriamente linguísticos (BRONCKART, 2008) e se organizam em orações ou cláusulas, podendo ser descritas por meio de teorias sintáticas. Bronckart (2003; 2006; 2008) abraça a teorização desenvolvida por Adam (1992) por considerar que ela está solidificada e não sujeita a contestações. Assim, assume os cinco tipos básicos: *narrativa, descritiva, argumentativa, explicativa e dialogal*³⁵.

Para abordar a *sequência narrativa*, Bronckart (2003) recorre à teoria desenvolvida por Labov e Waletzky e, dessa forma, esclarece que o protótipo dessa sequência é constituído de cinco fases, que aqueles autores denominam *elementos: orientação, complicação, avaliação, resolução e coda*³⁶.

Quanto à *sequência descritiva*, Bronckart (2003) destaca sua autonomia em relação aos segmentos discursivos nos quais está inserida. Ela é composta de várias fases, não necessariamente em uma ordem linear, mas hierárquica ou vertical. Suas três fases prototípicas são a ancoragem, a aspectualização e o relacionamento.

A *sequência argumentativa* tem o objetivo de desenvolver processos de lógica e raciocínio. Assim, implica a existência de uma *tese* a partir da qual são propostos *dados novos* que, por

³⁵ Muito embora exista consenso entre os pesquisadores a respeito do caráter finito das sequências (chamada por alguns de tipos textuais ou sequências tipológicas), observa-se que a categorização desse objeto ganha contornos mais ou menos amplos de acordo com a fonte consultada. Assim, além das sequências destacadas por Adam (1992), alguns autores consideram a existência de outras, tais como a expositiva e a injuntiva, por exemplo, como se pode observar em Marcuschi (2005).

³⁶ Em sua abordagem sobre a teoria de Labov e Waletzky, Bronckart (2003) menciona cinco fases básicas da narrativa: *orientação (ou situação inicial); complicação, ações, resolução e situação final*, além de outras duas que seriam menos frequentes por dependerem do posicionamento do narrador: *avaliação e moral*. Diante de aparente divergência entre as fases ou elementos da narrativa, optou-se, nesta pesquisa, por balizar as análises na abordagem que já foi explicitada neste capítulo, a partir da leitura de Labov e Waletzky (1967).

sua vez, são submetidos a um *processo de inferência* que orienta para a *conclusão* ou para uma *nova tese*. Dessa forma, a sequência argumentativa se desenvolve em quatro fases que se sucedem: a *fase de premissas*, a *fase de apresentação de argumentos*, a *fase de contra-argumentos*, a fase de *conclusão*.

A *sequência explicativa* desenvolve-se a partir da *constatação* de um fenômeno *incontestável*, porém incompleto ou carente de maior desenvolvimento. Seguem-se as explicitações das *causas* ou das razões da afirmação inicial ou de suas contradições. Por fim, a constatação inicial é reformulada e até mesmo enriquecida. O protótipo da sequência explicativa inclui as seguintes fases: *constatação inicial*; *problematização*; *resolução*; *conclusão-avaliação*.

A particularidade da *sequência dialogal* é a de que ela se realiza geralmente nos discursos interativos dialogados, estes estruturados em turnos de fala, assumidos pelos agentes-produtores envolvidos ou atribuídos aos personagens da cena. Nos casos em que o discurso interativo se apresenta na forma de monólogo, algumas unidades características desse tipo ficam ausentes, sem representar modificação do estatuto desse tipo de discurso (BRONCKART, 2003).

Os mecanismos de textualização são relacionados à linearidade do texto e às suas grandes articulações hierárquicas, lógicas e temporais. Em sua abordagem primeira sobre a arquitetura textual, Bronckart (2003) considera três mecanismos de textualização: a conexão, a coesão nominal e a coesão verbal.

Os mecanismos de conexão, que funcionam como organizadores textuais, “marcam as articulações da progressão temática e podem ser aplicados ao plano geral do texto, às transições entre tipos de discurso e entre fases de uma sequência ou às articulações mais locais entre frases sintáticas” (BRONCKART, 2003, p. 122). São exemplos de mecanismos de conexão as conjunções, os advérbios ou locuções adverbiais, os grupos preposicionais, os grupos nominais e as sequências de frases.

Os mecanismos de coesão nominal têm tanto a função de introduzir temas e personagens ao texto, como a de assegurar sua retomada ou sua substituição ao longo do texto, e são denominadas anáforas (que podem ser os pronomes pessoais, relativos, demonstrativos e possessivos, assim como alguns sintagmas nominais).

A função dos mecanismos de coesão verbal, realizados essencialmente pelos tempos verbais, é assegurar a organização temporal e hierárquica dos estados, acontecimentos ou ações verbalizados nos textos. Essas marcas temporais aparecem em interação com outras unidades que também têm valor temporal (advérbios e organizadores textuais, principalmente), a partir da categorização dos verbos com valor gnômico³⁷ (no discurso teórico), de isocronia³⁸, valor projetivo³⁹, valor retroativo⁴⁰ (na narração), de simultaneidade⁴¹, de anterioridade⁴² e de posterioridade⁴³ (no discurso interativo).

Em uma abordagem mais recente da arquitetura textual, Bronckart (2013) não inclui a análise da coesão verbal juntamente à dos mecanismos responsáveis pela textualização, restringindo a análise da segunda camada aos mecanismos de conexão e à coesão nominal. Sobre esse aspecto, Bulea (2010) esclarece que, em uma visão atual sobre a arquitetura textual, entende-se que a estruturação temporal dos processos evocados no texto se relaciona com a própria construção dos tipos de discurso. Por esse motivo, a coesão verbal é atualmente tratada juntamente com os tipos de discurso.

Os mecanismos enunciativos são os que mais concorrem para a função interativa do texto, já que contribuem para esclarecer os posicionamentos enunciativos (quais instâncias assumem o que é enunciado, quais vozes se expressam) e traduzem avaliações sobre alguns aspectos do conteúdo temático.

São mecanismos enunciativos o posicionamento enunciativo e as vozes (que, a princípio, são do autor do texto, mas, em muitos casos, podem ser de outros enunciadoreis). As vozes são definidas como “entidades que assumem (ou às quais são atribuídas) a responsabilidade do que é enunciado” (BRONCKART, 2003, p. 326). Para Bronckart (2003) é a chamada voz neutra, que é instância geral de enunciação, que, na maioria dos casos, assume diretamente a responsabilidade de dizer. De acordo com o tipo de discurso, a voz neutra corresponde à do narrador ou à do expositor e atribui a terceiros a responsabilidade pelo que é dito.

³⁷ Verbos com valor gnômico são mais observáveis no discurso teórico e apresentam o presente como tempo dominante, que confere aos processos verbalizados uma validade geral, que independe de qualquer temporalidade particular.

³⁸ Verbos com valor de isocronia (pretérito perfeito e pretérito imperfeito) indicam que a progressão da atividade narrativa se desenvolve paralelamente à progressão do conteúdo temático.

³⁹ Verbo com valor projetivo, o futuro do pretérito marca uma distância entre a progressão da atividade narrativa e a sucessão dos acontecimentos.

⁴⁰ Verbo com valor retroativo, o mais-que-perfeito indica o caráter anterior dos processos aos quais se aplica.

⁴¹ No discurso interativo, o presente, indica que o momento do processo e da fala são coincidentes.

⁴² No discurso interativo, o pretérito perfeito indica que os processos têm valor de anterioridade em relação ao momento da tomada da palavra.

⁴³ No discurso interativo, o futuro do pretérito tem valor de posterioridade.

Há outros casos em que a instância de enunciação coloca em cena outras vozes, infraordenadas em relação à voz neutra. São elas as vozes de personagens, as vozes de instâncias sociais e a voz do autor empírico do texto.

Também são mecanismos enunciativos as modalizações (lógicas⁴⁴, deônticas⁴⁵, apreciativas⁴⁶, pragmáticas⁴⁷), que são realizadas pelos chamados modalizadores: tempos do verbo no futuro do pretérito, auxiliares de modalização (poder, ser preciso, dever etc.), um subconjunto de advérbios (certamente, sem dúvida etc.) e certas frases impessoais (é evidente que..., é possível que...).

Uma percepção geral dos três níveis da arquitetura textual (FIG. 6) pode ser obtida por meio do esquema elaborado por Bronckart (2006):

ESQUEMA: OS TRÊS NÍVEIS DA ARQUITETURA TEXTUAL

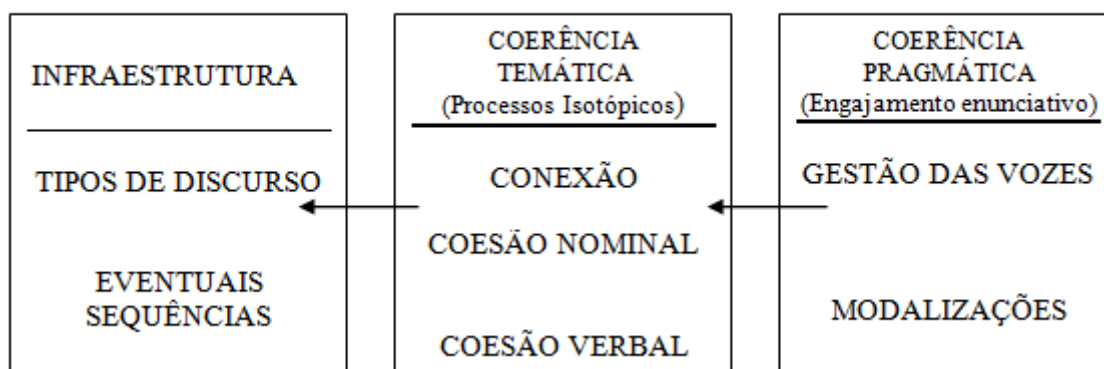


FIGURA 6: Três níveis da arquitetura textual

Fonte: Bronckart (2006, p. 147).

Para observar a arquitetura interna dos textos, Bronckart (2003) propõe uma análise em fases sucessivas: a primeira, em que se faz a observação dos textos com o objetivo de identificar conjuntos de ordens: semântica (que permite a identificação do tema – conteúdo – e de como o autor se relaciona com esse conteúdo); léxico-semântica (que permite a identificação das escolhas referentes às escolhas de lexemas, dos subconjuntos de categorias e de regras

⁴⁴ Modalizações lógicas constituem julgamentos sobre o valor de verdade das proposições enunciadas, consideradas como certas, possíveis, prováveis, improváveis etc.

⁴⁵ Modalizações deônticas avaliam o que é enunciado à luz dos valores sociais, considerando-os permitidos, proibidos, necessários, desejáveis etc.

⁴⁶ Modalizações apreciativas traduzem um julgamento subjetivo, apresentando os enunciados como bons, mais estranhos, na visão de quem analisa.

⁴⁷ Modalizações pragmáticas introduzem um julgamento sobre uma das facetas da responsabilidade de um personagem em relação ao processo de que é agente, especialmente sobre a capacidade de ação (poder-fazer), a intenção (querer-fazer) e as razões (dever-fazer).

gramaticais mais recorrentes); paralinguística (que incluem os elementos paratextuais – unidades não verbais, esquemas – e supratextuais – formatação de página e de relevo). Em seguida, analisam-se tipos de discursos presentes nos textos (classificados como discurso interativo, discurso teórico, discurso relato-interativo e discurso narrativo). Nas etapas seguintes, observam-se os mecanismos de coesão e os mecanismos enunciativos.

Os três níveis da arquitetura textual proposta por Bronckart (2003) foram buscados e categorizados nos exemplares dos BO analisados, com o objetivo de identificar as marcas desse gênero. Outros detalhamentos sobre as estratégias para coleta e análise serão descritos no capítulo dedicado à metodologia.

3 METODOLOGIA

3.1 Natureza da pesquisa e formato metodológico

A pesquisa apresentada é de natureza qualitativa, descrita por Flick (2009) como aquela que, dentre outras, examina interações e comunicações em desenvolvimento, o que pode ser feito pela análise do material produzido.

Pesquisas de natureza qualitativa, segundo Flick (2009), se caracterizam pelo interesse por experiências, interações e documentos no contexto em que ocorrem naturalmente e, por isso, esse mesmo contexto é relevante para que se entenda o que está sendo estudado. Também caracteriza a pesquisa qualitativa a omissão de conceitos bem definidos do que se pretende estudar ou de hipóteses que serão testadas durante os estudos. Conceitos ou hipóteses, quando utilizados, são objetos de desenvolvimento ou refinamento ao longo da pesquisa qualitativa.

Quando os métodos e teorias existentes não se são adequados ao que se pretende estudar, devem ser ajustados à questão ou ao campo concreto em que se desenvolve a pesquisa qualitativa ou, ainda, outros métodos e novas abordagens devem ser desenvolvidos (FLICK, 2009). Segundo o mesmo autor, ainda que ocorra a adequação dos métodos, devem ser discutidas as abordagens de definição e a avaliação da pesquisa qualitativa.

A contribuição individual daquele que realiza a pesquisa, seja no desempenho da tarefa de pesquisador, seja em virtude das experiências que possui em relação ao campo pesquisado ou, ainda, como integrante do campo em estudo, também é apontada por Flick (2009) como parte importante do processo de uma pesquisa qualitativa.

O formato metodológico *estudo de caso*, adotado nesta pesquisa, é aquele em que, conforme Stake (1995 *apud* Creswell 2007), fatos, atividades ou processos são examinados profundamente pelo pesquisador, que se utiliza de variados procedimentos para coletar dados. Citado por Alves-Mazzoti (2006), Stake (1978) considera que o estudo de um caso singular conduz ao aprendizado de aspectos em que ele se iguala ou diverge de outros casos e, para que o leitor estabeleça esse tipo de relação, o pesquisador deve cuidar de descrever o caso de forma detalhada.

Alves-Mazzoti (2006) alerta para a necessidade de que o objeto do estudo de caso esteja situado em uma discussão mais ampla, não restrita aos recortes de uma pesquisa, vez que isso seria contrário ao propósito de contribuir para a construção de um conhecimento coletivo.

Nesse sentido, os estudos sobre o BO emitido pela PMMG foram desenvolvidos, nesta pesquisa, à luz de teorias e abordagens aplicáveis aos estudos de outros gêneros textuais.

Abordando a importância de assegurar a confiabilidade do estudo de caso, Yin (2010) adverte para a necessidade de assegurar que, estudando o mesmo caso e seguindo os mesmos processos descritos pelo primeiro, um segundo pesquisador alcance resultados iguais. Para isso, é necessário que todo o processo seja documentado. No presente capítulo, serão detalhados os procedimentos adotados para coleta, seleção e análise do *corpus*, assim como para a validação da pesquisa.

Para identificar as características retóricas e linguísticas do Boletim de Ocorrência, foram realizadas pesquisas bibliográficas (que permitiram fundamentar as análises) e documentais (estudos de exemplares do gênero Boletim de Ocorrência), em busca das marcas desse gênero. A especificação do objeto da investigação, os critérios para coleta e análise do *corpus* serão apresentados na sequência.

3.2 Objeto da investigação

Nesta pesquisa foram analisados exemplares de BO emitidos pela PMMG considerados de boa qualidade pela comunidade discursiva.

Os detalhes que serão feitos nas próximas seções esclarecerão como se deu a coleta dos exemplares e a partir de quais critérios eles foram considerados de boa qualidade.

3.2.1 Delimitação temporal e espacial do *corpus*

Muito embora o título desta dissertação restrinja o órgão emissor dos exemplares objeto da pesquisa, entende-se que, a este ponto da exposição da metodologia adotada, é importante enfatizar que os BO que integram o *corpus* foram emitidos pela Polícia Militar de Minas Gerais. Esse esclarecimento ganha maior relevância com a informação de que, muito embora as polícias militares do Brasil adotem gêneros hipertextuais com funções semelhantes, não

existem, atualmente, padronizações sobre aspectos retóricos e linguísticos, ou mesmo estruturais, aplicáveis a esses textos em todo o território nacional.

Feito esse esclarecimento, é importante reafirmar que as ocorrências registradas no módulo REDS são classificadas em três categorias: i) ocorrências típicas de polícia, do sistema prisional e socioeducativo; ii) ocorrências típicas de bombeiro militar; iii) ações e operações decorrentes do Sistema de Defesa Social. As ocorrências típicas de polícia são atendidas pela Polícia Militar ou registradas pela Polícia Civil e compreendem aquelas que se referem a infrações contra a pessoa, o patrimônio e a propriedade imaterial, os costumes e a família, a incolumidade e a paz pública, a organização do trabalho, a administração e a fé pública, o sentimento religioso e o respeito aos mortos, as referentes a substâncias entorpecentes, as infrações referentes ao trânsito, dentre outras.

As ocorrências típicas de bombeiro são as de competência do Corpo de Bombeiros Militar, a exemplo das relativas a explosão e incêndio, busca e salvamento, dentre outras.

As ocorrências referentes ao sistema de Defesa Social não se enquadram em delitos e contravenções, nem em atos defesos em lei ou próprios de bombeiros. São classificados assim os registros referentes a ações de defesa social, a demonstrações, palestras e treinamentos, coordenação e controle, dentre outras.

Para a presente pesquisa, foram coletadas ocorrências que se enquadram na primeira categoria, emitidas pela PMMG. Apesar dessa limitação, não se desconsidera a possibilidade de que futuras investigações sejam implementadas no sentido de verificar a aplicabilidade dos resultados às demais categorias.

Os critérios de coleta dos exemplares de BO basearam-se em dois processos:

- a) em levantamentos estatísticos que permitiram identificar fatos narrados com maior frequência em determinado espaço temporal e espacial;
- b) na identificação de um informante que fosse considerado representante da PMMG no que se refere à indicação do que se constitui um BO de qualidade do ponto de vista da comunidade discursiva.

O primeiro processo, que se refere aos levantamentos estatísticos que permitiram estabelecer recortes temporais e espaciais, assim como de fatos narrados nos BO coletados, requer

esclarecimentos sobre o organograma operacional e sobre o serviço de geoprocessamento executado pela PMMG.

Responsável por executar o policiamento ostensivo fardado em todo o estado de Minas Gerais, a PMMG se organiza, de maneira mais abrangente, em Unidades de Direção-Geral, de Direção Intermediária e Unidades de Execução – operacional e de apoio. Essas unidades se responsabilizam por fazer cumprir as competências legais da instituição, sejam elas na área administrativa ou na operacional, esta denominada atividade-fim institucional. Periodicamente, a instituição atualiza seus organogramas operacional e administrativo, fazendo registrar a estruturação dessas duas esferas com a publicação de resolução sobre o seu plano de articulação e detalhamento. Para a presente pesquisa, serão explicitados alguns detalhes da estrutura operacional, exposta no ANEXO C, já que dela decorreu a seleção dos exemplares de BO analisados.

Operacionalmente, todas as unidades da PMMG subordinam-se ao Comando-Geral e à Chefia do Estado-Maior, funções ocupadas por coronéis, respectivamente o primeiro e o segundo de maior precedência hierárquica na instituição. Essas são as Unidades de Direção-Geral, que precedem as Unidades de Direção Intermediária, as quais serão apresentadas a seguir.

Territorialmente, o estado foi dividido em regiões, estas numeradas ordinalmente de 01 a 18, Primeira a Décima Oitava Regiões de Polícia Militar (RPM), cada uma delas responsável por atender a um agrupamento de cidades denominado *região*. Isso equivale dizer que cada RPM atua em um espaço físico determinado. No mesmo nível hierárquico e operacional das RPM, está o Comando de Policiamento Especializado - CPE, contudo, esse tem a peculiaridade de atuar em todas as regiões, de acordo com as demandas operacionais específicas ou eventuais. O CPE atua no chamado *esforço de recobrimento*, que se sustenta “na qualificação especial e na atuação em ocorrências complexas, ou potencialmente violentas, ou que, por sua dimensão ou repercussão, extrapolem a capacidade do policiamento ordinário e exijam respostas estratégicas ou altamente especializadas” (MINAS GERAIS, 2010a, p.2). As RPM e o CPE integram o grupo de Unidades de Direção Intermediária e estão sob o comando de coronéis. A elas se vinculam as Unidades de Execução Operacional, que serão descritas a seguir.

O espaço físico das RPM é subdividido em *áreas*, estas sob responsabilidade dos Batalhões de Polícia Militar (BPM) ou das Companhias Independentes (Cia PM Ind). As áreas compreendem o espaço físico de cidades, parte ou agrupamento delas, de acordo com a demanda por policiamento ostensivo existente nesses locais. A análise do organograma

operacional permite constatar que, na maioria dos casos, as cidades do interior do estado abrigam um único batalhão. A capital, por sua vez, é dividida em oito áreas, cada uma correspondente a um batalhão. Os oito batalhões sediados em Belo Horizonte, portanto, dividem seu espaço territorial por agrupamento de bairros. Esses oito batalhões e o Batalhão de Polícia de Trânsito (BPTran) compõem a 1ª RPM. A composição da 1ª RPM é informação importante para a metodologia da coleta de dados e, por esse motivo, será retomada mais adiante nesta mesma seção.

Enquanto os batalhões com responsabilidade sobre áreas⁴⁸ específicas atuam exclusivamente nesses espaços, os batalhões do CPE podem atuar em quaisquer delas, embora estejam sediados na capital. Isso ocorre porque é composto pelas chamadas Unidades Especializadas, como já foi esclarecido, responsáveis pelo policiamento de eventos, radiopatrulhamento aéreo, policiamento montado, ações táticas, dentre outras atividades. Das unidades da 1ª RPM, somente o BPTran não possui área específica, portanto, atua em todas as áreas da região.

Os princípios que norteiam o modelo de articulação territorial adotado pela PMMG são a maior proximidade com o cidadão, a descentralização dos serviços policiais e a modernização dos serviços de atendimento ao público (MINAS GERAIS, 2010a). É por meio desse modelo, também, que a PMMG descentraliza os esforços, adequando o serviço policial às necessidades de segurança nos diversos espaços territoriais.

Para orientar a prestação de serviços operacionais, as Unidades de Execução Operacional se baseiam nas informações originadas em seus respectivos setores de análise criminal porque:

No contexto da moderna gestão policial orientada por resultados, a atividade de análise criminal apresenta preponderante papel, e aliada às técnicas de planejamento, inteligência e resolução de problemas, configura-se em importante instrumento gerencial para a efetividade das ações. (MINAS GERAIS, 2010a, p. 46).

É a comunidade de estatística e geoprocessamento, integrada por uma equipe de analistas de criminalidade que, nos diversos níveis da instituição, se empenha no estudo e no desenvolvimento de técnicas de análise que objetivam a: facilitar a identificação e a

⁴⁸ Embora existam outras divisões territoriais nas áreas (denominadas *setores* e *subsetores*), elas não serão detalhadas nesta pesquisa, visto que dispensáveis para a explicitação da metodologia de coleta de exemplares de BO.

localização de problemas de segurança pública, permitir o emprego racional dos meios, permitir a melhoria dos resultados operacionais, dentre outros.

A coleta, o armazenamento e o tratamento das informações espaciais ou georreferenciadas, com fins a aplicações nas quais o espaço físico seja relevante, são feitos pelo conjunto de técnicas computacionais denominadas geoprocessamento, que se constitui uma das principais ferramentas para a realização da análise criminal.

Da gama de informações que podem ser obtidas pelo geoprocessamento, dentre as quais estão as tendências e os padrões de evolução do fenômeno do crime, resultam os índices e as taxas de segurança pública, que correspondem à relação das ocorrências em cada município. A tecnologia do geoprocessamento permite, portanto, identificar quais ocorrências incidem com maior frequência em determinado espaço geográfico em um dado espaço de tempo. Esse recurso permitiu delimitar a área territorial e o intervalo de tempo, assim como os tipos de ocorrências que foram coletadas na pesquisa.

Conforme sinopse do Censo Demográfico/2010⁴⁹, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Belo Horizonte é o município do Estado de Minas Gerais que possui maior população urbana, 2.375.151 pessoas, distribuídas em uma área total de 331,4 km², o que resulta na densidade demográfica de 7.167,02 (habitantes por km²). Essa densidade demográfica é a maior do estado, seguida da apresentada pelo município de Contagem: 3.090,33.

Como ficou demonstrado na exposição sobre a articulação territorial da PMMG, a 1ª RPM abriga nove unidades operacionais: 1º, 5º, 13º, 16º, 22º, 34º, 41º, 49º BPM e o BPTran, que prestam os serviços operacionais ordinários na capital mineira. Trata-se da RPM que possui maior número de Batalhões e, por conseguinte, o maior número de policiais⁵⁰ empregados nas atividades operacionais. Além dessas unidades, atuam na 1ª RPM as nove unidades do CPE, estas atendendo às demandas por recobrimento. A capital de Minas Gerais é o município mineiro que apresenta o maior índice de ocorrências do estado, sendo essas de graus de violência variados.

Diante desse quadro de representatividade das ocorrências registradas na 1ª RPM, os BO analisados nesta pesquisa foram selecionados dentre aqueles registrados nessa região.

⁴⁹ Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=31&dados=1>> Acesso em 01 out. 2012.

⁵⁰ Os Batalhões são as unidades operacionais que comportam maior efetivo.

Quanto ao espaço temporal, foram selecionadas ocorrências emitidas no primeiro semestre de 2012, o que se justificou pela intenção de trabalhar com registros mais próximos do período de coleta: o segundo semestre daquele ano.

Para tanto foi solicitado, ao setor de geoprocessamento da 1ª RPM, o levantamento das cinco naturezas⁵¹ de ocorrências que tiveram maior número de registros nessa RPM no primeiro semestre de 2012 (QUADRO 4):

QUADRO 4

Naturezas de ocorrências de maior incidência na 1ª RPM – jan. – jun. 2012

NATUREZA	QTDE
Furto	32 659
Roubo	12 414
Ameaça	9 267
Acidente de trânsito com vítima	7 694
Dano	4 945

FONTE: 1ª RPM – Armazém de dados do REDS

Os dados estatísticos coletados e expostos no QUADRO 4 demonstram que, das cinco naturezas de maior incidência na 1ª RPM, no primeiro semestre de 2012, uma delas, a ameaça, se enquadra, conforme padronização adotada pela PMMG, no grupo das chamadas ocorrências *contra a pessoa*; três se enquadram no grupo das ocorrências *contra o patrimônio*⁵²: furto, roubo e dano. Acidente de trânsito com vítima se inclui em outro grupo, relacionado ao *trânsito*.

Quanto às naturezas e aos grupos das ocorrências que figuraram nos dados apresentados no QUADRO 4, alguns esclarecimentos devem ser feitos ao presente ponto, já que podem contribuir para uma visão mais aprofundada dos fatos que geraram a intervenção da PMMG e as maneiras como a instituição os classifica.

As ocorrências da categoria *típicas de polícia* são classificadas em 14 grupos identificados por letras do alfabeto. Para manter a exemplificação nos casos afluídos nos levantamentos estatísticos, é o caso de esclarecer que: o grupo das ocorrências contra a pessoa é representado

⁵¹ Também denominadas *subclasses*.

⁵² O grupo C inclui as ocorrências contra o patrimônio e as convenções contra o patrimônio e a propriedade imaterial.

pela letra B; o grupo das ocorrências contra o patrimônio, pela letra C; o grupo das ocorrências de trânsito, pela letra T.

Cada um desses grupos, por sua vez, é subdividido em classes. As classes, identificadas por dois dígitos numéricos, indicam o ordenamento jurídico que regula a conduta criminosa. As classes não se vinculam a um grupo exclusivamente, já que um mesmo ordenamento jurídico pode embasar vários grupos. Assim, a classe 01, que reporta ao código penal brasileiro, pode se vincular a ocorrências do grupo B. Assim, tem-se: B 01: homicídio e C 01: furto⁵³.

As classes são subdivididas em naturezas, também denominadas *subclasses*, que indicam a tipificação do ato como infração penal – ou o evento genérico que determinou o empenho da PMMG. Dessa forma, o grupo B – contra a pessoa – é subdividido em naturezas tais como: homicídio, infanticídio, lesão corporal, sequestro ou cárcere privado, corrupção de menores para a prática de crime etc.

O grupo C, crimes e contravenções contra o patrimônio e a propriedade imaterial, é composto de naturezas tais como: furto, roubo, extorsão, extorsão mediante sequestro, usurpação de águas/alteração de limites/esbulho possessório, dano, introdução ou abandono de animal em propriedade alheia, apropriação indébita de coisa alheia móvel, apropriação indébita previdenciária, apropriação de coisa havida por erro, estelionato, receptação, fraude em sociedade/fundação, dentre outras.

O grupo T – trânsito – engloba naturezas tais como veículo abandonado em via pública, acidente de trânsito com vítima, acidente de trânsito sem vítima, homicídio culposo na direção de veículo automotor, abandono do local de acidente de trânsito, omissão de socorro em acidente de trânsito, violação da suspensão ou proibição de dirigir, para citar alguns exemplos. Assim, em uma primeira codificação das naturezas que apresentaram maior incidência na 1ª RPM no primeiro semestre de 2012, tem-se a informação do QUADRO 5.

Para que o policial relator do BO enquadre a ocorrência em um determinado grupo, classe ou natureza, deve conhecer e atender a orientações expressas da instituição que preveem procedimentos detalhados para a conduta policial⁵⁴. Para a exposição da presente pesquisa, tal

⁵³ No caso do grupo das ocorrências referentes ao trânsito, não há classes 01, já que o ordenamento jurídico principal é o Código de Trânsito Brasileiro (classe 10), que inclui fatos com envolvimento de pessoas, patrimônio, dentre outros.

⁵⁴ O acesso às normas institucionais – dentre as quais se incluem os procedimentos referentes ao atendimento das ocorrências, é promovido pela instituição nos cursos de formação, atualização e habilitação, necessários para o acesso na carreira, assim como no treinamento intensivo – realizado a cada dois anos por todos os policiais

nível de detalhamento dos procedimentos operacionais da PMMG não é relevante. Importa destacar, no entanto, que quanto maior o grau de particularização na codificação e na complementação das naturezas maior a precisão do trabalho de análise criminal no que tange à identificação das peculiaridades dos eventos referentes à segurança pública e, consequentemente, no desencadeamento dos planejamentos e das ações policiais que visam a prevenir e reprimir os eventos que representem risco à paz social.

QUADRO 5

Codificação das naturezas de maior incidência na 1ª RPM no período de jan. a jun. 2012

DESCRIÇÃO	GRUPO	CLASSE	NATUREZA (SUBCLASSE)
Furto	C	01	155
Roubo	C	01	157
Ameaça	B	01	147
Acidente de trânsito com vítima	T	00	009
Dano	C	01	163

Elaborado com base em MINAS GERAIS, 2010a.

Quando dá início ao processo de produção do BO, o policial militar inclui o chamado *complemento da natureza*, que tem a função de delimitar o fato, na medida em que indica peculiaridades da ocorrência. O complemento da natureza se dá a partir de códigos padronizados que são registrados, após a natureza, nos campos parametrizados. Dessa forma, uma ocorrência cuja natureza seja furto (C 01 155) pode receber complementos codificados que assegurem a precisão pretendida como se demonstra brevemente no QUADRO 6.

Para o que importa à exposição desta pesquisa, os exemplos do QUADRO 6 são adequados para demonstrar de que maneira a complementação das naturezas pode contribuir para o detalhamento dos fatos que tiveram o envolvimento da PMMG. Alerta-se, no entanto, que se trata de um exemplo elementar, já que explorou pequena parte dos recursos disponíveis no REDS. Isso porque o sistema disponibiliza códigos para complementação de vários itens do BO, a exemplo de características físicas das pessoas envolvidas, tipo de local, causa presumida, relação vítima/autor, dentre outros. A intensificação dos campos que permitem a complementação dos itens da ocorrência – aqui incluídas as pessoas, os objetos, os locais etc.

militares, e o extensivo, realizado quinzenalmente, para todos os policiais, e diariamente, para os policiais empregados no serviço operacional. Além disso, a comunidade discursiva disponibiliza vasto ementário de legislação na *intranet* institucional, cujo acesso é franqueado a todos os seus membros.

– assim como a facilidade para que o relator lide com esse grau de detalhamento, é resultado da implementação do BO no ambiente informatizado. Além da precisão no detalhamento, outro benefício da versão atual do BO é a padronização dos registros – já que o uso da codificação evita falhas decorrentes das escolhas lexicais individuais.

QUADRO 6
Exemplificação da aplicação dos complementos na natureza (roubo)

DESCRIÇÃO CODIFICAÇÃO	COMPLEMENTO NATUREZA/LOCAL	COMPLEMENTO MEIO UTILIZADO
Roubo C 01 157	01.03 motorista de táxi	02 agressão física
Roubo C 01 157	06.02 ônibus	03 armas de fogo
Roubo C 01 157	07.13 joalheria	05 abuso de confiança
Roubo C 01 157	12.01 caixa eletrônico	99 outras

De cada uma das naturezas que apresentaram maior incidência no primeiro semestre de 2012, foram coletadas cinco ocorrências, perfazendo um total de vinte e cinco BO. Para a seleção dos BO em função de sua qualidade visando à composição final do *corpus* da pesquisa, contou-se com a participação de um informante de referência, o representante da comunidade discursiva, conforme será explicado a seguir.

3.2.2 Representante da comunidade discursiva e integralização do *corpus*

Visando a assegurar que o produto da pesquisa, ou seja, o material de suporte desenvolvido para orientar a elaboração de um BO (roteiro e *checklist*), contemplasse as características do BO de boa qualidade, não seria produtivo selecionar exemplares de maneira aleatória. Adotando-se tal metodologia, poder-se-ia obter sucesso em descrever as características dos BO de maneira geral sem, contudo, sustentar o argumento de que os aspectos inventariados estão presentes na constituição de bons textos. Isso se dá porque o BO é um gênero que tem

sofrido alterações propostas pela própria instituição que o regulamenta, em virtude, principalmente, da transposição do suporte impresso para o informatizado.

Assim, com sustentação no construto teórico relativo às *comunidades discursivas* de Swales (1990; 2009) e em virtude dos objetivos propostos para a pesquisa, a seleção dos exemplares de Boletins de Ocorrência a serem analisados foi solicitada à própria PMMG. À PMMG foram solicitados vinte e cinco exemplares de BO considerados de boa qualidade pela instituição, sendo cinco de cada natureza que incidiu com maior frequência no primeiro semestre de 2012, conforme dados obtidos a partir do geoprocessamento, já apresentados.

Para dar início ao processo de coleta do *corpus*, recorreu-se à Diretoria de Apoio Operacional (DAOp) da PMMG, órgão que possui, dentre suas atribuições: a responsabilidade de coordenar e controlar a qualidade dos serviços operacionais (MINAS GERAIS, 2010). Subordinado à DAOp, o Centro Integrado de Informações de Defesa Social (CINDS), já apresentado no segundo capítulo desta pesquisa, tem como atribuição, dentre outras, a de gerenciar o Armazém de Informações de Defesa Social. Por esse motivo, a DAOp encaminhou a solicitação para seleção do *corpus* ao CINDS.

O repasse dos exemplares de BO pelo CINDS foi feito formalmente, por meio do ofício 086/2013-CINDS, de 29/04/2013, assinado pela autoridade que se responsabiliza pela coordenação do centro (ANEXO D). O ofício em questão alertava quanto à dificuldade encontrada para selecionar exemplares nos moldes solicitados, o que se deveu ao impedimento prático de analisar todos os BO das naturezas apontadas lavrados no primeiro semestre de 2012. O alerta aponta para um entrave imposto pela metodologia de pesquisa, uma vez que o universo de BO lavrados no período delimitado – um total de 66.979 exemplares – determinava a impossibilidade prática de que todos tivessem sido avaliados pelo informante de referência.

Dessa forma, conforme consta do ofício 086/2013-CINDS, o *corpus* foi selecionado em virtude de sua boa qualidade geral no que se refere à redação do *histórico* e ao adequado preenchimento dos campos parametrizados. O documento de remessa esclarecia, ainda, que eventuais inobservâncias das normas técnicas para preenchimento dos campos parametrizados e erros gramaticais são reputados, pelo informante de referência, como problemas que interferem na qualidade geral dos exemplares.

Quanto às especificidades dos exemplares que compõem o *corpus*, interessa esclarecer alguns aspectos gerais sobre eles. Um desses aspectos se refere à função dos militares que os produziram, o que pode ser visualizado no QUADRO 7.

QUADRO 7
Funções dos policiais produtores dos exemplares coletados

FUNÇÃO DOS RELATORES	QUANTIDADE
Sargentos	13
Cabos	09
Soldados	02
Tenente	01
SOMA	25

Fonte: Dados do *corpus* da pesquisa

Como está demonstrado no QUADRO 7, a maior parte dos BO que compõem o *corpus* foi produzida por policiais que exercem a chamada função de praças da PMMG: 13 sargentos, 09 soldados, 02 cabos. Apenas um dos exemplares foi produzido por oficial: tenente. A este ponto é relevante advertir que os dados apresentados no QUADRO 7 não se prestam para relacionar o grau de qualidade dos BO e os postos ocupados pelos relatores (oficiais X praças), uma vez que, em razão das atribuições referentes a cada função ocupada na PMMG, a elaboração do BO cabe prioritariamente às praças, muito embora isso não exclua a possibilidade de, eventualmente, o oficial redigir um BO. Quanto à distribuição da quantidade de exemplares entre os praças, o sistema de coleta dos exemplares não autoriza nenhuma conclusão, vez que, para isso, seria necessário, ao menos, conhecer o universo de profissionais envolvidos na elaboração de BO das naturezas selecionadas no período delimitado e ter respaldo em um processo de seleção que tivesse avaliado todos os BO produzidos, o que, como já foi esclarecido, não ocorreu.

Uma segunda peculiaridade do *corpus* se refere às unidades da PMMG que se responsabilizam pela emissão dos BO. Há uma relação entre os relatores e essas unidades, já que alguns registros que constam do BO se referem ao endereço em que os fatos ocorreram. Embora, na maioria dos casos, o relator do BO pertença ao batalhão que se responsabiliza

pela área⁵⁵ em que se localiza esse endereço, ainda restam pelo menos duas exceções: a) o caso do BPTran, que atua em quaisquer áreas da 1ª RPM, portanto, sem área definida; b) os casos em que um policial se responsabiliza pelo registro de uma ocorrência que se deu em local que não corresponda à sua Região. A partir da distribuição de unidades e relatores relacionados ao *corpus*, exposta no QUADRO 8, é possível detalhar e esclarecer melhor essa peculiaridade. Para isso, os relatores estão agrupados por unidade, na primeira coluna.

QUADRO 8
Distribuição dos exemplares por unidades e regiões geográficas

UNIDADES DOS RELATORES	QUANTIDADE	REGIÃO DO RELATOR
1º BPM	03	1ª RPM
5º BPM	04	
16º BPM	03	
22º BPM	02	
34º BPM	04	
41º BPM	02	
49º BPM	02	
BPTRAN	04	2ª RPM
18º BPM	01	
SOMA	25	

O QUADRO 8 demonstra que os exemplares que constituem o *corpus* foram produzidos por policiais que trabalham em unidades operacionais diversas. Das 9 unidades da 1ª RPM, apenas não foram coletados exemplares produzidos no 13º BPM que, por esse motivo, não figura no QUADRO 8. A exemplo do que ficou esclarecido em relação aos dados do QUADRO 7, a sistemática adotada para coleta do *corpus* também não autoriza o

⁵⁵ Como detalhado na seção destinada à delimitação temporal e espacial do *corpus*, batalhões operacionais se responsabilizam por extensões territoriais denominadas áreas. O BPTran não possui área delimitada e atua em todas elas.

estabelecimento de relações de qualidade a partir do número de exemplares e as unidades onde foram produzidos.

O QUADRO 8, no entanto, joga luz sobre dois outros aspectos que interessam à pesquisa.

- a) dos 25 BO coletados, 04 foram produzidos por policiais do BPTran, fazendo sobressair que não somente policiais dessa unidade redigem ocorrências relacionadas ao trânsito (já que foram coletadas 05 desse grupo);
- b) uma ocorrência cujo endereço se localiza na 1ª RPM foi registrada por policial lotado no 18º BPM, unidade que pertence à 2ª RPM. Isso sinaliza que, ainda que eventualmente, o atendimento à ocorrência e o consequente registro do fato no BO podem ficar a cargo de policial classificado em unidade (ou mesmo área) diversa daquela que, de acordo com a divisão territorial inicial, corresponde ao local do fato.

3.3 Critérios para análise dos exemplares

Para atender aos objetivos da pesquisa, planejou-se, inicialmente, a realização da análise dos vinte cinco exemplares coletados. Estabelecidas as etapas para desenvolvimento das análises, e realizada uma avaliação prévia de cada um dos exemplares, percebeu-se que muitas das características se repetiam nos BO. Essa percepção permitiu antever que o registro das análises de todos os exemplares do *corpus* resultaria um texto desnecessariamente repetitivo para a modalidade da pesquisa em que se inserem.

Em razão disso, os exemplares foram reavaliados com o objetivo de reduzir a quantidade daqueles cuja análise constaria deste trabalho. Inicialmente foram selecionados cinco exemplares, um de cada natureza, que em função das peculiaridades poderiam representar as características gerais observadas no *corpus*. De uma avaliação dos exemplares restantes, percebeu-se que dois deles, ambos da natureza furto, a de maior incidência no primeiro semestre do de 2012, apresentaram características que permitiriam ampliação das informações sobre o gênero. Isso porque um desses exemplares é estruturado com muitos espaços destinados a materiais e porque o outro apresenta personagens envolvidos na condição de autores presos.

Dessa forma, o *corpus* foi reduzido a sete exemplares, três da natureza furto e um de cada uma das demais – roubo, ameaça, acidente de trânsito com vítima e dano. Esse *corpus* foi analisado em quatro etapas aplicadas aos exemplares analisados, cada um deles avaliado integralmente antes que se iniciasse a análise do seguinte. A sequência de procedimentos de análise ocorreu conforme descrito a seguir:

- a) na primeira etapa da pesquisa, investiu-se na identificação das condições de produção do BO. A partir das informações disponíveis nos campos parametrizados, buscaram-se as informações sobre o mundo físico: lugar de produção, momento de produção, emissor e receptor, assim como sobre o mundo social: lugar social, posição social do emissor, posição social do receptor e objetivo.

Em relação ao mundo social, algumas informações serão omitidas no detalhamento da análise, a fim de resguardar as identidades das pessoas envolvidas. Essas informações se referem aos nomes e endereços, principalmente, assim como outras que eventualmente remetam, de forma explícita, a identidades e localizações geográficas precisas. Na eventualidade de o exemplar não indicar algum aspecto do mundo físico, tal peculiaridade foi registrada junto aos demais achados sobre o texto.

- b) a segunda etapa foi dedicada a identificar as marcas retóricas do BO, dessa vez, à luz de Labov e Waletzky (1967), com o objetivo de perceber como funcionam os elementos estruturais orientação, complicação, avaliação, resolução e coda. Os resultados também se aplicam à análise de parte da primeira camada do folhado textual, a infraestrutura geral, na qual estão inseridas as sequências textuais;
- c) a terceira etapa consistiu na análise do *folhado textual* dos BO. Os textos foram avaliados com vistas a encontrar características de cada camada e, ao final de cada seção, um quadro apresentou a síntese dos achados. Quanto aos mecanismos de textualização, dada a existência de inúmeros aspectos a serem observados, optou-se por sinalizar exemplos de cada mecanismo, sem a pretensão de esgotar os aspectos;
- d) na quarta e última etapa realizou-se uma confrontação entre os aspectos observados e as orientações normativas da PMMG em relação à produção do

BO, explicitadas no capítulo 2. O objetivo dessa etapa foi apurar os dados obtidos das análises, excluindo do rol de características desejáveis para o BO aquelas que contrariassem as expectativas da comunidade discursiva, em atenção às ressalvas registradas no Of. 086/2013, que encaminhou o *corpus* de pesquisa. Quanto aos aspectos referentes à inobservância da norma culta da língua portuguesa, verificou-se que parte deles é recorrente e, por esse motivo, os achados de todos os exemplares serão abordados, em uma única seção, ao final do capítulo destinado à análise dos exemplares.

3.4 Validação da análise da pesquisadora

Para a validação da análise feita pela pesquisadora nos sete BO selecionados, buscou-se por um profissional que representasse os destinatários mais frequentes do BO, os delegados de Polícia Civil. A escolha por um delegado pautou-se no entendimento de que esse profissional seria capaz de falar, em uma entrevista, sobre o BO a partir de sua experiência com o gênero.

Rosa e Arnold (2008) alertam para a necessidade de que os sujeitos entrevistados sejam conhecedores do tema sobre o qual se manifestarão e, portanto, capazes de emitir opiniões concretas sobre ele. Dessa forma, a seleção do entrevistado, com base no seu conhecimento sobre o assunto abordado, é determinante para que a entrevista atinja os objetivos propostos pelo pesquisador. O delegado da Polícia Civil de Minas Gerais é o profissional que necessita encontrar no BO as informações que lhe permitam dar prosseguimento nas medidas necessárias à execução das suas próprias atribuições.

A delegada entrevistada nesta fase atua no serviço ativo da Polícia Civil, atualmente em uma delegacia especializada, o que representa o seu contato rotineiro com os Boletins de Ocorrência em que se registram crimes de naturezas mais específicas. Antes disso, atuou em delegacias distritais, responsáveis pelo recebimento de Boletins de Ocorrência de naturezas mais gerais. Dessa forma, possui conhecimento do gênero e o utiliza em sua rotina profissional. A entrevistada mostrou-se bastante familiarizada em relação às orientações para preenchimento dos campos do BO, assim como em relação ao caráter conciso de que atualmente se reveste o *histórico* desse texto.

Para o registro dos dados da entrevista, utilizou-se o recurso da gravação, em virtude da sua característica de preservar as informações prestadas pela entrevistada. Nos termos definidos

por Rosa e Arnoldi (2008), o recurso foi utilizado mediante aquiescência da entrevistada, que se mostrou à vontade para manifestar-se nessa circunstância.

À entrevistada, foram apresentados os sete exemplares de BO analisados pela pesquisadora. Em cada BO foi inserida a numeração sequencial correspondente à ordem de análise procedida pela pesquisadora para facilitar o estabelecimento de relação entre os exemplares abordados na entrevista e os analisados na pesquisa. À entrevistada foi solicitado que apontasse, considerando suas necessidades como delegada de polícia, os aspectos positivos ou negativos observados nos exemplares.

Com a realização da entrevista, buscaram-se elementos que permitissem avaliar em que medida os aspectos inventariados na análise correspondem às expectativas do profissional ao qual se destina o BO. Por esse motivo, a entrevista foi realizada após as análises dos exemplares.

No próximo capítulo, apresentam-se as análises procedidas pela pesquisadora que, na sequência, são comparadas com os dados colhidos na entrevista com a Delegada, para fins de validação.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS BOLETINS DE OCORRÊNCIA

4.1 Análise da pesquisadora

Tratando-se o BO de um gênero de circulação restrita, assim entendido o fato de não estar presente no cotidiano da maioria das pessoas, a descrição da análise do Exemplar 1 conterá ilustrações demonstrativas das partes do texto integral, assim como detalhamentos sobre as orientações técnicas referentes ao preenchimento dos campos e os seus possíveis desdobramentos.

Para evitar um movimento desnecessariamente circular, a partir do Exemplar 2 somente serão apresentadas ilustrações e esclarecimentos técnicos sobre aspectos que, em razão de sua singularidade, não tenham sido contemplados na análise do Exemplar 1. O mesmo procedimento será adotado em relação às exposições referentes às marcas recorrentes identificadas nos exemplares.

Ao final de cada seção de análise, os achados serão esquematizados para facilitar a recapitulação dos trabalhos. Os quadros condensados ao final de cada seção, no entanto, representam as marcas identificadas nos exemplares particulares, mas, não necessariamente, o conjunto de características que correspondem às expectativas institucionais. A seleção das marcas que correspondem a essa expectativa será inventariada na conclusão do trabalho.

Feitos esses esclarecimentos, explicitam-se os processos de análise individualizados por exemplar e as marcas identificadas pela pesquisadora.

4.1.1 Exemplar 1

4.1.1.1 Contexto de produção

Para favorecer a percepção sobre as informações que permitem levantar o mundo social em que se dá a produção do BO, a FIG. 7, denominada nesta pesquisa de *Dados Gerais*⁵⁶, apresenta uma ilustração das primeiras partes do texto: a parte geral, que contém informações

⁵⁶ Os termos que denominam as partes do BO nesta pesquisa são empregados, prioritariamente, de acordo com as convenções adotadas pela PMMG. O recorte da FIG. 7 apresenta um agrupamento de três partes e, portanto, não possui denominação convencionada.

sobre as unidades policiais envolvidas, sobre a origem da comunicação – forma como a polícia foi acionada – e sobre os dados gerais da ocorrência.

As partes rasuradas da figura indicam informações propositadamente omitidas com o objetivo de resguardar informações diretas sobre pessoas envolvidas.

	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR - POLÍCIA CIVIL - POLÍCIA MILITAR		REDS 2012	
	BOLETIM DE Ocorrência		BO NÚMERO	CIAD/P-2012- [REDACTED]
FL. 1/4				
UNIDADE RESPONSÁVEL PELO REGISTRO 11 CIA PM ESP/41 BPM		MUNICÍPIO BELO HORIZONTE		
UNIDADE DE ÁREA RESPONSÁVEL				
UNIDADE MILITAR: 11 CIA PM ESP/41 BPM				
UNIDADE POLICIAL: 2ª DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL/BARREIRO				
DESTINATÁRIO 2ª DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL/BARREIRO			DATA DO REGISTRO 01/01/2012 19:40	
ORIGEM DA COMUNICAÇÃO				
COMO FOI SOLICITADO O ATENDIMENTO DA OCORRÊNCIA VIA CENTRO DE COMUNICAÇÕES			DATA DA COMUNICAÇÃO 01/01/2012	
HORA DA COMUNICAÇÃO 19:11				
ÓRGÃO SOLICITANTE XXXX				
COD. OPERAÇÃO ORIGEM XXXX				
DADOS DA OCORRÊNCIA				
PROVÁVEL DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA PRINCIPAL FURTO				
COD. PRINCIPAL 201155		TENTADO / CONSUMADO CONSUMADO		ALVO DO EVENTO CAPELA / IGREJA / TEMPLO RELIGIOSO
DATA DO FATO 01/01/2012	HORÁRIO DO FATO 19:11	DATA/HORA DO INÍCIO DO ATENDIMENTO NO LOCAL 01/01/2012 19:25	DATA FINAL 01/01/2012	HORÁRIO FINAL 19:40
COMPL. DE LOCAL MEDIATO XXXX		COMPL. DE LOCAL IMEDIATO XXXX		
LOCAL (AV., RUA, ETC) [REDACTED]				
NÚMERO [REDACTED]	KM XXXX	COMPLEMENTO XXXX	BARRIO / VILA [REDACTED]	CEP XXXX
MUNICÍPIO BELO HORIZONTE		UF MG	PAÍS BRASIL	
PONTO DE REFERÊNCIA XXXX			LATITUDE -19° 58' 25,6"	LONGITUDE -44° 0' 53,76"
TIPO LOCAL VIA URBANA		MEIO UTILIZADO QUALIFICADORA DO ART. 155 CP.		
CAUSA PRESUMIDA DIFICULDADE FINANCEIRA / COBICA				

FIGURA 7 – Recorte do Exemplar 1: Dados Gerais

Em relação ao mundo físico, o Exemplar 1 foi produzido a partir de uma ocorrência classificada como furto, no dia 01 jan. 2012. Pode-se observar que a produção se deu às 19h40min, anotada no campo *data do registro*. A data e o horário do registro correspondem ao exato horário em que o policial relator iniciou as operações no sistema para registrar a ocorrência. Corresponde, precisamente, ao momento do início da produção textual.

Muito embora a informação de que a produção do BO tivesse sido iniciada às 19h40min, outros campos parametrizados expõem informações que permitem ampliar os conhecimentos sobre o deslocamento temporal que se deu desde o acontecimento do furto até o encerramento

da produção textual. Essas informações estão classificadas nos campos *Origem da Comunicação*⁵⁷ e *Dados da Ocorrência*, destacados na FIG. 8.

ORIGEM DA COMUNICAÇÃO		
COMO FOI SOLICITADO O ATENDIMENTO DA OCORRÊNCIA	DATA DA COMUNICAÇÃO	HORA DA COMUNICAÇÃO
VIA CENTRO DE COMUNICAÇÕES	01/01/2012	19:11
ÓRGÃO SOLICITANTE	XXXX	
COD. OPERAÇÃO ORIGEM	XXXX	

FIGURA 8 – Recorte do Exemplar 1: Origem da Comunicação

No grupo de informações referentes à *Origem da Comunicação*, observam-se dados sobre quando se deu a comunicação do fato à polícia, ou seja, quando ela tomou conhecimento do acontecimento do furto: isso se deu às 19h11min do dia 01 jan. 2012.

No espaço destinado aos *Dados da Ocorrência* (FIG. 9), novas informações se acrescentam às já conhecidas:

DADOS DA OCORRÊNCIA					
PROVÁVEL DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA PRINCIPAL					
FURTO					
COD. PRINCIPAL	TENTADO / CONSUMADO	ALVO DO EVENTO			
C01155	CONSUMADO	CAPELA / IGREJA / TEMPLO RELIGIOSO			
DATA DO FATO	HORÁRIO DO FATO	DATA/HORA DO INÍCIO DO ATENDIMENTO NO LOCAL	DATA FINAL	HORÁRIO FINAL	
01/01/2012	19:11	01/01/2012 19:25	01/01/2012	19:40	
COMPL. DE LOCAL MEDIATO		COMPL. DE LOCAL MEDIATO			
XXXX		XXXX			
LOCAL (AV., RUA, ETC.)					
[REDACTED]					
NÚMERO	KM	COMPLEMENTO	BARRIO/VILA	CEP	
[REDACTED]	XXXX	XXXX	[REDACTED]	XXXX	
MUNICÍPIO		UF	PAÍS		
BELO HORIZONTE		MG	BRASIL		
PONTO DE REFERÊNCIA			LATITUDE	LONGITUDE	
XXXX			-19° 58' 25,6"	-44° 0' 53,76"	
TIPO LOCAL		MEIO UTILIZADO			
VIA URBANA		QUALIFICADORA DO ART. 155 CP.			
CAUSA PRESUMIDA					
DIFICULDADE FINANCEIRA / COBICA					

FIGURA 9 – Recorte do Exemplar 1: Dados da Ocorrência

Nesse grupo de informações (FIG. 9), observam-se detalhes sobre a *data do fato*, o *horário do fato*, a *data final* e o *horário final*. Assim, conjugando-se essas informações às anteriores, é possível ter noção do lapso de tempo que transcorreu entre o horário em que o furto aconteceu⁵⁸, o horário em que a PM foi cientificada, o horário em que o policial chegou

⁵⁷ O termo *comunicação*, no contexto de produção do BO, indica a ação de levar ao policial o conhecimento de que o fato ocorrera. As diversas formas pelas quais pode se dar a comunicação têm implicações no atendimento da ocorrência, na produção do BO, na análise do empenho policial e, consequentemente, interfere na leitura.

⁵⁸ O *início da ocorrência* pode ser referir ao momento em que se deu o fato – o furto, no caso do Exemplar 1. Pode, também, indicar o horário em que o fato se tornou conhecido pelo cidadão que acionou a polícia. Isso se justifica pela possibilidade de que ninguém tenha presenciado o fato, um furto, por exemplo, portanto, implicando na impossibilidade de informar quando ele ocorreu. Trata-se do tipo de informação que deve ser esclarecida no histórico, em nome da clareza.

ao local e iniciou o atendimento da ocorrência e o horário em que ele encerrou o registro. Com base nessas informações, poder-se-ia, com algumas ressalvas que serão feitas adiante, pontuar o tempo do atendimento da ocorrência. O QUADRO 9 compila os campos indicativos de horário disponíveis nos campos parametrizados do BO, sintetiza esclarecimentos técnicos sobre cada um deles e registra as informações correspondentes ao Exemplar 1.

Encerrado o processo de produção textual, o policial relator encerra o registro e cria, automaticamente, um recibo que será assinado por um funcionário do órgão ao qual a ocorrência é endereçada. Esse recibo, em oposição às partes anteriores, é o último elemento do BO e está ilustrado pela FIG. 10.

RECIBO DA AUTORIDADE A QUE SE DESTINA OU SEU AGENTE / AUXILIAR POLICIAL OU RECIBO DO RESPONSÁVEL CIVIL			
DESTINATÁRIO / RECIBO 1			
Recebi o "Boletim de Ocorrência" de Número BO CIAD/P-2012- [REDACTED] e Número de REDS 2012- [REDACTED] para conhecimento e providências, bem como as pessoas, materiais, objetos, animais, substâncias e/ ou documentos que, existindo, estejam descritos ou assinalados neste documento.			
DATA XXXX	HORA XXXX	MATRICULA XXXX	NOME XXXX
CARGO XXXX			
ORGÃO/UF POLICIA CIVIL / MG			
UNIDADE 2ª DELEGACIA DE POLICIA CIVIL/BARREIRO			
PROVIDÊNCIA A SER TOMADA PELA AUTORIDADE XXXX			
ASSINATURA			
RECIBO GERADO POR: [REDACTED]			DATA DE CRIAÇÃO DO RECIBO: 01/01/2012 19:51

FIGURA 10 – Recorte do Exemplar 1: Recibo

A geração do recibo coincide com o encerramento da produção textual, representando que o texto está concluído e pronto para ser processado pelo destinatário. No caso do Exemplar 1, como se vê na FIG. 10, isso se deu às 19h51min.

A data e o horário da criação do recibo permanecem registrados no BO ainda que, havendo a necessidade de inserir informações complementares, o policial relator – ou outro policial habilitado para tal – acesse novamente o texto no sistema. Cada novo acesso gera o registro da data e do horário em que foi feita a retificação do texto inicial, assim como os dados de identificação do responsável pela inserção, o que é feito em um novo campo, denominado *complemento*. O BO comporta vários complementos, que são numerados sequencialmente, de acordo com a ordem da inserção.

QUADRO 9
Síntese das informações sobre o momento de produção – Exemplar 1

HORÁRIOS	ESPECIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO	INFORMAÇÃO REGISTRADA
Do fato	Indica o horário em que o furto aconteceu. Essa informação é prestada pelas pessoas envolvidas na ocorrência. Há casos em que as pessoas envolvidas não presenciaram o fato e, assim, como ocorre no Exemplar 1, não podem assegurar o horário do fato. Nesse caso, o campo <i>horário do fato</i> foi preenchido com o mesmo horário da comunicação, e as informações que esclarecem essa circunstância devem constar do histórico.	19h11min
Da comunicação	Indica o horário em que o policial tomou conhecimento da existência do furto e, via de consequência, deu início ao seu empenho, ainda que não tenha chegado ao local de atendimento.	19h11min
Do início do atendimento	Corresponde ao momento em que o policial chegou para atender a ocorrência.	19h25min
Do registro	Refere-se ao início do registro, representado pelo ato de acessar o sistema e começar a produzir o BO.	19h40min
Final	Marca o fim do empenho do policial na ocorrência, representando que ele sinalizou não mais estar envolvido nessa atividade. Essa informação é de preenchimento pelo próprio policial relator, que lança o horário no campo próprio do BO.	19h40min
Da geração do recibo	Esse horário é gerado automaticamente pelo sistema quando o policial relator encerra efetivamente o registro, considerando concluída a produção textual. Decorre da seleção da opção <i>encerrar registro</i> no REDS e direciona o BO, virtualmente, ao seu destinatário.	19h51min

O conjunto de informações disponibilizadas nas partes destacadas até agora permite dizer que o BO denominado Exemplar 1 foi produzido no dia 01 jan. 2012, no período de 19h40min às 19h51min, portanto, em um intervalo de tempo de 11 minutos.

Algumas peculiaridades práticas da produção do BO podem interferir na maior agilidade para produção do texto. Exemplifica-se, propondo-se a suposição de que uma dada ocorrência tivesse sido atendida por uma equipe de policiais e que existissem recursos tecnológicos disponíveis para que dois deles acessassem o sistema ao mesmo tempo. Nessa situação, seria possível que esses policiais dividissem o trabalho de produção, um preenchendo os campos parametrizados e outro redigindo o *histórico*, por exemplo. Sabe-se que essa é uma estratégia adotada por alguns policiais para agilizar o trabalho de produção textual e para ficarem disponíveis mais rapidamente para o atendimento de outras ocorrências⁵⁹. Em uma pesquisa cujos métodos de coleta de *corpus* permitissem o acesso aos procedimentos práticos empregados na produção do BO, seria relevante discutir como esse tipo de prática pode gerar interferências no texto final. Na presente pesquisa, considera-se que o emissor do documento é aquele cujos dados de identificação estão registrados nos campos destinados ao relator da ocorrência.

Quanto ao lugar de produção, pode-se definir como perímetro mais amplo a cidade de Belo Horizonte, em virtude da própria metodologia de coleta do *corpus*. Resta restringir o local em que ocorreu essa produção. Muito embora a FIG. 9 indique a existência de campo próprio para registro do endereço onde aconteceu o furto, a dedução de que seria esse o local físico de produção pode ser precipitada. Sabendo que a produção do BO requer a utilização de equipamentos de informática e acesso à *internet* e que as viaturas policiais da PMMG não dispõem de computador de bordo, a produção do BO pode não ter sido realizada no endereço do furto.

O BO não fornece registro explícito do local exato de sua produção. Ainda assim, é possível fazer inferências razoáveis sobre esse elemento do contexto. Em Minas Gerais, em razão das iniciativas que visam à integração dos trabalhos das polícias Civil e Militar, as duas instituições têm compartilhado ambientes físicos para a execução das atividades de segurança pública. As delegacias policiais geralmente são equipadas com computadores com acesso a *internet* e disponibilizam esses recursos para que os policiais militares redijam os BO

⁵⁹ Ainda nesse caso de produção conjunta, somente um dos policiais se identifica como relator da ocorrência, visto que não está dedicado espaço para registro dos demais. Para o sistema e, consequentemente, para o registro no BO, o relator é aquele cuja senha de acesso foi registrada para início da produção textual.

destinados àquelas mesmas delegacias. As delegacias da Polícia Civil, portanto, se constituem em prováveis locais de produção do BO quando a ocorrência é registrada imediatamente após o atendimento.

No caso do Exemplar 1, a falta de recebimento do destinatário no recibo (FIG. 10) sugere que não se trata de uma ocorrência de registro imediato, mas de registro posterior. Grosso modo, aquela em que o policial não se dirigiu ao órgão destinatário para entregar o documento. Nesse caso, a delegacia responsável poderá receber o BO algum tempo após o empenho propriamente dito, já que o encaminhamento será feito no sistema REDS.

Outra possibilidade é a de que o BO seja produzido na unidade da PMMG à qual pertence o policial relator. Isso poderia ocorrer quando a pessoa que solicita o registro do BO se dirige à unidade policial. Nesse caso, na *origem da comunicação* (FIG. 7), o policial relator registraria que o atendimento foi solicitado *diretamente ao órgão policial*, o que não é o caso do Exemplar 1. A unidade da PMMG também poderia ser o local físico de produção do BO quando, no caso de uma *ocorrência de registro posterior*, o policial se utilizasse dos recursos da instituição para produzir o texto.

Restam, pelo menos, duas possibilidades de produção em ambiente físico externo aos órgãos policiais aos quais pertencem o relator e o destinatário do BO. A primeira, a de que o policial se utilizasse dos chamados *pontos de apoio* para produção do BO. Pontos de apoio são estruturas físicas disponibilizadas pelas comunidades e que possuem recursos que podem ser utilizados para a produção do BO. Na 1ª RPM, os pontos de apoio são uma das estratégias implementadas com o objetivo de otimizar a prestação de serviços, uma vez que, neles, enquanto um dos integrantes da equipe se ocupa da produção textual, o(s) outro(s) se posiciona(m) nas imediações, intensificando o policiamento ostensivo no local. A outra possibilidade é a de que o policial relator se utilize de recursos particulares para produção do BO de registro posterior, já que, tratando-se de um sistema conectado à *internet*, poderia ser acessado de qualquer local.

Voltando as atenções para o caso do Exemplar 1, a análise do tempo dispensado à produção textual confrontado com os horários da comunicação (19h11min), final do empenho (19h40min) e início do registro (19h40min) da geração do recibo (19h51min), é possível inferir que a produção se deu em um local físico muito próximo ao do local da ocorrência, portanto, na delegacia, na unidade da PMMG ou em um ponto de apoio.

Em quaisquer das hipóteses apresentadas como local físico de produção, não se pode desconsiderar o ambiente virtual, o sistema REDS, que se constitui no local convencionado para a produção do BO. Acessado somente por profissionais autorizados e identificados por senhas, o REDS também compõe os limites físicos da produção. Essa situação, aliada às possibilidades práticas de acesso ao sistema (delegacia, unidade da PMMG, pontos de apoio e mesmo particular) e, ainda, tratando-se o BO de um gênero produzido no mesmo sistema institucionalizado, permite a constatação de que o local social de produção de qualquer BO é sempre um *local de trabalho* do policial relator.

O emissor do texto está explicitamente indicado no BO. Seu nome consta em duas partes do texto, uma delas no espaço destinado ao responsável por gerar o recibo, conforme se vê na FIG. 10. Antes disso, o nome do emissor também está explicitado no campo que destaca os dados do relator da ocorrência (FIG. 11).

DADOS PARA CONTROLE INTERNO/RELATOR DA OCORRÊNCIA	
UNIDADE 7 PEL PM/11 CIA PM ESP/41 BPM	
MATRÍCULA [REDACTED]	NOME COMPLETO [REDACTED]
CARGO [REDACTED]	
CORPORAÇÃO POLICIA MILITAR	
ASSINATURA	

FIGURA 11 – Recorte do Exemplar 1: Dados do relator

Quanto à especificação da identificação pessoal do destinatário, deve-se considerar uma padronização própria de textos da redação oficial, caso do BO. Nos textos que se enquadram nessa categoria, não se faz a especificação do nome civil do destinatário nos espaços em que se inserem o vocativo ou outros elementos que exerçam essa função. Trata-se de recurso que visa a manter *impessoalidade*, característica própria desses textos (BRASIL, 2002; MINAS GERAIS, 2012).

Abordar o processo de tramitação do BO, em meio virtual, contribui para perceber como o destinatário delegado participa da interação que se dá com a produção do BO. Tendo concluída a produção do BO no sistema REDS, o policial relator encerra o registro, formalizando a emissão do recibo. O BO é enviado eletronicamente para o módulo de polícia judiciária (PCNet), e o delegado se responsabiliza por dar o *aceite* no documento, após avaliá-lo. Somente então o *recibo* no BO é formalizado pelo policial civil que recebe o documento

física ou virtualmente. Esse processo destaca, pelo menos, duas circunstâncias que devem ser consideradas para avaliar o contexto de produção:

- a) embora o texto não apresente sinais visíveis da intervenção do delegado na interação que se dá com a produção e a destinação do BO, é somente com a ação desse receptor que o documento é definitivamente recebido no órgão policial;
- b) a tramitação do BO entre o emissor e o destinatário do texto se faz por meio eletrônico, já que esse é o caminho percorrido entre a emissão do *recibo* e a efetivação do aceite.

A análise quanto à posição social do emissor transita pela verificação dos campos apresentados na FIG. 10 e na FIG. 11, nos quais se constata que o responsável pela emissão do texto é um policial militar, ocupante do cargo de sargento. Voltando o olhar para a FIG. 7, é possível perceber um vínculo desse emissor com uma unidade da PMMG, no caso o 41º BPM, que se localiza no mesmo bairro em que está sediada a 2ª Delegacia e, também, onde ocorreu o furto. Sabe-se que o emissor estava autorizado a produzir o BO, vez que estava no exercício de suas atividades profissionais. Sobre o papel social do emissor, ele fala do lugar de um profissional de segurança pública, que representa a instituição PMMG e, mais especificamente, o 41º BPM. Esses atributos do emissor constroem sua legitimidade para produzir o gênero hipertextual BO.

Uma última característica do emissor do Exemplar 1 pode ser observada a partir da FIG. 12 e se refere à equipe que atuou na ocorrência.

MILITARES/POLICIAIS INTEGRANTES		
MILITAR/POLICIAL INTEGRANTE		
NUM VIATURA XXXX	MATRICULA [REDACTED]	CARGO 3 SARGENTO
NOME COMPLETO [REDACTED]		
CORPORAÇÃO POLICIA MILITAR		
UNIDADE 7 PEL PM/11 CIA PM ESP/41 BPM		
MILITAR/POLICIAL INTEGRANTE		
NUM VIATURA XXXX	MATRICULA [REDACTED]	CARGO SOLDADO DE 1 CLASSE
NOME COMPLETO [REDACTED]		
CORPORAÇÃO POLICIA MILITAR		
UNIDADE 1 PEL PM ESP/11 CIA PM ESP/41 BPM		

FIGURA 12 – Recorte do Exemplar 1: Policiais integrantes da equipe

A FIG. 12 destaca os campos destinados a relacionar todos os policiais militares que participaram do atendimento da ocorrência. Além do relator do BO, a equipe era também integrada por um soldado. Em uma instituição militar, o sargento possui hierarquia funcional superior à do soldado; em uma dupla composta por um sargento e um soldado, o primeiro exerce a função de comando, ou seja, responsabiliza-se pelas decisões e pelos procedimentos a serem adotados. Feitas essas considerações, acrescenta-se às características do emissor o fato de estar em uma função de comando na ocorrência que se refere ao Exemplar 1.

Para analisar o papel social do receptor, recorre-se à FIG. 13, que expõe um recorte dos campos iniciais do BO:

	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR - POLÍCIA CIVIL - POLÍCIA MILITAR		REDS 2012- [REDACTED]
	BOLETIM DE Ocorrência	BO NÚMERO	CIAD/P-2012- [REDACTED] FI. 1/4
UNIDADE RESPONSÁVEL PELO REGISTRO 11 CIA PM ESP/41 BPM		MUNICÍPIO BELO HORIZONTE	
UNIDADE DE ÁREA RESPONSÁVEL UNIDADE MILITAR: 11 CIA PM ESP/41 BPM			
UNIDADE POLICIAL: 2ª DELEGACIA DE POLICIA CIVIL/BARREIRO			
DESTINATÁRIO 2ª DELEGACIA DE POLICIA CIVIL/BARREIRO			DATA DO REGISTRO 01/01/2012 19:40

FIGURA 13 – Recorte do Exemplar 1: Campos iniciais

A FIG. 13 apresenta o campo em que se indica o destinatário do BO. Esse campo não é preenchido com a função e nem mesmo com o nome⁶⁰ do receptor, mas com a indicação da delegacia em que o BO foi registrado. A opção por fazer dessa forma não é do relator do documento, já que ele não tem acesso a produzir textos corridos nesse campo, mas a selecionar uma opção dentre diversas disponíveis, todas com a indicação de um órgão.

Uma delegacia policial é integrada por policiais ocupantes de funções diversas, mas nem todos eles são destinatários do BO. Para entender a qual desses policiais o relator do BO se dirige, recorreu-se a uma especificação que consta de uma norma institucional, na qual está registrado que “é através do Boletim de Ocorrência – BO, que se leva à autoridade Judiciária a *notitia criminis*” (MINAS GERAIS, 2003b). Em uma delegacia de polícia, a autoridade policial é o delegado, portanto, é a ele que o relator do BO visa quando produz o texto.

⁶⁰ Estabelecendo uma relação com outros gêneros da redação oficial, pode-se concluir que não seria de esperar que o nome civil do destinatário estivesse nesse campo. Como regra nos documentos oficiais, tem-se que o nome civil dos destinatários não figura nos campos destinados ao vocativo, que parecer ser o caso do campo em destaque (BRASIL, 2002; MINAS GERAIS, 2012).

No caso do Exemplar 1, o destinatário possui a função social de delegado da Polícia Civil que exerce suas funções na 2ª Delegacia. O espaço territorial em que se deu o furto é um dos critérios para seleção do destinatário, já que se estabelece uma espécie de vínculo do evento com a autoridade cuja jurisdição a autoriza a conhecer e adotar medidas com relação à apuração do fato⁶¹. É um profissional com formação em Direito (assim como o são os demais delegados) conhecedor das normas institucionais que regulam o gênero BO, portanto, com conhecimentos prévios sobre a natureza do delito e sobre os processos envolvidos na elaboração e desdobramentos do gênero textual.

O objetivo do texto está relacionado à função institucional dada a ele, ou seja, comunicar um acontecimento cujas nuances indicam tratar-se de crime definido como furto. Dessa forma, o emissor pretende manter o destinatário informado sobre um episódio que interessa a este. Considerando os papéis sociais do emissor e do receptor, pode-se deduzir que, embora não explicitamente, o emissor pretende fazer com que o destinatário adote providências em relação ao fato, investigando, esclarecendo, recuperando os objetos furtados. De fato, o policial emissor assume um papel que se assemelha ao de porta-voz da vítima que, naturalmente, espera uma solução para o caso.

A síntese dos achados sobre o contexto de produção do Exemplar 01 está apresentada QUADRO 10.

⁶¹ A localização espacial da ocorrência não esgota a possibilidade de critérios para identificação do destinatário. A estruturação da Polícia Civil em delegacias especializadas, destinatárias de ocorrências que tratam de naturezas específicas, tais como aqueles que envolvem menores, fraudes, acidentes de veículos, crimes cibernéticos etc., indica a existência de uma série de características que podem ser acrescentados ao destinatário de um BO e que devem ser considerados pelo emissor na produção de cada texto. Outros fatores de ordem prática, tais como o horário de atendimento estabelecido para cada delegacia policial também interfere na seleção do destinatário: durante a madrugada ou aos finais de semana, por exemplo, as delegacias de plantão podem ser destinatárias de BO que registram fatos ocorridos em áreas distintas. No caso do Exemplar 1, o critério localização territorial restringiu a seleção do destinatário à autoridade judiciária com jurisdição no Barreiro/BH.

QUADRO 10
Síntese do contexto de produção do Exemplar 1

MUNDO FÍSICO		MUNDO SOCIAL	
Lugar de Produção	Sistema REDS	Lugar social	Local de trabalho
Momento de produção	Entre 19h40min e 19h51min do dia 01 jan. 2012	Posição social do emissor	Sargento da PMMG 41º BPM
Emissor	Identificado ⁶²	Posição social do receptor	Delegado da PC (2ª Delegacia)
Receptor	Não há registro	Objetivo	Comunicar a ocorrência de furto Gerar ações policiais com vistas a solucionar o crime

4.1.1.2 Os elementos da narrativa

A estrutura formal do BO é resultado da intenção de assegurar a padronização na inserção de dados referentes ao evento, de maneira a propiciar precisão e confiabilidade nos processos de análise criminal desenvolvidos a partir dos dados extraídos do documento. Dessa forma, quanto mais exatos e completos os dados que caracterizam os itens relacionados ao evento, mais categóricas serão as estatísticas produzidas por consultas ao sistema.

Assim, sob um ponto de vista pragmático, a importância dos campos parametrizados reside no fato de se consistirem em potenciais fornecedores de informação sobre os serviços prestados pela PMMG.

A consciência sobre a interação entre essas partes é imprescindível para que o policial relator reconheça os efeitos de suas escolhas e seja capaz de selecionar quais informações devem ser privilegiadas em cada etapa da produção textual, ou seja, em cada parte do texto.

⁶² Diante da decisão de omitir os nomes das pessoas envolvidas no BO, o que inclui também os policiais, adotou-se o termo *identificado* para representar que a informação está explícita no exemplar analisado. Esse procedimento também foi adotado para aos demais BO do *corpus*.

Os efeitos da estrutura hipertextual do BO interferem não somente na maneira de produzir o texto, mas, também, na maneira de processá-lo. Um leitor menos familiarizado com o gênero pode encontrar dificuldades, ao menos iniciais, para extrair dele as informações das quais necessita. Assim, o processamento do BO parte da percepção sobre como as diversas partes do texto interagem para produzir um enunciado harmônico.

Para perceber o entrosamento entre as partes do BO e como estas sinalizam os movimentos constitutivos da narrativa, recorreu-se a Labov e Waletzky (1967). Uma análise dessa estrutura requer o conhecimento da organização integral do texto e, para atender a essa necessidade, apresentam-se, na sequência, as partes do BO. Nessa apresentação, serão retomadas algumas figuras da seção anterior, agora dispostas na ordem em que figuram no texto.

		CORPO DE BOMBEIROS MILITAR - POLÍCIA CIVIL - POLÍCIA MILITAR		REDS 2012	
		BOLETIM DE Ocorrência		BO NÚMERO	CIAD/P-2012- [REDACTED] FL. 1/4
UNIDADE RESPONSÁVEL PELO REGISTRO 11 CIA PM ESP/41 BPM			MUNICÍPIO BELO HORIZONTE		
UNIDADE DE ÁREA RESPONSÁVEL					
UNIDADE MILITAR: 11 CIA PM ESP/41 BPM					
UNIDADE POLICIAL: 2ª DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL/BARREIRO					
DESTINATÁRIO 2ª DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL/BARREIRO				DATA DO REGISTRO 01/01/2012 19:40	
ORIGEM DA COMUNICAÇÃO					
COMO FOI SOLICITADO O ATENDIMENTO DA OCORRÊNCIA VIA CENTRO DE COMUNICAÇÕES				DATA DA COMUNICAÇÃO 01/01/2012	
HORA DA COMUNICAÇÃO 19:11					
ÓRGÃO SOLICITANTE XXXX					
COD. OPERAÇÃO ORIGEM XXXX					
DADOS DA OCORRÊNCIA					
PROVÁVEL DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA PRINCIPAL FURTO					
CÓD. PRINCIPAL 001155		TENTADO / CONSUMADO CONSUMADO		ALVO DO EVENTO CAPELA / IGREJA / TEMPLO RELIGIOSO	
DATA DO FATO 01/01/2012		HORÁRIO DO FATO 19:11		DATA/HORA DO INÍCIO DO ATENDIMENTO NO LOCAL 01/01/2012 19:25	
COMPL. DE LOCAL IMEDIATO XXXX		COMPL. DE LOCAL IMEDIATO XXXX		DATA/HORA DO FIM DO ATENDIMENTO NO LOCAL 01/01/2012 19:40	
LOCAL (AV., RUA, ETC.) [REDACTED]					
NÚMERO [REDACTED]		KM XXXX		COMPLEMENTO XXXX	
BAIRRO / VILA [REDACTED]		CEP XXXX			
MUNICÍPIO BELO HORIZONTE		UF MG		PAÍS BRASIL	
PONTO DE REFERÊNCIA XXXX		LATITUDE -19° 58' 25,6"		LONGITUDE -44° 0' 53,76"	
TIPO LOCAL VIA URBANA		MEIO UTILIZADO QUALIFICADORA DO ART. 155 CP.			
CAUSA PRESUMIDA DIFICULDADE FINANCEIRA / COBICA					

FIGURA 7' – Recorte do Exemplar 1: Dados Gerais

A FIG. 7' apresenta o grupo de informações *Dados gerais*, que **orienta** o leitor em relação ao espaço e ao tempo em que se deram os fatos. Estão explícitos a rua, o número, o bairro e o município. Sabe-se que nesse endereço está instalada uma edificação onde se desenvolvem atividades de cunho religioso – capela, igreja ou templo – situada em uma via urbana. Nas

últimas linhas dos *Dados gerais*, a localização espacial se faz de maneira ainda mais precisa, com a indicação da latitude e da longitude.

Nos *Dados gerais*, também estão destacados a data, 01 jan. 2012, e um horário atribuído ao acontecimento, 19h11min, sendo que este, conforme já abordado, provavelmente não precisa o horário do crime.

O grupo de informações *Origem da comunicação* se encarrega de situar o policial relator em relação aos fatos que vai narrar. Ele foi chamado ao local do furto às 19h11min do dia 01 jan. 2012. A forma como a solicitação foi feita – *via centro de comunicações* – indica que o policial militar foi encaminhado ao local da ocorrência via rede rádio de comunicações da instituição: alguém comunicou o furto à central e ela se encarregou de designar o policial para atender a ocorrência.

QUALIFICAÇÃO DOS ENVOLVIDOS					
ENVOLVIDO 1					
TIPO DE PESSOA	COD. NATUREZA	TENTADO / CONSUMADO	SEXO	TIPO ENVOLVIMENTO	
FISICA	C01155	CONSUMADO	MASCULINO	VITIMA DE AÇÃO CRIMINAL / CIVEL	
DESCRIÇÃO NATUREZA					
FURTO					
NOME COMPLETO					
[REDACTED]					
APELLIDOS					
XXXX					
NACIONALIDADE			DATA NASCIMENTO	NATURALIDADE / UF	
BRASILEIRA			[REDACTED]	[REDACTED]	
IDADE APARENTE	GRAU DA LESÃO		ESTADO CIVIL		
37	SEM LESÕES APARENTES		CASADO		
CUTIS		OCUPAÇÃO ATUAL			
PARDA		XXXX			
RELAÇÃO VITIMA / AUTOR					
SEM RELACIONAMENTO					
MÃE					
[REDACTED]					
PAI					
[REDACTED]					
TIPO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO					
CARTEIRA DE IDENTIDADE CIVIL					
NÚMERO DOCUMENTO IDENTIDADE		ÓRGÃO EXPEDIDOR		UF	CPF / CNPJ
[REDACTED]		SECRETARIA ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA		MG	XXXX
ESCOLARIDADE					
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO (8 ANOS ESTUDO)					
ENDEREÇO (AV., RUA, ETC.)			NÚMERO	KM	COMPLEMENTO
[REDACTED]			XXXX	233	XXXX
BAIRRO		MUNICÍPIO			UF
BARREIRO		BELO HORIZONTE			MG
PAÍS		CEP	TELEFONE RESIDENCIAL		TELEFONE COMERCIAL
XXXX		XXXX	XXXX		[REDACTED]
PRISÃO / APREENSÃO				HOVE USO DE ALGEMAS / IMOBILIZAÇÃO DE ENVOLVIDOS ?	
XXXX				XXXX	

FIGURA 14 – Recorte do Exemplar 1: Qualificação dos envolvidos

A produção do BO supõe a inserção de dados de qualificação das pessoas envolvidas na ocorrência. Para cada uma dessas pessoas, o relator preenche os campos requeridos pelo sistema, que se encarrega de agrupá-las no texto final, ordenando a sequência de personagens a partir do número 1, o que caracteriza o elemento **orientação**. De maneira mais geral, todos os personagens da ocorrência são denominados *envolvidos*. Uma maior precisão em relação à

participação de cada um dos envolvidos é assinalada com a indicação do *tipo de envolvimento* (APÊNDICE B). No caso ilustrado pela FIG. 14, o *envolvido 1* é categorizado na situação de *vítima de uma ação criminal*.

A numeração sequencial dos envolvidos traduz uma estratégia para estabelecer relação entre os personagens e as informações disponíveis em outras partes do texto. O funcionamento desse vínculo será demonstrado mais adiante.

A escolha do termo para determinar o *tipo de envolvimento* dos personagens do BO depende de duas restrições, a primeira de caráter prático e a outra de caráter normativo. Em relação ao aspecto prático, a escolha do termo depende das informações que o relator obteve sobre o evento e sobre a participação de cada um dos envolvidos. No caso do Exemplar 1, a indicação de que o envolvido é *vítima* sugere que um conjunto de circunstâncias do fato que lhe foi informado levou o relator a **avaliar** que o envolvido sofrera uma ação praticada por outra pessoa. Além disso, ao operar o sistema e optar por uma natureza que sintetiza o fato a ser narrado, o relator recebe uma descrição do crime, no caso de furto, o que assegura confirmar a pertinência de sua escolha, conforme ilustra a FIG. 15.

Natureza

Ocorrência Principal: *

C01155 : FURTO (C01155)

DIAO ✓ X T C

FURTO: Furto é a subtração de coisa alheia móvel para si ou para outrem sem a prática de violência ou de grave ameaça ou de qualquer espécie de constrangimento físico ou moral à pessoa.

FIGURA 15 - Tela do REDS: descrição da natureza da ocorrência

A restrição normativa decorre da institucionalização dos termos possíveis para sinalizar o tipo de envolvimento de cada personagem do BO. Assim, ainda que entenda que um determinado envolvido sofreu a ação indicada pela natureza, o relator não está livre para escolher qual terminologia será empregada para designá-lo. Isso acontece porque o preenchimento do campo *Tipo de envolvimento* requer a seleção de um dentre um determinado conjunto de termos disponíveis, vinculados a códigos padronizados, como se vê no QUADRO 11. Outros termos convencionados para denominação dos envolvidos na ocorrência estão listados no APÊNDICE B.

QUADRO 11
Terminologias designativas dos envolvidos na ocorrência: vítima

CÓDIGO	TERMINOLOGIA
13.01	Ação criminal/cível
13.02	Passageiro (trânsito)
13.03	Pedestre (trânsito)
13.04	Proprietário/funcionário de estabelecimento
13.99	Outras vítimas

Elaborado com base em Minas Gerais, 2003b

A obrigatoriedade de que o relator selecione códigos que padronizam a terminologia utilizada para mencionar os envolvidos é que permite, nos trabalhos de análise criminal, a consulta aos eventos registrados utilizando-se, como parâmetro, os termos estruturados no BO.

A ocorrência narrada no Exemplar 1 contém apenas um envolvido, a vítima. São as circunstâncias do fato que determinarão, para cada ocorrência, a quantidade e os tipos de envolvimento a serem inseridos.

Todo o espaço destinado à qualificação da vítima disponibiliza uma série de informações sobre ela, a exemplo do sexo, filiação, idade, escolaridade, endereço, ocupação, estado civil e documentos de identificação. Esse conjunto de dados contribui para uma caracterização complexa da vítima no que se refere a informações de cunho objetivo.

Outro campo que participa da **orientação** sobre o episódio narrado é o denominado *Materiais e armas brancas* (FIG. 16), onde são listados objetos relacionados à ocorrência.

Uma primeira constatação é a existência do vínculo entre cada material e um envolvido na ocorrência. Todos os materiais listados no Exemplar 1 estão relacionados ao *envolvido 1*, a vítima. Um segundo vínculo é observado no campo *situação*, dessa vez entre o material e a natureza da ocorrência. Tomando como exemplo o *material 1*, pode-se dizer que um aparelho DVD, marca CCE, pertencente à vítima, foi furtado e não foi recuperado. Alguns campos que indicam características do aparelho não foram preenchidos, fazendo supor que o relator não obteve as informações requeridas.

MATERIAIS E ARMAS BRANCAS				
MATERIAL 1				
ENVOLV. NR 1	SITUAÇÃO FURTADO / ROUBADO (NAO RECUPER	QUANTIDADE 1	UNIDADE P/V UNIDADE	
OBJETO DVD				
SÉRIE / IDENTIFICAÇÃO XXXX		MARCA CCE	MODELO XXXX	COR PRETO
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES XXXX				
MATERIAL 2				
ENVOLV. NR 1	SITUAÇÃO FURTADO / ROUBADO (NAO RECUPER	QUANTIDADE 2	UNIDADE P/V UNIDADE	
OBJETO OUTROS OBJETOS (DISCRIMINAR NO HISTORICO)				
SÉRIE / IDENTIFICAÇÃO XXXX		MARCA XXXX	MODELO XXXX	COR XXXX
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES MICROFONES SEM FIO COM RECEPTOR				
MATERIAL 3				
ENVOLV. NR 1	SITUAÇÃO FURTADO / ROUBADO (NAO RECUPER	QUANTIDADE 1	UNIDADE P/V UNIDADE	
OBJETO OUTROS OBJETOS (DISCRIMINAR NO HISTORICO)				
SÉRIE / IDENTIFICAÇÃO XXXX		MARCA EAGLO	MODELO XXXX	COR ESCURO
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES VIOLÃO				
MATERIAL 4				
ENVOLV. NR 1	SITUAÇÃO FURTADO / ROUBADO (NAO RECUPER	QUANTIDADE 3	UNIDADE P/V UNIDADE	
OBJETO OUTROS OBJETOS (DISCRIMINAR NO HISTORICO)				
SÉRIE / IDENTIFICAÇÃO XXXX		MARCA XXXX	MODELO XXXX	COR DOURADO
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES TRES PRATOS DE BATERIA(INSTRUMENTO MUSICAL)				
MATERIAL 5				
ENVOLV. NR 1	SITUAÇÃO FURTADO / ROUBADO (NAO RECUPER	QUANTIDADE 1	UNIDADE P/V UNIDADE	
OBJETO OUTROS OBJETOS (DISCRIMINAR NO HISTORICO)				
SÉRIE / IDENTIFICAÇÃO XXXX		MARCA XXXX	MODELO XXXX	COR DOURADO
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES XIMBAL(INSTRUMENTO MUSICAL)				
MATERIAL 6				
ENVOLV. NR 1	SITUAÇÃO FURTADO / ROUBADO (NAO RECUPER	QUANTIDADE 1	UNIDADE P/V UNIDADE	
OBJETO OUTROS OBJETOS (DISCRIMINAR NO HISTORICO)				
SÉRIE / IDENTIFICAÇÃO XXXX		MARCA XXXX	MODELO XXXX	COR XXXX
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES APARELHO DE LAISER PARA EFEITOS DE LUZES				

FIGURA 16 – Recorte do Exemplar 1: materiais e armas brancas

Alguns materiais, a exemplo do *material 2* e do *material 3*, foram descritos como *outros objetos*. Como o processo de produção do BO supõe a seleção de opções existentes no sistema, é possível que não existissem alternativas que correspondessem ao *material 2* e ao *material 3* realmente furtados. Seleccionada a opção *outros objetos*, o sistema gera uma advertência, lembrando que a discriminação, ou seja, um maior detalhamento, deve ser feita no *histórico*. No Exemplar 01, no entanto, o relator optou por preencher o campo *informações complementares*, espaço em que foi possível lançar a indicação dos materiais: microfone, violão. Essa opção acaba por ter implicações no *histórico*, já que, naquele espaço, o policial relator optou por substituir a descrição de tais instrumentos pelo termo *materiais* que, conforme Antunes (2005), funciona como um hiperônimo genérico. A escolha pelo termo

mais genérico, por sua vez, imprime certa imprecisão no *histórico*, diferentemente do que teria ocorrido se a escolha residisse em um termo que remetesse mais diretamente ao conjunto dos objetos furtados, a exemplo de *instrumentos musicais*.

É devido à natureza do conteúdo da parte *Materiais e armas brancas* que se percebe nela sinais de um movimento que se originara na **orientação** e que agora conduz para a **complicação** da narrativa. A esse ponto do texto, o leitor já está situado sobre o local, o horário e a pessoa envolvida, já entende qual tipo de evento será narrado – um furto – já sabe quais objetos foram furtados e sabe, também, que nenhum deles foi recuperado. Sabe, ainda, que o policial que faz a narrativa não presenciou os fatos e que somente compareceu ao local após receber uma instrução institucional para fazê-lo.

Sempre que assinala a natureza da ocorrência, furto, nos campos *Dados Gerais* (FIG. 7), *Qualificação dos envolvidos* (FIG. 14) e *Materiais e armas brancas* (FIG. 16), o policial antecipa informações próprias da **complicação**, já que anuncia o acontecimento que gerou a narrativa.

É no *histórico* (FIG. 17), parte do texto em que o policial relator não se prende à seleção de codificações, que ele complementa a narrativa, registrando o que não pôde ser esclarecido nas partes anteriores. O caráter conciso do histórico decorre do fato de que, a este ponto, o leitor já possui muitas informações sobre o evento. Isso não equivale a dizer que o histórico seja dispensável, pois nele consta a maneira como os fatos aconteceram, caracterizando a fase de **complicação**.

HISTÓRICO DA OCORRÊNCIA	
SEGUNDO [REDACTED], AO CHEGAR NA IGREJA EVANGELHO LUZ DO MUNDO MINISTERIO BATISTA, DA QUAL E MEMBRO, DEPAROU COM UMAS DAS PORTAS SEMI ABERTA E APOS A CHEGADA DOS MUSICOS NA IGREJA, FICOU CONSTATADO QUE TERIAM SIDO VITIMAS DE UM FURTO TENDO DADO FALTA DOS MATERIAIS DESCRITOS EM CAMPO PROPRIO. AINDA SEGUNDO [REDACTED] O MESMO SUSPEITA QUE O PROVAVEL AUTOR TENHA ENTRADO NO LOCAL PELOS FUNDOS QUE FAZ DIVISA COM UM ESTACIONAMENTO.	
MODO DA AÇÃO CRIMINOSA	
XXXX	

FIGURA 17 – Recorte do Exemplar 1: Histórico⁶³

Muito embora a **complicação** já se tivesse insinuado nas partes que precederam o *histórico*, é ele que contém o desencadeamento dos fatos, a combinação de pessoas, objetos e informações outras que contribuem para que o leitor perceba porque esses fatos lhe estão sendo narrados.

⁶³ A FIG. 17 apresenta, abaixo do campo *histórico*, o campo *modo da ação criminosa*, que foi deixado em branco no Exemplar 1. Trata-se de um campo de preenchimento não obrigatório, próprio de ocorrências que narram crimes contra o patrimônio, com arrombamento, ou sexuais.

No Exemplar 1, o *histórico* conta que a vítima não presenciara o furto, tampouco sabe quem o praticou, o que justifica a ausência de outro envolvido na ocorrência. O enredo, que contém poucos desencadeamentos de ações, tornou-se ainda mais conciso porque não foi preciso inserir nele nenhuma informação de qualificação da vítima ou dos objetos.

O esclarecimento, existente no *histórico*, de que o estabelecimento onde o furto ocorreu é uma igreja, assim como o registro da denominação dada à instituição religiosa, complementa a **orientação** com informações que não puderam ser coletadas nos campos parametrizados.

Também no *histórico* se observa certa **avaliação** sobre o furto, atribuída à vítima: ela acredita que a pessoa que praticou o crime entrara pelos fundos da igreja. Quanto ao policial relator, está implícito um conjunto de avaliações que o fizeram concluir que os fatos narrados pela vítima consistiram em um crime de furto que deveria ser registrado pela PMMG e encaminhado para conhecimento da autoridade de polícia judiciária. Essa **avaliação** também foi assinalada nos *Dados da ocorrência* (FIG. 7).

Outro item próprio da **avaliação** está também demonstrado da FIG. 7, no campo em que o policial relator insere a *Causa presumida da ocorrência*: dificuldade financeira/cobiça. O item *Causa presumida da ocorrência* não recepciona texto livre do militar. Não se trata de um campo de preenchimento obrigatório, ou seja, poderia permanecer em branco. No entanto, caso ele opte por preenchê-lo, deve selecionar uma dentre as opções que lhe são oferecidas, que incluem: acidente de trabalho, ação de gangues, atrito familiar, bala perdida, queda, vingança etc. (MINAS GERAIS, 2003b). No Exemplar 1, não há elementos concretos que permitam estabelecer relação lógica entre o furto e uma possível dificuldade financeira ou cobiça daquele que praticou o furto. A dedução de que essas foram as causas da ocorrência se deve, unicamente, à avaliação feita pelo policial relator.

O movimento de retorno da perspectiva verbal para o momento do presente, a **coda** descrita por Labov e Waletzky (1967), é marcada pela emissão do recibo, ocasião em que o policial relator assinala seu posicionamento no instante em que o BO é encerrado (FIG. 10').

O grupo de informações representado pela FIG. 10' funciona como uma espécie de assinatura do texto e, nesse sentido, representa uma quebra no seguimento textual que se dedicava a contar os fatos passados. Assim, assume marcas do elemento **coda** da narrativa.

RECIBO DA AUTORIDADE A QUE SE DESTINA OU SEU AGENTE / AUXILIAR POLICIAL OU RECIBO DO RESPONSÁVEL CIVIL			
DESTINATÁRIO / RECIBO 1			
Recebi o "Boletim de Ocorrência" de Número BO CIAD/P-2012-██████ e Número de REDS 2012-██████ para conhecimento e providências, bem como as pessoas, materiais, objetos, animais, substâncias e/ ou documentos que, existindo, estejam descritos ou assinalados neste documento.			
DATA XXXX	HORA XXXX	MATRICULA XXXX	NOME XXXX
CARGO XXXX			
ORGÃO/UF POLÍCIA CIVIL / MG			
UNIDADE 2ª DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL/BARREIRO			
PROVIDÊNCIA A SER TOMADA PELA AUTORIDADE XXXX			
ASSINATURA			
RECIBO GERADO POR: ████████████████████			DATA DE CRIAÇÃO DO RECIBO: 01/01/2012 19:51

FIGURA 10' – Recorte do Exemplar 1: Recibo

Outra marca de que o policial retoma a voz no presente está na parte destinada ao registro dos dados das viaturas e dos policiais que estiveram empenhados no atendimento da ocorrência (FIG. 18).

Após haver narrado o furto, o policial insere os dados da viatura policial, com placa e prefixo, assim como detalha informações sobre os integrantes da equipe. No caso do Exemplar 1, observa-se que a equipe era composta por um sargento e um soldado. É o mesmo sargento quem se identifica como o relator da ocorrência, ou seja, aquele que produziu o documento e assume, mais diretamente, a responsabilidade pelo texto. Por esse motivo, foi considerado, na análise do contexto, como o emissor do BO.

Labov e Waletzky (1967) assinalaram que a coda não é um elemento presente em todas as narrativas, porém, no caso do BO, vislumbra-se que será recorrente, visto que se prende à formalização da conclusão do processo de produção textual, ação obrigatória no processo de operação do REDS.

Da análise do Exemplar 1, deduz-se que a **solução** está implícita no conjunto de informações que apontam para a própria comunicação do furto, materializada pela produção do BO, como a medida possível adotada para encaminhar a resolução da crise instaurada pelo cometimento do crime. Esses procedimentos se formalizam com o encerramento da produção textual e com a emissão do *recibo*.

VIATURAS			
VIATURA 1			
TIPO DA VIATURA PRINCIPAL		ÓRGÃO POLICIA MILITAR	
DESCRIÇÃO / OBSERVAÇÃO AUTOMÓVEL DE SERVIÇO -			
PLACA XXXX	PREFIXO DA VIATURA PM	REGISTRO GERAL XXXX	PROBLEMAS DURANTE O ATENDIMENTO XXXX
DESCRIÇÃO DO PROBLEMA XXXX			
MILITARES/POLICIAIS INTEGRANTES			
MILITAR/POLICIAL INTEGRANTE			
NUM VIATURA XXXX	MATRÍCULA XXXX	CARGO 3 SARGENTO	
NOME COMPLETO XXXX			
CORPORAÇÃO POLICIA MILITAR			
UNIDADE 7 PEL PM/11 CIA PM ESP/41 BPM			
MILITAR/POLICIAL INTEGRANTE			
NUM VIATURA XXXX	MATRÍCULA XXXX	CARGO SOLDADO DE 1 CLASSE	
NOME COMPLETO XXXX			
CORPORAÇÃO POLICIA MILITAR			
UNIDADE 1 PEL PM ESP/11 CIA PM ESP/41 BPM			
RESPONSÁVEL PELA APREENSÃO/PRISÃO/CONDUÇÃO			
UNIDADE XXXX			
MATRÍCULA XXXX	NOME COMPLETO XXXX		
CARGO XXXX	OS PRESOS APREENHIDOS FORAM INFORMADOS DOS SEUS DIREITOS? XXXX		
CORPORAÇÃO XXXX			
ASSINATURA:			
DADOS PARA CONTROLE INTERNO/RELATOR DA OCORRÊNCIA			
UNIDADE 7 PEL PM/11 CIA PM ESP/41 BPM			
MATRÍCULA XXXX	NOME COMPLETO XXXX		
CARGO 3 SARGENTO			
CORPORAÇÃO POLICIA MILITAR			
ASSINATURA:			

FIGURA 18 – Recorte do Exemplar 1: Viaturas e policiais⁶⁴

A maneira como o BO é estruturado favorece um percurso de leitura não linear, hipertextual, permitindo que o leitor esquadrinhe cada grupo de informações para atender às suas necessidades em relação ao texto.

No Exemplar 1, percebe-se a imbricação entre os elementos que configuram a estrutura da narrativa, criando uma relação de antecipação e retomada de informações dadas que, apesar disso, permitem que a leitura se realize em fluxo contínuo. Para esquematizar a constituição da estrutura da narrativa no exemplar analisado, propõe-se o QUADRO 12. Pretende-se, com

⁶⁴ O termo *Viaturas e policiais* empregado na FIG. 14 não corresponde a um uso institucional, já que, nas normas referentes ao preenchimento do BO, cada item é tratado separadamente. Para fins da pesquisa, atende à necessidade de demonstrar informações que se complementam para abordar a estrutura da narrativa.

a esquematização, demonstrar que, no Exemplar 1, os elementos estruturais da narrativa transitam pelas diversas partes do texto, com maior ou menor intensidade.

A estrutura do QUADRO 12 será mantida para a análise dos demais exemplares do *corpus* com o objetivo de padronizar a demonstração do funcionamento dos elementos da narrativa, ainda que outros exemplares, em razão de suas peculiaridades, apresentem campos diversos dos destacados no Exemplar 1.

QUADRO 12
Esquematização da estrutura da narrativa – Exemplar 1

ELEMENTOS ESTRUTURAIS DA NARRATIVA	CAMPOS DO BO					
	Dados Gerais (FIG. 7)	Qualificação dos envolvidos FIG. 14	Materiais (FIG. 16)	Histórico (FIG. 17)	Viaturas e Policiais (FIG. 18)	Recibo (FIG. 10)
Orientação						
Complicação						
Avaliação						
Solução						
Coda						

 Alta presença do elemento

 Alguma presença do elemento

 Pouca ou nenhuma presença do elemento

A esquematização apresentada no QUADRO 12 demonstra que, no Exemplar 1, os elementos da narrativa propostos por Labov e Waletzky (1967) estão presentes, muito embora não se sucedam um após o outro. Essa particularidade do BO não contraria os autores, que já sinalizavam quanto à necessidade de perceber como a narrativa funciona em diferentes textos e, ainda, decorre das possibilidades geradas pela estruturação hipertextual do BO.

4.1.1.3 O folhado textual

Para analisar o folhado textual do BO, estruturou-se um quadro cuja função foi a de recepcionar e demonstrar como funcionam as camadas desse texto. O registro das constatações decorrentes das análises foi sintetizado no quadro que será apresentado no final da seção destinada a cada exemplar.

Apesar do esforço no sentido de facilitar a percepção do folhado de maneira esquemática, alguns achados devem ser antecipadamente explicitados em nome da clareza. Dessa forma, antecedendo à apresentação dos dados compilados, serão expostos aspectos que permitiram alimentar o quadro com os elementos constitutivos das camadas do folhado textual.

No plano geral, o Exemplar 1 é um texto composto por quatro páginas, disponibilizado para a pesquisa em arquivo digital e em formato .pdf. O BO também tramita na sua forma impressa, já que o uso que o destinatário faz dele pode incluir a sua incorporação a um volume processual ou mesmo o encaminhamento formal, administrativo, a outros órgãos, notadamente os do Judiciário. A versão impressa agrega todas as configurações que se originaram a partir da versão original, digital e, antes disso, na fase de produção e do aceite pelo destinatário, que ocorreram no ambiente virtual. Ainda que impresso em papel, o BO expressa as marcas desse ambiente virtual.

A possibilidade de transmitir o BO em meio digital resulta do processo de geração do documento. Após encerrar o registro no sistema, o policial recebe o arquivo em formato .pdf⁶⁵, versão gerada automaticamente. O registro do BO também fica armazenado no sistema, de maneira que possibilita resgates posteriores para cumprir propósitos diversos, tais como o fornecimento de cópias aos envolvidos, para atender a demandas administrativas ou mesmo para atender a solicitações de pesquisadores, como ocorreu no presente estudo, além de se incorporar ao banco de dados que subsidia as análises criminais.

O Exemplar 1 é organizado em dois grupamentos de estruturas: os campos parametrizados, que predominam no texto, e um espaço menor no qual está inserido o *histórico*, este desenvolvido em quatro linhas, sem parágrafos. A fonte em caixa alta figura em todo o texto, inclusive no *histórico*, característica que se repete em todos os exemplares analisados.

⁶⁵ Sigla, em inglês, para *Formato Portátil de Documento*. O objetivo do formato é assegurar a manutenção da aparência original dos documentos eletrônicos, independente do programa utilizado para visualização. Fonte: <http://www.adobe.com/br/products/acrobat/adbepdf.html> Acesso em 25 ago. 2013.

Os grandes grupos de informação que designam as partes do texto – *dados da ocorrência, qualificação dos envolvidos, materiais e armas brancas, histórico da ocorrência, recibo etc.* – recebem destaque em fonte negrito e em quadros sombreados.

O conteúdo temático do Exemplar 1 circula em torno de um crime de furto praticado em uma igreja. Outras informações complementam esse conteúdo, a exemplo daquelas que indicam o desconhecimento da autoria e o fato de a vítima somente haver tomado conhecimento do crime quando ele já havia ocorrido. O detalhamento dos objetos furtados também foi oferecido ao destinatário, permitindo-lhe saber que da igreja foram levados 01 aparelho de DVD, 02 microfones sem fio com receptor, 01 violão, 03 pratos de bateria, 01 ximbal e um aparelho para produção de efeitos de luz a *laser*. A identificação mais precisa do conteúdo temático pode ser feita a partir da análise dos *Dados da Ocorrência* (FIG. 9'), onde estão destacados a natureza da ocorrência e o alvo – furto praticado em uma capela/igreja ou templo.

DADOS DA OCORRÊNCIA					
PROVÁVEL DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA PRINCIPAL					
FURTO					
COO. PRINCIPAL	TENTADO/CONSUMADO		ALVO DO EVENTO		
001155	CONSUMADO		CAPELA / IGREJA / TEMPLO RELIGIOSO		
DATA DO FATO	HORÁRIO DO FATO	DATA/HORA DO INÍCIO DO ATENDIMENTO NO LOCAL	DATA FINAL	HORÁRIO FINAL	
01/01/2012	19:11	01/01/2012 19:25	01/01/2012	19:40	
COMPL. DE LOCAL MEDIATO			COMPL. DE LOCAL IMEDIATO		
XXXX			XXXX		
LOCAL (AV., RUA, ETC.)					
[REDACTED]					
NÚMERO	KM	COMPLEMENTO	BAIRRO/VILA	CEP	
[REDACTED]	XXXX	XXXX	[REDACTED]	XXXX	
MUNICÍPIO			UF	PAÍS	
BELO HORIZONTE			MG	BRASIL	
PONTO DE REFERÊNCIA			LATITUDE		LONGITUDE
XXXX			-19° 58' 25,6"		-44° 0' 53,76"
TIPO LOCAL			MEIO UTILIZADO		
VIA URBANA			QUALIFICADORA DO ART. 155 CP.		
CAUSA PRESUMIDA					
DIFICULDADE FINANCEIRA / COBICA					

FIGURA 9' – Recorte do Exemplar 01: Dados da Ocorrência

Também nesse campo observa-se a indicação de que o furto foi consumado, ou seja, o indivíduo que praticou a ação conseguiu subtrair objetos da instituição religiosa. O preenchimento do item *alvo do evento* decorre da seleção de uma dentre diversas opções fornecidas pelo sistema. Por esse motivo, a descrição parece não ser muito objetiva e requereu que o relator esclarecesse, no *histórico*, o tipo de instituição em que o furto fora praticado.

Como consequência da estrutura padronizada do BO, que determina o preenchimento de campos com informações que permitem recuperar o local e o tempo da produção e dos acontecimentos que constituem a ocorrência, percebe-se que o gênero apresenta padrões recorrentes de tipos de discurso, comuns a quaisquer exemplares.

Antes de iniciar a discussão referente às demais características do folhado textual, é pertinente destacar que a estrutura do BO – predominantemente organizada em campos parametrizados – institui uma maneira peculiar de mobilizar os tipos de discurso e as sequências. Para perceber como se dá, no BO, a construção dos mundos discursivos, e mesmo a articulação do discurso direto e do indireto, é necessário atribuir um valor comunicativo aos campos parametrizados e projetar a relação do conteúdo desses campos com o sentido geral do texto que resulta da integração das duas estruturas – campos parametrizados e *histórico*.

Da mesma forma, para perceber como são gerenciadas as vozes presentes no texto, não é suficiente voltar o olhar apenas para o *histórico*, mas buscar nele e nos campos parametrizados indicações da presença daqueles a quem se atribuem as informações. Nesse sentido, os esclarecimentos sobre o funcionamento das partes BO apresentadas até a presente seção devem ser consideradas nas análises.

Pretende-se adiantar, com esses esclarecimentos, que as análises do BO demonstraram que se está diante de um texto com peculiaridades mais complexas do que se poderia deduzir a partir de uma visão que o compartimentasse em duas partes distintas – campos parametrizados e *histórico*. Além disso, as sinalizações gráficas e linguísticas que convencionalmente são buscadas para identificar os tipos de discurso, as sequências e as vozes presentes em outros textos não estão presentes com alta intensidade no BO, graças à sua estrutura em que predominam os campos parametrizados. Em razão disso, as análises procedidas na pesquisa buscaram reconhecer, também nos campos parametrizados e no conhecimento mais prático sobre o gênero, a indicação da presença das marcas buscadas.

Um último esclarecimento relevante, que contribuirá para o entendimento dos resultados das análises, refere-se ao emprego do termo *ocorrência*. No presente trabalho, o termo é adotado para designar o acontecimento que exigiu a intervenção policial e que corresponde, nos casos analisados, aos furtos, ao roubo, à ameaça, ao acidente de trânsito e ao dano. Esse emprego do termo, coerente com o conceito adotado pela PMMG (2010), implica excluir, da ocorrência propriamente dita, alguns elementos e informações que se apresentam no conjunto do BO e que se referem à operacionalização anterior e posterior ao empenho policial, tais como a forma de solicitação do atendimento, identificação do destinatário, recibo etc.

Quanto aos tipos de discurso, observa-se que no BO está presente uma interação inicial, aquela em que o policial relator dirige-se diretamente ao destinatário, ou seja, posiciona-se perante o delegado para dar início à elaboração do registro. Nessa interação, o mundo

evocado pelo produtor é *conjunto* ao mundo da interação social em curso. Trata-se de uma interação que acontece no aqui e no agora e não se ancora em nenhuma origem temporal. Portanto, situa-se no mundo do *expor*.

Há, ainda, nessa interação, a explicitação da relação que as instâncias de agentividade mantêm com os parâmetros materiais da ação de linguagem, já que há indicações diretas que remetem ao emissor e ao receptor e sua situação no tempo e no espaço. Há, portanto, uma relação de *implicação* em relação aos parâmetros da ação linguageira, requerendo que o receptor tenha conhecimento do contexto de produção para entender o texto.

Como já se adiantou, no BO, a percepção das marcas que indicam a conjunção entre o mundo evocado e o mundo da interação social e, também, a implicação das instâncias de agentividade se dá, também, pela análise dos campos parametrizados. As informações dispostas nesses campos contribuem para que se perceba como o emissor – o policial relator, sargento da PMMG – estabelece interação com o receptor – o delegado responsável pela 2ª Delegacia – em um intervalo delimitado de tempo e em um local de trabalho.

Os registros da data e do horário da produção, dispostos nos campos parametrizados, têm a função original de assegurar resgates posteriores que se referem aos controles da ação policial, não consistindo, efetivamente, em sinalização de ancoragem temporal ou espacial na interação do policial relator com o delegado. Por outro lado, na incompatibilidade do emprego de verbos e outros recursos linguísticos nos campos parametrizados, é a estrutura convencionada para o BO que permite perceber que a interação se dá em um tempo presente em que se situam emissor e receptor do enunciado.

O preenchimento do campo *destinatário* (FIG. 7) funciona como um vocativo, na medida em que remete diretamente ao delegado. Os campos destinados ao registro dos dados do policial relator (FIG. 7, FIG. 10 e FIG. 11) colocam-no no centro da ação comunicativa, juntamente com o delegado que, ao final, concretiza seu engajamento na interação quando formaliza o seu aceite no texto. Para perceber o BO como um enunciado válido para ser aceito e encaminhado por ele, o delegado avalia elementos do contexto de produção que, no caso do gênero analisado, estão demonstrados na estrutura e nas informações dispostas, prioritariamente, nos campos parametrizados.

Dessa forma, a interação principal entre o policial relator e o delegado se constitui no mundo do *expor implicado*, que se realiza no *discurso interativo*.

A excessiva restrição imposta pela necessidade de adequar o texto aos parâmetros das tabelas conduz a uma conformação que limita as avaliações de sentido ou de intenções que possam ser pretendidas pelo policial relator. Dessa forma, a partir de um olhar mais superficial sobre essa particularidade, os registros dos campos parametrizados não permitiriam o avanço em análises linguísticas que partissem do agir representado pelo indivíduo relator. Para a presente pesquisa, no entanto, considera-se relevante identificar o mundo discursivo representado nos campos parametrizados, já que neles residem informações sobre o contexto de produção, as quais se constituem o ponto de partida para o conjunto da interação.

Para relatar a ocorrência, por sua vez, o policial relator mobiliza temas que se referem a fatos passados, ancorados em origens temporais que remetem à data e à hora em que os fatos aconteceram. Opera-se, nesse caso, a *disjunção* entre o mundo evocado pelo enunciador e o mundo da interação social em curso, o que configura o mundo do *narrar*.

Algumas marcas da disjunção são observadas nos campos parametrizados. Neles, o policial relator assinala o local e o tempo em que se deu o furto (FIG. 7) e, como se percebeu nas análises já apresentadas, as informações desses campos já se constituem elementos da narrativa. No *histórico* (FIG. 17'), o policial relator faz escolhas não permitidas pelos campos parametrizados, onde as decisões estão restritas ao *menu* de opções ofertado pelo sistema. Nesse sentido, a análise do *histórico* permite identificar alguns recursos convencionais para a análise do folhado textual.

HISTÓRICO DA OCORRÊNCIA	
SEGUNDO [REDACTED], AO CHEGAR NA IGREJA [REDACTED], DA QUAL É MEMBRO, DEPAROU COM UMAS DAS PORTAS SEMI ABERTA E APOS A CHEGADA DOS MUSICOS NA IGREJA, FICOU CONSTATADO QUE TERIAM SIDO VITIMAS DE UM FURTO TENDO DADO FALTA DOS MATERIAIS DESCRITOS EM CAMPO PROPRIO. AINDA SEGUNDO [REDACTED] MESMO SUSPEITA QUE O PROVAVEL AUTOR TENHA ENTRADO NO LOCAL PELOS FUNDOS QUE FAZ DIVISA COM UM ESTACIONAMENTO	
MODO DA AÇÃO CRIMINOSA	
XXXX	

FIGURA 17' – Recorte do Exemplar 1: Histórico

O emprego da preposição *a* com valor temporal para introduzir a oração reduzida de infinitivo – *ao chegar na igreja* –, traduz uma articulação temporal interna na narrativa e estabelece transição entre as duas frases do período em que está inserida. O *quando* dos fatos, do momento do furto, remete às informações dispostas nos campos parametrizados.

A preposição *após*, inserida no mesmo período, indica a sequência de dois acontecimentos que o relator destaca – somente depois da chegada dos músicos, a vítima percebeu que um furto fora praticado na igreja.

Nesse narrar, mantém-se a implicação em relação aos parâmetros da ação linguageira, também requerendo que, para entender o enunciado como válido para ser recebido e tramitar na delegacia, o receptor tenha conhecimento do contexto de produção.

Dessa forma, quando conta o acontecido, o policial relator mobiliza o mundo do *narrar implicado*, que se realiza no *relato interativo*. Para isso, utiliza-se dos espaços disponíveis nos campos parametrizados e, também, no *histórico*. No *histórico* se realiza o sistema de tempos verbais que reportam a uma sequência de acontecimentos concretizados no passado.

O discurso indireto, que se apresenta em todo o *histórico*, acionado pela conjunção *segundo* acompanhada do nome da vítima, sinaliza ao destinatário a autoria da informação que será registrada no BO. De fato, todas as informações disponíveis sobre a ocorrência a que se refere no Exemplar 1 são atribuídas à vítima.

A conjunção *segundo* se repete no *histórico*, desta vez antecedida do advérbio *ainda*, funcionando agora como um articulador entre o primeiro e o segundo grupo de informações atribuídas à vítima. Essa repetição parece uma estratégia para assegurar que o leitor perceba que todos os conjuntos de informações disponíveis no *histórico* são da responsabilidade da vítima. Dessa forma, marca, também, a voz da vítima no Exemplar 01.

A voz do policial relator, autor empírico, está presente em todo o texto, como será recorrente em todos os exemplares. É esse relator quem articula a voz da vítima nos campos parametrizados e no *histórico*. A presença do sintagma *os músicos* indica a presença de outros personagens que não mereceram registro em nenhuma outra parte do texto, mas cuja voz parece estar presente porque, no *histórico*, foram incluídos entre as vítimas do furto, o que se constata pela conjugação do verbo *ter* em [...*teriam sido vítimas de furto*].

O direcionamento do olhar para os campos parametrizados destinados à descrição dos materiais (FIG. 16) permite perceber que ali também está presente a voz da vítima. Somente ela poderia relacionar quais objetos foram furtados, já que ao policial relator não caberia identificar quais instrumentos existiam antes do furto e quais não estavam mais lá após a ação do autor. Essa constatação joga luz sobre o fato de que não somente no *histórico* se apresentam as vozes dos envolvidos na ocorrência, sejam eles vítimas, autores, testemunhas etc.

O Exemplar 1 apresenta uma sequência principal de narração, cujos movimentos já foram explicitados na seção anterior, em que se observa a presença peculiar e, principalmente, não linear, dos elementos estruturais propostos por Labov e Waletzky (1967).

A sequência descritiva também está presente no Exemplar 1, diluída no percurso narrativo, vez que se faz presente em todos os campos parametrizados. O desencadeamento das sequências descritivas tem o objetivo de explicar detalhes do fato, configurando-se, portanto, em um elemento relacionado à narração⁶⁶.

De forma prática, são as sequências descritivas que se constituem referência para os trabalhos de análise criminal, já que elas contêm os termos chave para buscas no sistema em que o BO é produzido e armazenado.

A repetição do nome da vítima, nos espaços sombreados no *histórico*, é um recurso para estabelecer a coesão nominal. No último período, a palavra *mesmo* é empregada para substituir pronome ou o nome do personagem qualificado como vítima e funciona como o sujeito da oração. O emprego do sintagma *os músicos*, no entanto, não permite que se estabeleça conexão com nenhum personagem qualificado nos campos parametrizados do BO.

A locução verbal *tenha entrado* – composta pelo presente do subjuntivo do verbo *ter* e o particípio do verbo *entrar* – sugere que o policial relator tentou estabelecer uma relação de tempo entre os acontecimentos, indicando que o autor entrou antes da chegada da vítima. Ao mesmo tempo, a passagem sugere uma tentativa de demonstrar dúvida quanto a isso, já que a vítima suspeita, mas não tem certeza, indicando um recurso de modalização. Identifica-se, no entanto, nesse emprego, a inadequação em relação à norma culta da língua, vez que a locução verbal convencionada por esse padrão seria composta pelo verbo *ter* no futuro do pretérito e o verbo *entrar* no particípio – *tivesse entrado*.

Outra tentativa de imprimir dúvida nas afirmações do *histórico* está no emprego do verbo *ter* conjugado no futuro do pretérito [... *ficou constatado que teriam sido vítimas de furto*]. Nesse caso, transparece a incoerência entre o verbo *teriam* e a locução verbal *ficou constatado*, já que o verbo constatar sugere certeza, comprovação, portanto, incompatível com a ideia de dúvida.

⁶⁶ Para Bronckart (2003), a maior parte das sequências descritivas são articuladas (ou dependentes) das sequências narrativas quando desenvolvem alguns aspectos destas sequências. Nesses casos, as sequências descritivas são consideradas *secundárias* ou *relacionadas*.

O emprego do adjetivo *provável* para determinar o autor que entrara na igreja soa como uma forma de modalizar a acusação de que alguém realmente praticara o furto [*suspeita que o provável autor tenha entrado...*], o que corresponderia a dizer que não se tem certeza de que houvera um autor. Esse zelo, no entanto, parece incoerente com o restante do texto e, principalmente, com o objetivo da comunicação. Se o BO se presta a comunicar um furto, necessariamente um autor é responsável por ele.

QUADRO 13
Síntese do folhado textual – Exemplar 1

CAMADAS	ELEMENTOS DAS CAMADAS	MARCAS OBSERVADAS
Infraestrutura geral	Plano geral	tema: furto praticado na igreja
	Tipos de discurso	- discurso interativo - relato interativo - discurso indireto
	Sequências	- narrativa - descritiva
Mecanismos de textualização	Mecanismos de conexão	- <i>segundo, que</i> - <i>ainda + segundo</i>
	Coesão nominal	- vítima: <i>vítima (repetição)</i> , nome próprio, <i>músicos</i> , - hiperônimo <i>os materiais</i> - emprego de <i>mesmo</i> como substitutivo de pronome
Mecanismos enunciativos	Posicionamentos enunciativos e vozes	- <i>segundo</i> - voz do policial relator (autor empírico) - vozes das vítimas (vítima relacionada e os músicos)
	Modalização	- <i>tenha entrado (tivesse entrado)</i> - verbo no futuro do pretérito (<i>teriam sido</i> vítimas) - adjetivo <i>provável</i> (provável autor)

4.1.1.4 Confrontação com as prescrições institucionais

No BO 1, nenhuma característica que contrariasse normas técnicas institucionais para produção do texto foi encontrada.

Por outro lado, embora não exista prescrição objetiva quanto ao preenchimento do campo *causa presumida* (FIG. 7), parece ser conveniente que esse item somente seja preenchido quando o policial relator puder atribuir essa informação a algum personagem, quando puder ele mesmo assumi-la ou quando o assunto descrito no BO permitir essa avaliação, a exemplo dos crimes de natureza de trânsito ou os de natureza culposa, para os quais seja possível selecionar a opção *negligência, imprudência e imperícia*, disponível no menu do REDS⁶⁷. Esse procedimento evitaria sinalizar envolvimento do policial relator na ocorrência, a exemplo do que observaram Lima (2006; 2011), Tristão (2007) e Notaro (2011).

Entende-se que o efeito contraditório causado pelo emprego do adjetivo *provável* justifica entender que tal palavra não deveria constar do texto, mantendo-se, como consequência, apenas o substantivo autor: [*suspeita que o Ø autor tenha entrado...*], preservando-se, ainda, a objetividade esperada em textos oficiais.

No que se refere ao emprego do hiperônimo *materiais*, entende-se que a conexão foi eficiente do ponto de vista gramatical, muito embora expressões de sentido mais restrito, tais como *instrumentos musicais*, pudessem gerar efeito mais preciso em situações em que a leitura não linear conduzisse o olhar do leitor diretamente ao *histórico*.

4.1.2 Exemplar 2

4.1.2.1 Contexto de produção

O Exemplar 2 se refere a um crime de furto praticado na área central de Belo Horizonte. Segundo dados que constam do texto, o furto aconteceu às 23h03min do dia 14 jan. 2012. Os policiais responsáveis pelo atendimento foram comunicados, via central da PMMG, às 23h23min e chegaram ao local da ocorrência às 23h26min do mesmo dia.

O horário final, conforme o texto, ocorreu às 00h55min do dia seguinte: 15 jan.2012, enquanto o registro, nessa mesma data, se deu às 00h04min.

Em relação ao Exemplar 1, observa-se que a sequência temporal entre o *horário final* e o *horário do registro* aconteceram de maneira diferente no Exemplar 2. Enquanto naquele,

⁶⁷ A opção por selecionar a opção *negligência, imprudência ou imperícia* nos crimes culposos ou nos acidentes de trânsito é um exemplo empregado em norma institucional sobre o BO (PMMG, 2003b).

consta que ambas as operações foram realizadas ao mesmo tempo, neste (FIG. 15) o horário final ocorreu 51 minutos após o registro.

ORIGEM DA COMUNICAÇÃO					
COMO FOI SOLICITADO O ATENDIMENTO DA OCORRÊNCIA				DATA DA COMUNICAÇÃO	HORA DA COMUNICAÇÃO
VIA CENTRO DE COMUNICACOES				14/01/2012	23:03
ORGAO SOLICITANTE					
XXXX					
COD. OPERAÇÃO ORIGEM					
XXXX					
DADOS DA OCORRÊNCIA					
PROVÁVEL DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA PRINCIPAL					
FURTO					
COD. PRINCIPAL	TENTADO / CONSUMADO		ALVO DO EVENTO		
C01155	CONSUMADO		OUTROS TIPOS DE PESSOA (DISCRIMINAR NO HISTORI		
DATA DO FATO	HORÁRIO DO FATO	DATA/HORA DO INÍCIO DO ATENDIMENTO NO LOCAL	DATA FINAL	HORÁRIO FINAL	
14/01/2012	23:03	14/01/2012 23:26	15/01/2012	00:55	
COMPL DE LOCAL MEDIATO			COMPL DE LOCAL IMEDIATO		
XXXX			XXXX		
LOCAL (AV., RUA, ETC)					
[REDACTED]					
NUMERO	KM	COMPLEMENTO	BAIRRO / VILA	CEP	
[REDACTED]	XXXX	XXXX	SANTA EFIGENIA	XXXX	
MUNICIPIO	UF	PAIS			
BELO HORIZONTE	MG	BRASIL			
PONTO DE REFERÊNCIA	LATITUDE		LONGITUDE		
XXXX	-19° 55' 44,0"		-43° 55' 17,68"		
TIPO LOCAL	MEIO UTILIZADO				
VIA URBANA	OUTROS - MEIO UTILIZADO				
CAUSA PRESUMIDA					
DIFICULDADE FINANCEIRA / COBICA					

FIGURA 19 – Recorte do Exemplar 2: Dados gerais

Como o recibo no Exemplar 2 foi criado às 00h48min do dia 15 jan. 2012, pode-se perceber que o policial somente sinalizou sua liberação de empenho (horário final, 00h55min) após haver efetivamente destinado o BO ao seu destinatário. O QUADRO 14 permite uma melhor visualização desses movimentos. Nele, cada horário registrado nos Exemplares 1 e 2 está assinalado com a ordem em que se sucedeu.

QUADRO 14
Comparação da sequência de procedimentos – Exemplar 1 e Exemplar 2

HORÁRIOS REGISTRADOS NOS EXEMPLARES						
	Fato	Comunicação	Início	Final	Registro	Recibo
Exemplar 1	1	1	2	3	4	5
	19:11	19:11	19:25	19:40	19:40	19:51
Exemplar 2	1	1	2	4	3	5
	13:03	23:03	23:26	00:55	00:04	00:48

Tomando como tempo dispendido para a produção textual o intervalo entre o horário de registro (momento em que o policial relator acessa o sistema) e o horário da criação do recibo, observa-se que, no caso do Exemplar 2, esse período foi de 44 minutos.

O policial relator sinalizou sua liberação do empenho alguns minutos depois de haver criado o recibo, o que difere dos procedimentos adotados pelo policial relator do Exemplar 1. Fica demonstrado que a sequência dos procedimentos marcados pelos horários assinalados no BO pode variar em alguns aspectos.

Enquanto o nome do emissor está explícito no Exemplar 2, o mesmo não ocorre em relação ao destinatário. Quanto aos fatores do mundo social, o local de produção textual é, também, um local de trabalho. A posição social do emissor corresponde a de policial militar, ocupante do cargo de 1º sargento, que, naquela ocasião, trabalhava na companhia de um soldado, logo, era o comandante da equipe. Os policiais que atenderam à ocorrência pertencem ao 1º Batalhão da PMMG, unidade responsável pelo policiamento na área central da capital mineira. O objetivo da comunicação se assemelha ao do Exemplar 1. A síntese do contexto de produção do Exemplar 2 está apresentada no QUADRO 15.

QUADRO 15
Síntese do contexto de produção do Exemplar 2

MUNDO FÍSICO		MUNDO SOCIAL	
Lugar de Produção	Sistema REDS	Lugar social	Local de trabalho
Momento de produção	Entre 00h04min e 00h48min do dia 15 jan. 2012	Posição social do emissor	Sargento da PMMG 1º BPM
Emissor	Identificado	Posição social do receptor	Delegado da PC (1ª Delegacia)
Receptor	Não há registro	Objetivo	Comunicar a ocorrência de furto Gerar ações policiais com vistas a solucionar o crime

4.1.2.2 Os elementos da narrativa

No Exemplar 2, os campos iniciais – *Dados gerais* e *Qualificação dos envolvidos* – se apresentam como incorporadores das informações que constituem a **orientação** da narrativa, compilando dados sobre pessoas, lugares e horários. Sabe-se que a ação ocorreu no Centro de

Belo Horizonte, provavelmente às 23h03min, que o local é uma via urbana. Os policiais foram empenhados na ocorrência a partir de uma comunicação proveniente da central de operações da PMMG.

No item *Dados gerais*, está assinalado, a exemplo do que ocorreu com o Exemplar 1, que a causa provável do furto foi *dificuldade financeira/cobiça*, o que também indica uma ação de **avaliação** por parte do policial relator. Como no Exemplar 1, o campo *Qualificação dos envolvidos* também projeta certa **avaliação** sobre os fatos, representada pela conformação do ocorrido com a tipificação de furto.

Em relação às pessoas, o Exemplar 2 apresenta dois personagens, ambos qualificados na condição de vítimas, um homem e uma mulher, categorizados genericamente como *envolvido 1* e *envolvido 2*. Na sequência do texto, quando forem apresentados os objetos furtados, será possível estabelecer uma relação entre cada objeto e o personagem de quem ele fora roubado.

Seis objetos são listados na categoria *materiais* do Exemplar 2. Eles são numerados sequencialmente, independentemente da sua relação com cada envolvido. Essa relação é demonstrada no campo *envolv. nr.* Assim, demonstra a FIG. 20 que o sexto objeto relacionado pertence à vítima que foi categorizada como *envolvido 2*.

MATERIAL 6			
ENVOLV. NR 2	SITUAÇÃO FURTADO / ROUBADO (NAO RECUPER	QUANTIDADE XXXX	UNIDADE P/V XXXX
OBJETO OCULOS			
SÉRIE / IDENTIFICAÇÃO XXXX	MARCA XXXX	MODELO XXXX	COR XXXX
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES UM OCULOS DE SOL.			

FIGURA 20 – Recorte do Exemplar 2: Material 6

Na medida em que o campo *Materiais* estabelece relação entre objetos e personagens e, ao mesmo tempo, antecipa os fatos indicando a natureza da ocorrência, agrega característica da **orientação** da narrativa.

Além dos objetos classificados como materiais que, no Exemplar 2, são chaves de residência e de veículo, telefone celular, bolsa, DVD e óculos, o texto contempla outra série de objetos, desta vez os que se incluem na categoria *cheque/cartão*, também dispostos em sequência numérica e relacionados a cada envolvido (FIG. 21).

O item denominado *cheque/cartão* está presente no Exemplar 2 porque há informações próprias dele. Esse item se diferencia do item *materiais* em virtude da tipicidade dos campos descritivos que disponibiliza para preenchimento. As características dos cheques ou cartões extraviados podem ser descritas com informações sobre o banco, os números da conta, do cartão, da agência, dentre outras. Apesar disso, a descrição da maior parte dos campos que contém os objetos categorizados como *cheque/cartão* está anulada no Exemplar 2. Tome-se como exemplo dessa anulação o campo *Cheque/cartão 3* (FIG. 21), que se destina a registrar que um cartão de crédito ou débito, de propriedade da vítima categorizada como *envolvido 1*, foi furtado. Além do nome da vítima e a indicação de que o cartão fora roubado, nenhuma outra informação particulariza o objeto.

CHEQUE/CARTÃO 3			
ENVOLV. NR 1	TIPO CARTAO DE CREDITO / DEBITO		
SITUAÇÃO FURTADO / ROUBADO (NAO RECUPER		BANCO XXXX	
NÚMERO DA AGÊNCIA XXXX	TITULAR [REDACTED]		
NÚMERO DA CONTA XXXX	EMITENTE XXXX		
NÚMERO DO CARTÃO XXXX	NÚMERO DO CHEQUE INICIAL XXXX	NÚMERO DO CHEQUE FINAL XXXX	VALOR DA EMISSÃO XXXX
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES XXXX			

FIGURA 21 – Recorte do Exemplar 2: Cheque/cartão 3

Na FIG 21, observa-se que pertencem à vítima categorizada como *envolvido 1* 03 objetos especificados como *cheque/cartão*. Para todos eles as informações são as mesmas, ou seja, não há detalhamento descritivo dos itens FIG. 21.

Sabe-se que a descrição de objetos furtados e não localizados durante a ocorrência depende das informações fornecidas pelos proprietários, e é plausível que a vítima tivesse se esquecido de números ou bandeiras, até mesmo devido a um estado de tensão próprio do local de ocorrência. Por outro lado, a ausência dos dados descritivos, sem detalhamentos que justifiquem essa omissão, frustra a expectativa do leitor, já que impede que ele tenha amplo conhecimento do caso.

Dentre os objetos furtados, estão também documentos. Da mesma forma como ocorreu para os cheques e cartões, existem campos que recepcionam características próprias desses objetos, tais como tipo, número, órgão emissor etc. A FIG. 22 ilustra o lançamento do *Documento 4*, Certificado de Registro de Veículo. Observa-se que, muito embora o número do documento não tenha sido registrado, constam o modelo, a cor e a placa do veículo – rasurados –, que

contribuem para um eventual estabelecimento de relação entre o documento furtado e o veículo ao qual se refere.

DOCUMENTO 4			
ENVOLV. NR 2	NOME ESCRITO NO DOCUMENTO		
TIPO CRLV/CLA			
SITUAÇÃO FURTADO / ROUBADO (NAO RECUPER			
NÚMERO XXXX	ÓRGÃO EMISSOR XXXX	UF XX	
INFORMATIVO COMPLEMENTAR CRLV DO VEICULO COR CINZA, PLACA			

FIGURA 22 – Recorte do Exemplar 2: Documento 4

A indicação de que a narrativa vai tratar de um crime de furto está no campo *Dados da Ocorrência* (FIG. 19) e, também, próximo aos nomes dos personagens, na *Qualificação dos envolvidos*, o que sinaliza para a **complicação** da narrativa, na medida em que anuncia os acontecimentos.

No Exemplar 2, verifica-se que o *histórico* também contempla informação que contribui para a **orientação**: as vítimas estavam no “Café ...”. Incluiu-se, então, uma informação que restringe o espaço físico, o que não poderia ter sido feito pelo preenchimento de campos parametrizados.

O *histórico*, que contém o maior grau de **complicação**, é, apesar disso, bastante conciso (FIG. 23). É nele que, com poucas palavras, e apoiando-se nas informações que já constam dos campos parametrizados, o policial relator faz uma amarração dos acontecimentos. Ao contrário do que se verificou no Exemplar 1, não há sinais diretos de avaliação no *histórico* do Exemplar 2.

HISTÓRICO DA OCORRÊNCIA
CONFORME AS VITIMAS ESTAVAM NO BAR "CAFE " E INDIVIDUOS NAO IDENTIFICADOS FURTARAM A BOLSA DA VITIMA,ERICA, CONTENDO O MATERIAL RELACIONADO DE AMBAS AS VITIMAS.

FIGURA 23 – Recorte do Exemplar 2: Histórico

A **solução** e a **coda** figuram como no Exemplar 1. A solução, com pouca intensidade, no Recibo, e a coda, com maior intensidade, no registro das viaturas e policiais e na solução.

A síntese dos elementos estruturais da narrativa está apresentada no QUADRO 16.

QUADRO 16
Esquemática da estrutura da narrativa – Exemplar 2

ELEMENTOS ESTRUTURAIS DA NARRATIVA	CAMPOS DO BO					
	Dados Gerais	Qualificação dos envolvidos	Materiais	Histórico	Viaturas e Policiais	Recibo
Orientação						
Complicação						
Avaliação						
Solução						
Coda						

Alta presença do elemento
 Alguma presença do elemento
 Pouca ou nenhuma presença do elemento

Uma primeira conclusão possível parte da comparação entre os esquemas referentes ao Exemplar 1 (QUADRO 12) e ao Exemplar 2 (QUADRO 16). O campo em que há situação nova é o *histórico*. No *histórico* do Exemplar 2 não há elementos avaliativos, enquanto, no Exemplar 1, observou-se o que se entendeu como uma apreciação, atribuída à vítima, sobre o acontecimento.

4.1.2.3 O folhado textual

O Exemplar 2 é um texto composto por sete páginas, a maior parte destinada a relacionar os objetos roubados das vítimas. A estrutura geral é típica do gênero, com grandes grupos de informações categorizadas em tabelas.

O tema do exemplar é o furto de objetos das vítimas, que estavam em um estabelecimento comercial, cuja natureza de atividade somente pôde ser especificada no *histórico*, em razão da ausência de opção singular nos campos parametrizados.

Logo no início do *histórico*, o emprego da conjunção *conforme* anuncia, com mais ênfase, que outras vozes, que não a do policial relator, serão ouvidas. São as vozes dos personagens qualificados como *vítimas*, que se responsabilizam por contar como se dera o furto, assim como também o fizeram por ocasião da descrição dos objetos furtados.

É, também, função da conjunção *conforme*, estabelecer conexão entre os campos parametrizados e o *histórico*.

Ao pluralizar o substantivo *vítima*, o enunciador harmoniza o que uma e outra vítima disseram, estabelecendo um *status* de concordância entre elas. A coesão que se estabelece com a repetição do termo vítima(s) contribui para preservar estreita ligação entre os personagens apresentados no BO e os papéis que lhes foram atribuídos nos campos parametrizados. Dessa forma, a repetição parece pretender atender à necessidade de apresentar caráter mais técnico, objetivo.

Repetir palavras no texto pode, de fato, atender conformidades próprias de certos gêneros textuais cujo rigor não admita substituição de itens lexicais sob o risco de comprometer o efeito esperado. Dessa forma considerou Antunes (2005), para quem “merece cuidado, portanto, a recomendação abusivamente exagerada de não repetir palavras, como merece atenção ainda a observação muito simplista de que a repetição de palavras é indício de pobreza vocabular” (ANTUNES, 2005, p. 82). A autora defende que textos que lidam com vocabulário técnico ou que exija precisão, podem requerer o recurso da repetição. Para ela,

o número de ocorrências de palavras repetidas varia de acordo com uma série de fatores, tais como o gênero, as intenções pretendidas, o tema tratado e outros aspectos ligados à situação, de modo que a generalização pura e simples de não repetir palavras não tem sentido de nos orientar na escrita de textos adequados. (ANTUNES, 2005, p. 78).

Dessa forma, Antunes (2005) joga luz sobre a necessidade de que as características dos gêneros textuais sejam vistas sob a ótica de suas próprias peculiaridades, já que generalizações de quaisquer ordens, gramaticais, textuais ou formais, não contribuem para o aperfeiçoamento do uso da linguagem nas diversas situações de uso.

A permanência das vítimas no estabelecimento, assinalada pelo verbo no pretérito imperfeito [*estavam*], e a ação dos autores, apresentada no pretérito perfeito [*furtaram*] denota incerteza quanto ao momento exato em que a bolsa foi furtada, ao mesmo tempo em que vincula o tempo da ação dos autores à permanência das vítimas no estabelecimento.

A síntese do folhado textual do Exemplar 2 está demonstrada no QUADRO 17.

QUADRO 17
Síntese do folhado textual – Exemplar 2

CAMADAS	ELEMENTOS DAS CAMADAS	MARCAS OBSERVADAS
Infraestrutura geral	Plano geral	tema: furto de objetos
	Tipos de discurso	- discurso interativo - relato interativo
	Sequências	- narrativa - descritiva
Mecanismos de textualização	Mecanismos de conexão	- <i>conforme, e</i>
	Coesão nominal	- <i>vítima</i> (repetição) - <i>material relacionado</i>
Mecanismos enunciativos	Posicionamentos enunciativos e vozes	- <i>conforme</i> - voz do policial relator (autor empírico) - vozes das vítimas
	Modalização	Ø

4.1.2.4 Confrontação com as prescrições institucionais

A maior parte dos objetos furtados, especialmente os que se incluem na categoria *cheque/cartão* não foi descrita com os detalhes requeridos pelos campos parametrizados respectivos, e os motivos da ausência de informações não foram esclarecidos no *histórico*. Dessa forma, verificou-se o esvaziamento da descrição, comprometendo o estabelecimento de relação entre o objeto efetivamente furtado e qualquer outro que também contenha o nome da vítima.

O *histórico*, em princípio, carece de mais detalhamentos para que se perceba a dinâmica e as circunstâncias em que o furto aconteceu. Da leitura dessa parte do BO sobrevêm indagações sobre quais condições permitiram que os indivíduos não identificados furtassem a bolsa sem que a proprietária percebesse.

4.1.3 Exemplar 3

4.1.3.1 Contexto de produção

O Exemplar 3 trata de um fato ocorrido no bairro Carlos Prates, que se situa na região noroeste de Belo Horizonte, no dia 28 fev. 2012. Para perceber como se deu a sequência de acontecimentos registrados no BO, é preciso, antes, analisar os *Dados Gerais* (FIG. 24), visto que, nesse caso, alguns elementos diferem dos Exemplares 1 e 2.

A FIG. 24 demonstra que a ocorrência recebeu três naturezas: *furto*, *desobediência* e *averiguação de pessoa/veículo em atitude suspeita*. A primeira delas, furto, foi considerada a ocorrência principal, e as demais foram denominadas *ocorrência secundária 1* e *ocorrência secundária 2*, respectivamente.

		CORPO DE BOMBEIROS MILITAR - POLÍCIA CIVIL - POLÍCIA MILITAR		REDS 2012	
BOLETIM DE Ocorrência			BO NÚMERO	CIAD/P-2012-	FI. 1/9
UNIDADE RESPONSÁVEL PELO REGISTRO 9 COMPANHIA PM ESP/34 BPM			MUNICÍPIO BELO HORIZONTE		
UNIDADE DE ÁREA RESPONSÁVEL UNIDADE MILITAR: 9 COMPANHIA PM ESP/34 BPM UNIDADE POLICIAL: 2ª DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL/NOROESTE					
DESTINATÁRIO DEL ESP PLANTAO IN APURACAO ATO INFRACIONAL/DOPCAD				DATA DO REGISTRO 28/02/2012 04:11	
ORIGEM DA COMUNICAÇÃO					
COMO FOI SOLICITADO O ATENDIMENTO DA OCORRÊNCIA VIA CENTRO DE COMUNICACOES				DATA DA COMUNICAÇÃO 28/02/2012	HORA DA COMUNICAÇÃO 03:25
ORGAO SOLICITANTE XXXX					
COD. OPERAÇÃO ORIGEM XXXX					
DADOS DA OCORRÊNCIA					
PROVÁVEL DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA PRINCIPAL FURTO					
COD. PRINCIPAL C01155	TENTADO / CONSUMADO CONSUMADO	ALVO DO EVENTO OUTROS - ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS / SERVIC			
NATUREZA SECUNDÁRIA 1 G01330	DESOBEDIENCIA				TENTADO / CONSUMADO CONSUMADO
NATUREZA SECUNDÁRIA 2 A05000	AVERIGUA PESSOA / VEICULO EM ATITUDE SUSPEITA				TENTADO / CONSUMADO CONSUMADO
DATA DO FATO 28/02/2012	HORARIO DO FATO 03:23	DATA INICIO DO ATENDIMENTO NO LOCAL 28/02/2012	03:30	DATA FINAL 28/02/2012	HORARIO FINAL 05:51
COMPL DE LOCAL MEDIATO XXXX			COMPL DE LOCAL MEDIATO XXXX		
LOCAL (AV., RUA, ETC) RUA					
NÚMERO XXXX	KM XXXX	COMPLEMENTO XXXX	BAIRRO / VILA CARLOS PRATES		CEP XXXX
MUNICÍPIO BELO HORIZONTE			UF MG	PAIS BRASIL	
PONTO DE REFERÊNCIA XXXX				LATITUDE -19° 54' 47,7"	LONGITUDE -43° 57' 46,60"
TIPO LOCAL VIA URBANA			MEIO UTILIZADO QUALIFICADORA DO ART. 155 CP.		
CAUSA PRESUMIDA DIFICULDADE FINANCEIRA / COBICA					

FIGURA 24 – Recorte do Exemplar 03: Dados Gerais

As normas que regulam a produção do BO (PMMG, 2011) preveem a possibilidade de que uma mesma ocorrência envolva fatos que se enquadrem em tipos diferentes de condutas

antijurídicas. Assim, o policial relator fica encarregado de inserir, nos campos parametrizados referentes aos *Dados da ocorrência*, tantas codificações quantos forem os fatos existentes. Isso ocorre graças à possibilidade, oferecida pelo sistema, de acrescentar até quatro naturezas secundárias, de acordo com os acontecimentos a serem narrados (FIG. 25).

Natureza

Ocorrência Principal: +

C01155 **FURTO (C01155)** **DIAO** ✓ **X** ☐ T ☒ C

FURTO: Furto é a subtração de coisa alheia móvel para si ou para outrem sem a prática de violência ou de grave ameaça ou de qualquer espécie de constrangimento físico ou moral à pessoa. ✕

Houve participação de mais de uma pessoa? + ☐ Não ☒ Sim ☐ Não sabe

Alvo do Evento: +

2017 **OUTROS BENS / VALORES EM OUTRO LOCAL (ESPECIFICAR (2017))** ✓ **X**

Evento de violência doméstica e/ou familiar contra mulher? + ☐ Não ☐ Sim

Descrição do Lugar: +

0799 **OUTROS - ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS / SERVIC (0799)** ✓ **X**

Naturezas Secundárias:

G01330 **DESOBEDIENCIA (G01330)** **DIAO** ✓ **X** ☐ T ☐ C

A05000 **AVERIGUA PESSOA / VEICULO EM ATITUDE SUSPEITA (A050)** **DIAO** ✓ **X** ☐ T ☒ C

DIAO **X** ☐ T ☐ C

☐ ACOES DE DEFESA SOCIAL (A00000)
☐ INFRACOES CONTRA A PESSOA (B00000)
☐ INFRACOES CONTRA O PATRIMONIO E A PROPRIEDADE IMATERIAL (C00000)

FIGURA 25 – Recorte tela do REDS: Inserção de naturezas secundárias

Existindo mais de uma natureza a ser relatada, é definida como principal aquela que se refere ao fato considerado mais grave que, no caso do Exemplo 3, tratou-se do furto. Desse procedimento decorre também a orientação (PMMG, 2011) para que as ações praticadas pelos envolvidos e que determinaram a inserção das naturezas sejam inseridas no *histórico*. A observação sobre como o policial relator tratou desses procedimentos será feita por ocasião da análise dos elementos da narrativa.

Os campos parametrizados que indicam os horários registram que os fatos que determinaram o acionamento da PM tiveram início às 03h23min e que os policiais tomaram conhecimento às 03h25min, chegando ao endereço da ocorrência às 03h30min. É logo abaixo dos campos destinados à especificação da *ocorrência secundária 2* que estão registradas as informações que indicam os marcos temporais do evento (FIG. 24).

O início da produção textual se deu às 04h11min, e o recibo foi criado às 05h50min, portanto, essa produção se deu em um intervalo de 01h39min. Às 05h51min, o policial militar deu por encerrado o seu empenho na ocorrência.

Para avaliar o local físico de produção, não é possível vinculá-lo à unidade da Polícia Civil responsável pelo local onde aconteceu o fato. Isso acontece porque, embora a 2ª Delegacia de Polícia Civil, localizada na região noroeste belo-horizontina, fosse a responsável pelo território, o órgão policial destinatário do BO é a Delegacia Especializada em Apuração de Ato Infracional da Divisão Especializada de Orientação e Proteção à Criança e ao Adolescente (DOPCAD). Não há, no BO, nenhuma referência quanto à localização física da DOPCAD.

A identificação da DOPCAD também contribuiu para que se avalie a posição social do receptor. O fato de se consistir em uma divisão especializada em orientação e proteção à criança e ao adolescente indica que algum elemento do fato determinou a seleção desse lugar e, por consequência, do seu destinatário. Isso aconteceu porque os três envolvidos na condição de autores são adolescentes. Dessa forma, pode-se deduzir que o destinatário seja possuidor de conhecimentos mais específicos em relação aos fatos apresentados em BO que apresentem crianças e adolescentes como envolvidos, a exemplo do que ocorre com o Exemplar 3 ou, ainda, sobre os procedimentos legais a serem adotados como resposta a esses textos. Algumas seleções adotadas pelo policial relator decorrem do fato de a ocorrência relacionar adolescentes na condição de autores – tais como a indicação de que a ação desses personagens corresponde a *ato infracional* (FIG. 27), termo legal para indicar que a conduta descrita como crime ou contravenção penal foi praticada por criança ou por adolescente⁶⁸.

Não há registro do nome civil do destinatário, muito embora o recibo apresente a identificação do policial civil que recebeu a ocorrência. No entanto, esse policial não exerce a função de destinatário, vez que não preenche o requisito papel social próprio do destinatário do BO, o delegado de polícia.

O objetivo da comunicação, portanto, não se restringe somente à comunicação de um furto, mas de um furto praticado por adolescentes, visto que essa peculiaridade determinou a seleção do destinatário.

⁶⁸ Também no *histórico* se observa o emprego de termo que remete à condição dos autores adolescentes, vez que o policial relator se utiliza do termo *menores* para remeter a esses personagens, conforme será observado na coesão nominal por ocasião da análise do folhado textual.

O nome civil do *emissor* consta dos campos destinados à identificação da equipe, do relator e do responsável pela criação do recibo. Nesses mesmos campos se percebe que ele tem a função social de policial militar e exerce o cargo de cabo no 34º BPM da PMMG, que se situa na região noroeste da capital mineira.

Os dados observados sobre o contexto de produção do Exemplar 3 estão sintetizados no QUADRO 18.

QUADRO 18
Síntese do contexto de produção do Exemplar 3

MUNDO FÍSICO		MUNDO SOCIAL	
Lugar de Produção	Sistema REDS	Lugar social	Local de trabalho
Momento de produção	Entre 04h11min e 05h50min do dia 28 fev. 2012	Posição social do emissor	Cabo da PMMG 34º BPM
Emissor	Identificado	Posição social do receptor	Delegado da PC (DOPCAD)
Receptor	Não há registro	Objetivo	Comunicar uma ocorrência de furto praticado por adolescentes. Gerar ações policiais com vistas a solucionar o crime

4.1.3.2 Os elementos da narrativa

A FIG. 24, que reproduz os *Dados gerais*, apresenta elementos próprios da **orientação**, com indicação da data, do local e do horário em que os fatos aconteceram. Outra informação própria da **orientação**, a apresentação dos *envolvidos* na ocorrência, possui aspectos ainda não observados nos textos anteriores. No Exemplar 3, estão listados quatro personagens, três deles na condição de autores e um na condição de vítima.

No Boletim de Ocorrência, denomina-se *autor* o personagem a quem é atribuída, supostamente, a prática do fato narrado. Como acontece na seleção da maior parte das

informações dispostas nos campos parametrizados, ao relator apresenta-se um *menu* de opções com os termos possíveis a serem empregados. Da mesma forma como ocorre para os demais itens, busca-se a padronização terminológica que assegura a utilização dos dados nas pesquisas da análise criminal. As opções convencionadas para designar os personagens do BO, tal qual se apresentam ao relator no ambiente virtual, estão ilustradas na FIG. 26, relacionados no APÊNDICE B.

FIGURA 26 – Recorte tela do REDS: seleção do tipo de envolvimento

A seleção do termo que designa o personagem a quem se atribuiu a ação decorre, tal como acontece com a seleção da denominação *vítima*, discutida na seção 4.1.1.2⁶⁹, de restrições que dependem: das informações que o policial relator obteve sobre o evento e do enquadramento em uma das opções disponíveis no *menu* apresentado na FIG. 26.

Essas constatações se contrapõem ao entendimento de que o emprego do termo *autor* indique, necessariamente, um direcionamento do policial relator quanto à certeza de que o envolvido praticara ou não o delito, ou, ainda, como marca do seu envolvimento emocional em relação ao fato. Nesse sentido, o emprego do termo *autor* marca, antes, uma adequação lexical ao gênero e, dessa forma, seu destinatário percebe nele uma carga semântica coerente com todas as informações que, sabe ele, constituem o contexto de produção do BO. *Autor*, *vítima* e os

⁶⁹ Capítulo 4 (Apresentação e Discussão dos Boletins de Ocorrência) - Elementos da narrativa no Exemplar 1. p. 106-116.

demais termos empregados na qualificação dos envolvidos são lidos à luz do que Bakhtin denominou “expressão típica” (BAKHTIN, 2003, p. 292), portanto, dotados de uma carga semântica que se recupera a partir do conhecimento do gênero textual com o qual se interage.

O prosseguimento da leitura do Exemplar 3 permite que se avaliem quais circunstâncias determinaram que os *envolvidos 1, 2 e 3* fossem qualificados como autores. Para discutir alguns dos campos parametrizados que contêm descrições dos envolvidos, apresenta-se a FIG. 27.

QUALIFICAÇÃO DOS ENVOLVIDOS									
ENVOLVIDO 1									
TIPO DE PESSOA	COD. NATUREZA	TENTADO / CONSUMADO	SEXO	TIPO ENVOLVIMENTO					
FÍSICA	C01155	CONSUMADO	MASCULINO	AUTOR					
DESCRIÇÃO NATUREZA									
FURTO									
NOME COMPLETO									
[REDACTED]									
APELLIDOS									
XXXX									
NACIONALIDADE			DATA NASCIMENTO		NATURALIDADE / UF				
BRASILEIRA			[REDACTED]		MG / BELO HORIZONTE				
IDADE APARENTE		GRAU DA LESÃO			ESTADO CIVIL				
17		SEM LESÕES APARENTES			SOLTEIRO				
OUTROS			OCUPAÇÃO ATUAL						
[REDACTED]			ESTUDANTE						
RELAÇÃO VÍTIMA / AUTOR									
XXXX									
MÃE									
[REDACTED]									
PAI									
[REDACTED]									
TIPO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO									
CARTEIRA DE IDENTIDADE CIVIL									
NÚMERO DOCUMENTO IDENTIDADE			ÓRGÃO EXPEDIDOR				UF	CPF / CNPJ	
[REDACTED]			SECRETARIA ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA				MG	XXXX	
ESCOLARIDADE									
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO (8 ANOS ESTUDO)									
ENDEREÇO (AV., RUA, ETC):				NÚMERO	KM	COMPLEMENTO			
[REDACTED]				XXXX	121	XXXX			
Cidade			MUNICÍPIO					UF	
[REDACTED]			BELO HORIZONTE					MG	
PAÍS			CEP		TELEFONE RESIDENCIAL		TELEFONE COMERCIAL		
XXXX			XXXX		XXXX		XXXX		
PESO ESTIMADO	ALTURA ESTIMADA		CALVICIE ?		CABELO		COR CABELO		
XXXX	XXXX		XXXX		XXXX		XXXX		
COR OLHOS			ESTRABISMO ?		DEFICIÊNCIA FÍSICA				
XXXX			XXXX		XXXX				
AMPUTAÇÃO									
XXXX									
ATITUDES/SINAIS DE EMBRIAGUEZ									
NÃO / XXXX									
SINAIS DE SUBSTÂNCIAS TÓXICAS ?			SOFRIMENTO MENTAL						
NÃO			XXXX						
DEFICIÊNCIA AUDIOVISUAL									
XXXX									
DIDATIZ									
XXXX									
DEFORMIDADE									
XXXX									
LOCAL / TIPO TATUAGEM									
XXXX									
LOCAL / TIPO ACESSÓRIO									
XXXX									
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES									
XXXX									
PRESO / APREENSÃO							FOUVE USO DE ALGEMAS / MOBILIZAÇÃO DE ENVOLVIDOS ?		
FLAGRANTE DE ATO INFRACIONAL							SIM		
JUSTIFICATIVAS PARA USO DE ALGEMAS / MOBILIZAÇÃO DE ENVOLVIDOS									
O PRESO/CONDUZIDO TENTOU EVADIR									
COMPLEMENTO DA JUSTIFICATIVA									
NATURA SEM COMPARTIMENTO FECHADO ("XADEBE").									

FIGURA 27 – Recorte do Exemplar 3: Envolvido 1

Uma das particularidades do *envolvido 1* que interfere em alguns dos campos descritivos é sua idade. O *envolvido 1* tem 17 anos de idade, portanto, é um adolescente. É por esse motivo que, no campo que requer informação sobre a prisão/apreensão, posicionado na parte inferior do texto, está registrado que houve flagrante de ato infracional.

O emprego da expressão *flagrante de ato infracional* decorre diretamente do fato de ser o autor um adolescente. Trata-se de uma prescrição normativa que resulta de ajuste à legislação em vigor que trata do Estatuto da Criança e do Adolescente⁷⁰.

Também nos campos parametrizados, está assinalado que o *envolvido 1* foi algemado. Mais abaixo, na penúltima linha, está indicado que *o preso conduzido/tentou fugir*. Essa indicação decorre do fato de que, no Brasil, o uso de algemas não pode ser aleatório; há casos que justificam essa medida, e uma delas é o fato de o envolvido haver tentado fugir. A indicação assinalada no campo em questão procede, também, da seleção de uma opção do *menu* que contém as circunstâncias em que se admite o uso de algemas. Mais abaixo, o emissor do Exemplar 3 registrou: *viatura sem compartimento fechado (“xadrez”)*, sinalizando que as condições da viatura poderiam facilitar o sucesso em uma nova tentativa de fuga.

Dessa forma, além de conter muitos elementos referentes à **orientação** da narrativa, o campo *Qualificação dos envolvidos* do Exemplar 3 (FIG. 27) se diferencia dos demais por adiantar, com mais consistência, informações próprias da **complicação**. Tendo alcançado essa parte do texto, o leitor já conhece o local, o horário, já sabe que o *envolvido 1* é adolescente, que tentou fugir durante a ocorrência e que foi algemado.

O Exemplar 3 lista três materiais. Todos eles são garrafas de bebidas, refrigerantes, que foram apreendidas. Esses objetos estão relacionados ao *envolvido 1* (FIG. 27). Nesse sentido, o campo destinado à qualificação dos envolvidos, como nos exemplares anteriores, está direcionado à **complicação** da narrativa.

Muito embora os campos parametrizados do Exemplar 3 antecipem informações sobre a complicação, o *histórico* (FIG. 28) traz uma sequência de acontecimentos que não poderiam ser entendidos somente pela visualização das tabelas. O *histórico* narra uma sequência de eventos que têm relação com as naturezas indicadas no início do BO: os policiais foram comunicados, via rede-rádio, para averiguar a denúncia de que duas pessoas estariam no

⁷⁰ O Estatuto da Criança e do Adolescente está disposto na Lei 8069, de 13 jul. 1990, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm Acessada em 10 jun. 2013.

telhado de uma distribuidora de bebidas; tomaram conhecimento da prática do furto; deram ordem para que as pessoas parassem, mas elas não obedeceram. Foi essa a sucessão de fatos que gerou a codificação das naturezas: furto; averiguação de pessoa suspeita; desobediência. Concentra, portanto, o *histórico*, uma intensidade de **complicação** da narrativa.

HISTÓRICO DA OCORRÊNCIA
EMPENHADOS PELO CICOP EM UMA AVERIGUACAO DE PESSOA SUSPEITA, CUJO HISTORICO TRANSMITIDO PELO CICOP INFORMAVA QUE DOIS INDIVDUOS DE COR NEGRA E UM DE COR PARDA, SENDO DOIS DE BERMUDA E UM DE CALCA JEANS, ESTARIAM ANDANDO PELO TELHADO DE UMA DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS NO ENDEREÇO DESTE EVENTO, DESLOCAMOS PARA O LOCAL DO FATO, JUNTAMENTE COM A GUARNICAO DA VP [REDACTED], COMANDADO PELO SR TEN [REDACTED] E A GUARNICAO DA VP [REDACTED], COMANDADA PELO SR SGT [REDACTED]. PRIMEIRAMENTE, OS POLICIAIS MILITARES, SR TEN [REDACTED] E SD [REDACTED], AO DESEMBARCAREM PARA AVERIGUAREM O LOCAL, VISUALIZARAM TRES INDIVDUOS EVADINDO POR UM BURACO DE TIJOLOS VAZADOS DA DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS "REFRIGERANTES [REDACTED]". IMEDIATAMENTE, DERAM ORDEM PARA QUE PARASSEM. ENTRETANTO, ESSES INDIVDUOS EMPREENDERAM FUGA A PE EM DIRECAO A UM MATEGAL PROXIMO DALI, SITUADO NA RUA [REDACTED]. DIANTE DA SITUACAO, DESLOCAMOS EM RASTREAMENTO COM OS INTEGRANTES DA GUARNICAO DA VP [REDACTED] PELA RUA [REDACTED], ADENTRAMOS PELO MATEGAL A PE, ONDE LOGRAMOS EXITO NA APREENSAO DOS AUTORES QUE ESTAVAM ESCONDIDOS PROXIMO A UMA RESIDENCIA. DURANTE A FUGA, O MENOR [REDACTED], AO DESCER DEGRAUS DE UMA ESCADA, CAIU, VINDO A SOFRER UMA ESCORCACAO NO OMBRO DIREITO E NA PERNA DIREITA. ELE FOI SOCORRIDO PELA VP [REDACTED] AO HOSPITAL ALBERTO CAVALCANTE, DANDO ENTRADA COM A FICHA DE ATENDIMENTO DE Nº [REDACTED], SENDO LIBERADO E CONDUZIDO ATE ESTA DELEGACIA DE PLANTAO, JUNTAMENTE COM OS OUTROS DOIS MENORES QUE NAO SE MACHUCARAM. ELES ASSUMIRAM QUE QUEBRARAM A PAREDE DE TIJOLOS VAZADOS COM PEDRAS E ADENTRARAM NA DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS PARA FURTAR BEBIDAS, AS QUAIS SERIAM VENDIDAS POSTERIORMENTE, TENDO UM DELES AFIRMADO QUE ESTA COM UMA DIVIDA A PAGAR. ADMITIRAM QUE ABRIRAM DOIS FRASCOS DAS BEBIDAS E CONSUMIRAM PARTE DE CADA UMA DELAS. SEGUNDO O SR TEN [REDACTED], AS BEBIDAS FORAM LOCALIZADAS EM VIA PUBLICA, ATRAS DE UM VEICULO. O PROPRIETARIO DO ESTABELECIMENTO FOI LOCALIZADO, COMPARECEU AO LOCAL DO FATO, VERIFICOU QUE HAVIAM OUTROS FARDOS DE BEBIDAS FORA DO LOCAL DE ARMAZENAMENTO, DEU POR FALTA AS BEBIDAS QUE FORAM LOCALIZADAS EM VIA PUBLICA E ACOMPANHOU ESTE BOLETIM DE OCORRENCIA ATE O SEU ENCERRAMENTO. DIANTE DO EXPOSTO, APRESENTAMOS OS MENORES QUALIFICADOS NESTE REDS NESTA DELEGACIA DE PLANTAO, BEM COMO O MATERIAL APRENDIDO PARA AS PROVIDENCIAS DE POLICIA JUDICIARIA.

FIGURA 28 – Recorte do Exemplar 3: *Histórico*

Ao final do *histórico*, o policial relator adota uma estratégia típica da **coda**, já que retorna a perspectiva verbal para o presente da produção textual, na passagem em que registra:

- (1) Diante do exposto, apresentamos os menores qualificados neste REDS nesta delegacia de plantão, bem como o material apreendido para as providências de polícia judiciária.

A informação registrada na passagem (1), além de caracterizar uma movimentação do elemento **coda** no Exemplar 3, também representa um possível desrespeito às expectativas institucionais em relação à produção do histórico. Todo o período (1) contém informações que poderiam ser recuperadas a partir da leitura dos campos parametrizados. A discussão sobre a conveniência da passagem (1) no *histórico* será retomada ao final desta seção, na confrontação com as prescrições institucionais.

Os fatos narrados no Exemplar 3 envolvem não somente a vítima e os três autores, mas, também, os policiais, visto que estes também são incluídos na trama. Nos campos destinados às *viaturas e policiais*, estão listados doze policiais militares e seis viaturas. Dentre os policiais, inclui-se o relator da ocorrência. Como os policiais são, também, personagens da ocorrência, é adequado dizer que, no Exemplar 3, os campos *viaturas e policiais* também exercem função própria da **orientação** da narrativa. Muito embora esses campos estejam

dispostos após o *histórico*, o que poderia sugerir perda relativa do grau de informatividade do texto, são eles que oferecem ao leitor os nomes completos, as identificações funcionais e as unidades da PMMG às quais se vinculam cada um dos policiais. Assim, familiarizado com o gênero, o destinatário poderia proceder a uma leitura não linear, capturando as informações que se completassem e que lhe fossem necessárias em uma real situação de uso.

No *histórico* do Exemplar 3 também se encontram informações próprias da **orientação** que não poderiam ter sido explicitadas nos campos parametrizados: o esclarecimento de que o estabelecimento em que ocorreu o furto é uma distribuidora de bebidas e o nome da casa comercial – rasurado na FIG. 28.

O campo *responsável pela /apreensão/prisão/condução* (FIG. 29) indica os dados do policial que se responsabiliza pela prisão das pessoas que são apresentadas ao destinatário. No mesmo campo, o policial relator responde afirmativamente à pergunta “os presos apreendidos foram informados dos seus direitos?”. Dessa forma, formaliza o cumprimento ao dispositivo constitucional que assegura que se informe a qualquer pessoa presa o direito de permanecer calado e receber a assistência da família e de um advogado⁷¹.

RESPONSÁVEL PELA APREENSÃO/PRISÃO/CONDUÇÃO	
UNIDADE 1 PEL PM ESP/9 CIA PM ESP/34 BPM	
MATRÍCULA [REDACTED]	NOME COMPLETO [REDACTED]
CARGO SOLDADO DE 1 CLASSE	OS PRESOS APREENDIDOS FORAM INFORMADOS DOS SEUS DIREITOS? SIM
CORPORÇÃO POLÍCIA MILITAR	
ASSINATURA:	

FIGURA 29 – Recorte do Exemplar 3: Responsável pela prisão/apreensão/condução

O policial relator do Exemplar 3 também assinalou, como causa presumida do furto, a opção *dificuldade/financeira cobiça* (FIG. 24). De forma diversa da que ocorre nos exemplares anteriores, essa **avaliação** aparentemente encontra respaldo na informação atribuída a um dos autores do furto que, conforme consta do *histórico*, teria afirmado possuir “uma dívida a pagar”, sugerindo uma motivação para a prática do furto – que se justificaria em razão da necessidade de honrar um compromisso financeiro.

Os elementos solução e coda se comportam como nos exemplares anteriores: a **solução** está implícita no recibo, e a **coda**, mais assinalada na relação de *viaturas e policiais* e no *recibo*,

⁷¹ Conforme inciso LXIII do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil. (BRASIL, 1988).

além do *histórico*, como já apresentado. Os campos *materiais* e *qualificação dos envolvidos* se comportam como nos anteriores em sua capacidade de recepcionar alguma avaliação – *qualificação dos envolvidos* – e orientação e complicação – *materiais*.

No *histórico*, o policial relator indica providências que os policiais adotam em relação aos acontecimentos – apreenderam menores, levaram para a delegacia. Essas atitudes representam ações dos policiais no sentido de apresentar respostas diante dos acontecimentos e, nesse sentido, também representam o elemento **solução**.

QUADRO 19
Esquematização da estrutura da narrativa – Exemplar 3

ELEMENTOS ESTRUTURAIS DA NARRATIVA	CAMPOS DO BO					
	Dados Gerais FIG. 24	Qualificação dos envolvidos FIG. 27	Materiais	Histórico (FIG.28)	Viaturas e Policiais	Recibo
Orientação						
Complicação						
Avaliação						
Solução						
Coda						

 Alta presença do elemento
  Alguma presença do elemento
  Pouca ou nenhuma presença do elemento

No Exemplar 3, observa-se certa modificação na concentração dos elementos da narrativa em relação aos Exemplares 1 e 2. No Exemplar 3, os campos referentes ao registro das viaturas e policiais têm maior ênfase na **orientação** da narrativa, ao contrário dos exemplares anteriores, já que nele a participação dos policiais também merece destaque.

4.1.3.3 O folhado textual

Em relação à sua estrutura geral, o Exemplar 3 é composto por nove páginas. Nos campos parametrizados, apresenta três envolvidos qualificados como *autores* (FIG. 27). Na listagem dos materiais relacionados ao evento, estabelece relação entre os objetos apreendidos e o *envolvido 1, autor*.

O *histórico* do Exemplar 3 possui um texto mais longo do que os dos anteriores. Essa parte do texto é composta por um único bloco de informações no qual se dispõem diversos períodos organizados em 22 linhas.

O tema principal do BO é um furto praticado em um estabelecimento comercial (depósito de bebidas). Há outros dois acontecimentos que decorrem do primeiro – a averiguação de pessoas em atitude suspeita e a desobediência.

No *histórico*, o policial relator desenvolve uma sequência de acontecimentos que se iniciaram com a informação, repassada pelo Centro Integrado de Comunicações Operacionais (CICOp), de que dois indivíduos estariam andando no telhado da distribuidora de bebidas.

O advérbio *primeiramente* é empregado para assinalar o primeiro fato percebido pelos policiais no local da ocorrência e que se relaciona com a denúncia que levava ao acionamento da polícia, a averiguação da existência de pessoas em atitude considerada suspeita. Na sequência, o advérbio *imediatamente* também estabelece uma relação de sucessão entre os acontecimentos, dessa vez indicando que, tão logo os policiais visualizaram as pessoas suspeitas, determinaram que elas parassem.

(2) Primeiramente, os policiais militares (...) ao desembarcarem para averiguarem o local, visualizaram três indivíduos evadindo por um buraco de tijolos (...). Imediatamente deram ordem para que parassem.

O emprego da conjunção adversativa *entretanto*, no início do período que se segue, articula a progressão temática do texto, anunciando oposição representada pelo comportamento dos suspeitos perante a ordem do policial, o que fez configurar a tipificação de desobediência.

(3) Entretanto, esses indivíduos empreenderam fuga a pé em direção a um matagal próximo dali, situado na rua (...).

Iniciando-se com a locução prepositiva *diante de*, o período que se segue apresenta a atitude adotada pelos policiais face à fuga das pessoas que fugiram em direção ao matagal.

(4) Diante da situação, deslocamos em rastreamento com os integrantes da guarnição (...) pela rua (...), adentramos pelo matagal a pé...

No *histórico*, são desenvolvidos acontecimentos que envolvem não somente a vítima e os autores, mas, também, os policiais, que se fazem, dessa forma, personagens da narrativa. A voz do próprio relator é ouvida no *histórico* e assinala sua participação nos fatos.

(5) ... deslocamos para o local do fato, juntamente com a guarnição da VP (...)...

(6) ... deslocamos em rastreamento com os integrantes da guarnição da VP (...) adentramos pelo matagal a pé, onde logramos êxito...

(7) ... *apresentamos* os menores qualificados neste REDS...

Em outras passagens, o relator assinala que alguns procedimentos foram adotados por outros policiais da equipe, ou seja, que o próprio relator não participou dessas ações. Esse destaque se faz com a indicação direta dos policiais que participaram das ações e com o emprego dos verbos em terceira pessoa.

(8) Primeiramente, os policiais (...) ao desembarcarem para averiguarem o local, visualizaram três indivíduos evadindo por um buraco...

(9) Imediatamente, deram ordem para que parassem.

O emprego desses recursos indica uma preocupação do policial relator em diferenciar as atitudes policiais no local da ocorrência. A importância desse tipo de cuidado pode ser avaliada a partir da análise da passagem em que o policial relator se isenta dos procedimentos que indicam a desobediência dos autores à ordem de parada.

(10) Imediatamente *deram* ordem para que parassem.

O descumprimento a essa ordem resultou em uma das acusações atribuídas aos autores: a desobediência à ordem policial. Nesse caso, o policial relator não se inclui no grupo de policiais cuja ordem foi desobedecida. Trata-se de uma informação que provavelmente será considerada pelo destinatário, o delegado, por ocasião da apuração dos fatos atribuídos aos autores.

A mesma estratégia é empregada em relação aos autores. Em algumas passagens do *histórico*, o policial relator emprega recursos que indicam que todos eles, os três autores, praticaram as mesmas ações:

(11) ... *três indivíduos* evadindo por um buraco de tijolos (...)

(12) ... *esses indivíduos* empreenderam fuga (...)

(13) ... logramos êxito na apreensão *dos autores* que estavam escondidos próximo a uma residência(...).

Em outras passagens, o policial relator cuida de destacar informações sobre um único autor:

(14) Durante a fuga, o menor (...), ao descer os degraus da escada, caiu, vindo a sofrer uma escoriação no ombro direito (...) Ele foi socorrido (...)

Nesse caso, o termo *menor*, antecedido do artigo definido *o* e do pronome *ele*, é utilizado para indicar o único autor que se ferira durante a ocorrência. Também se observa, na passagem omitida em (14), assinalada com (...), que o próprio nome do autor ferido foi utilizado para mencioná-lo nessa passagem do texto.

Em outra passagem (15), no entanto, na tentativa de destacar apenas um dos autores, o policial relator causa prejuízo à clareza do texto:

(15) Tendo *um deles* afirmado que está com uma dívida a pagar.

O sintagma empregado – *um deles* – causou prejuízo para o entendimento do texto. Essa passagem se segue à informação de que o conjunto dos autores assumiu a responsabilidade por quebrar a parede do estabelecimento comercial para furtar bebidas com o objetivo de vendê-las. Observa-se que policial relator julgou importante destacar que um desses autores tinha uma dívida, sugerindo que esse seria o motivo causador da prática do furto. No entanto, descuidou-se na indicação de qual, dentre os autores, fizera essa afirmação.

Na maior parte do texto, predomina o discurso direto, vez que o policial se responsabiliza tanto pelas informações dispostas nos campos parametrizados quanto no *histórico*. No *histórico*, a voz do policial sobressai, já que os fatos são contados a partir da sua participação, algumas vezes em conjunto com outros policiais. Nesses casos, o policial relator emprega os verbos na primeira pessoa do plural.

(16) ... deslocamos para o local do fato, juntamente com a guarnição da VP (...)

(17) ... deslocamos em rastreamento com os integrantes da guarnição da VP (...) adentramos pelo matagal a pé, onde logramos êxito...

Em outras passagens, no entanto, percebem-se as vozes da central de comunicações, do tenente, da vítima e de um dos autores, organizadas em discurso indireto.

(18) ...cujo histórico transmitido pelo CICOP informava que dois indivíduos de cor negra e um de cor parda (...) andando pelo telhado da distribuidora de bebidas.

(19) Segundo o Sr. Ten (...), as bebidas foram localizadas em via pública, atrás de um veículo.

No caso de (18), o registro de que a central de operações informara sobre a presença dos autores no telhado da distribuidora de bebidas atribui a esse sujeito, a central, a voz responsável pela informação que originou o deslocamento do policial relator para o local dos fatos. Essa informação justifica a inserção da natureza *averiguação de pessoa em atitude suspeita*, além de complementar a codificação, explicando qual era o motivo da suspeição.

Iniciando a frase com a conjunção *segundo* (19), o policial relator cuida de atribuir ao tenente a responsabilidade pela afirmação de que as bebidas foram encontradas atrás de um veículo. Com esse recurso, diferencia os conhecimentos que os policiais possuem sobre essa situação.

A presença da voz dos autores está saliente no *histórico* e é anunciada pelos verbos *assumir* e *admitir* [... *assumiram que quebraram a parede... admitiram que abriram dois frascos...*] que sinalizam uma avaliação do que é dito, na medida em que aos verbos selecionados pode-se atribuir um sentido de confissão diante de uma acusação que não poderia ser refutada.

A conjugação de verbos no futuro do pretérito [*estariam andando pelo telhado... seriam vendidas posteriormente...*] representa uma modalização na medida em que sugere dúvida, ou ausência de comprovação pelo enunciador, em relação ao enunciado recebido do CICOP e à afirmação atribuída aos autores.

No QUADRO 20, apresenta-se a síntese do folhado textual do exemplar 3.

QUADRO 20
Síntese do folhado textual – Exemplar 3

CAMADAS	ELEMENTOS DAS CAMADAS	MARCAS OBSERVADAS
Infraestrutura geral	Plano geral	Tema: furto no depósito de bebidas
	Tipos de discurso	- discurso interativo - relato interativo - discursos direto e indireto
	Sequências	- narrativa - descritiva
Mecanismos de textualização	Mecanismos de conexão	- <i>entretanto, diante de</i>
	Coesão nominal	- Para os policiais: <i>integrantes da guarnição, policiais militares, nome próprio, tenente</i> - Para os autores: <i>autores, menores, indivíduos, nome próprio, pronome ele(s)</i> - Para a vítima: <i>proprietário</i> - Sintagma <i>um deles</i> (prejuízo à clareza do texto)
Mecanismos enunciativos	Posicionamentos enunciativos e vozes	- voz do policial relator (autor empírico) - vozes de policiais personagens - vozes dos autores - voz da central de operações
	Modalização	- verbos <i>admitiram e assumiram</i> - verbos no futuro do pretérito (<i>estariam, seriam</i>)

4.1.3.4 Confrontação com as prescrições institucionais

Duas estruturas do Exemplar 3 parecem contrariar as orientações institucionais que conduzem à produção de um *histórico* conciso. Elas se inserem, respectivamente, na introdução e no encerramento do *histórico*.

(20) Empenhados pelo CICOP em uma averiguação de pessoa suspeita, cujo histórico transmitido pelo CICOP informava que dois indivíduos...

(1) Diante do exposto, apresentamos os menores qualificados neste REDS nesta delegacia de plantão, bem como o material apreendido para as providências de polícia judiciária.

No fragmento (20), a passagem *empenhados pelo CICOP em uma averiguação de pessoa suspeita* repete informações próprias dos campos parametrizados, respectivamente, as que se referem à forma de acionamento (FIG. 30). A inserção da informação sobre origem da comunicação na introdução do histórico acaba por gerar a repetição, na oração que se segue, da menção à central de operações – CICOP.

ORIGEM DA COMUNICAÇÃO		
COMO FOI SOLICITADO O ATENDIMENTO DA OCORRÊNCIA VIA CENTRO DE COMUNICACOES	DATA DA COMUNICAÇÃO 28/02/2012	HORA DA COMUNICAÇÃO 03:25
ORIGEM SOLICITANTE XXXX		
COD. OPERAÇÃO ORIGEM XXXX		

FIGURA 30 – Recorte do Exemplar 3: Origem da comunicação

No fragmento (1), parece existir uma tentativa de instituir um fecho no *histórico*, especialmente pela expressão que encerra a passagem – *para as providências de polícia judiciária*. Trata-se, no entanto, de um recurso inadequado, vez que o *histórico* não encerra o BO. Mesmo que a intenção do relator tivesse sido assegurar o registro de que os menores e os materiais foram repassados à delegacia, a informação ainda é supérflua, nos moldes das orientações institucionais. Essa afirmação se explica pelo fato de que, por ocasião do registro do BO, um policial civil assina o *recibo* (FIG. 31) no qual atesta ter recebido as pessoas e os objetos listados. Trata-se, portanto, de informação própria de outro campo que não o *histórico* do BO.

RECIBO DA AUTORIDADE A QUE SE DESTINA OU SEU AGENTE / AUXILIAR POLICIAL OU RECIBO DO RESPONSÁVEL CIVIL			
DESTINATÁRIO / RECIBO 1			
Recebi o "Boletim de Ocorrência" de Número BO CIAD/P-2012- [REDACTED] e Número de REDS 2012- [REDACTED] para conhecimento e providências, bem como as pessoas, materiais, objetos, animais, substâncias e/ ou documentos que, existindo, estejam descritos ou assinalados neste documento.			
DATA 28/02/2012	HORA 07:02	MATRICULA [REDACTED]	NOME [REDACTED]
CARGO INVESTIGADOR DE POLICIA II NIVEL II			
ORIGEM POLICIA CIVIL / MG			
UNIDADE DEL ESP PLANTAO IN APURACAO ATO INFRACIONAL/DOPCAD			
PROVIDENCIA A SER TOMADA PELA AUTORIDADE XXXX			
- ENVOLVIDOS 1 - MATERIAIS 1 - ENVOLVIDOS 2 - MATERIAIS 2 - ENVOLVIDOS 3 - MATERIAIS 3			

FIGURA 31 – Recorte do Exemplar 3: Destinatário/Recibo 1

Quanto ao emprego do sintagma *um deles*, sem que se pudesse estabelecer relação com o envolvido ao qual a informação se referiu, percebe-se um problema relacionado à clareza do texto, portanto, um aspecto que prejudicou a sua qualidade.

4.1.4 Exemplar 4

4.1.4.1 Contexto de produção

O Exemplar 4 foi produzido em decorrência de um crime de roubo praticado no bairro Lourdes, região sul de Belo Horizonte, no dia 03 mar. 2012. A informação sobre o crime foi repassada ao policial relator via central de comunicações à 01h09min do dia citado, e ele chegou ao local da ocorrência à 01h29min.

O policial deu início à produção textual à 01h40min e gerou o registro do BO à 01h54min, portanto, dispensou 14 minutos para a produção textual. Considerou-se liberado da ocorrência às 02h09min, horário em que registrou o final do empenho.

QUADRO 21
Síntese do contexto de produção do Exemplar 4

MUNDO FÍSICO		MUNDO SOCIAL	
Lugar de Produção	Sistema REDS	Lugar social	Local de trabalho
Momento de produção	Entre 01h40mn e 01h54min do dia 03 mar. 2012.	Posição social do emissor	Sargento da PMMG
Emissor	Identificado	Posição social do receptor	Delegado da PC (2ª Delegacia)
Receptor	Não há registro	Objetivo	Comunicar uma ocorrência de um roubo Gerar ações policiais com vistas a solucionar o crime

O emissor exerce o papel social de sargento da PMMG, lotado no 1º BPM, unidade responsável pelo policiamento no bairro onde ocorreu o crime. O papel social do destinatário

é o de delegado da 2ª Delegacia da Polícia Civil, unidade com jurisprudência sobre o local do roubo. O objetivo da produção textual é levar ao conhecimento do destinatário a ocorrência de um roubo. A síntese do contexto de produção do Exemplar 4 está demonstrada no QUADRO 21.

4.1.4.2 Os elementos da narrativa

O roubo apresentado no Exemplar 4 ocorreu em um estabelecimento comercial – especificado genericamente como *bar/lanchonete/restaurante/outro* – localizado no bairro Lourdes, em Belo Horizonte, por volta da 01h09min do dia 03 mar. 2012. O fato foi protagonizado por dois personagens, um qualificado como autor e outro, como vítima. Essas informações, que compõem a **orientação** da narrativa, estão especificadas nos campos parametrizados, no grupo de informações *Dados Gerais* (FIG. 32).

		CORPO DE BOMBEIROS MILITAR - POLÍCIA CIVIL - POLÍCIA MILITAR		REDS 2012- [REDACTED]	
		BOLETIM DE OCORRÊNCIA	BO NÚMERO	CIAD/P-2012- [REDACTED]	FI. 1/5
UNIDADE RESPONSÁVEL PELO REGISTRO 4 CIA PM ESP/1 BPM			MUNICÍPIO BELO HORIZONTE		
UNIDADE DE ÁREA RESPONSÁVEL UNIDADE MILITAR: 4 CIA PM ESP/1 BPM UNIDADE POLICIAL: 2ª DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL/CENTRO					
DESTINATÁRIO 2ª DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL/CENTRO			DATA DO REGISTRO 03/03/2012 01:40		
ORIGEM DA COMUNICAÇÃO					
COMO FOI SOLICITADO O ATENDIMENTO DA OCORRÊNCIA VIA CENTRO DE COMUNICACOES			DATA DA COMUNICAÇÃO 03/03/2012		HORA DA COMUNICAÇÃO 01:09
ORGAO SOLICITANTE XXXX					
COD. OPERAÇÃO ORIGEM XXXX					
DADOS DA OCORRÊNCIA					
PROVÁVEL DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA PRINCIPAL ROUBO					
COD. PRINCIPAL C01157	TENTADO / CONSUMADO CONSUMADO		ALVO DO EVENTO BAR / LANCHONETE / RESTAURANTE / SIMILAR		
DATA DO FATO 03/03/2012	HORÁRIO DO FATO 01:09	DATA/HORA DO INÍCIO DO ATENDIMENTO NO LOCAL 03/03/2012 01:29		DATA FINAL 03/03/2012	HORÁRIO FINAL 02:09
COMPL DE LOCAL MEDIATO XXXX		COMPL DE LOCAL IMEDIATO XXXX			
LOCAL (AV., RUA, ETC) RUA [REDACTED]					
NÚMERO [REDACTED]	KM XXXX	COMPLEMENTO XXXX		BAIRRO/VILA LOURDES	CEP XXXX
MUNICÍPIO BELO HORIZONTE			UF MG	PAÍS BRASIL	
PONTO DE REFERÊNCIA XXXX			LATITUDE [REDACTED]		LONGITUDE [REDACTED]
TIPO LOCAL VIA URBANA			MEIO UTILIZADO ARMAS DE FOGO (PORTE E PORTATI)		
CAUSA PRESUMIDA DIFICULDADE FINANCEIRA / COBICA					

FIGURA 32 – Recorte do Exemplar 4: Dados Gerais

Nos *Dados Gerais*, também há o início da **complicação** da narrativa, assinalada na descrição da ocorrência e, ainda, no campo *meio utilizado* – arma de fogo. Nesse mesmo grupo de

informações, a exemplo do que se observou nos Exemplares 1, 2 e 3, está registrada uma **avaliação**, vez que se atribui a ocorrência do roubo à *dificuldade financeira/cobiça*.

Nos campos destinados à *qualificação dos envolvidos*, prosseguem informações típicas da **orientação** da narrativa. No Exemplar 4, a vítima está qualificada no campo *envolvido 1*, e o autor, no campo *envolvido 2*. Dentre as informações sobre a vítima, está registrado que ela é proprietária/funcionária de estabelecimento comercial, o que acrescenta informações sobre a sua situação geral em relação ao fato narrado.

Uma peculiaridade do Exemplar 4 é que, nele, no espaço destinado ao nome do autor, encontra-se o termo *ignorado*, o que indica que ele não fora localizado durante a produção do BO. Apesar disso, alguns dos campos destinados à sua caracterização física foram preenchidos, a exemplo dos itens *idade aparente*, *altura estimada* e *informações complementares*, que receberam respectivamente as informações *20 anos*, *172 cm* e *cidadão magro*.

O preenchimento dos campos parametrizados destinados à identificação do autor atende a prescrições institucionais para produção do BO (MINAS GERAIS, 2003b) que orientam no sentido de que o cadastramento desse envolvido é imprescindível, ainda que não seja encontrado no local da ocorrência. Nesse caso, conforme se procedeu no Exemplar 4, o policial relator deve registrar as informações que levantou no local da ocorrência, colhidas a partir das declarações das vítimas e das testemunhas, por exemplo. O procedimento é idêntico ao que foi adotado em relação ao produto do roubo que, mesmo não tendo sido recuperado, recebeu destaque nos campos parametrizados (FIG. 33).

Por outro lado, a instituição também prescreve (MINAS GERAIS, 2003b) que o cadastramento das pessoas envolvidas deve ser iniciado pelo autor, portanto, este deveria ser qualificado como *envolvido 1*, o que não aconteceu no Exemplar 4. Nesse sentido, a ordem de apresentação dos envolvidos contraria expectativas institucionais sobre o texto.

MATERIAL 1			
ENVOLV. NR 1	SITUAÇÃO FURTADO / ROUBADO (NAO RECUPER	QUANTIDADE XXXX	UNIDADE P/V XXXX
OBJETO MOEDA NACIONAL (REAL)			
SERIE / IDENTIFICAÇÃO XXXX	MARCA XXXX	MODELO XXXX	COR XXXX
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES APROXIMADAMENTE UM MIL REAIS EM DINHEIRO.			

FIGURA 33 – Recorte do Exemplar 4: Material 1

O estabelecimento de relação entre o roubo e os personagens vítima e autor, assinalada pela indicação da natureza nos campos destinados à qualificação dos envolvidos constitui característica da **complicação**. Nesse sentido, e também no que se refere à presença do elemento **avaliação**, comporta-se como nos exemplares anteriores.

No campo destinado aos materiais, a informação *aproximadamente um mil reais* consiste, ao mesmo tempo, em informação própria da **orientação** e da **complicação**, já que as demais informações indicam que se trata de quantia não recuperada, roubada da vítima.

Na sequência, o Exemplar 4 apresenta o campo *Veículos* (FIG. 34), elemento gerado pelo sistema diante da necessidade de acrescentar informações referentes a esse meio de transporte, portanto, com espaços para inserção de dados referentes à documentação, placa, cor, marca/modelo, ano de fabricação, dentre outros, de veículos relacionados à prática do roubo. Não foi estabelecida, no entanto, relação entre o veículo e nenhum dos envolvidos da ocorrência, o que sugere que ele não está entre os itens roubados.

VEÍCULOS					
VEÍCULO 1					
ENVOLV. NR. XXXX	SITUAÇÃO VEÍCULO OUTRAS		MOTIVO APREENSÃO XXXX		
NR. VEÍCULO XXXX	RENAVAM [REDACTED]		TIPO DE VEÍCULO AUTOMÓVEL		
CHASSI [REDACTED]	MARCA / MODELO FIAT/PALIO FIRE FLEX		MUNICÍPIO XXXX	UF MG	
ESPECIE XXXX	CATEGORIA ALUGUEL		ACORDADO? XXXX	ACORDADO AO VEÍCULO NR. XXXX	
PLACA [REDACTED]	COR PREDOMINANTE BRANCA	ANO EXERCÍCIO XXXX	ANO FABRICAÇÃO [REDACTED]	SEGURO OBRIGATORIO ? XXXX	SEGURO OPCIONAL ? XXXX
NOME PROPRIETÁRIO [REDACTED]					
RESPONSÁVEL CIVIL XXXX			PLACA ESPECIAL XXXX	ÚLTIMO PAGAMENTO IPVA XXXX	ANO MODELO [REDACTED]
OS DADOS DO VEÍCULO FORAM VALIDADOS NO SDAK?		NÃO			
ETILÔMETRO (CONDUTOR) (Mg/LITRO AR) XXXX		Nº ETILÔMETRO XXXX		Nº INMETRO ETILÔMETRO XXXX	
DADOS CONDUTOR		POSSUI CNH? NÃO			

FIGURA 34 – Recorte do Exemplar 4: Veículos

O *histórico* do Exemplar 4 (FIG. 35) apresenta informações que complementam a **orientação** da narrativa. Nessa parte do texto, o policial relator esclarece o tipo de estabelecimento comercial onde ocorreu o roubo, oferece algumas características físicas do autor e explica que o veículo utilizado na fuga era um táxi. Todas essas informações complementam outras que constam dos campos parametrizados, mas que não puderam receber, naqueles espaços, os detalhes que particularizam o local, os autores e o veículo. Em relação aos exemplares anteriores, o grau de orientação no *histórico* do Exemplar 4 é mais elevado, já que inclui

características físicas do autor – que não puderam ser coletadas nos campos parametrizados – e do veículo utilizado na fuga.

HISTÓRICO DA OCORRÊNCIA
COMPARECEMOS AO ESTABELECIMENTO COMERCIAL [REDACTED] ONDE OS FUNCIONARIOS RELATARAM QUE UM CIDADAO USANDO UM CAPACETE COR DE ROSA, CAMISA BEGE E CALÇA JEANS ENTROU NO ESTABELECIMENTO, DESLOCOU-SE ATE AO CAIXA, SACOU UM REVOLVER E ANUNCIOU UM ASSALTO. APOS SUBTRAIR UMA QUANTIA EM DINHEIRO O AUTOR ENTROU EM UM VEICULO FIAT PALIO BRANCO(TAXI) PLACA [REDACTED] QUE O ESTAVA AGUARDANDO NA RUA RIO DE JANEIRO EVADINDO EM DIRECAO AO CENTRO. O ESTABELECIMENTO POSSUI CAMERAS DE MONITORAMENTO INTERNO. FOI REALIZADO OPERACAO DE CERCO E BLOQUEIO NA TENTATIVA DE LOCALIZAR O AUTOR E O VEICULO, MAS ATE O MOMENTO NAO FORAM LOCALIZADOS. SEGUNDO INFORMACOES DOS FUNCIONARIOS DO ESTABELECIMENTO HAVIA TRES PESSOAS NO INTERIOR DO TAXI.
MODO DA AÇÃO CRIMINOSA
O SUSPEITO CHEGOU A PE NO ESTABELECIMENTO USANDO UM CAPACETE ROSA, FOI ATE O CAIXA, SACOU UM REVOLVER E ANUNCIOU O ASSALTO COM OS DIZERES " PEGA O DINHEIRO". EVADIU EM UM VEICULO FIAT PALIO TAXI.

FIGURA 35 – Recorte do Exemplar 4: Histórico e Modo da ação criminosa

Também no *histórico* verifica-se, com maior intensidade, a **complicação** da narrativa, já que nele o policial relator conta a sequência de acontecimentos que fazem configurar o crime de roubo.

De maneira semelhante ao observado no Exemplar 3, o redator do Exemplar 4 também adota, no histórico, estratégia que sinaliza a **coda** da narrativa (21).

(21) Foi realizado operação de cerco e bloqueio na tentativa de localizar o autor e o veículo, mas até o momento não foram localizados...

Nessa passagem, a expressão *até o momento*, marca que a afirmação se dá no presente da narrativa. A **coda**, nesse caso, não é uma tentativa de inserir um fecho no *histórico*, mas decorre da intenção de complementar a informação de que os policiais desenvolveram uma operação com o objetivo de localizar o autor do roubo. Apesar de os campos parametrizados informarem que o autor não fora localizado, eles não permitem saber que os policiais desencadearam a operação cerco e bloqueio. Assim, ao contrário do que se verificou no Exemplar 3, no Exemplar 4 a **coda** não decorre do descumprimento de normas institucionais para produção do gênero BO.

No Exemplar 4, no campo *modo da ação criminosa* (FIG. 35), o policial relator sintetiza a narrativa do *histórico*. O preenchimento desse campo decorre de prescrição institucional que se explica pela intenção de “subsidiar as ações de polícia ostensiva/investigativa, com enfoque na prevenção (...) auxiliando na fase investigativa para identificação da autoria e sua punição legal”. (MINAS GERAIS, 2003b). Não se trata de campo de preenchimento obrigatório para todas as naturezas, mas àquelas relacionadas aos crimes contra a pessoa, crimes sexuais e contra o patrimônio, caso do Exemplar 4.

A instituição prescreve um roteiro com seis itens que devem orientar a redação do campo *modo da ação criminosa*, mas nem todos eles se aplicam ao crime de roubo. No caso do Exemplar 4, aplicam-se os itens: forma de ação ou abordagem e forma de evasão, o que foi cumprido adequadamente pelo policial relator.

Nos campos *Recibo* e *Viaturas e policiais* os elementos **solução** e **coda** funcionam de maneira semelhante ao que ocorre nos exemplares anteriores (QUADRO 22). A exemplo do que se observou no Exemplar 3, o *histórico* também contém aspectos da **solução**, representados pela informação de que foi realizada uma operação policial – cerco e bloqueio – como resposta ao crime.

QUADRO 22
Esquematização da estrutura da narrativa – Exemplar 4

ELEMENTOS ESTRUTURAIS DA NARRATIVA	CAMPOS DO BO					
	Dados Gerais (FIG. 32)	Qualificação dos envolvidos	Materiais	Histórico	Viaturas e Policiais	Recibo
Orientação						
Complicação						
Avaliação						
Solução						
Coda						



Alta presença do elemento



Alguma presença do elemento



Pouca ou nenhuma presença do elemento

4.1.4.3 O folhado textual

O Exemplar 4 é composto por cinco páginas. Nos campos parametrizados, grande espaço foi destinado à relação das viaturas e dos policiais envolvidos na ocorrência. Além do veículo de serviço do policial relator, outra viatura foi empenhada na ocorrência.

O tema do BO é o roubo praticado, por um autor não identificado, a um estabelecimento que comercializa sanduíches cujo nome está registrado no *histórico*. Para contar o fato, o policial

relator recorre aos campos parametrizados, porém, em razão da necessidade de descrever suas vestimentas, o veículo no qual fugiu do local, dentre outros, também utiliza o *histórico* para complementar as informações.

O discurso direto está em grande parte do texto, inclusive no *histórico*, já que o policial relator se inclui na narrativa, posicionando-se entre os demais personagens, utilizando-se de verbo na primeira pessoa do plural – *comparecemos*. O discurso direto também é utilizado para reproduzir o que teria sido a fala do autor quando abordou os funcionários do estabelecimento comercial (22). Nesse caso, o policial relator utiliza-se das aspas para fazer o encaixamento da fala do autor.

(22)... sacou um revólver e anunciou o assalto com os dizeres “pega o dinheiro”.

Para sinalizar a fala dos funcionários do estabelecimento, o policial relator recorre ao verbo *relatar* e à conjunção *segundo*. Assim, atribui a esses personagens as informações sobre as características do autor, assim como os procedimentos que ele adotou para roubar o estabelecimento e fugir do local.

Por outro lado, o emprego do sintagma *os funcionários* (23) e (24), sujeito plural, impede o estabelecimento de vínculo entre os responsáveis pela informação e qualquer personagem qualificado no BO. Isso ocorre porque há somente um personagem qualificado como vítima, o *envolvido* 2. Nesse caso, o policial relator deu voz, no *histórico*, aos personagens que não foram qualificados nos campos parametrizados e, dessa forma, impediu que, em uma diligência decorrente do BO, o destinatário nominasse as pessoas que poderiam prestar informações sobre o roubo. A voz da vítima qualificada no BO se inclui entre as dos demais funcionários do estabelecimento.

(23) ...os funcionários relataram que um cidadão usando um capacete cor de rosa...

(24) Segundo informações dos funcionários do estabelecimento havia três pessoas no interior do táxi.

Para retomar o autor do roubo, o policial relator se utiliza de termos variados – *cidadão*, *autor*, *suspeito*, assim como o pronome oblíquo *o*.

Utilizando-se da locução verbal *foi realizado*, no particípio passivo, o policial relator causa uma imprecisão na indicação de quem, de fato, responsabilizou-se pela operação de cerco e

bloqueio (21). Como havia duas equipes de policiais envolvidas na ocorrência, não é possível saber se ambas participaram da operação ou se somente uma delas.

(21) Foi realizada operação de cerco e bloqueio na tentativa de localizar o autor e o veículo, mas até o momento não foram localizados...

A sequência descritiva funciona como secundária à narrativa, a exemplo do que se observou nos exemplares anteriores. O Exemplar 4, no entanto, apresenta uma maior densidade descritiva no histórico, se comparado aos demais, o que decorreu da existência de informações que caracterizavam o autor e o veículo utilizado na fuga que não são comportadas pelos campos parametrizados.

No início do *histórico*, uma série de verbos no pretérito perfeito do indicativo, dispostos em orações que compõem um único período, configura a sequência de ações adotadas pelo autor quando chegou ao estabelecimento comercial (25).

(25)... entrou no estabelecimento, deslocou-se até ao caixa, sacou um revólver e anunciou um assalto.

QUADRO 23
Síntese do folhado textual – Exemplar 4

CAMADAS	ELEMENTOS DAS CAMADAS	MARCAS OBSERVADAS
Infraestrutura geral	Plano geral	Terma: roubo a estabelecimento comercial
	Tipos de discurso	- discurso interativo - relato interativo - discursos direto e indireto
	Sequências	- narrativa - descritiva
Mecanismos de textualização	Mecanismos de conexão	- adversativa <i>mas</i>
	Coesão nominal	- Para o(s) autor(es): <i>suspeito, autor, cidadão</i> , pronomes oblíquos <i>o, três pessoas</i> - Para as vítimas: funcionários
Mecanismos enunciativos	Posicionamentos enunciativos e vozes	- conjunção <i>segundo</i> e verbo <i>relatar</i> - voz do policial relator (autor empírico) - vozes das vítimas
	Modalização	Ø

4.1.4.4 Confrontação com as prescrições institucionais

A imprecisão na informação que se refere à realização da operação de cerco e bloqueio causada pelo emprego da locução verbal *foi realizado* [*foi realizada*] e, no mesmo sentido, pelo emprego do sintagma nominal *os funcionários* – que não corresponde a nenhum personagem qualificado nos campos parametrizados –, contraria a objetividade e a clareza esperadas do texto. No caso do sintagma *os funcionários*, é possível que a repetição do termo *vítima*, no singular, fosse eficiente para estabelecer conexão com o único personagem listado nessa condição. A existência de outras vítimas, ou testemunhas, deveria corresponder à inclusão de informações sobre elas nos campos parametrizados.

4.1.5 Exemplar 5

4.1.5.1 Contexto de produção

O Exemplar 5 foi produzido no dia 28 abr. 2012 para noticiar a ocorrência de um crime de ameaça no bairro Barreiro, localizado na região⁷² de mesmo nome, em Belo Horizonte. O acionamento dos policiais para atendimento à ocorrência se deu via central de comunicações às 21h30min. Esse mesmo horário foi atribuído ao fato, o que permite deduzir que o policial presumiu o horário em que se deu a ameaça.

No Exemplar 5, o policial relator não registrou o horário do início do atendimento, o que compromete a avaliação quanto ao tempo gasto entre o acionamento da equipe de policiais e a chegada deles ao local da ocorrência. O horário do início do registro se deu às 22h13min, e o recibo do BO foi gerado às 22h24min, portanto, o policial relator dispensou 11 minutos nessa atividade.

O policial relator identificou-se com seu nome próprio nas partes do documento que exigiam essa informação. O emissor é um policial militar que ocupa o cargo de 3º sargento e é lotado no 41º Batalhão da PMMG. O 41º BPM é responsável pelo policiamento ostensivo no Barreiro, local onde se deu a ocorrência.

Quanto às informações que contribuem para conhecer o papel social do receptor, observa-se que a unidade da Polícia Civil destinatária do BO é a Divisão Especializada de Crimes contra

⁷² Conforme <http://gestaocompartilhada.pbh.gov.br/>, acessado em 20 mai. 2013

a Mulher, Idoso e Portador de Deficiência (DEMID). Assim, o destinatário, além de delegado da Polícia Civil, é especializado no atendimento a ocorrências em que as vítimas se enquadrem em uma dessas situações.

QUADRO 24

Síntese do contexto de produção do Exemplar 5

MUNDO FÍSICO		MUNDO SOCIAL	
Lugar de Produção	Sistema REDS	Lugar social	Local de trabalho
Momento de produção	Entre 22h13min e 22h24min do dia 28 abr. 2012.	Posição social do emissor	Sargento da PMMG 41º BPM
Emissor	Identificado	Posição social do receptor	Delegado da PC (DEMID)
Receptor	Não há registro	Objetivo	Comunicar ocorrência de ameaça contra mulher Gerar ações policiais com vistas a solucionar o crime

4.1.5.2 Os elementos da narrativa

Também no Exemplar 5, as informações próprias da **orientação** ficam esclarecidas nos campos parametrizados destinados ao registro dos *dados gerais* e na *qualificação dos envolvidos*. Pela leitura dessas partes, o leitor se informa sobre o local e a hora em que se deu a ameaça e acerca da existência de dois personagens da narração: um do sexo masculino, qualificado como *autor*, e um do sexo feminino, qualificado como *vítima*.

No campo *Envolvido 1* (FIG. 36), o policial relator anulou o campo destinado ao registro da existência de relação entre vítima e autor. No campo destinado ao *Envolvido 2* (FIG. 37), no entanto, cuidou de registrar a relação *cônjuge/companheiro*. O registro da existência de relação entre os dois personagens acrescenta informação que contribui para o entendimento dos fatos que são apresentados.

QUALIFICAÇÃO DOS ENVOLVIDOS				
ENVOLVIDO 1				
TIPO DE PESSOA FÍSICA	COD. NATUREZA B01147	TENTADO / CONSUMADO CONSUMADO	SEXO MASCULINO	TIPO ENVOLVIMENTO AUTOR
DESCRIÇÃO NATUREZA AMEAÇA				
NOME COMPLETO [REDACTED]				
APELIDOS XXXX				
NACIONALIDADE BRASILEIRA		DATA NASCIMENTO [REDACTED]		NATURALIDADE / UF MG / BELO HORIZONTE
IDADE APARENTE [REDACTED]	GRAU DA LESÃO SEM LESÕES APARENTES		ESTADO CIVIL CASADO	
CUTIS PARDA		OCUPAÇÃO ATUAL XXXX		
RELAÇÃO VÍTIMA / AUTOR XXXX				

FIGURA 36 – Recorte do Exemplar 5: Envolvido 1

ENVOLVIDO 2				
TIPO DE PESSOA FÍSICA	COD. NATUREZA B01147	TENTADO / CONSUMADO CONSUMADO	SEXO FEMININO	TIPO ENVOLVIMENTO VÍTIMA DE AÇÃO CRIMINAL / CIVEL
DESCRIÇÃO NATUREZA AMEAÇA				
NOME COMPLETO ADRIANA CARVALHO DE ARAUJO NOGUEIRA				
APELIDOS XXXX				
NACIONALIDADE BRASILEIRA		DATA NASCIMENTO 27/02/1973		NATURALIDADE / UF MG / CORINTO
IDADE APARENTE 39	GRAU DA LESÃO GRAU DA LESÃO - IGNORADO		ESTADO CIVIL CASADO	
CUTIS PARDA		OCUPAÇÃO ATUAL XXXX		
RELAÇÃO VÍTIMA / AUTOR CONJUGE / COMPANHEIRO				

FIGURA 37 – Recorte do Exemplar 5: Envolvido 2

A **complicação** da narrativa se anuncia nos *Dados Gerais* e na *Qualificação dos envolvidos*, com a indicação de que houve um crime de ameaça envolvendo os personagens. Mas é no *histórico* (FIG. 38) que o elemento **complicação** se constitui com maior intensidade, pois nele estão as informações de que o autor fizera uso de bebida alcoólica e ameaçara matar a vítima. É também com base no *histórico* que o leitor toma conhecimento de que o autor evadiu e de que a vítima permaneceria na residência de sua mãe por razões de segurança.

Também no *histórico* (FIG. 38), outras informações próprias da **orientação** são apresentadas, e o leitor é informado de que a vítima e o autor são casados há 12 anos e possuem três filhos. As informações de que a ameaça ocorrera por motivos de ciúmes e por motivos fúteis constituem **avaliação** sobre o fato narrado. O emprego da expressão *motivos fúteis*, por outro lado, confere certa vagueza ao enunciado que, em princípio, teria o objetivo de contar os motivos que levaram o autor a ameaçar a vítima. Por outro lado, indica um posicionamento do relator, já que a expressão *motivos fúteis* sugere uma reprovação diante de uma reação desproporcional do autor, qualquer tivesse sido a ação da vítima. Como nos demais

exemplares, a **avaliação** também é observada nos campos *dados gerais* e *qualificação dos envolvidos*.

HISTÓRICO DA OCORRÊNCIA
CONFORME VERSAO DA VITIMA [REDACTED], SEU MARIDO COM O QUAL TEM 12 ANOS DE CONVIVENCIA E TRES FILHOS, NA DATA DE HOJE, FEZ USO DE BEBIDA ALCOOLICA E POR MOTIVOS FUTEIS E CIUMES A AMEACOU DE MORTE ALEGANDO QUE IRIA MATA-LA. AINDA SEGUNDO A VITIMA ESTA FOI A PRIMEIRA VEZ QUE FOI AMEACADA POR ELE E QUE O AUTOR EVADIU EM SEU VEICULO [REDACTED] [REDACTED] CORSA PRATA NAO SENDO LOCALIZADO. POR MOTIVOS DE SEGURANCA, [REDACTED] IRA FICAR NA CASA DE SUA MAE. A VITIMA FOI ORIENTADA A POSTERIORMENTE COMPARECER A DP DE MULHERES PARA DEMAIS PROVIDENCIAS.

FIGURA 38 – Recorte do Exemplar 5: *Histórico*

A **coda** é observada nos campos destinados ao registro das viaturas e policiais e à emissão do recibo, como nos exemplares anteriores. A **solução**, também como nos exemplares anteriores, está implícita no recibo, e, no Exemplar 5, também no *histórico*. Nessa parte do texto, o policial relator destaca que a vítima fora orientada a comparecer na unidade policial à qual o BO é endereçado *para demais providências*, o que representa que adotou uma atitude em relação aos acontecimentos.

Essa orientação decorre do fato de que a ameaça narrada no BO consistiu-se em caso previsto na Lei 11340/2006 (BRASIL, 2006), que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. A lei prevê procedimentos que devem ser adotados pela autoridade policial durante o atendimento de ocorrência que envolva mulher em situação de violência doméstica e familiar, dentre elas a obrigatoriedade de informar a vítima sobre os direitos a ela conferidos e os serviços disponíveis⁷³.

A ocorrência que envolve mulher em situação de violência doméstica e familiar determina providências outras por parte do policial relator do BO. Sempre que o policial relator seleciona a codificação da natureza principal, o sistema requisita que ele especifique se o evento envolve violência nessas circunstâncias (FIG. 39). Caso o relator responda afirmativamente, o próprio sistema gera uma codificação secundária que destaca essa peculiaridade.

Apesar de haver indicado que avaliou que o caso envolvia mulher em situação de violência doméstica, o policial relator não adotou os procedimentos que visavam a destacar a natureza secundária. A leitura do exemplar não permite que se avalie se, por ocasião da produção, tal recurso automático do sistema já estava disponível, contudo, transportando a situação para a

⁷³ Conforme inciso V do art. 11 do capítulo III da Lei 11340/2006 (BRASIL, 2006).

época da análise, pode-se afirmar que a ausência dessa especificação representa uma falha na produção do texto.

Natureza

Ocorrência Principal: +

B01147 AMEACA (B01147) DIAO ✓ X ☐ T ☐ C

AMEACA: Ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave. ✕

Alvo do Evento: +

Clique ou digite aqui para pesquisar X

Evento de violência doméstica e/ou familiar contra mulher? + ☐ Não ☒ Sim

Descrição do Lugar: +

Clique ou digite aqui para pesquisar X

Naturezas Secundárias:

U33004 INFRACOES CONTRA A MULHER (VIOLENCIA DOMESTICA) (I DIAO X ☐ T ☒ C

selecionar manualmente DIAO X ☐ T ☐ C

selecionar manualmente DIAO X ☐ T ☐ C

FIGURA 39 – Recorte tela do REDS: Registro de violência contra mulher

No QUADRO 25, em que está apresentada a esquematização da estrutura da narrativa do Exemplar 5, permanece em branco o campo *materiais*, visto que ele não está presente no texto analisado.

QUADRO 25
Esquematização da estrutura da narrativa – Exemplar 5

ELEMENTOS ESTRUTURAIS DA NARRATIVA	CAMPOS DO BO					
	Dados Gerais	Qualificação dos envolvidos (FIG. 36/37)	Materiais	Histórico (FIG. 38)	Viaturas e Policiais	Recibo
Orientação						
Complicação						
Avaliação						
Solução						
Coda						

Alta presença do elemento
 Alguma presença do elemento
 Pouca ou nenhuma presença do elemento

4.1.5.3 O folhado textual

No Exemplar 5, o tema é o crime de ameaça praticado contra mulher em situação doméstica. O texto é composto por três páginas, a maior parte destinada aos campos parametrizados, principalmente a qualificação dos dois envolvidos, vítima e autor, muito embora somente a primeira estivesse no local da ocorrência por ocasião da chegada dos policiais. À vítima, esposa do autor, coube fornecer as características físicas e as demais informações a respeito daquele que a ameaçara.

O *histórico* se inicia com o emprego da conjunção *conforme* que assinala o discurso indireto por meio do qual se percebe a voz da vítima. Na sequência, a conjunção *segundo* tem, também, a função de atribuir à vítima a maior parte das informações disponíveis no BO.

No final do *histórico*, o policial relator utiliza-se do particípio passivo [...*foi orientada*] para assinalar que a vítima foi orientada a comparecer à unidade policial. O recurso da voz passiva parece causar prejuízo para a identificação do responsável pelas orientações. Representa, na construção em que se insere, a omissão da voz responsável pela orientação prestada à vítima.

QUADRO 26
Síntese do folhado textual – Exemplar 5

CAMADAS	ELEMENTOS DAS CAMADAS	MARCAS OBSERVADAS
Infraestrutura geral	Plano geral	Tema: ameaça a mulher em situação doméstica
	Tipos de discurso	- discurso interativo - relato interativo - discurso indireto
	Sequências	- narrativa - descritiva
Mecanismos de textualização	Mecanismos de conexão	- <i>segundo, conforme</i>
	Coesão nominal	- Para a vítima: <i>vítima</i> e nome próprio - Para o autor: <i>autor, marido, ele</i>
Mecanismos enunciativos	Posicionamentos enunciativos e vozes	- conjunções <i>conforme</i> e <i>segundo</i> - vozes do policial (autor empírico e personagem) - voz da vítima - voz do autor
	Modalização	Ø

A voz do autor da ameaça também é percebida no histórico, inserida na fala da vítima. A ele é atribuída a ameaça de morte, apresentada em discurso indireto.

No *histórico*, a sequência de verbos no pretérito perfeito assinala a progressão da narrativa. O emprego do futuro do pretérito na locução verbal *iria matá-la* tem valor projetivo, assinalando um deslocamento do tempo entre a ação do autor e a atitude que ele prometera concretizar com a morte da vítima.

4.1.5.4 Confrontação com as prescrições institucionais

Diante das orientações institucionais para produção do BO, o Exemplar 5 falha ao deixar de registrar, em campos parametrizados, informações que contribuiriam para a constituição da narrativa, para o amplo entendimento do contexto de produção. As omissões observadas no texto foram:

- a) o registro do horário de início do atendimento;
- b) o preenchimento do campo *relação vítima/autor* na qualificação do *envolvido 1*;
- c) a informação de que o caso se enquadrava em evento de violência doméstica ou familiar contra mulher. Nesse caso, a omissão repercutiu na ausência da natureza secundária que seria gerada automaticamente pelo sistema.

A falta de lançamento dos dados comprometeria os resultados de uma eventual pesquisa ao banco de dados cujos parâmetros de consulta se baseassem nas informações próprias dos campos destacados. Assim, além de implicar prejuízo para a tramitação do assunto tratado no exemplar particular, também representa ausência de informação qualificada no banco de dados alimentado com a geração do BO. Sob o ponto de vista das análises, indica prejuízo para a orientação da narrativa.

O emprego da expressão *motivos fúteis*, por sua vez, não infere sentido relevante ao texto, já que não se constitui em esclarecimento sobre o motivo que, além do ciúme, causou a ameaça.

4.1.6 Exemplar 6

4.1.6.1 Contexto de produção

O Exemplar 6 noticia um acidente de trânsito com vítima ocorrido no bairro Estoril/BH, no dia 10 jan. 2012. Os policiais empenhados na ocorrência foram cientificados do acidente via central de comunicações, às 17h26min. Esse mesmo horário foi atribuído ao fato. O policial relator anulou os campos referentes ao registro da data e do horário do atendimento.

O início do registro se deu às 19h24min, e o recibo foi gerado às 19h44min, o que indica que o policial relator dispensou 20 minutos na atividade de produção textual. O horário final foi registrado às 19h30min, o que situa esse encerramento no intervalo em que ainda ocorria a produção textual.

O BO foi destinado à Delegacia Especializada em Acidentes de Trânsito do Departamento de Trânsito (Detran) de Minas Gerais. Trata-se de órgão chefiado por um delegado que atua prioritariamente em assuntos referentes ao trânsito, portanto, um destinatário que possui conhecimentos aprofundados sobre ocorrências como a tratada no Exemplar 6. O produtor do BO, um soldado, também atua em uma unidade especializada no policiamento de trânsito, o que permite deduzir que ele também possua domínio prático sobre o assunto que é tema do texto.

QUADRO 27
Síntese do contexto de produção do Exemplar 6

MUNDO FÍSICO		MUNDO SOCIAL	
Lugar de Produção	Sistema REDS	Lugar social	Local de trabalho
Momento de produção	Entre 19h24min e 19h44min do dia 10 jan. 2012.	Posição social do emissor	Soldado do Batalhão de Trânsito
Emissor	Identificado	Posição social do receptor	Delegado da PC (Detran)
Receptor	Não há registro	Objetivo	Comunicar a ocorrência de um acidente de trânsito. Gerar providências policiais sobre o caso.

4.1.6.2 Os elementos da narrativa

A **orientação** da narrativa se constrói pela inserção de dados nos campos parametrizados referentes aos *dados gerais e qualificação dos envolvidos*, que situam o leitor em relação aos espaços físico e temporal, assim como em relação aos personagens.

No Exemplar 6, a falta de distinção entre o horário do acionamento da equipe de policiais e do acidente e a omissão do registro do início do atendimento impedem que se precise o deslocamento temporal, muito embora estejam explícitas informações que delimitem o início e o encerramento do empenho policial.

O campo destinado ao registro da *causa presumida* foi preenchido com a informação *outros/causas relacionadas a trânsito*, o que, apesar de representar uma **avaliação** sobre o fato, indica uma posição mais objetiva em relação à ocorrência, que encontra respaldo na dinâmica do acidente.

A **orientação** prossegue na qualificação dos envolvidos (FIG. 40). No Exemplar 6, o tipo do envolvimento, tanto para o *envolvido 1* quanto para o *envolvido 2*, é descrito como *condutor do veículo*. Dessa forma, de maneira diferente do que ocorre nos BO em que os envolvidos foram categorizados como *vítima e autor*, a leitura dos campos parametrizados não indica o tipo de participação que os personagens tiveram em relação ao evento e, em especial, entre si.

Na qualificação dos envolvidos, o policial relator respondeu *ignorado* aos itens *cúrtis e relação vítima/autor*, assim como anulou o campo *ocupação atual*. Quanto às informações referentes à *cúrtis* e à *relação vítima/autor*, as orientações institucionais não prescrevem a obrigatoriedade da inserção dessas informações, já que elas somente serão coletadas nos casos de infração penal e ato infracional, especialmente nos crimes contra a pessoa, o patrimônio e os costumes (MINAS GERAIS, 2003b). A ausência da informação referente à *ocupação atual* não encontra respaldo nas normas institucionais para produção do BO.

QUALIFICAÇÃO DOS ENVOLVIDOS				
ENVOLVIDO 1				
TIPO DE PESSOA FÍSICA	COD. NATUREZA T00009	TENTADO / CONSUMADO CONSUMADO	SEXO FEMININO	TIPO ENVOLVIMENTO CONDUTOR DO VEICULO
DESCRIÇÃO NATUREZA ACIDENTE DE TRANSITO COM VITIMA				
NOME COMPLETO [REDACTED]				
APELLIDOS XXXX				
NACIONALIDADE BRASILEIRA		DATA NASCIMENTO 09/12/1976		NATURALIDADE / UF MG / RIBEIRAO DAS NEVES
IDADE APARENTE [REDACTED]	GRAU DA LESÃO LEVES		ESTADO CIVIL SOLTEIRO	
CUTIS IGNORADO		OCUPAÇÃO ATUAL XXXX		
RELAÇÃO VITIMA / AUTOR IGNORADO				

FIGURA 40 – Recorte do Exemplar 6: Envolvido 1

O Exemplar 6 apresenta campos próprios das ocorrências de trânsito, e esses campos contribuem para a construção da narrativa. O *Anexo trânsito* (FIG. 41) antecipa informações da **complicação** da narrativa e informa que ocorreria um abaloamento, que houve danos ao patrimônio privado e que não foi realizada a perícia de trânsito porque o local do acidente não fora preservado⁷⁴. Na sequência, nos campos destinados às informações sobre os veículos envolvidos no acidente (FIG. 42), o policial relator esclarece que o local da ocorrência foi desfeito para desobstruir o trânsito.

ANEXO TRÂNSITO			
TIPO DE ACIDENTE ABALROAMENTO			
DANOS AO PATRIMÔNIO PRIVADO XXXX			
PÚBLICO FEDERAL XXXX ESTADUAL XXXX MUNICIPAL XXXX			
PERÍCIA TÉCNICA COMPARECEU? NÃO	PREFEIRA DA VIATURA XXXX	PLACA DA VIATURA XXXX	PERITO (MATRÍCULA - NOME) XXXX - XXXX
MOTIVO DO NÃO COMPARECIMENTO LOCAL NÃO PRESERVADO.			

FIGURA 41 – Recorte do Exemplar 6: Anexo trânsito

Os dados referentes aos veículos ampliam as informações típicas da **orientação**, vez que estabelecem relação entre os automóveis e os envolvidos, assim como acrescentam informações sobre os condutores, especificamente as que se referem a sua habilitação para conduzir veículos.

⁷⁴ Equivale a dizer que o ambiente em que o acidente ocorreu não foi mantido em seu estado original, o que impossibilitaria os trabalhos da perícia. Corresponde a dizer, em outra expressão empregada no BO (FIG. 42), que o local da ocorrência foi desfeito.

VEÍCULOS						
VEÍCULO 1						
SITUAÇÃO DO LOCAL ACIDENTE COM VITIMA LOCAL DESFEITO PARA DESOBSTRUIR O TRÁFEGO						
ENVOLV. NR. 2	SITUAÇÃO VEÍCULO VEÍCULO LIBERADO		MOTIVO APREENSÃO XXXX			
NR. ORL/VICIA XXXX	RENAVAM XXXX		TIPO DE VEÍCULO AUTOMÓVEL			
CHASSI XXXX	MARCA / MODELO XXXX		MUNICÍPIO XXXX			UF MG
ESPECIE PASSAGEIRO	CATEGORIA PARTICULAR		ACOPADO? XXXX	ACOPADO AO VEÍCULO NR. XXXX		
PLACA XXXX	COR PREDOMINANTE CINZA	ANO EXERCÍCIO XXXX	ANO FABRICAÇÃO 2002	SEGURO OBRIGATÓRIO ? XXXX	SEGURO OPCIONAL ? XXXX	
NOME PROPRIETÁRIO XXXX						
OS DADOS DO VEÍCULO FORAM VALIDADOS NO SDAK?		NÃO				
ETILÔMETRO (CONDUTOR) (MG/LITRO AR) XXXX		Nº ETILÔMETRO XXXX		Nº INMETRO ETILÔMETRO XXXX		
DADOS CONDUTOR	POSSUI CNH? SIM	TIPO CNH NOVA	REGISTRO CNH DO CONDUTOR XXXX	CATEGORIA CNH B	RECOLHIDA ? NÃO	UF MG
DATA 1ª HABILITAÇÃO XXXX	DATA VENCIMENTO XXXX	SITUAÇÃO DO CONDUTOR HABILITADO				
USO DE DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA CINTO DE SEGURANÇA						
SENTIDO DO TRÁFEGO DO VEÍCULO (ORIGEM/DESTINO) OUTROS (NO HISTÓRICO)			TACÓGRAFO OUTROS (NO HISTÓRICO)			Nº OCUPANTES XX
MOTIVO PELO QUAL NÃO FOI POSSÍVEL DEFINIR A GRAVIDADE DO DANO XXXX						
OBSERVAÇÕES XXXX						
DEMAIS OCUPANTES IDENTIFICADOS XXXX						
DANO(S) APARENTE(S) CONFORME RELATÓRIO DE DANOS DO VEÍCULO						
VEÍCULO TRANSPORTANDO CARGA XXXX	Nº DA ONU XXXX	Nº DA NOTA FISCAL XXXX	VALOR DA NOTA FISCAL XXXX	EXPEDIDOR XXXX		
MERCADORIA TRANSPORTADA XXXX						

FIGURA 42 – Recorte do Exemplar 6: Veículo 1

O BO apresenta tabelas nas quais o policial relator assinala a existência de danos em cada parte do veículo. No caso do Exemplar 6, a maior quantidade de dados foi relacionada ao *veículo 2*, uma motocicleta, que apresentou avarias no guidão, no retrovisor esquerdo, no pedal de marcha, na carenagem do farol, no para-lamas dianteiro e na manete esquerda.

O campo denominado *dinâmica do acidente* (FIG. 43) é apresentado para cada um dos veículos envolvidos. As informações disponíveis nesse campo são próprias da **complicação** da narrativa. Pela análise da dinâmica do acidente referente ao *veículo 2* (FIG. 43), sabe-se, dentre outras, que ele seguia em frente, em uma pista dupla, larga, plana, em boas condições, asfaltada, com mão dupla de direção, de superfície seca, com boa sinalização vertical, até que, em razão de acidente, impactou-se de frente com o outro veículo.

DINÂMICA DO ACIDENTE - VEÍCULO 2			
NATUREZA DO MOVIMENTO DO VEÍCULO SEGUINDO EM FRENTE			
PONTO DE IMPACTO FRENTE CENTRAL			
VIA PISTA DUPLA		NÚMERO DE FAIXAS DE TRÂNSITO 4	
LARGURA DA PISTA LARGA (ACIMA DE 7.0M)		TRAÇADO DA PISTA RETA	
RELEVO DA PISTA PLANO		SEPARAÇÃO FÍSICA CANTEIRO	
CONDIÇÃO DA PISTA BOA			
PAVIMENTO ASFALTO		ACOSTAMENTO NAO HA	
CALÇADA BOM/BOA	CARACTERÍSTICA DA VIA OUTRAS	MÃO DE DIREÇÃO DA VIA DUPLA	
OBRA DE ARTE NAO HA OBRA DE ARTE			
SUPERFÍCIE DA PISTA SECA			
TEMPO BOM		LUMINOSIDADE DIA	
SINALIZAÇÃO VERTICAL BOA		SINALIZAÇÃO HORIZONTAL BOA	
SINALIZAÇÃO EXISTENTE OUTROS (NO HISTÓRICO)			
CONTROLE DE TRAFEGO SEMAFORO		MARCAS LONGITUDINAIS (VIARIAS) 2	
RESTRIÇÃO DE VISIBILIDADE NAO HA			
OBRAS NA PISTA NAO HA OBRA		VELOCIDADE PERMITIDA EM KM/H XXXX	

FIGURA 43 – Recorte do Exemplar 6: Dinâmica do acidente

A **complicação** da narrativa, antecipada nos *dados gerais* e na *qualificação dos envolvidos*, como nos exemplares anteriores, prossegue no *histórico* (FIG. 44). Em razão do tipo da natureza dos fatos narrados, o movimento de um estado inicial – em que os condutores trafegavam de forma independente – para a modificação desse estado – o acidente propriamente dito – é mais detalhada do que nos exemplares anteriores. A ação de cada um dos condutores, que culminou por causar o acidente, também é especificada nessa parte do texto.

Também no *histórico* há elementos da **orientação**, pois nele o policial relator especifica o local exato em que os veículos envolvidos se encontravam – nome da rua, faixa da via, sentido de direção etc. O caso narrado no Exemplar 6 demonstra que, algumas vezes, para construir uma narrativa clara, o policial relator necessita repetir, no *histórico*, informações próprias dos campos parametrizados. É o caso do endereço onde aconteceu o acidente, típica da **orientação** e que se ajusta inicialmente aos *dados gerais*. Como o desenvolvimento da **complicação** requer que se apresente a dinâmica do acidente, o relator retoma o lugar e acrescenta mais informações sobre locais e posições – nome da via pública, por exemplo – estabelecendo relações de maneira a recuperar a sequência de acontecimentos que resultaram no acidente.

HISTÓRICO DA OCORRÊNCIA
CONFORME VERSÃO DA SRA. [REDACTED], CONDUTORA DA MOTOCICLETA BIZ, SEGUIA NA BARÃO HOMEM DE MELO NA FAIXA DA DIREITA SENTIDO JARDIM AMERICA, QUANDO NO CRUZAMENTO COM A RUA ANTONIO NILO GAZIRE O VEICULO ASTRA, QUE TRANSITAVA NO MESMO SENTIDO NA FAIXA DA ESQUERDA, DEVIDO A RETENCAO NO TRANSITO TROCOU PARA A FAIXA DA DIREITA REPENTINAMENTE ATINGINDO SEU VEICULO. SEGUNDO RELATOS DO SR. [REDACTED] CONDUTOR DO VEICULO ASTRA, SEGUIA NA BARÃO HOMEM DE MELO NA FAIXA DA ESQUERDA SENTIDO JARDIM AMERICA, QUANDO NO CRUZAMENTO COM A RUA ANTONIO NILO GAZIRE O TRANSITO A SUA FRENTE PAROU DEVIDO A VEICULOS QUE FECHAVAM A VIA, ALEGANDO TER TROCADO DE FAIXA REPENTINAMENTE SEM ACIONAR A SETA INDICADORA DE DIRECAO, INFORMANDO AINDA NAO TER VISTO A MOTOCICLETA. A CONDUTORA DA MOTOCICLETA SOFREU ESCORIAÇOES LEVES NA MAO ESQUERDA, BRACO ESQUERDO E PERNA ESQUERDA E NAO QUIS ATENDIMENTO MEDICO, ALEGANDO PROCURAR A UPA OESTE POR MEIOS PROPRIOS.

FIGURA 44 – Recorte do Exemplar 6: Histórico

Quando registra, no *histórico*, as versões de cada um dos envolvidos no acidente, o policial relator atribui a cada um deles a **avaliação** sobre aquele que causou o acidente.

(26) Conforme versão da (...) condutora da motocicleta Biz, seguia (...) quando (...) o veículo Astra, que transitava no mesmo sentido na faixa da esquerda (...) trocou para a faixa da direita repentinamente atingindo seu veículo.

(27) Segundo relatos do (...) condutor do veículo Astra, seguia (...) na faixa da esquerda (...) alegando ter trocado de faixa repentinamente sem acionar a seta indicadora de direção, informando não ter visto a motocicleta.

As informações prestadas por ambos os condutores (26) e (27) indicam que o acidente foi causado pelo movimento repentino e não sinalizado do veículo Astra.

QUADRO 28
Esquematização da estrutura da narrativa – Exemplar 6

ELEMENTOS ESTRUTURAIS DA NARRATIVA	CAMPOS DO BO					
	Dados Gerais	Qualificação dos envolvidos (FIG. 40)	Materiais	Histórico	Viaturas e Policiais (FIG. 44)	Recibo
Orientação						
Complicação						
Avaliação						
Solução						
Coda						



Alta presença do elemento



Alguma presença do elemento



Pouca ou nenhuma presença do elemento

Como nos exemplares anteriores, observa-se a **coda** nos campos destinados ao registro das viaturas e policiais e à emissão do recibo, e a **solução**, também no recibo.

4.1.6.3 O folhado textual

O Exemplar 6 é composto por sete páginas. São peculiares a esse BO alguns campos parametrizados típicos das ocorrências de trânsito – o anexo de trânsito (FIG. 41), os *dados dos veículos* (FIG. 42), a *dinâmica do acidente* (FIG. 43) e a relação de *danos e avarias*.

O tema do texto é o acidente de trânsito com vítima – a condutora da motocicleta. No *histórico*, os personagens do BO não são relacionados a um tipo de envolvimento que sugira relação vítima e autor, mas são mencionados pelos nomes próprios. Como uma estratégia para esclarecer a situação desses personagens, o policial relator vincula cada um deles ao veículo que conduz [*a Sr.^a (...) condutora da motocicleta... o Sr. (...) condutor do veículo Astra*].

No *histórico* (FIG. 44), o discurso indireto é empregado para dar voz, alternadamente, aos dois condutores dos veículos e é introduzido pelas conjunções *segundo* e *conforme*. Apesar de não haver aparente divergência entre as versões desses dois envolvidos sobre a dinâmica e a causa do acidente, a estratégia de registrar as falas de cada um deles causa um efeito de imparcialidade por parte do policial relator. Não há indicação da voz do policial como personagem da ocorrência.

A sequência descritiva complementa a narrativa, comportando-se como secundária. Na narrativa, o tempo pretérito perfeito interage com o pretérito imperfeito para assinalar a continuidade de um acontecimento em relação ao outro. Nas versões atribuídas aos dois envolvidos, eles contam que seguiam pela via até que aconteceu o acidente.

A apresentação da dinâmica do acidente, nas falas dos dois condutores, mantém a sequência dos verbos no pretérito imperfeito [*seguia*] e no pretérito perfeito [*parou, trocou*], articulados pelo emprego do conector temporal *quando*, o que indica a decomposição das ações narradas no tempo [...*seguia... quando... parou*]. Essa fórmula é empregada para apresentar as versões de ambos os condutores (26) e (27). O modo gerúndio do verbo [*atingindo*] é utilizado para sinalizar que a ação indicada por ele ocorreu após, e na sequência, da anterior (28).

(28) ...devido a retenção no trânsito trocou para a faixa da direita repentinamente atingindo seu veículo.

QUADRO 29
Síntese do folhado textual – Exemplar 6

CAMADAS	ELEMENTOS DAS CAMADAS	MARCAS OBSERVADAS
Infraestrutura geral	Plano geral	Tema: acidente de trânsito
	Tipos de discurso	- discurso interativo - relato interativo
	Sequências	- narrativa - descritiva
Mecanismos de textualização	Mecanismos de conexão	- <i>quando</i> - <i>conforme, segundo</i>
	Coesão nominal	Para os envolvidos: <i>conduta da motocicleta, condutor do veículo Astra; nomes próprios; tratamento sr.</i>
Mecanismos enunciativos	Posicionamentos enunciativos e vozes	- <i>conforme e segundo</i> - vozes dos envolvidos no acidente - voz do policial relator (autor empírico)
	Modalização	Ø

4.1.6.4 Confrontação com as prescrições institucionais

A anulação do campo destinado ao registro do horário do atendimento contraria orientação institucional para que o policial relator preencha os campos parametrizados com as informações referentes ao evento.

A ausência do horário de atendimento e a falta de precisão sobre o horário do fato, que coincide com o da comunicação, prejudicam o perfeito entendimento sobre a sequência dos fatos narrados no BO.

4.1.7 Exemplar 7

4.1.7.1 Contexto de produção

O Exemplar 7 trata de um crime de dano, ocorrido no dia 29 fev. 2012, no bairro Serra, localizado na região sul de Belo Horizonte. O atendimento da ocorrência foi solicitado diretamente ao órgão policial. Por convenção, o policial relator assinala essa opção quando o solicitante se dirige pessoalmente à unidade policial para comunicar o fato que gerará a produção textual.

Além do acionamento via central de comunicações, feito diretamente à unidade policial, já abordado nesta pesquisa, o REDS oferece outras quatro alternativas:

- a) denúncia anônima, aquela em que não há a identificação da pessoa que solicita o atendimento;
- b) diretamente ao policial, aquela em que o solicitante se dirige ao policial que estava em seu posto de policiamento;
- c) a iniciativa do policial, aquela em que o policial depara com o fato que gerou a intervenção e se empenha no atendimento;
- d) a decorrente de operação policial, aquela em que, atuando em uma operação específica, o policial encontra um fato que provoca a produção de um BO distinto.

As diversas formas de acionamento da PMMG – também chamados *origem da comunicação* – da ocorrência, podem provocar reflexos no contexto de produção do BO, notadamente nos aspectos referentes ao lugar físico e ao lugar social de produção.

Os horários do fato, da comunicação e do início do atendimento são coincidentes – 23h52min. Como o atendimento foi solicitado diretamente no órgão policial, explica-se a simultaneidade dos registros referentes à comunicação e ao início do atendimento. A produção textual se deu no intervalo entre 00h05min e 00h10min, portanto, demandou cinco minutos. O policial sinalizou o encerramento do seu empenho à 00h11min.

No caso do Exemplar 7, a pessoa que solicitou o registro da ocorrência dirigiu-se diretamente à unidade em que o policial relator se encontrava: a 127ª Companhia da PMMG, localizada no bairro Serra/BH. Não há, no BO, espaço destinado à viatura policial, o que indica que não

houve deslocamento desse tipo de veículo para o registro da ocorrência⁷⁵. Essas informações indicam que a 127ª Cia foi o local de produção do BO e, aliadas ao tempo dispendido na produção textual, permitem deduzir que o ambiente institucional mais específico da produção, o local de trabalho, foi a unidade na PMMG.

O destinatário não foi identificado pelo nome próprio, como nos demais exemplares, mas se projeta na imagem do delegado responsável pela 3ª Delegacia da Polícia Civil Sul, situada no bairro Sion, também na região centro-sul de Belo Horizonte.

O policial relator, que registrou seu nome no BO, exerce a função de Soldado da PMMG e trabalha na 125ª Companhia. A 125ª Companhia pertence ao 22º BPM e está situada no bairro Santa Lúcia. A companhia responsável pelo policiamento no bairro Serra, local onde se deu o furto, é a 127ª. Assim como a 125ª, a 127ª também é uma companhia do 22º BPM. A equipe de policiais que atuou na ocorrência era composta por dois soldados, o relator e outro, este lotado na 127ª Cia. É possível inferir que o policial relator, embora pertencesse à 125ª Companhia, prestasse serviços na 127ª na data do dano.

QUADRO 30
Síntese do contexto de produção do Exemplar 7

MUNDO FÍSICO		MUNDO SOCIAL	
Lugar de Produção	Sistema REDS	Lugar social	Local de trabalho
Momento de produção	Entre 00h05min e 00h10min do dia 01 mar. 2013.	Posição social do emissor	Soldado da PMMG 22º BPM
Emissor	Identificado	Posição social do receptor	Delegado da PC (3ª Delegacia)
Receptor	Não há registro	Objetivo	Comunicar ocorrência de dano. Gerar ações policiais com vistas a solucionar o crime.

⁷⁵ Tratou-se, nesse caso, de uma ocorrência de *registro posterior*.

4.1.7.2 Os elementos da narrativa

Informações próprias da **orientação** da narrativa estão nos campos parametrizados destinados aos *dados gerais*, nos quais o policial relator indica o endereço onde se deu o dano, e na *qualificação dos envolvidos*.

A *causa presumida* do furto foi assinalada como *outros*, o que, embora não especifique o motivo do crime, parece adequado à situação, conclusão a que se chega pela ausência do autor do crime, personagem que poderia esclarecer a motivação. Dessa forma, o campo *dados gerais* não contém a mesma intensidade de **avaliação** observada nos exemplares em que os relatores precisaram os motivos que levaram ao crime, muito embora, como já discutido, alguns casos podem ter decorrido de avaliação que não pode ser comprovada pelo relator – casos dos Exemplares 1, 2 e 4. Permanece, no entanto, certo grau de **avaliação** no campo *dados gerais*, assim como no campo *qualificação dos envolvidos*, representado pela seleção da natureza do crime, indicativa de que o policial relator analisou os fatos que lhe foram relatados, classificou-os como ocorrência típica de polícia e coerente com a conduta criminal tipificada como *dano*.

No Exemplar 7, há somente um envolvido, qualificado na condição de vítima. Há, ainda, um campo destinado ao veículo que se relacionou com a ocorrência, este vinculado à vítima. A leitura do campo *qualificação dos envolvidos* permite perceber que o dano tratado no BO tem relação com o veículo da vítima, o que antecipa a **complicação** da narrativa, que também se observa dos dados gerais como ocorreu em todos os exemplares analisados.

No *histórico* (FIG. 45), que se desenvolve em duas linhas, apresenta-se com mais consistência a **complicação** da narrativa, que consiste na informação da vítima de que seu veículo fora arrombado no local em que estava estacionado.

HISTÓRICO DA OCORRÊNCIA
SEGUNDO A VITIMA, ELA ESTACIONOU SEU VEICULO NO ENDEREÇO CITADO E QUANDO RETORNOU VERIFICOU QUE O VIDRO DIREITO DIANTEIRO ESTAVA QUEBRADO, POREM NADA FOI LEVADO DO INTERIOR DO VEICULO.

FIGURA 45 – Recorte do Exemplar 7: *Histórico*

A **solução** e a **coda** se comportam como nos exemplares anteriores.

QUADRO 31
Esquematização da estrutura da narrativa – Exemplar 7

ELEMENTOS ESTRUTURAIS DA NARRATIVA	CAMPOS DO BO					
	Dados Gerais	Qualificação dos envolvidos	Materiais	Histórico	Viaturas e Policiais ⁷⁶	Recibo
Orientação						
Complicação						
Avaliação						
Solução						
Coda						



Alta presença do
elemento



Alguma presença do
elemento



Pouca ou nenhuma
presença do elemento

4.1.7.3 O folhado textual

O Exemplar 7 é composto por três páginas. Dos grupos de tabelas, o espaço destinado à inclusão do veículo danificado é peculiar ao fato narrado. A ausência do campo *Viatura e policiais* indica a inexistência de deslocamento da equipe de policiais militares para o registro imediato da ocorrência.

O tema do BO é o dano praticado no veículo da vítima. No *histórico*, a voz dela predomina, em forma de discurso indireto, introduzido pela conjunção *segundo*. Na retomada do personagem *vítima*, o policial relator se utiliza do pronome pessoal *ela* e, no mesmo período, omite a repetição do sujeito. O recurso da omissão, no *histórico* do Exemplar 7 (FIG. 43), não prejudica o entendimento do texto.

O emprego da conjunção adversativa *porém* indica um posicionamento do enunciador em relação ao fato. A circunstância de nada ter sido levado do veículo que teve os vidros

⁷⁶ No Exemplar 7, não está presente o campo *viaturas e policiais*, contudo, permanece o espaço destinado à identificação do policial que atendeu a ocorrência (campo *militar/integrante*).

quebrados parece contrariar as expectativas em relação a um fato dessa natureza. Se o vidro de um veículo estacionado na rua é quebrado, supõe-se que o autor pretendesse levar o veículo ou algo que estivesse em seu interior.

A sequência de verbos no pretérito perfeito – *estacionou, retornou* – e no pretérito imperfeito assinala a progressão dos acontecimentos em relação ao conteúdo temático.

A sequência descritiva é secundária à narrativa e, além dos campos parametrizados, também figura de forma sutil, mas importante para o entendimento dos fatos, no *histórico*. Nessa parte do texto, a descrição de que o vidro dianteiro direito do veículo fora quebrado é necessária para complementar as informações dos campos parametrizados, já que naqueles não há espaço para a descrição dos danos causados no veículo.

QUADRO 32
Síntese do folhado textual – Exemplar 7

CAMADAS	ELEMENTOS DAS CAMADAS	MARCAS OBSERVADAS
Infraestrutura geral	Plano geral	Tema: Dano em veículo
	Tipos de discurso	- discurso interativo - relato interativo - discurso indireto
	Sequências	- narrativa - descritiva
Mecanismos de textualização	Mecanismos de conexão	- <i>porém</i> - <i>segundo</i>
	Coesão nominal	- vítima: <i>vítima, ela (anáfora pronominal)</i> e elipse pronominal ⁷⁷
Mecanismos enunciativos	Posicionamentos enunciativos e vozes	- <i>segundo</i> - voz do policial relator (autor empírico) - voz da vítima
	Modalização	- conjunção adversativa <i>porém</i>

⁷⁷ Muito embora existam, para alguns gramáticos, diferenças entre elipse e zeugma, esta entendida como a omissão de um termo já mencionado antes, abraçou-se, nesta exposição, o entendimento de que a zeugma é também uma forma de elipse da maneira como o faz Antunes (2005).

4.1.7.4 Confrontação com as prescrições institucionais

A ausência de especificação do horário do fato nos campos parametrizados remete à orientação normativa que prevê o preenchimento dos campos parametrizados com o objetivo de conferir ao registro amplitude de informações sobre o evento. No caso do Exemplar 7, é razoável perceber que a vítima não poderia informar o horário exato da ação criminosa porque não estava presente quando ela ocorreu. Por outro lado, a indicação, o *histórico*, do intervalo em que a vítima permaneceu distante do veículo contribuiria para conferir maior precisão à narrativa.

4.1.8 Considerações quanto às transgressões à norma culta

A opção por considerar, nesta seção, os aspectos que indicam transgressão à norma culta da língua portuguesa visa a assegurar que tais aspectos, existentes nos exemplares que constituíram o *corpus*, não sejam considerados representativos de Boletins de Ocorrência considerados de boa qualidade do ponto de vista da comunidade discursiva que os emite. Nesse sentido, atende a duas circunstâncias que devem ser retomadas: a primeira delas, a indicação expressa no ofício que remeteu o *corpus* de pesquisa de que problemas gramaticais comprometem a qualidade dos textos; a segunda atende as orientações mais gerais para a produção de textos próprios da redação oficial (BRASIL, 2002; MINAS GERAIS, 2012) que consideram, dentre as características esperadas desses textos, a correção representada pelo uso do padrão culto de linguagem.

A menção que se apresenta nesta seção, por sua vez, não pretende esgotar todos os aspectos existentes nos exemplares analisados, mas relacionar as transgressões mais recorrentes no *corpus*. Entende-se que, embora suficiente para as análises já apresentados nesta pesquisa, o *corpus* não pode ser considerado representativo dos problemas ou mesmo das correções relacionadas ao emprego da norma culta nos BO emitidos pela PMMG, o que exigiria outra metodologia de coleta, possivelmente com a ampliação do número de exemplares a serem analisados.

Assinalar a existência de transgressões à norma gramatical representa apontar aspectos que podem ser considerados pelos próprios policiais relatores por ocasião da produção textual, especialmente em movimentos de revisão do texto antes do encerramento do registro. Por

outro lado, pode contribuir, ainda que sob a restrição da baixa representatividade, para sinalizar aspectos que podem ser analisados nas atividades pedagógicas destinadas ao estudo do gênero na instituição.

A pesquisa não se propôs a catalogar quantitativamente as incidências de aspectos de ordem gramatical, contudo, parece coerente afirmar que os problemas relacionados à pontuação podem ser considerados os mais recorrentes, especialmente no que se refere à colocação da vírgula. Os problemas relacionados à pontuação guardam relação com a organização de frases e períodos, algumas vezes excessivamente longos, como ocorre no Exemplar 1 [*Segundo (...) ao chegar na igreja (...), da qual é membro, deparou com uma das portas semi aberta e após a chegada dos músicos na igreja, ficou constatado que teriam sido vítimas...*].

Outro aspecto que se destaca está relacionado à ausência de acentuação das palavras [VITIMA, SITUAÇÃO, POLICIA, TRES, PROVIDENCIAS etc.]. É possível que o problema decorra da formatação do texto exclusivamente em caixa alta, contudo, essa formatação não é uma imposição do sistema. Pode, o produtor do BO, utilizar-se dos recursos do teclado para selecionar a formatação da fonte – maiúscula ou minúscula. Apesar disso, a partir da verificação dos exemplares coletados – todos os 25 colhidos inicialmente – é possível perceber a preferência dos relatores pelo uso exclusivo das letras maiúsculas⁷⁸.

É possível que a adoção do padrão de escrita em caixa alta decorra de normas institucionais que vigoravam à época do texto BO manuscrito e que, para aquele formato, sugerissem a escrita em letra de forma, possivelmente para favorecer a legibilidade. Também remonta à época do BO manuscrito a orientação para que o texto não contivesse espaços em branco ou parágrafos, já que representavam riscos de inserção de registros que adulterassem o documento. Para a situação atual, tanto a seleção de letras maiúsculas e minúsculas quanto a estruturação do texto em parágrafos não representam riscos ao texto. A adoção da marcação de parágrafos imprimiria mais qualidade estética e funcional aos *históricos* mais longos, como os que se apresentam nos Exemplares 3 e 6.

⁷⁸ Sabe-se que, atualmente, a produção textual em fontes exclusivamente maiúsculas tem sido considerada como de estilo pouco polido, já que sinalizaria, para o leitor, agressividade ou tom de voz elevado. A diferenciação de letras maiúsculas e minúsculas atenderia, assim, à convenção que, inicialmente válida para os ambientes digitais, tem se estendido para os demais suportes.

Outros aspectos identificados se referem à conjugação verbal e nominal [*haviam, guarnição comandado, foi realizado operação*], redundância [*juntamente com*], emprego de preposições [*...até ao caixa*], emprego da palavra *mesmo*⁷⁹ na função de sujeito da oração, ortografia [*semi aberta*], emprego de pronome demonstrativo [*esta* com valor anafórico] e emprego inadequado do pronome relativo *cujo* [Empenhados pelo CICOP em uma averiguação de pessoa suspeita, *cujo* histórico transmitido pelo CICOP...].

4.2 Análise comparativa: validação da análise da pesquisadora

Submeter os exemplares que constituíram o *corpus* de pesquisa à apreciação de uma delegada de Polícia Civil permitiu conhecer a visão do destinatário potencial do BO. Se os exemplares analisados pela pesquisadora eram respaldados pelos representantes da comunidade discursiva que emite o BO, a PMMG, restava perceber em que medida eles atenderiam às expectativas da instituição que, na maior parte das vezes, recebe o texto. Dessa forma, esperavam-se respostas a duas indagações:

- a) a qualidade dos BO coletados seria também atestada pelo destinatário potencial?
- b) as marcas inventariadas na análise da pesquisadora correspondiam às expectativas do destinatário potencial do texto?

A delegada entrevistada na fase de validação considerou que o conjunto dos BO que lhe foi apresentado é de boa qualidade, o que converge para o entendimento de que a qualidade geral dos BO atende à necessidade do destinatário.

A destinação adequada dos BO para as delegacias responsáveis pela apuração dos casos foi um aspecto considerado positivo em todos os exemplares. Quando o policial relator falha ao selecionar o destinatário, obriga o delegado que recebeu o BO a analisá-lo e transferi-lo para outro delegado, causando retardo no trâmite e demanda desnecessária de trabalho ao destinatário inicial.

⁷⁹ Neves (2011), Bechara (2009) e Cunha (2008) foram tomados como referência para apontar a inadequação do emprego de *mesmo* na função de sujeito.

Alguns exemplares foram considerados de alta qualidade pela entrevistada, em razão do conjunto de informações disponíveis no texto. O Exemplar 4, por exemplo, foi classificado como “acima da média” em comparação com os BO que normalmente estão em circulação.

No Exemplar 4, apesar de o autor não ter sido encontrado, o policial relator disponibilizou espaço nos campos parametrizados para sua qualificação. Assim, embora não fosse possível inserir seu nome ou endereço, estão registradas características físicas – tais como altura e idade aparente – que podem ser úteis na fase investigativa. O mesmo acontece com o veículo utilizado na fuga do autor que, ainda que não tivesse sido apreendido, recebeu destaque no BO com a inserção de informações referentes ao seu modelo, cor, placa etc. Para a entrevistada, esse cuidado não está entre aqueles normalmente adotados pelos policiais relatores do BO, mas, em virtude de sua relevância, é um fator de qualidade do Exemplar 4. No Exemplar 3, a entrevistada considerou como aspecto positivo a inserção, nos campos parametrizados, de características do autor, tais como tatuagem e idade.

Tanto os cuidados adotados pelo policial relator do Exemplar 4, que incluiu dados do autor que escapou e do veículo utilizado na fuga, quanto pelo relator do Exemplar 3, que inseriu a tatuagem e a altura dentre as características do autor, atendem a prescrições da PMMG (2003b). Nesse sentido, as expectativas do destinatário do BO se mostraram coerentes com os padrões que a instituição emissora também espera dos textos.

Quanto aos aspectos negativos, a entrevistada apontou basicamente a ausência de informações ou esclarecimentos sobre o fato e, em casos pontuais, a escolha de certos termos ou informações feita pelo policial relator.

No Exemplar 1, a entrevistada identificou problemas relacionados à descrição dos materiais furtados, já que o policial relator não especificou a quantidade de cada objeto. Em relação aos cheques e cartões, não há informações sobre o banco, o número de agência e à conta, o que poderia dificultar pesquisas posteriores.

No Exemplar 3, a entrevistada apontou problema na situação dos materiais relacionados no evento que foram classificados na situação *apreendidos*. Considerando a leitura do *histórico*, avaliou que os materiais em questão se enquadram melhor na situação *recuperados*, que também é disponibilizada pelo sistema e elimina dúvidas quanto à sua situação na ocorrência.

Nos Exemplares 1 e 4, a entrevistada apontou como problema o fato de os endereços da vítima serem os mesmos dos estabelecimentos comerciais onde os crimes, furto e roubo, foram praticados. Em termos práticos, essa situação pode dificultar o acionamento da vítima em uma hipótese de encerramento do contrato de trabalho.

No Exemplar 4, a entrevistada identificou que o emprego do sintagma *os funcionários* faz supor que outras pessoas que trabalham no estabelecimento comercial têm relação com a ocorrência; contudo, essas pessoas não foram qualificadas no BO. Problema semelhante ocorre com o Exemplar 1, em cujo histórico o policial relator mencionou a presença de músicos no local do furto, mas deixou de relacioná-los no campo *envolvidos*.

Nos Exemplares 1, 5 e 7, a entrevistada apontou a ausência de informações que, não especificadas nos campos parametrizados, poderiam contribuir, se registradas no *histórico*, para o melhor detalhamento de como os crimes aconteceram. No *histórico* do Exemplar 1, faltam informações sobre as circunstâncias em que ocorreu o furto, como, por exemplo, se a vítima ausentou-se das proximidades da bolsa furtada, se descuidou-se do objeto ainda que permanecendo próximo a ele. No exemplar 5, a leitura do BO não permite assegurar se a ameaça ocorreu no interior da residência ou na presença dos filhos, por exemplo, circunstâncias que podem ter desdobramentos na fase investigativa. No Exemplar 7, o *histórico*, bastante sucinto, sugere que podem ter sido omitidas informações que poderiam ter sido obtidas por meio da vítima, a exemplo do intervalo de tempo em que ela permanecera afastada do veículo danificado.

Em uma avaliação mais ampla, a entrevistada considerou que a ausência de informações poderia ser suprida posteriormente como consequência do desenvolvimento dos trabalhos da Polícia Civil. Por outro lado, não deixou de enfatizar que a qualidade do BO está relacionada com a informatividade inserida nele e, dessa forma, deixou transparecer sua expectativa de que o texto apresente esclarecimentos sobre pessoas e acontecimentos que podem ser levantados pelo policial relator no seu contato com os envolvidos. Um conjunto de características consideradas importantes pela entrevistada e que, portanto, contribui para imprimir qualidade aos exemplares se relaciona ao preenchimento dos campos parametrizados com informações descritivas.

Constata-se, assim, que a maior parte das informações consideradas ausentes pela entrevistada – relacionadas às pessoas, aos objetos ou à ação criminosa – poderia ter sido suprida, ao

menos em parte, com o preenchimento mais criterioso dos campos parametrizados. É o caso do Exemplar 7, ocorrência de dano, no qual, para a entrevistada, faltam informações sobre o tempo em que o veículo da vítima permaneceu estacionado no local em que ocorreu o dano. Nesse exemplar, os horários atribuídos ao fato, ao acionamento da polícia e ao início do atendimento são idênticos, como já foi destacado na análise da pesquisadora.

A entrevista permitiu que se chegasse às seguintes conclusões:

- a) grande parte das expectativas do potencial destinatário do BO é preenchida quando a produção do texto se dá em coerência com as prescrições normativas (PMMG, 2003b), especialmente no que se refere ao empenho no preenchimento dos campos parametrizados;
- b) as análises procedidas, especialmente as relativas ao levantamento do contexto de produção e à estrutura da narrativa, anteciparam aspectos verificados na entrevista de validação, com destaque para aqueles em que se infere falta de clareza na complicação ou na orientação da narrativa, exemplificados pela: i) presença de expressões vazias de sentido; ii) termos do *histórico* sem vinculação com informações dos campos parametrizados; iii) baixa informatividade no *histórico*.

5 CONCLUSÃO

5.1 Retomada das perguntas de pesquisa

A este ponto da pesquisa, retomam-se as questões iniciais, acompanhadas das conclusões que podem ser formuladas em virtude das análises.

a) qual é o contexto de produção do BO?

As análises do *corpus* e as informações obtidas nas normas institucionais e nas pesquisas consultadas permitem formular as características do contexto de produção do BO.

O lugar social em que se dá a produção do BO emitido pela PMMG é um ambiente de trabalho que, embora admita certas variáveis em termos de ambientes físicos específicos – já que pode ser produzido na delegacia de Polícia Civil, na unidade da PMMG, em postos de apoio estabelecidos em conjunto com a comunidade ou em ambientes particulares – se condiciona ao acesso ao espaço virtual institucionalizado, indispensável para a criação do BO informatizado.

O produtor desse BO ocupa a posição social de um policial militar empenhado no exercício de suas atividades profissionais, o que compreende a circunstância de haver contatado pessoas e acessado informações que lhe permitem contar, muitas vezes utilizando-se da versão de outros, os fatos que se constituem na ocorrência policial.

O destinatário do BO, de maneira geral, ocupa o papel social de uma autoridade, assim entendido aquele que tem competência legal para adotar medidas que visem à apuração do acontecido. De maneira mais específica, a autoridade destinatária mais frequente do BO ocupa o papel social de um delegado da Polícia Civil.

O objetivo da produção do BO é registrar o fato que se enquadra entre aqueles que foram definidos como *ocorrências típicas de polícia* e, como consequência, gerar providências em relação ao caso.

A produção do BO, portanto, se dá em um contexto que supõe emissor e receptor legitimados em razão dos papéis sociais que ocupam. O primeiro para formalizar o registro, e o segundo para recebê-lo, avaliá-lo e adotar providências em relação ao seu conteúdo.

Emissor e receptor do BO são habilitados, em suas respectivas comunidades discursivas, para operar o sistema em que o gênero é produzido, tramita, é aceito e recebido. Ambos compartilham conhecimentos e expectativas um em relação ao outro e em relação ao texto.

O BO é produzido em decorrência das atividades profissionais do emissor e do receptor. O gênero atende a demandas das duas instituições que se colocam em pontos distintos do percurso da prestação de serviços de segurança pública: a produção do BO representa a conclusão dos trabalhos da PMMG e dá início aos trabalhos próprios da Polícia Civil.

b) quais são as demais características do gênero BO?

No BO, os elementos da narrativa são observados, na maior parte das vezes, nos campos parametrizados. Observou-se que a natureza e os objetivos aos quais se destinam esses campos fazem com que eles se constituam espaços necessários para determinados elementos da narrativa. É o que ocorre com os campos destinados aos *dados gerais* e à *qualificação dos envolvidos* que, por hospedarem informações sobre personagens, tempo e espaço dos fatos são vinculados essencialmente à **orientação** da narrativa, movimento recorrente em todos os exemplares analisados (QUADRO 33).

Observou-se, ainda, que a **orientação** pode estar também presente no *histórico*, o que foi observado nos exemplares numerados 1 a 6, nas ocasiões em que se mostrou necessário esclarecer, nesse campo, informações que não puderam ser detalhadas nos campos parametrizados. Observou-se que a presença da orientação no *histórico* pode ser considerada mais intensa quando, em casos como os dos BO 4, 5 e 6, foram incluídas características complementares dos autores – Exemplar 4 –, relação de convivência e existência de filhos comuns da vítima e do autor – Exemplar 5 – e dinâmica do acidente no espaço – Exemplar 6. No caso dos exemplares 1 a 3, considerou-se mais baixa a intensidade da orientação no *histórico*, representada pela especificação dos estabelecimentos em que os crimes foram praticados. O Exemplar 3 demonstrou que a orientação também pode estar presente no campo destinado ao registro das *viaturas e policiais*, o que se dá quando esses profissionais participam, como personagens, da narrativa. Em todos os casos, a presença de elementos típicos da orientação no *histórico* representa a necessidade de complementar dados dos campos parametrizados quando esses campos não comportaram os detalhamentos requeridos pela situação.

Também o campo destinado ao registro das *armas e materiais* contempla marcas do elemento **orientação**, uma vez que vincula objetos relacionados ao evento e aos personagens apresentados na narrativa. Percebeu-se que, estando presente o campo *armas e materiais*, haverá vínculo com a orientação, muito embora esse campo não figure em todos os exemplares.

QUADRO 33
Movimentos da orientação na narrativa

ESTRUTURA DO BO	EXEMPLARES						
	1	2	3	4	5	6	7
Dados Gerais							
Envolvidos							
Materiais e armas							
Histórico							
Viaturas/policiais							
Recibo							

A mesma atração ocorre entre a **complicação** da narrativa e o *histórico* (QUADRO 34), já que o objetivo desse campo é permitir o entrelaçamento das informações dispostas nas demais partes do BO, apresentando os fatos de maneira que se perceba a sucessão e as particularidades dos acontecimentos. Conclui-se, portanto, que o *histórico* é o espaço da complicação e que, respeitada a necessidade de produzir um texto conciso e com esclarecimentos que se sustentem nos campos parametrizados, será tanto mais eficaz quanto a habilidade do relator em identificar quais informações, próprias desse campo, serão úteis ao destinatário do documento.

Quanto a essa informatividade, a entrevista de validação destacou como de boa qualidade o *histórico* do Exemplar 4, cujo relator cuidou de colher e registrar características dos trajes utilizados pelo autor que não foi encontrado pela polícia. Em sentido contrário, a entrevista de

validação corroborou o entendimento de que informações mais pormenorizadas sobre as circunstâncias dos delitos, não comportadas pelos campos parametrizados, poderiam contribuir para a maior informatividade dos *históricos*, a exemplo do que se observou nos Exemplos 5 e 7.

QUADRO 34
Movimentos da complicação na narrativa

ESTRUTURA DO BO	EXEMPLARES						
	1	2	3	4	5	6	7
Dados Gerais							
Envolvidos							
Materiais e armas							
Histórico							
Viaturas/policiais							
Recibo							

Ainda quanto à capacidade do *histórico* para recepcionar informações referentes à **complicação** da narrativa, observou-se que a precisão dos termos e expressões utilizadas nessa parte do texto concorre para a qualidade geral do BO. Em sentido contrário, expressões como *motivos fúteis*, empregada no Exemplo 5, não permitem inferir sentido objetivo aos acontecimentos e, portanto, são vazias de informatividade. Por sua vez, a inserção, no *histórico*, de personagens não qualificados nos campos parametrizados – a exemplo de *os músicos*, no Exemplo 1, e de *os funcionários*, no Exemplo 4, frustra a expectativa do destinatário de estabelecer relação entre os personagens listados e as pessoas que poderiam, efetivamente, ser relacionadas para prestar esclarecimentos futuros sobre o caso.

A manifestação da **avaliação** no BO pode ser observada a partir de duas perspectivas (QUADRO 35). A primeira se refere à ação do profissional policial de vincular os acontecimentos a uma tipificação que enquadrará os fatos definidos como ocorrências *típicas*

de polícia, o que resulta no registro do BO e, nesse documento, na inserção da natureza nos campos destinados à *qualificação dos envolvidos* e aos *dados gerais*. A segunda se manifesta por um posicionamento em relação aos fatos já caracterizados como típicos de polícia, revelando julgamento sobre as circunstâncias e sobre as ações apresentadas.

QUADRO 35
Movimentos da avaliação na narrativa

ESTRUTURA DO BO	EXEMPLARES						
	1	2	3	4	5	6	7
Dados Gerais	✓	✓		✓			
Envolvidos							
Materiais e armas							
Histórico					✓		
Viaturas/policiais							
Recibo							

✓ – Sinaliza movimentos que, a partir dos critérios adotados na análise, foram considerados inadequados para o gênero.

O segundo tipo de manifestação da **avaliação**, por sua vez, pode ocorrer em posições distintas. No *histórico*, pode ser imputado à vítima ou ao autor – como ocorre nos Exemplar 1 e 3 – um julgamento sobre circunstâncias ou motivações do acontecimento. Como, nos casos dos Exemplares 1 e 3, as avaliações foram imputadas à vítima ou ao autor, ou, ainda, construída com elementos que sugeriam dúvida [...*suspeita que o provável autor...*], atribuiu-se, na análise, intensidade menor à avaliação nesse caso. Entendeu-se que, nos *históricos* dos Exemplares 5 e 6, por sua vez, as avaliações se mostraram mais intensas. No Exemplar 6, na medida em que a avaliação se deu pela manifestação uníssona da fala dos dois condutores sobre as causas do acidente. No exemplar 5, pelo emprego da expressão *motivos fúteis*, assumida pelo próprio policial relator. Tal expressão, embora não indique uma causa objetiva para a ameaça praticada contra a vítima, carrega o sentido de irrelevância, qualquer motivo

que não justificaria a ação do autor. Nesse sentido, entende-se que o emprego da expressão *motivos fúteis*, além de não alcançar a desejada clareza, contraria a impessoalidade própria dos textos oficiais.

A outra posição da **avaliação** do segundo tipo se manifesta pelo registro, nos *dados gerais*, da causa presumida da ocorrência quando, aparentemente, o julgamento sobre essa causa não poderia ser do conhecimento do policial relator e nem lhe fora informado por personagens que poderiam deter essa informação. É o caso dos Exemplares 1, 2 e 4, em que as causas dos furtos e do roubo foram avaliadas como *dificuldade financeira/cobiça* sem indicação de que esse juízo decorresse da afirmação daqueles que efetivamente praticaram os crimes. Nesse aspecto, a característica *impessoalidade* teria sido prejudicada pela escolha.

No Exemplar 3, a mesma seleção da causa presumida *dificuldade financeira/cobiça* mostra-se coerente com o *histórico*, já que vai ao encontro da afirmação de que um dos autores do furto tem uma dívida a pagar, sugerindo que recorrera ao furto para saldá-la.

Nos exemplares analisados, atribuiu-se ao campo *recibo* a capacidade de indicar a **solução** da narrativa, vez que a formalização do registro representa a atitude do policial em relação aos fatos, materializada pela ação de dar ciência das ocorrências àqueles a quem cabe adotar providências sobre eles. Em alguns Exemplares – 3, 4 e 5 –, observou-se que o *histórico* também comporta a solução, o que ocorre quando o policial militar registra providências que ele mesmo adotou em relação aos acontecimentos.

A **coda**, por sua vez, manifesta-se prioritariamente nos campos parametrizados destinados ao *recibo* e ao *registro dos policiais*, que foram entendidos como espaços nos quais o policial militar se situa no presente da interação, não mais no tempo passado da ocorrência. Também no *histórico* foram observados movimentos da coda, embora com traços diferentes. No Exemplar 4, quando trata da operação desencadeada para encontrar o autor do roubo, o policial relator estende os resultados até o presente da produção, dando a entender que as buscas não haviam cessado até o encerramento do registro [...até o momento não foram localizados]. Nesse caso, entendeu-se que o movimento é compatível com um sentido pretendido pelo relator e coerente com uma informação possível face às circunstâncias dos acontecimentos. No Exemplar 3, por outro lado, a coda está inserida em uma sequência que reitera informações recuperáveis pelos campos parametrizados e que, em razão da sua construção, assemelha-se a uma tentativa de inserir um fecho no *histórico* [*Diante do exposto,*

apresentamos os menores qualificados neste REDS...]. Assim, a coda presente no Exemplar 4 mostrou-se compatível com o *histórico*, o que não ocorreu com a coda do Exemplar 3.

Quanto às demais marcas que constituem o folhado textual do BO, observou-se que o plano geral pode ser constituído por um rol de temas que a instituição classifica como ocorrências típicas de polícia. O tema de cada exemplar é sinalizado nos campos parametrizados que funcionam, ao longo do texto, para:

- a) orientar a produção textual, na medida em que requerem informações, oferecem instruções sobre o que deve ser inserido em diversos campos, alertam sobre a falta de preenchimento de campos obrigatórios e sobre o vínculo entre esses mesmos campos, disponibilizam opções de termos e expressões a serem selecionados e também de esclarecimentos quanto à adequabilidade de algumas escolhas (FIG. 15);
- b) facilitar a leitura, na medida em que categorizam as informações, agrupando-as em razão de sua afinidade e de sua relação com o evento ou com o empenho policial, e permitem um processamento não linear, individualizado, favorável à busca de informações gerais ou particulares;
- c) alimentar os bancos de dados das instituições de segurança pública do estado, consistindo-se na fonte de informações para as análises criminais e integralizando o sistema no qual são elaborados os procedimentos apuratórios a cargo da Polícia Civil.

Os campos parametrizados, portanto, têm função relevante em todas as fases da utilização do BO, o que justifica a necessidade de que os relatores se esforcem para supri-los com as informações requeridas (MINAS GERAIS, 2003b) e, ainda, de que produtores e leitores – prováveis e eventuais – desenvolvam o letramento que lhes permita lidar com o gênero de maneira a alcançar seus objetivos comunicativos. Nos campos parametrizados, predominam as sequências descritivas que, embora ocupem maior extensão no texto, estão a serviço da narrativa, completando-a e esclarecendo-a. A percepção desse caráter complementar da descrição no BO pode facilitar, para alguns produtores, a tarefa de selecionar informações dos campos parametrizados que devem permanecer exclusivamente ali, sem migrar para o *histórico* ou sem se duplicar nesta parte do texto.

Os campos parametrizados predominam ao longo do texto e, apesar de existirem campos fixos em quaisquer BO, outros são acrescentados de acordo com as peculiaridades da ocorrência, o que é o caso dos campos destinados ao registro de *materiais* e *veículos*, por exemplo. O acréscimo de campos corresponde a novos graus de informatividade e tem implicação na extensão do texto.

Os *históricos* de todos os exemplares analisados foram estruturados em um único parágrafo o que, no caso dos textos mais longos, como o Exemplar 3, prejudica a visualização do texto e a sua legibilidade. Tendo em vista que as orientações institucionais para não inserir parágrafos no *histórico* remontam a época em que o texto era manuscrito, portanto, passível de adulteração, entende-se que não há motivos para que se mantenha tal formatação nos textos produzidos no ambiente digital. A organização do *histórico* em parágrafos, recurso permitido atualmente pelo sistema, concorreria, além do efeito estético, para a tarefa de processamento do texto.

A formatação do *histórico* exclusivamente em caixa alta parece corresponder a uma tentativa de facilitar o processo de produção, já que elimina contratempos decorrentes da necessidade de selecionar fontes e recursos de acentuação adequados à norma culta da língua. O sistema, por sua vez, não inflige a formatação do *histórico* em caixa alta, embora o faça para os campos parametrizados. Visando a alcançar padrões de legibilidade, estética e mesmo convenções consideradas polidas na comunicação escrita em ambientes digitais, é possível que o estímulo para que os relatores adotem a diferenciação de fontes maiúsculas e minúsculas resulte em uma nova forma de apresentação do *histórico* pela comunidade discursiva.

O relator do BO mobiliza o mundo do expor implicado, o discurso interativo, quando se posiciona perante o delegado e dá início a uma interação que somente pode ser percebida a partir dos movimentos e sentidos projetados pelos campos parametrizados que sinalizam o início e o encerramento da interação, o chamamento ao destinatário, o posicionamento do emissor e do receptor. A exposição dos fatos, no entanto, se dá com a mobilização do narrar implicado, o relato interativo, vez que, para contar a ocorrência, o relator a ancora em tempo e lugar diversos daquele em que se dá a interação verbal. A presença de verbos no pretérito perfeito, pretérito imperfeito e no futuro do pretérito foi observada nos *históricos*, articulando-se como recurso para destacar a sequência temporal dos acontecimentos.

O discurso indireto predomina no *histórico* do BO, já que, via de regra, o policial relator retextualiza as falas dos envolvidos, atribuindo-lhes a responsabilidade por informações sobre a ocorrência. O BO também comporta marcas convencionais de discurso direto, que podem estar presentes no campo *histórico* ou no *modo da ação criminosa*, tal como ocorre no Exemplar 4 [...*pega o dinheiro*]. Há casos outros, como no Exemplar 3, em que o policial relator emprega o discurso direto porque se insere como personagem da ocorrência e, portanto, participa dos acontecimentos.

O gerenciamento das vozes se mostra aparentemente menos complexo nos casos em que, no *histórico*, todas as informações são atribuídas aos envolvidos, como no caso da vítima do Exemplar 1. A diversidade das vozes ressaí de ocorrências nas quais há um conjunto maior de personagens, notadamente aquelas em que o relator se vê envolvido, com outros policiais, e necessita habilidade para marcar a voz responsável por cada informação, isentando-se ou explicitando sua própria versão sobre os acontecimentos.

A pesquisa demonstrou, ainda, que alguns campos parametrizados, apesar do seu caráter rígido, expõem informações que não podem ser atribuídas ao policial relator. É o caso dos campos destinados à descrição de pessoas ou objetos com os quais o policial relator não teve contato e, em razão disso, somente pôde descrever valendo-se de informações prestadas por outros. Nesse sentido, vozes outras, que não as do policial relator, podem fazer-se ouvir, também, em certos campos parametrizados do BO, não apenas no *histórico*. A pesquisa não caminhou na direção de buscar aprofundamento quanto às implicações desse entendimento, nem de investigar minuciosamente os enredamentos que percepções nesse sentido poderiam gerar nas maneiras de produzir e processar o BO. Em razão das delimitações impostas ao trabalho, as verificações se restringiram ao que foi possível visar a partir da estreita fenda que se abriu na análise de campos parametrizados à luz da teoria abraçada na pesquisa. Ressaiu, no entanto, a percepção de que as atividades de ensino devem contemplar discussões que considerem a origem das informações que se registram nos campos parametrizados, vez que, apesar de estruturadas em campos descritivos de tabelas, não deixam de produzir efeito sentido no enunciado.

Os conectores que estabelecem relação de conformidade são empregados para anunciar a fala de personagens da narrativa [*segundo, conforme*], destacando que a outros, que não o policial relator, cabe a responsabilização pelas informações apresentadas no *histórico*. Também adversativas [*mas, porém, entretanto*] estão presentes nos exemplares e marcam articulação

textual, algumas vezes deixando transparecer a impressão do policial relator sobre o fato narrado [...o vidro dianteiro estava quebrado, porém nada foi levado...].

A modalização também se expressa por meio da seleção de certos verbos [*assumiram*, *admitiram*], pelo emprego do futuro do pretérito [...*teriam sido vítimas*...], pelo emprego de adjetivos [...*provável autor*...]. Conforme revisão dos estudos prévios sobre o BO, certas escolhas do policial relator fazem com que o leitor lhe atribua certo envolvimento emocional em relação ao fato narrado, o que se confirma nos exemplos apresentados. Nesse sentido, o assunto pode ser levantado, nas atividades que visam ao estudo do gênero na PMMG, para que se avalie em que medida, e utilizando-se de quais recursos, o policial relator pode representar afastamento emocional do assunto, quando essa for a sua intenção.

Por outro lado, parece haver incoerência ao atribuir, ao enunciador do BO, envolvimento emocional ou juízo em razão do emprego de determinados termos cuja seleção lhe é imposta pela padronização instituída para produção do texto. É o caso das palavras *autor* e *vítima*, que são empregadas no BO para indicar personagens envolvidos na ocorrência, em conformidade com as opções oferecidas pelo sistema e com o conjunto de informações colhidas no local dos acontecimentos. Situação semelhante ocorre com a produção textual em primeira pessoa, do singular ou do plural, que em diversos outros gêneros da redação oficial não é tomada como desrespeito à formalidade ou à impessoalidade. Em tais gêneros, dentre os quais se inclui o BO, o emprego da primeira pessoa é compatível com a padronização regulada pelos princípios da redação oficial e, nesse ambiente, não representa projeção do sentimento pessoal do enunciador.

Identificaram-se a repetição e a substituição como estratégias para promover a coesão nominal quando era necessário retomar, no *histórico*, as personagens qualificadas nos campos parametrizados. Na referência aos personagens da narrativa, a substituição mostrou-se recurso utilizado com certa recorrência. Esse recurso, algumas vezes, resultou perda ou prejuízo para a recuperação de algumas informações e mesmo transgressão de regras convencionais para emprego da norma culta. É o caso do emprego do pronome *eles* (*deles*, Exemplar 3), do emprego de *mesmo* para substituir o sujeito (Exemplar 1), do hiperônimo *materiais* (Exemplar 1).

Ainda quanto à coesão nominal, não foram observados problemas causados pela repetição de termos lexicais, a partir, inicialmente, do estabelecimento de relação com os itens que indicam

o tipo de envolvimento nos campos parametrizados – *autor*, *vítima* (APÊNDICE B). A estratégia da repetição apresenta-se, também, como recurso que oferece sentido mais preciso à participação dos personagens no *histórico*, atribuindo-lhes papéis coerentes com a denominação convencional, pelo próprio sistema, para indicar sua participação na ocorrência. Nesse sentido, e tendo percebido o BO como um gênero hipertextual, cuja leitura pode se processar de maneira não linear, entende-se que a repetição do tipo de envolvimento se mostra como uma estratégia apropriada para o estabelecimento da coesão nominal.

5.2 Contribuições do presente estudo

Como resultado das pesquisas desenvolvidas em torno do BO, entende-se que dos trabalhos resultaram duas contribuições. A primeira delas, a proposta de caracterização do domínio discursivo em que se insere o BO. A segunda, a apresentação de um material de suporte (roteiro e *checklist*) para auxiliar os produtores do BO na tarefa de redigir o gênero.

5.2.1 Proposta de caracterização do domínio discursivo em que se insere o BO

A partir da análise do contexto em que se dá a produção do BO emitido pela PMMG, assim como do levantamento dos estudos que demonstraram o caráter institucionalizado do texto, entende-se oportuna a formulação de uma proposta para caracterização do domínio discursivo em que se insere o gênero.

Para a formulação da proposta, considerou-se que tanto emissor quanto receptor mais frequente se situam no ambiente policial do estado. Convenções, recursos tecnológicos e ambientes de produção são instituídos, geridos, mantidos e atualizados pelos órgãos de segurança pública estaduais.

A produção do BO se vincula às missões institucionais desses órgãos, e o contexto em que ele é produzido o situa dentre os gêneros próprios dessas instituições que padronizam o conteúdo temático, o estilo de linguagem e a construção composicional do gênero. Mesmo que o texto seja eventualmente destinado a receptores diferentes do delegado, o que ocorre em casos menos frequentes, ainda se mantêm dois outros elementos originais – o ambiente em que é

produzido e regulado e o papel social do emissor, alicerçado na comunidade discursiva PMMG.

Em relação à tramitação do BO na esfera jurídica, isso não decorre, via de regra, em razão de ser a autoridade judiciária um emissor ou destinatário do texto. Quando compõe um inquérito policial encaminhado ao Ministério Público e, posteriormente, à Justiça, o BO incorpora um volume composto por gêneros distintos, muitos deles produzidos na esfera policial – termos de depoimento, acareações, despachos e outras peças. O inquérito, no entanto, comporta gêneros de origens diversas, desde que considerados peças adequadas à apuração do caso, a exemplo de cartas e fotografias pessoais, declarações médicas, documentos comerciais e contábeis, atas etc.

Em um inquérito policial, o emissor, o delegado de polícia, se dirige à autoridade judiciária utilizando-se de gêneros textuais apropriados para esse fim, e neles se reporta às peças que compõem os autos, dentre elas o BO, para sustentar suas análises. Dessa forma, como os demais gêneros que podem compor um inquérito, o BO pode circular na esfera jurídica, mas essa peculiaridade não autoriza afirmar que o gênero seja próprio desse mundo discursivo, vez que não é produzido nela. O mundo físico e o mundo social da produção se vinculam à comunidade discursiva PMMG, que se constitui no domínio discursivo, entendido como a “formação histórica e social em que se origina o discurso” (MARCUSCHI, 2008, p. 158).

A proposta que se apresenta como resultado da pesquisa é a de que o BO emitido pela comunidade discursiva PMMG se insere em um conjunto de outros gêneros textuais próprios do domínio discursivo policial militar.

O entendimento de que o BO emitido pela PMMG se insere no domínio policial militar tem implicações nas práticas pedagógicas na medida em que permite discutir escolhas linguísticas coerentes com as práticas da comunidade discursiva. Considera-se relevante destacar, no entanto, que, muito embora os leitores eventuais do BO necessitem se apropriar peculiaridades do gênero para lidar com ele, os princípios que orientam a produção dos textos oficiais – especialmente a *clareza*, a *padronização* e a *correção* – asseguram o acesso dos cidadãos ao gênero.

5.2.2 Apresentação de material de suporte à produção do BO

A principal motivação desta pesquisa consistiu na intenção de contribuir para a ampliação dos estudos sobre o BO e, via de consequência, para o aprimoramento das atividades de ensino e aprendizagem do gênero na comunidade discursiva que o emite.

Encerradas as análises do gênero Boletim de Ocorrência emitido pela Polícia Militar de Minas Gerais, propõe-se um roteiro e uma *checklist*, que têm como objetivo auxiliar os relatores na produção do BO.

O roteiro foi estruturado em duas partes que correspondem, primeiramente, aos processos a serem seguidos na produção e, em seguida, na revisão do texto. A parte que se vincula à produção textual foi estruturada em uma sequência de tópicos que objetivam a sinalizar recursos textuais e linguísticos que constituem as marcas do texto. A *checklist*, voltada tanto para a produção quanto para a revisão e avaliação do texto, elaborada com base no modelo desenvolvido por Bambirra (2013, *apud* BAMBIRRA e ANDRADE, 2013⁸⁰), objetiva constituir um recurso para que o policial relator avalie a própria produção textual.

Roteiro para produção do Boletim de Ocorrência

1. Preenchimento dos campos parametrizados⁸¹

Procure preencher todos os campos parametrizados com informações sobre pessoas ou objetos relacionados ao evento, inserindo as características de cada um desses itens.

Caso o autor não tenha sido localizado, procure colher suas características físicas e seus dados de qualificação com outros envolvidos e registre essas informações nos campos parametrizados.

Relacione objetos (materiais, armas, veículos, cheques/cartões) referentes ao evento, ainda que não tenham sido apreendidos ou recuperados.

⁸⁰ BAMBIRRA, Maria Raquel de Andrade; ANDRADE, Marcos Racilan. *A experiência de implantação de uma abordagem de ensino de inglês via gêneros no ensino médio do CEFET-MG sob o ponto de vista dos professores*. (Comunicação oral) In: Simpósio Internacional de Estudos dos Gêneros Textuais, 7, 2013, Fortaleza: Ceará. Caderno de Programação e Resumos, p. 36.

⁸¹ Conforme MINAS GERAIS (2003a).

Insira um novo item do formulário para cada material relacionado ao evento.

Sempre complemente no *histórico* as informações decorrentes da seleção das opções *outros* ou *ignorado*.

2. Para a redação do histórico

Dedique essa parte do BO para o registro de informações sobre a ocorrência policial, ou seja, o fato que gerou o seu empenho operacional.

Utilize esse espaço para complementar as informações e as descrições que não puderam ser inseridas nos campos parametrizados.

Estabeleça conexão entre as pessoas qualificadas nos campos parametrizados e sua menção no histórico. Para isso, privilegie a repetição dos termos selecionados para qualificar os envolvidos na ocorrência (vítima, autor, testemunha, etc.).

Certifique-se de que o emprego de outros recursos (pronomes pessoais e demonstrativos, hiperônimos, sinônimos, elipse, etc.) eventualmente utilizados para estabelecer a conexão nominal não comprometa a clareza do texto.

Também para buscar a clareza, não empregue expressões às quais não se possa atribuir sentido ou descrição objetiva (*por motivos fúteis, por fundada suspeita, etc.*). Nesses casos, cuide de descrever quais motivos geraram os acontecimentos, quais circunstâncias causaram a suspeita, por exemplo.

Para registrar informações que lhe foram prestadas por outras pessoas, sinalize que você não se responsabiliza pelo que é dito utilizando conectores (*segundo, conforme, de acordo, consoante, etc.*).

Evite empregar outros recursos que sugiram, de forma equivocada, o seu posicionamento pessoal sobre os fatos narrados e as pessoas envolvidas. Os recursos relacionados a seguir podem indicar esse posicionamento, portanto, somente os utilize quando o efeito de sentido corresponder ao que você pretende realmente manifestar.

- marcadores argumentativos (*no entanto, porém, contudo, etc.*);
- adjetivos que não confirmam descrição objetiva;

- verbo no futuro do pretérito indicando dúvida;

- alguns verbos de dizer (*confessou, admitiu, confirmou, reconheceu, etc.*).

Estruture os históricos mais extensos em parágrafos e evite produzir períodos excessivamente longos.

Não encerre o histórico com expressões que sugiram a inserção de um fecho. O fecho do BO é formalizado eletronicamente com a geração do recibo.

Após redigir o histórico, faça uma revisão para assegurar-se de que não há problemas textuais contrários à norma culta da língua portuguesa: ortografia, concordância nominal, concordância verbal, pontuação, etc.

Considerando que o preenchimento dos campos parametrizados do BO é detalhado em normas institucionais (MINAS GERAIS, 2003a), não foram incluídas no roteiro sinalizações individualizadas para cada um desses campos.

Algumas das sinalizações para redação do *histórico* apresentadas no roteiro já são indicadas nas atividades de ensino voltadas para a produção do BO em cursos PMMG nos quais a pesquisadora participa como docente e, em alguns casos, como coordenadora de disciplina. Algumas dessas sinalizações decorriam da avaliação que os próprios docentes faziam dos textos normativos; outras, da leitura, feita pela pesquisadora, de estudos linguísticos já existentes sobre o BO (ALKIMIN, 2004; LIMA, 2006; TRISTÃO, 2007). A realização das análises com base no *corpus* fornecido pela comunidade discursiva permitiu legitimar certos entendimentos do corpo docente, confirmar que alguns resultados das pesquisas anteriores se aplicam às expectativas institucionais, identificar marcas que ainda não haviam sido consideradas e rever a avaliação quanto a outras.

Tanto o roteiro quanto a *checklist* que se apresentam contêm o realce de marcas identificadas que, acredita-se, podem ser reconhecidas e implementadas pelos produtores do BO mesmo nas situações práticas das atividades operacionais da PMMG. A aplicabilidade da adoção de ambos os instrumentos, no entanto, deve ser antecedida de avaliação e aprovação pelos representantes dessa comunidade discursiva.

Checklist para revisão e avaliação da produção textual do BO

	CrITÉRIOS de Avaliação	S	N	Parcial-mente
Campos Parametrizados	O destinatário selecionado é o adequado para receber a demanda?			
	O campo <i>integrantes da equipe</i> exclui a indicação do policial relator?			
	O autor é o primeiro envolvido qualificado no BO?			
	Os campos referentes à data e ao horário do fato, da comunicação, do início do atendimento indicam diferenciação do tempo em que aconteceram?			
	Os dados descritivos de pessoas e materiais ao evento (ainda que não localizados/apreendidos/recuperados) foram preenchidos completamente?			
	Cada material relacionado foi descrito em um campo exclusivo?			
	O campo <i>relação vítima/autor</i> foi preenchido com informações colhidas no local da ocorrência?			
	O campo <i>causa presumida</i> foi preenchido com informações obtidas no local da ocorrência?			
Histórico	Os campos descritos na situação <i>outros</i> ou <i>ignorados</i> receberam esclarecimentos no histórico?			
	Caso o histórico seja longo, foi organizado em parágrafos?			
	A estrutura do <i>histórico</i> dispensa a presença do fecho?			
	A situação está descrita sem utilização de termos e expressões vagos como, por exemplo, <i>motivos fúteis, fundada suspeita</i> , etc.?			
	A repetição dos termos que indicam o envolvimento das pessoas (vítima, autor, testemunha) foi privilegiada no histórico?			
	O destinatário especificado no BO foi considerado?			
	Todas as pessoas mencionadas no <i>histórico</i> estão qualificadas nos campos parametrizados?			
	O histórico complementa as informações dos campos parametrizados e permite conhecer a dinâmica dos acontecimentos?			
	O histórico apresenta informações complementares sobre a ação das pessoas envolvidas e sobre o ambiente?			
	Os marcadores argumentativos (<i>contudo, no entanto, porém</i>) ou adjetivos que sugiram a impressão pessoal do relator foram evitados?			
	Foi evitada a presença de verbo no futuro do pretérito indicando dúvida sobre os fatos narrados?			
	As orações permitem identificar quais envolvidos ou quais policiais praticaram as ações narradas?			
	Há emprego de conjunções (<i>segundo, conforme</i> , etc.) para indicar quem prestou cada informação inserida no histórico?			
	O histórico tem tom formal?			
	Foram evitadas aproximações do discurso oral (coloquialismos, gírias, jargões)?			
	O produto final está livre de erros (pontuação, ortografia, regência, concordância verbal e nominal) que comprometem a integridade do texto?			

5.3 Sugestões para futuras pesquisas

As pesquisas em linguística que se interessam pelos diversos aspectos e condições de uso da linguagem na PMMG ainda são incipientes. Durante o desenvolvimento da presente pesquisa, evidenciaram-se algumas lacunas referentes à inexistência de estudos relacionados à prática do ensino e da aprendizagem do gênero BO emitido por essa comunidade discursiva. A presente pesquisa, por sua vez, não pretendeu esgotar, assim como não esgotou, todas as possibilidades de estudos sobre o BO. Não avançou, também, na aplicação prática das propostas que se apresentam ao final do trabalho.

Por outro lado, a instituição vem manifestando interesse pela realização de estudos que repercutam no cumprimento de sua missão, trazendo benefícios não somente à PMMG, mas ao conjunto de cidadãos aos quais os serviços de segurança pública são direcionados. Isso conduz ao entendimento de que pesquisas que tomem a linguagem de maneira geral, e os gêneros textuais, em específico, da comunidade discursiva como objeto de estudos, podem receber aplicação prática, na medida em que a execução, a formalização e o encaminhamento das atividades dos profissionais de segurança pública se dão por meio de textos orais e escritos.

Nesta seção, sugere-se a realização de pesquisas que contribuam para ampliar os conhecimentos sobre as atividades comunicativas e para aprimorar as práticas pedagógicas relacionadas à produção textual nessa comunidade discursiva que presta serviços de segurança pública, com objetivos voltados para:

- a) avaliar a eficiência do roteiro e da *checklist* apresentados na presente pesquisa como instrumentos de auxílio aos policiais relatores, a partir da aplicação em situações reais de produção textual e acompanhamento dos eventuais reflexos nas performances desses produtores;
- b) analisar a aplicabilidade dos aspectos inventariados nesta pesquisa como fonte de informações sobre as dimensões ensináveis do BO, empregando-os e avaliando-os em atividades pedagógicas que visem ao estudo mais crítico e aprofundado do gênero;
- c) inventariar o universo dos gêneros textuais da comunidade discursiva PMMG, com vistas a identificar marcas dos textos utilizados na atividade profissional

dos policiais militares e constituir fonte de material a ser analisado para fins de aplicação dos resultados nas práticas comunicativas da instituição;

- d) ampliar a aplicação do conjunto dos pressupostos teóricos do ISD nos estudos sobre o BO, buscando perceber em que medida o gênero contribui para que se analise o trabalho do policial militar;
- e) investigar o BO como representante de uma categoria de gêneros que emergem da possibilidade de produção em ambientes virtuais, especialmente considerando os efeitos da produção colaborativa no suporte informatizado e em situação de trabalho, assim como os discursos que se projetam nos campos parametrizados, ampliando as perspectivas sobre os aspectos enunciativos identificáveis no texto.

5.4 Considerações finais

Na presente pesquisa, tomou-se como objeto de estudos o BO emitido pela PMMG e, com respaldo em uma seleção de exemplares validados pela comunidade discursiva, identificaram-se marcas retóricas e linguísticas do gênero. Não era proposta da pesquisa esgotar as possibilidades de análise do BO, mas contribuir para o aprofundamento dos conhecimentos sobre o texto e para o aprimoramento das atividades que se destinam ao ensino do gênero.

A execução da pesquisa conduziu à percepção a respeito de abordagens que podem ser adotadas nas atividades voltadas para o ensino e aprendizagem do BO para os profissionais que produzem esse gênero em sua rotina de trabalho. Avalia-se que a principal delas se relacione com a necessidade de explorar o percurso da narrativa no gênero, percebendo-o como um enunciado que somente produz sentido quando campos parametrizados e *histórico* são vistos como fonte das informações apresentadas pelo relator.

Ao mesmo tempo, acredita-se que a exploração do contexto de produção do BO, em sala de aula, contribua para que os potenciais relatores se apropriem das características do gênero, conscientes dos efeitos gerados por suas escolhas linguísticas.

Nesse quadro, os objetivos foram alcançados, contudo, culminaram por descortinar inquietações que, por sua vez, podem funcionar para instigar o interesse pelo

desenvolvimento de novas pesquisas da área de linguística fundadas em objetos que se relacionem ao uso da linguagem na comunidade discursiva PMMG.

REFERÊNCIAS

- ADAM, Jean Michel. Les textes: types et prototypes. Paris, Natan, 1992. *Apud* BRONCKART, Jean-Paul [1997]. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. 1ª ed. 3ª reimp. Trad. Anna Raquel Machado, Péricles Cunha (trad.). São Paulo: EDUC, 2003.
- ANTUNES, Irandé. *Lutar com palavras: coesão e coerência*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. (Na ponta da língua; v. 13).
- ALKIMIN, Heloísa Rocha. *Boletim de Ocorrência: uma arena discursiva em exame*. Tese de doutorado em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, 2004, 227 fl.
- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. *Usos e abusos dos estudos de caso*. Cadernos de Pesquisa, Rio de Janeiro, v. 36, n. 129, p. 637-651, set/dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v36n129/a0736129.pdf>> Acesso em: 30 ago. 2012.
- ARAÚJO, Júlio César. A comunidade discursiva dos Tananans: uma experiência etnográfica em sala de chat. In: BIASI-RODRIGUES, Bernadete; ARAÚJO, Júlio César; SOCORRO, Cláudia Tavares (orgs.). *Gêneros textuais e comunidades discursivas: um diálogo com John Swales*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 205-226.
- BAKHTIN, Mikhail [1979]. Os Gêneros do Discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Coleção biblioteca universal). p.261-306.
- _____. VOLOCHÍNOV, V. N. Para uma filosofia marxista da linguagem. In: _____. VOLOCHÍNOV, V. N. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem*. 14ª ed. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 71-144.
- BAWARSHI, Anis S; REIFF, Mary. From Research to Pedagogy: multiple pedagogy approaches to teaching genres. In: BAWARSHI, Anis S; REIFF, Mary. *Genre: an introduction to history, theory, research and pedagogy*. USA: Parlor Press, 2010. p. 175-188.
- BATHIA, Vijay K. A análise de gêneros hoje. Tradução de Benedito Gomes Bezerra. In: BEZERRA, Benedito Gomes; BIASI-RODRIGUES, Bernardete; CAVALCANTE; Mônica Magalhães. *Gêneros e sequências textuais*. Recife: Edupe, 2009. p. 159-195
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. rev. ampl. e atual. Conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2009. p. 191.
- BEZERRA, Maria Auxiliadora; REINALDO, Maria Augusta. Análise linguística como eixo do ensino de Língua Portuguesa. In: _____. *Análise Linguística: afinal, a que se refere?* São Paulo: Cortez, 2013. (Coleção Leituras Introdutórias em Linguagem; v. 3). p. 33-61.
- BRASIL. Presidência da República. *Manual de Redação da Presidência da República*. MENDES; Gilmar Ferreira; FORSTER JÚNIOR, Nestor José. 2 ed. rev. e atual. Brasília: Presidência de República, 2002. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/ManualRedPR2aEd.PDF. Acesso em 27 jun. 2013.

_____. Senado Federal. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 10 mai. 2013.

_____. Senado Federal. *Lei 11340, de 07 ago. 2006 (Cria mecanismos para coibir a violência doméstica contra a mulher)*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm. Acesso em 15 mai. 2013.

BRONCKART, Jean-Paul [1997]. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. 1ª ed. 3ª reimp. Trad. Anna Raquel Machado, Péricles Cunha (trad.). São Paulo: EDUC, 2003.

_____. *Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano*. Anna Raquel Machado e Maria de Lourdes Meirelles Matêncio (orgs.). Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006.

_____. A linguagem como agir e a linguagem dos discursos. In: BRONCKART, Jean-Paul. *O agir nos discursos: das concepções teóricas às concepções dos trabalhadores*. Trad. Anna Rachel Machado, Maria de Lourdes Matêncio. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2008. (Coleção Ideias sobre Linguagens). p. 69-108.

_____. Um retorno necessário à questão do agir. In: BUENO, Luzia; LOPES, Maria Ângela Paulino Lopes; CRISTOVÃO, Vera Lúcia Lopes (orgs.). *Gêneros textuais e formação inicial: uma homenagem a Malu Matêncio*. 1. ed. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2013. p. 85-107. (Série Ideias sobre Linguagem).

BULEA, Ecaterina. Atividade Linguageira, textualidade e significação. In: BULEA, Ecaterina. *Linguagens e efeitos desenvolvimentais da interpretação da atividade*. Trad. Vera Lúcia Figueiredo Leurquin, Lena Lúcia Espíndola Rodrigues Figueirêdo. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2010. p. 63-93. (Série Ideias sobre Linguagem).

CASSAVARI, Fábio Luís dos Santos. *O processo de inserção de dados no Boletim de Ocorrência informatizado: uma análise a partir das perspectivas do usuário do sistema – integrante da PMMG*. Monografia do Curso de Especialização em Segurança Pública (CESP) da Fundação João Pinheiro, 2011, 118 fl.

CUNHA, Celso. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5. Ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2008. p. 356.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. Trad. e coord. Fabiana Komesu. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

CRESWELL, John W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 2ª ed. Luciana de Oliveira Rocha (trad.). Porto Alegre: Artmed, 2007.

DELL'ISOLLA, Regina L. Péret. Perspectivas teóricas subjacentes às noções de gêneros: textuais ou discursivos? In: DELL'ISOLLA, Regina L. Péret (org.). *Gêneros textuais: o que há por trás do espelho?* [recurso eletrônico]. Belo Horizonte, FALE/UFGM, 2012. p. 8-19. Disponível em <<http://www.nigufpe.com.br/biblioteca-digital/>> Acessado em 19 fev. 2013.

FIORIN, José Luiz. A necessidade de distinção entre texto e discurso. In: BRAIT, Beth; SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília (orgs.). *Texto ou discurso?* São Paulo: Contexto, 2012. p. 145-165.

FLICK, Uwe. *Qualidade na pesquisa qualitativa*. Roberto Cataldo Costa (trad.). Porto Alegre: Atmed, 2009.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LABOV, William; WALETZKY, Joshua. Narrative analysis: oral versions of personal experience. In: HELM, June (org.). *Essays in the verbal and visual arts*. Seattle: University of Washington Press. 1967. p. 12-44.

LIMA, Helcira Maria Rodrigues de. *Na tessitura do Processo Penal: a argumentação no tribunal do júri*. Tese de doutorado em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, 2006, 259 fl.

_____. Figurações de poder e emoção em um processo penal: a análise do Boletim de Ocorrência. In: EMEDIATO, Wander; LARA; Gláucia Muniz Proença (orgs). *Análises do Discurso Hoje*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. p. 125-145.

MACHADO, Anna Raquel. A perspectiva interacionista sociodiscursiva de Bronckart. In: MEURER, José Luiz; BONINI, Adair; MOTH-ROTH, Désirée. *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p. 237-259.

MAINGUENEAU, Dominique. A heterogeneidade. In: _____. *Novas tendências em análise do discurso*. Trad. Freda Indursky. 3 ed. Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997. p.75-126.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel. *Gêneros Textuais & Ensino*. 4 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p. 19-36.

_____. A coerência no hipertexto. In: COSCARELLI, Carla; RIBEIRO, Ana Elisa (orgs.). *Letramento digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas*. Belo Horizonte: Ceale; Autêntica, 2005b. p. 185-207.

_____. Gêneros textuais no ensino de língua. In: MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. (Educação linguística). p. 146-225.

_____. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. In: MARCUSCHI, Luiz Antônio; XAVIER, Antônio Carlos (orgs.). *Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentido*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 15-80.

MENDES, Cláudio Antônio. *O processo de informatização dos registros de eventos de defesa social e sua utilização como instrumento de gestão, de compartilhamento e integração das informações e controle social das instituições policiais de Minas Gerais*. Monografia do Curso de especialização em Gestão Estratégica de Segurança Pública (CEGESP) da Fundação João Pinheiro, 2007. 203 fl.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Lei 14.310, de 19 jun. 2002. Contém o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais. Publicada no Diário Oficial do Estado em 19 jun. 2002.

_____. Polícia Militar. Comando-Geral. *Resolução 3695/2002 (Aprova o formulário do Boletim de Ocorrência)*. Belo Horizonte, Comando-Geral, 2002. 15 p.

_____. Polícia Civil; Polícia Militar; Secretaria de Estado de Defesa Social. *Instrução Conjunta n. 01/2003 (Contém orientações para o preenchimento do Boletim de Ocorrência)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 2003a. 82 p.

_____. Polícia Civil; Polícia Militar; Secretaria de Estado de Defesa Social. *Resolução Conjunta 14/2003 (Aprova o formulário do Boletim de Ocorrência, de uso comum no Estado de Minas Gerais)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 2003b. 10 p.

_____. Polícia Civil; Polícia Militar; Secretaria de Estado de Defesa Social. *Resolução Conjunta n. 31/2004 (Aprova as tabelas auxiliares do Sistema Integrado de Defesa Social)*. Belo Horizonte, Comando-Geral, 2004. 109 p.

_____. Polícia Militar. Comando-Geral. *Diretriz Geral para o emprego Operacional da Polícia Militar de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Comando Geral, 3ª Seção do Estado-Maior da PMMG, 2010a.

_____. Polícia Militar. *Diretriz Integrada de Ações e Operações do Sistema de Defesa Social – DIAO/SIDS*. Versão compacta. Belo Horizonte: Centro de Pesquisa e Pós-Graduação, 2010b.

_____. Polícia Militar. *Boletim Técnico 01/2011- CINDS/DAOP: Orientações para o preenchimento dos Boletins de Ocorrências referentes aos delitos de lesão corporal, vias de fato/encontro de cadáver, homicídio tentado e consumado, roubo, furto, extorsão, surto simples e qualificado no REDS*. Belo Horizonte, Comando-Geral, 2011.

_____. Governo do Estado. *Manual de Redação Oficial*. MELO, Luciana Reis de. 2012. Disponível em <http://www.mg.gov.br/governomg/portal/c/governomg/governo/acoes-do-governo/516363-manual-de-redacao-oficial/5794/5040>. Acesso em 27 jun. 2013.

MIRANDA, Florência. Os tipos de discurso em debate. In: GUIMARÃES, Ana Maria; MACHADO, Anna Rachel; COUTINHO, Antônia (org.). *O interacionismo sociodiscursivo: questões epistemológicas e metodológicas*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2007. p. 161-165.

_____. Los géneros: una perspectiva interacionista. In: SHIRO, Martha; CHARAUDEAU, Patrick; GRANATO, Luisa (orgs.). *Los géneros discursivos desde múltiples perspectivas: teorías e análisis*. Madrid: Iberoamericana, 2012. p. 69-86.

NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 492.

NOTARO, Camila Antunes. *O discurso jurídico e a argumentação: estudo de caso à luz do processo penal*. Dissertação de mestrado em Estudos de Linguagens do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, 2011, 110 fls.

NUNES, Paulo César Ribeiro. *Estudo do Léxico Policial Militar*. Dissertação de Mestrado em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, 2012, 126 fl.

OLIVEIRA, Geraldo Rogério. *A qualidade do histórico produzido no Boletim de Ocorrência na 10ª Cia PM Ind.* Monografia do Curso de Especialização em Segurança Pública (CESP) da Academia de Polícia Militar, 2000, 92 fl.

ROCHA, Jaqueline. *Gestão de documentos na Polícia Militar de Minas Gerais: estudo de caso do Boletim de Ocorrência*. Monografia do Curso de Gestão Estratégica em Segurança Pública (CEGESP) da Fundação João Pinheiro, 2010, 126 fl.

ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira do Couto; ARNOLDI, Marlene Aparecida Gonzalez Colombo. *A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para validação dos resultados*. 1. ed. 1. Reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

RIBEIRO, Ana Elisa. Ler na tela – letramento e novos suportes de leitura e escrita. In: COSCARELLI, Carla; RIBEIRO, Ana Elisa (orgs.). *Letramento digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas*. Belo Horizonte: Ceale; Autêntica, 2005. p. 125-150.

STAKE, R.E. *The case study method in social inquiry*. Educacional Researcher, v. 7, n. 2, p. 5-8, 1978 *apud* ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. *Usos e abusos dos estudos de caso*. Cadernos de Pesquisa, Rio de Janeiro, v. 36, n. 129, p. 637-651, set/dez. 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cp/v36n129/a0736129.pdf> > Acesso em: 30 ago. 2012.

_____. *The art of case study research*. Thousand Oaks, CA: Sage, 1995 *apud* CRESWELL, John W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 2ª ed. Luciana de Oliveira Rocha (trad.). Porto Alegre: Artmed, 2007.

SWALES, John M. *Genre analysis: English in academic and research settings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

_____. [2002]. Repensando gêneros: nova abordagem ao conceito de comunidade discursiva Tradução de Benedito Gomes Bezerra. In: BEZERRA, Benedito Gomes; BIASE-RODRIGUES, Bernardete; CAVALCANTE; Mônica Magalhães. *Gêneros e sequências textuais*. Recife: Edupe, 2009. p. 197-220.

TRISTÃO, Roberto Mauro de Souza. *O Boletim de Ocorrência sob o aspecto da dêixis de base espacial como processo de instauração e manutenção de referência*. Dissertação de Mestrado em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, 2007. 116 fl.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ANEXOS

- ANEXO A - Formulário básico do BO até dez. 2002
- ANEXO B - Formulário básico do atual BO
- ANEXO C - Organograma do nível de Execução da PMMG – atividade fim
- ANEXO D - Of. 086/2013-CINDS, de 29/04/2013

ANEXO A

Formulário básico do BO até dez. 2002

POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS <i>Trabalhando para sua Segurança</i>		Boletim de Ocorrência nº: _____		UEOp: _____		Fl. ____/____	
		Destinatário: _____				Oper.: _____	
		Classe/Subclasse _____				Data: ____/____/____	
		Descrição sintética: _____					
I - DADOS REFERENTES A OCORRÊNCIA							
Tipo Logr.: _____		Logradouro _____				Nº compl. _____	
Bairro: _____		Município: _____				UF: MG	
II - PESSOAS ENVOLVIDAS NA OCORRÊNCIA							
Envol.	Situação: () Autor () Vítima () Testemunha		Condição Física: () Sem ferimento () Com Ferimento () Fatal				
1	Nome: _____						
Data Nasc.: ____/____/____		Profissão: _____		Naturalidade: _____		UF: _____	
Apelido: _____		Militar em serviço: () Sim () Não		Sexo: () Masculino () Feminino			
Prisão: () Flagrante () Mandado () Recaptura		Doc. identidade: _____		Orgão exp.: _____		UF: _____	
Endereço - Rua/Av. _____				Nº _____		Apto: _____	
Bairro: _____		Município: _____		UF: _____		Fone: _____	
Pai: _____		Mãe: _____					
Pessoa indicada para comunicação prisão/apreensão: _____							
Endereço - Rua/Av. _____				Nº/Apto: _____			
Bairro: _____		Município: _____		UF: _____		Fone: _____	
Envol.	Situação: () Autor () Vítima () Testemunha		Condição Física: () Sem ferimento () Com Ferimento () Fatal				
2	Nome: _____						
Data Nasc.: ____/____/____		Profissão: _____		Naturalidade: _____		UF: _____	
Apelido: _____		Militar em serviço: () Sim () Não		Sexo: () Masculino () Feminino			
Prisão: () Flagrante () Mandado () Recaptura		Doc. identidade: _____		Orgão exp.: _____		UF: _____	
Endereço - Rua/Av. _____				Nº _____		Apto: _____	
Bairro: _____		Município: _____		UF: _____		Fone: _____	
Pai: _____		Mãe: _____					
Pessoa indicada para comunicação prisão/apreensão: _____							
Endereço - Rua/Av. _____				Nº/Apto: _____			
Bairro: _____		Município: _____		UF: _____		Fone: _____	
Envol.	Situação: () Autor () Vítima () Testemunha		Condição Física: () Sem ferimento () Com Ferimento () Fatal				
3	Nome: _____						
Data Nasc.: ____/____/____		Profissão: _____		Naturalidade: _____		UF: _____	
Apelido: _____		Militar em serviço: () Sim () Não		Sexo: () Masculino () Feminino			
Prisão: () Flagrante () Mandado () Recaptura		Doc. identidade: _____		Orgão exp.: _____		UF: _____	
Endereço - Rua/Av. _____				Nº _____		Apto: _____	
Bairro: _____		Município: _____		UF: _____		Fone: _____	
Pai: _____		Mãe: _____					
Pessoa indicada para comunicação prisão/apreensão: _____							
Endereço - Rua/Av. _____				Nº/Apto: _____			
Bairro: _____		Município: _____		UF: _____		Fone: _____	
Envol.	Situação: () Autor () Vítima () Testemunha		Condição Física: () Sem ferimento () Com Ferimento () Fatal				
4	Nome: _____						
Data Nasc.: ____/____/____		Profissão: _____		Naturalidade: _____		UF: _____	
Apelido: _____		Militar em serviço: () Sim () Não		Sexo: () Masculino () Feminino			
Prisão: () Flagrante () Mandado () Recaptura		Doc. identidade: _____		Orgão exp.: _____		UF: _____	
Endereço - Rua/Av. _____				Nº _____		Apto: _____	
Bairro: _____		Município: _____		UF: _____		Fone: _____	
Pai: _____		Mãe: _____					
Pessoa indicada para comunicação prisão/apreensão: _____							
Endereço - Rua/Av. _____				Nº/Apto: _____			
Bairro: _____		Município: _____		UF: _____		Fone: _____	

[illegible]

ANEXO B

Formulário básico do atual BO

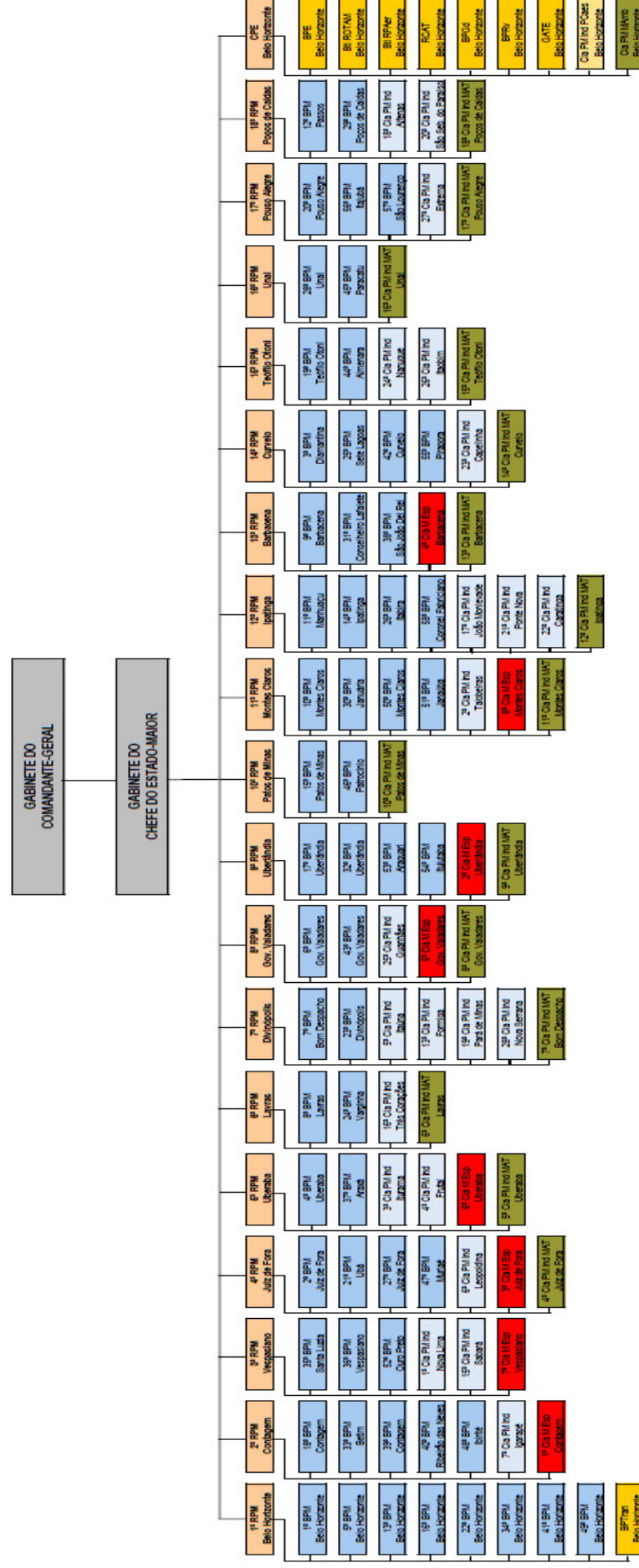
LIBERTADE QUASE SEM TAMEN		POLÍCIA CIVIL - POLÍCIA MILITAR										
BOLETIM DE OCORRÊNCIA		BO Nº								Fl. /		
UNIDADE		MUNICÍPIO										
DESTINATÁRIO		DATA DE EMISSÃO										
ORIGEM DA COMUNICAÇÃO												
HORA DA COMUNICAÇÃO		COMO FOI SOLICITADO O ATENDIMENTO DA OCORRÊNCIA 1- ☐ VIA CENTRO DE COMUNICAÇÕES 2- ☐ DIRETAMENTE AO ORGÃO POLICIAL 3- ☐ DENÚNCIA ANÔNIMA 4- ☐ DIRETAMENTE AO POLICIAL 5- ☐ O POLICIAL DEPAROU COM A OCORRÊNCIA (ENCONTRO)								6- OCORRENTE OPERAÇÃO POLICIAL (COO. OPERAÇÃO)		
DADOS DA OCORRÊNCIA												
PROVÁVEL DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA PRINCIPAL										COD. PRINCIPAL TAB 1 ☐ Tentado ☐ Concluído ☐		
LOCAL (AV., RUA, ETC)		TIPO LOCAL TAB 3		COMPL. DE LOCAL MEDIATO TAB 2		COMPL. DE LOCAL MEDIATO TAB 2		COMPL. DE LOCAL MEDIATO TAB 2		COMPL. DE LOCAL MEDIATO TAB 2		
NÚMERO		COMPLEMENTO		BARRIO / VILA		MUNICÍPIO		UF				
PONTO DE REFERÊNCIA (COORDENADAS GEOGRÁFICAS)										LATITUDE		
DATA DO FATO										HORARIO DO FATO		
HORARIO NO LOCAL										HORARIO FINAL		
PREFIXO DA MATRIZ										MEIO UTILIZADO - TAB 4		
										CAUSA PRESUMIDA - TAB 5		
QUALIFICAÇÃO DOS ENVOLVIDOS												
ENVOLVIDO	COD. NATUREZA - TAB 1 ☐ F ☐ C		TIPO ENVOLV. TAB 6		GRAU DA LESÃO TAB 7		REL. VIT. / AUTOR TAB 8		OUTIS TAB 9		SEXO ☐ M ☐ F	
	ESTADO CIVIL TAB 10		NACIONALIDADE TAB 11		NATURALIDADE / UF		TURNISTA ☐ SIM ☐ NÃO		IDADE APAR.			
	NOME COMPLETO											APELIDO
	DATA NASCIMENTO											MAE
	PM											OCUPAÇÃO ATUAL
	Nº DOC. DE IDENTIDADE		ORGÃO EXPEDIDOR		UF		ESCOLARIDADE - TAB 12		CPF / CNPJ			
	ENDEREÇO (AV., RUA, ETC)		NÚMERO		COMPLEMENTO		BARRIO		MUNICÍPIO		UF	
	TEL. RESIDENCIAL		TEL. COMERCIAL		PESO ESTIM. TAB 13		ALTURA ESTIM. TAB 13		COR OLHOS TAB 13		ESTRABISMO TAB 13	
	CABELO TAB 14		COR CABELO TAB 15		CALVICE TAB 15		CICATRIZ TAB 16		DEF. FÍSICA TAB 16		DEF. AUD. VISUAL TAB 16	
	AMPUTAÇÃO TAB 16		DEFORMIDADE TAB 16		TATUAGEM TAB 17		TIPO TATUAGEM TAB 17		PRISÃO / APR. TAB 24		SINTOMA DE () EMBRIAGUEZ () USO SUB. TÓXICAS	
POLICIAL MILITAR		MATRÍCULA		CARGO		ORGÃO DE LOTAÇÃO		UF		EM SERVIÇO ☐ SIM ☐ NÃO		
ENVOLVIDO	COD. NATUREZA - TAB 1 ☐ F ☐ C		TIPO ENVOLV. TAB 6		GRAU DA LESÃO TAB 7		REL. VIT. / AUTOR TAB 8		OUTIS TAB 9		SEXO ☐ M ☐ F	
	ESTADO CIVIL TAB 10		NACIONALIDADE TAB 11		NATURALIDADE / UF		TURNISTA ☐ SIM ☐ NÃO		IDADE APAR.			
	NOME COMPLETO											APELIDO
	DATA NASCIMENTO											MAE
	PM											OCUPAÇÃO ATUAL
	Nº DOC. DE IDENTIDADE		ORGÃO EXPEDIDOR		UF		ESCOLARIDADE - TAB 12		CPF / CNPJ			
	ENDEREÇO (AV., RUA, ETC)		NÚMERO		COMPLEMENTO		BARRIO		MUNICÍPIO		UF	
	TEL. RESIDENCIAL		TEL. COMERCIAL		PESO ESTIM. TAB 13		ALTURA ESTIM. TAB 13		COR OLHOS TAB 13		ESTRABISMO TAB 13	
	CABELO TAB 14		COR CABELO TAB 15		CALVICE TAB 15		CICATRIZ TAB 16		DEF. FÍSICA TAB 16		DEF. AUD. VISUAL TAB 16	
	AMPUTAÇÃO TAB 16		DEFORMIDADE TAB 16		TATUAGEM TAB 17		TIPO TATUAGEM TAB 17		PRISÃO / APR. TAB 24		SINTOMA DE () EMBRIAGUEZ () USO SUB. TÓXICAS	
POLICIAL MILITAR		MATRÍCULA		CARGO		ORGÃO DE LOTAÇÃO		UF		EM SERVIÇO ☐ SIM ☐ NÃO		
ENVOLVIDO	COD. NATUREZA - TAB 1 ☐ F ☐ C		TIPO ENVOLV. TAB 6		GRAU DA LESÃO TAB 7		REL. VIT. / AUTOR TAB 8		OUTIS TAB 9		SEXO ☐ M ☐ F	
	ESTADO CIVIL TAB 10		NACIONALIDADE TAB 11		NATURALIDADE / UF		TURNISTA ☐ SIM ☐ NÃO		IDADE APAR.			
	NOME COMPLETO											APELIDO
	DATA NASCIMENTO											MAE
	PM											OCUPAÇÃO ATUAL
	Nº DOC. DE IDENTIDADE		ORGÃO EXPEDIDOR		UF		ESCOLARIDADE - TAB 12		CPF / CNPJ			
	ENDEREÇO (AV., RUA, ETC)		NÚMERO		COMPLEMENTO		BARRIO		MUNICÍPIO		UF	
	TEL. RESIDENCIAL		TEL. COMERCIAL		PESO ESTIM. TAB 13		ALTURA ESTIM. TAB 13		COR OLHOS TAB 13		ESTRABISMO TAB 13	
	CABELO TAB 14		COR CABELO TAB 15		CALVICE TAB 15		CICATRIZ TAB 16		DEF. FÍSICA TAB 16		DEF. AUD. VISUAL TAB 16	
	AMPUTAÇÃO TAB 16		DEFORMIDADE TAB 16		TATUAGEM TAB 17		TIPO TATUAGEM TAB 17		PRISÃO / APR. TAB 24		SINTOMA DE () EMBRIAGUEZ () USO SUB. TÓXICAS	
POLICIAL MILITAR		MATRÍCULA		CARGO		ORGÃO DE LOTAÇÃO		UF		EM SERVIÇO ☐ SIM ☐ NÃO		
CODIFICAÇÃO		DESCRIÇÃO										

	BOLETIM DE Ocorrência Nº _____		Fl. ____ / ____
	HISTÓRICO DA Ocorrência		
MODOS DA AÇÃO CRIMINOSA			
POLICIAIS INTEGRANTES DA GUARNIÇÃO / EQUIPE			
CARGO	MATRÍCULA	NOME COMPLETO (LEGÍVEL)	
CARGO	MATRÍCULA	NOME COMPLETO (LEGÍVEL)	
CARGO	MATRÍCULA	NOME COMPLETO (LEGÍVEL)	
CARGO	MATRÍCULA	NOME COMPLETO (LEGÍVEL)	
RESPONSÁVEL PELA APREENSÃO / PRISÃO / CONDUÇÃO			
UNIDADE / SETOR	CARGO	MATRÍCULA	() O(S) PRESO(S) APREENDIDO(S) PDI(RM) / INFORMADO(S) DO(S) SEU(S) DIREITO(S)
NOME COMPLETO (LEGÍVEL)		ASSINATURA	
DADOS PARA CONTROLE INTERNO / RELATOR DA Ocorrência			
UNIDADE / SETOR	CARGO	MATRÍCULA	
NOME COMPLETO (LEGÍVEL)		ASSINATURA	
RECIBO DA AUTORIDADE A QUE SE DESTINA OU SEU AGENTE / AUXILIAR POLICIAL			
Recebi as pessoas e os materiais conforme especificações contidas na(s) folha(s) _____ deste boletim de _____ ocorrência	DATA	HORA	UNIDADE / SETOR
	CARGO	MATRÍCULA	
	NOME COMPLETO (LEGÍVEL)		
	ASSINATURA		
			PROVIDÊNCIA A SER ADOTADA PELA AUTORIDADE - TAB 25

ANEXO C

Organograma do Nível de Execução da PMMG – Atividade fim

(conforme Resolução 4.247, de 25 abr. 2013)



ANEXO D

Ofício 086/2013-CINDS, de 29/04/2013

Continua

DIRETORIA DE APOIO OPERACIONAL
CENTRO INTEGRADO DE INFORMAÇÕES DE DEFESA SOCIAL

Ofício Nº. 086 /2013 – DAOp/CINDS

Belo Horizonte, 29 de abril de 2013.

Ao : [REDACTED] Denise dos Santos Gonçalves.
Assunto : Remessa de Boletins de Ocorrência Registrados pela PMMG
Anexo : Vinte e Cindo (25) Boletins de Ocorrência;

A seleção de exemplares nos moldes solicitados, ou seja, considerados de qualidade, esbarra na dificuldade técnica decorrente da existência de um extenso universo de BOs produzidos no período delimitado, o que inviabiliza a análise de todos os BOs existentes.

Foram selecionados exemplares de Boletins de Ocorrência que, em seu conjunto, podem ser considerados de boa qualidade, considerando-se o preenchimento dos campos parametrizados e a redação do histórico. No entanto, para que os exemplares sejam enquadrados como altamente desejáveis do ponto de vista de qualidade, devem ser desconsiderados pontuais problemas existentes nos exemplares colhidos, dentre os quais estão as eventuais incidências de aspectos que contrariem as normas técnicas institucionais para o preenchimento dos campos parametrizados e erros gramaticais.

Continua

Conforme prevê a Instrução Conjunta 01/2003, que contém orientações para o preenchimento do Boletim de Ocorrência, os dados lançados nos campos parametrizados do BO não deve ser repetidos de maneira descritiva no histórico. Essa orientação inclui informações sobre forma de acionamento, endereço da ocorrência, bem como expressões de fechamento, etc.

Por outro lado, destaca-se a necessidade de que o profissional responsável pelo preenchimento do BO se esforce para obter as informações referentes a cada item, preenchendo os campos parametrizados com as informações correspondentes. Da mesma forma, o campo "modo da ação criminosa" nas ocorrências que tratam de crimes contra a pessoa, contra o patrimônio e crimes sexuais, principalmente os de autoria desconhecida, deve ser preenchido nos termos do item 7.5 da IC 01/2003.

Naturezas	Nº REDS
Ameaça	
Dano	
Furto	
Roubo	

	[REDACTED]
	[REDACTED]
	[REDACTED]
Trânsito com vítima	[REDACTED]
	[REDACTED]
	[REDACTED]

Atenciosamente,

* [REDACTED] *

Coordenador do CINDS

APÊNDICES

- APÊNDICE A - Síntese das operações psicológicas e propriedades linguísticas dos tipos de discurso
- APÊNDICE B - Termos convencionados para denominação dos envolvidos na ocorrência

APÊNDICE A

Síntese das operações psicológicas e propriedades linguísticas dos tipos de discurso⁸²

Continua

DISCURSO INTERATIVO

Exemplos	diálogo, romance
Operações psicológicas	mundo discursivo conjunto ao mundo ordinário - forma de diálogo ou monólogo - nas formas dialogadas, presença de frases não declarativas - exploração de um subsistema de tempos dos verbos, composto essencialmente pelo presente e pelo pretérito perfeito do indicativo⁸³ - presença de unidades que remetem ou a objetos acessíveis dos interactantes ou ao espaço ou ao tempo da interação: isso, aí, aqui, lá, agora etc. - presença de nomes próprios, assim como de verbos, pronomes e adjetivos de primeira e segunda pessoa do plural (ou desinência verbal de pessoa no caso da elipse do pronome reto em português⁸⁴) que remetem diretamente aos protagonistas da ação verbal e que têm, portanto, um valor exofórico: eu, seu, você, meus etc. - uso de “a gente” funcionando como primeira pessoal do plural⁸⁵ - presença de anáforas pronominais - presença de auxiliares de modo: <i>poder</i>, assim como outros no sentido de <i>querer</i>, <i>dever</i>, <i>ser preciso</i>
Propriedades linguísticas	

⁸² Elaborado com base em Bronckart (2003)

⁸³ A indicação do pretérito perfeito do indicativo está assinalada pelos tradutores de Bronckart (2003). O correspondente em francês seria *passado composto*

⁸⁴ Esclarecimento dos tradutores de Bronckart (2003)

⁸⁵ De acordo com nota dos tradutores de Bronckart (2003)

DISCURSO TEÓRICO	
Exemplos	monografia, verbete de dicionário
Operações psicológicas	mundo discursivo conjunto ao mundo ordinário do agente - geralmente monologado e escrito - ausência de frases não declarativas - exploração do mesmo conjunto de tempos do discurso interativo com: dominância das formas do futuro do pretérito perfeito⁸⁶; ausência quase total de formas do futuro; o presente e o pretérito perfeito⁸⁷ tem valor genérico diferente do que assumem no discurso interativo - ausência de unidades que remetam diretamente aos interactantes ou ao espaço-tempo da produção - ausência de nomes próprios e de adjetivos de primeira e segunda pessoa do singular com valor claramente exofórico ou de verbos na primeira ou segunda pessoa do plural
Propriedades linguísticas	- presença de múltiplos organizadores com valor lógico-argumentativo: como, de outro lado, de fato, primeiro, mas - presença de numerosas modalizações lógicas, assim como a onipresença do auxiliar de modo “poder”: <i>de modo geral, é evidentemente difícil, podemos (fazer)</i> etc. - exploração de procedimentos de focalização de certos segmentos do texto, assim como procedimentos de referência a outras partes do extrato, ou do intertexto científico: procedimentos metatextuais, procedimentos de referência intertextual, procedimentos de referência intratextual - presença de numerosas frases passivas, a maioria do tipo “passiva truncada” - grande frequência, ao lado das anáforas pronominais, de anáforas nominais ou procedimentos de referenciação dêitica intratextual - fraca densidade verbal (0,09 verbo por palavra⁸⁸)

⁸⁶ Conforme adaptação para o português assinalada pelos tradutores de Bronckart (2003).

⁸⁷ Idem.

⁸⁸ Verificado nos textos em francês analisados por Bronckart (2003).

RELATO INTERATIVO

Exemplos	intervenção política oral, romance
Operações psicológicas	mundo discursivo cujas coordenadas são disjuntas das coordenadas do agente produtor e dos agentes ouvintes - geralmente monologado - ausência de frases declarativas - exploração de um subsistema de tempos dos verbos que constitui uma variante do sistema dos tempos composto por dois tempos dominantes: o pretérito perfeito e o futuro do pretérito⁸⁹ - presença dos organizadores temporais (advérbios, sintagmas preposicionais, coordenativos, subordinativos etc.) que decompõem o narrar desenvolvido a partir da origem espaço-temporal: <i>quando eu tinha treze anos, eu assisti, em Auvergne; outro dia, chegou...</i> - presença de pronomes e de adjetivos de primeira e segunda pessoa singular e do plural que remetem diretamente aos protagonistas da interação verbal em cujo quadro o relato se desenvolveu - presença dominante de anáforas pronominais, às vezes associadas a anáforas nominais, na forma particular de repetição fiel do sintagma antecedente - densidade verbal semelhante à do discurso interativo: aproximadamente 0,162 verbos por palavra⁹⁰
Propriedades linguísticas	

⁸⁹ Conforme adaptação para o português indicada pelos tradutores de Bronckart (2003).

⁹⁰ Constatação a partir dos textos em língua francesa.

NARRAÇÃO

Exemplo	romance
Operações psicológicas	mundo discursivo cujas coordenadas são disjuntas das coordenadas do agente produtor e dos agentes leitores - geralmente escrito, sempre monologado - apenas frases declarativas - exploração do subsistema dos tempos da história ou dos tempos narrativos compostos por dois tempos dominantes: pretérito perfeito⁹¹ e o imperfeito, com valor de marcar uma isocronia entre o curso da atividade narrativa e o curso dos acontecimentos da <i>diegese</i>, mas que assumem, antes, um papel na marcação de contrastes aspectuais - o pretérito mais-que-perfeito⁹² marca uma relação retroativa entre o curso da narrativa e o curso da <i>diegese</i>, assim como o futuro do pretérito e formas compostas, que marcam uma relação de projeção entre o curso da atividade narrativa e o curso da <i>diegese</i> - presença de organizadores temporais (advérbios, sintagmas preposicionais, coordenativos, subordinativos etc.) que decompõem o narrar a fim de que ele se desenvolva a partir de origem espaço-temporal, explícita ou não - ausência de pronomes e adjetivos de primeira e de segunda pessoa do singular e do plural, que remetem diretamente ou ao agente produtor do texto ou aos seus destinatários - densidade verbal de 0,132 verbos por palavra; densidade sintagmática de 0,559 determinantes lexicais por nome-núcleo⁹³
Propriedades linguísticas	

Elaborado com base em Bronckart (2003).

⁹¹ Conforme adaptação para o português assinalada pelos tradutores de Bronckart (2003).

⁹² Conforme adaptação para o português assinalada pelos tradutores de Bronckart (2003).

⁹³ Na língua francesa.

APÊNDICE B

Termos convencionados para denominação dos envolvidos na ocorrência

Autor
Coautor
Condutor do veículo
Custodiante
Notificado
Representante legal
Socorrista
Solicitante
Suspeito
Testemunha de apresentação
Testemunha que presenciou acordo
Testemunha que tomou conhecimento
Testemunha de ação legal
Testemunha de ação policial
Testemunha do fato/evento
Vítima de ação criminal/cível
Vítima e passageiro (trânsito)
Vítima e pedestre (trânsito)
Vítima e proprietário/funcionário estabelecimento
Vítima-outros
Custodiado
Depositário fiel
Outros (a ser discriminado no histórico)

Fonte: Sistema REDS